


ROSIANNE PAZINATO DA SILVA GUIMARÃES

ENGENHEIRO JOÃO MOREIRA GARCEZ
DESENHOS URBANOS E OUSADIAS ARQUITETÔNICAS
NA CURITIBA DOS ANOS DE 1920



CURITIBA
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSIANNE PAZINATO DA SILVA GUIMARÃES

ENGENHEIRO JOÃO MOREIRA GARCEZ
DESENHOS URBANOS E OUSADIAS ARQUITETÔNICAS
NA CURITIBA DOS ANOS DE 1920

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Maria Burmester.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Etelvina Maria de Castro Trindade.

CURITIBA

2005

*Ao meu pai, que gostava de História.
E a Francisco, a quem contarei muitas histórias.*

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que em minha ausência divertiram meu filho muito obrigada do fundo do meu coração ao Gustavo, minha mãe Rocy, minha irmã Luciene, meu irmão Guilherme, sua esposa Solange e a filhinha Mariana, Ocléia, Rosa, Tatiana e seus filhos João Lucas e João Caetano.

A arquiteta professora Dra. Yara Vicentin pelas primeiras palavras de incentivo a esta pesquisa. Ao professor Dr. Magnus Roberto pela leitura desta pesquisa ainda em projeto e recomendações. Aos professores Dr. Antonio César, Dra. Ana Paula pelas leituras dirigidas. Às orientações das professoras Dra. Ana Maria Burmester e Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade, muito obrigada. Agradeço especialmente à professora Dra. Maria Ignês que com seus conhecimentos muito sugeriu para o aprimoramento deste trabalho. A todos os professores do mestrado em História da Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, meu muito obrigada.

Aos que facilitaram o acesso a documentos tão úteis a esta pesquisa na pessoa de Vera Lúcia Coelho, responsável pela Biblioteca do Museu Paranaense, a Josefina Palazzo Ayres, da Secção Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, aos queridos funcionários do Círculo de Estudos Bandeirantes que cederam todos os relatórios de governo e Prefeitura redigidos pelos personagens aqui estudados, a equipe da arquiteta Dóris Teixeira do Serviço do Patrimônio Histórico do IPPUC, a Roberto Guimarães pelo contato com o arquiteto Eduardo Guimarães que forneceu informações sobre o Edifício Moreira Garcez, à Rúbia Stein, pelos projetos da Igreja Imaculado Coração de Maria, à Fundação Santos Lima, nas pessoas do sr. Manoel Pedro e Nazaré, à Suzana Munhoz da Rocha pelo livro de Havana que tanto colaborou no Déco do terceiro capítulo. Muito obrigada.

À Vanessa do CR-DOC da Faculdade Tuiuti, pelas pesquisas em jornal e primeiras correções. À Tatiane pelas correções finais e montagem desta dissertação. À Márcia Luci Krüger pelas fotos, à Zora Morgentather pelas palavras em inglês. A Eduardo e Gustavo pelos traços sobre o mapa das pavimentações. Obrigada.

E a você Antônia, com todo carinho do mundo. Muito, muito obrigada.

Não são as nossas habilidades que revelam quem realmente somos.

São as nossas escolhas.

Filme – Harry Potter e a Câmara Secreta.

SUMÁRIO

RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O PARANÁ ENTRE IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA	8
1.1 DE PROVÍNCIA A ESTADO	8
1.2 A ADMINISTRAÇÃO DE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	11
1.2.1 Caetano, cidadão	11
1.2.2 Caetano, Presidente do Estado	13
1.3 CURITIBA, CAPITAL	28
1.3.1 A capital, vitrina das ações estaduais.....	35
CAPÍTULO 2 – MOREIRA GARCEZ, ADMINISTRADOR	43
2.1 O ENGENHEIRO MOREIRA GARCEZ	43
2.2 O PREFEITO MOREIRA GARCEZ	48
2.2.1 O Jogo Político.....	48
2.2.2 Arrecadar para Aplicar	57
2.2.3 Remodelação da Cidade.....	70
CAPÍTULO 3 – ARQUITETURA E JOÃO MOREIRA GARCEZ	99
3.1 O SURGIMENTO DO <i>ART DÉCO</i>	100
3.2 MOREIRA GARCEZ E O <i>ART DÉCO</i>	113
3.2.1 A Igreja Imaculado Coração de Maria	117
3.2.2 O Hospital das Crianças da Cruz Vermelha	125
3.2.3 O Edifício Moreira Garcez.....	130
3.2.4 A Residência Santos Lima.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	154

LISTA DE FOTOS

FOTO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	13
FOTO JOÃO MOREIRA GARCEZ.....	48
FOTO PAVIMENTAÇÃO AV. VISCONDE DE GUARAPUAVA.....	84
FOTO ALARGAMENTO DA RUA XV DE NOVEMBRO	88
FOTO RUA XV DE NOVEMBRO ASFALTADA.....	91
FOTO JOÃO MOREIRA GARCEZ E CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.....	98
O ESTILO: CARTAZES ART DÉCO	103
TENDÊNCIAS: ESTILO ART DÉCO.....	106
MATERIAIS, INTERIORES E DESIGN.....	107
ECOS E ESTILOS.....	109
EDIFÍCIOS CAPITAIS I.....	111
EDIFÍCIOS CAPITAIS II	112
O PRIMEIRO EDIFÍCIO ART DÉCO NACIONAL.....	114
FOTO DA FACHADA PRINCIPAL DO PROJETO IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA.....	120
FOTO DA PLANTA DA IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	121
FOTO DA IGREJA CONCLUÍDA	122
FOTOS NOTRE – DAME LE RAINCY E FACHADA DA IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA PROJETADA POR MOREIRA GARCEZ	123
FOTO DA IGREJA ATUALMENTE E SEUS DETALHES.....	124
FOTO DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DAS CRIANÇAS DA CRUZ VERMELHA	127
FOTO DO HOSPITAL CONCLUÍDO.....	128
FOTO DO HOSPITAL ATUALMENTE E SEUS DETALHES	129
FOTOS O ART DÉCO EM CURITIBA	132
FOTO DA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ.....	141
FOTO DOS EDIFÍCIOS PALÁCIO AVENIDA E MOREIRA GARCEZ.....	142
FOTOS DO EDIFÍCIO E SEUS DETALHES.....	143
FOTOS CASAS E ESTILOS	145
FOTO DA FACHADA DA RESIDÊNCIA SANTOS LIMA.....	148
FOTOS DA FUNDAÇÃO E SEUS DETALHES	149

LISTA DE CHARGES

PROJECTO FUTURISTA.....	38
PREVENÇÕES.....	67
UMA NECESSIDADE.....	86
CURITYBA PROGRIDE	135

LISTA DE MAPAS

MAPA DAS PAVIMENTAÇÕES.....	81
MAPA COM AS EDIFICAÇÕES DE JOÃO MOREIRA GARCEZ.....	150

LISTA DE TABELAS

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA.....	60
-------------------------------	----

RESUMO

O desenvolvimento das cidades brasileiras do início do século XX, as realidades que seus administradores públicos tentaram modificar e as alternativas encontradas para a promoção de novos hábitos higiênicos, bem como a organização dos espaços orientados por princípios baseados em um saber técnico, inspiram atualmente inúmeros estudos. Este trabalho também se insere nessa perspectiva, ao eleger como objetivo analisar a atuação do engenheiro João Moreira Garcez na administração de Curitiba, no período de 1920 a 1928, bem como as edificações de sua autoria inserida na linguagem arquitetônica *Art Déco*. Inicia-se trazendo um cenário que pretende contribuir para um maior entendimento sobre a sucessão dos fatos que tomaram conta do Paraná até a posse de Caetano Munhoz da Rocha na Presidência e a nomeação para a Prefeitura de Curitiba de João Moreira Garcez. Na seqüência, focaliza-se o engenheiro João Moreira Garcez e suas estratégias como prefeito que, mediante propostas de modernidade baseadas em modelos importados, tentaram reverter as precárias condições em que se encontrava a cidade, e suas políticas no atendimento aos anseios da população que, mediante a inserção de novos hábitos, se queria civilizada. Por fim evidenciam-se as obras executadas pelo engenheiro João Moreira Garcez que aperfeiçoou em sua arquitetura a linguagem *Art Déco* e possibilitou que Curitiba pudesse acompanhar o que estava sendo feito em termos urbanísticos em outras capitais, nacionais ou estrangeiras. Ao resgatar a contribuição desse engenheiro-prefeito para a capital paranaense espera-se unir um elo a mais na história do urbanismo de Curitiba.

ABSTRACT

The development of Brazilian cities in the beginning of the 20th Century, the realities that their public administrators tried to modify and the alternatives found to promote new hygienic habits, as well as the organization of spaces guided by principles based on technical knowledge, inspire numerous studies nowadays. This paper is included in this perspective, as its objective is to analyse the performance of the engineer Joao Moreira Garcez during his administration of Curitiba, throughout the period from 1920 and 1928, as well as the edifications signed by him and inserted in the *Art Deco* architectural language. It begins by outlining a scenario which intends to contribute to a greater understanding on the facts that occurred in Parana and led to Caetano Munhoz da Rocha's Presidency and the nomination of Joao Moreira Garcez for mayor of Curitiba. Next, it focuses on the engineer Joao Moreira Garcez and his strategies as mayor which, through proposals of modernity based on imported models, tried to revert the precarious conditions the city found itself in, as well as its policies in answering to the population's desires which, through the insertion of new habits wanted to be civilized. Finally, it gives evidence of the work carried out by the engineer Joao Moreira Garcez which perfected the language of *Art Deco* in his architecture and made it possible for Curitiba to accompany what was being done in urbanistic terms at other cities, both national and foreign. As we analyse the contribution this engineer-mayor provided to the capital of Parana, we hope to create yet another link in the city planning history of Curitiba.

INTRODUÇÃO

O nascimento do Urbanismo como um campo do saber e sua formulação teórica representam uma resposta às condições a que chegam as cidades – aumento da população, crescimento de área urbana, insalubridade e epidemias, motivadoras de mudanças estruturais para adaptação aos novos padrões exigidos pela, e para, a sociedade.

Esse novo objeto de estudo, o espaço da cidade, desenvolveu-se durante todo o século XIX, quando se tornou evidente a necessidade de traçar estratégias para intervir nos antigos e estruturar os recentes ambientes urbanos.

O termo Urbanismo, segundo F. Choay¹, tanto pode designar uma nova disciplina com pretensão de ser uma ciência de concepção de cidades, como pode corresponder ao movimento que busca organizar e regularizar o crescimento delas e o movimento dos fluxos demográficos.

Pode-se, pois, considerar o Urbanismo uma nova ciência – apesar de já existirem discussões sobre o tema do planejamento antes do século XIX –, focalizada como uma nova teoria que representa, em essência, uma tomada de consciência da sociedade industrial sobre si mesma, mediante o questionamento de suas realizações.

A evolução da urbanística seguiu, assim, em paralelo e articulada com as transformações socioeconômicas e as mudanças de direção política presentes nas novas realidades dos novos ambientes totalmente diferentes dos então existentes, até tentar resolver cada um dos problemas e remediar seus inconvenientes. No primeiro caso, os teóricos pretendem materializar uma visão de cidade ideal. No

¹ Segundo a autora, o termo “urbanismo” é um neologismo proposto por Ildefonso Cerdà em sua “Teoría General de la Urbanización” de 1867 e introduzido na França por H. Prost na primeira década do século XX. CHOAY, F. *El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad*. In: DETHIER, J., GUIHEUX, A (Eds.). **Visiones urbanas: Europa 1870-1993. La ciudad del artista**. La ciudad del architect. Madrid: Electa, CCCB, 1994, p.24.

segundo, especialistas e funcionários produzem regulamentos sobre questões como higiene e novas instalações, que dão origem à moderna legislação urbanística².

Intervir na cidade construída não é uma novidade do século XIX, embora ainda não se possa aplicar o termo “urbanismo” a essas modificações. Sabe-se, inclusive, que planos de regularização, intervenções para embelezamento ou reconstrução de centros urbanos são experiências que estavam presentes já nos séculos anteriores. Obras como a de Sisto V em Roma, no século XVI, a abertura da Place des Voges em Paris, no século XVII, ou a reconstrução de Lisboa, no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, são só alguns exemplos.

Acontece, porém, que no século XIX as reformas tiveram como objetivo resolver os problemas que se apresentavam nas cidades industrializadas, tais como crescimento desmesurável e sem controle, além de um cenário de epidemias e de revoltas. Em algumas cidades como Paris, Londres ou Viena, buscaram-se, igualmente, o embelezamento e a monumentalidade, não só com a introdução de elementos decorativos e detalhes, mas também com a transformação das próprias cidades em monumentos. Essa tradição monumental tem como modelo os bulevares de Haussmann em Paris, a Regent’s Street em Londres e a Ringstrasse em Viena. A essência do movimento está em seus partidários acreditarem na beleza, nos belos edifícios e cenários, e, além da estética, no fato de poderem mudar a má situação das cidades, combatendo a feiura e a desordem³.

Muitas foram as estratégias de transformação urbana nas cidades européias entre 1850 e 1914. A principal diferença entre elas é identificada quando se comparam as cidades anglo-saxônicas com as típicas cidades continentais. As primeiras apresentam um movimento de migração das classes abastadas para os subúrbios, enquanto as últimas revelam um comportamento diferente, ao manter um centro, no qual vive a classe mais rica e onde se localizam os edifícios públicos e as instituições

² PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). EDUFBA: Salvador, 2002. p.45.

³ PINHEIRO, *op., cit.*, p.47.

nacionais. Definem-se, assim, dois métodos de intervenção, em relação às estruturas urbanas existentes: o deslocamento para os subúrbios, livres das restrições municipais, com a criação de novas áreas distantes do centro – o plano de extensão, a demolição e a substituição das velhas estruturas – e o plano de reforma⁴.

Benévolo⁵ classifica as cidades da era industrial em dois tipos, correspondentes a duas etapas: a cidade liberal, anterior a 1848, que apresenta um ambiente desordenado e inabitável, resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e privadas não regulamentadas e não coordenadas. E a cidade pós-liberal, posterior a 1848, quando se assumiu o controle político da urbe e se estabeleceu um novo modelo de cidade em que se limitou a liberdade das iniciativas privadas pela intervenção da administração pública, com regulamentos e execução de obras públicas, o que permitiu a sua reorganização, usando o argumento de combater o ambiente caótico das cidades industriais.

Os problemas das cidades do século XIX eram, entretanto, muito semelhantes, motivando os governantes a reagirem com intervenções e aprovando leis que permitiram ações no espaço construído. Historicamente, as primeiras foram as leis sanitárias, elaboradas como respostas às más condições de higiene, às epidemias que deixaram marcas nas cidades⁶. Foram aprovadas as leis de desapropriação por utilidade pública, que, a princípio, foram adotadas para a implantação da rede de ferrovias e, depois, utilizadas para os planos urbanísticos dos mais diversos tipos.

No caso da América Latina, a urbanização aconteceu vinculada a processos econômicos que não eram resultantes da industrialização, pois as cidades latino-americanas nasceram a serviço das relações internacionais com os países mais desenvolvidos, e isso faz com que seu processo de urbanização fosse uma

⁴ MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p.448.

⁵ BENÉVOLO, L. **Orígenes del urbanismo moderno**. Madrid: Celeste, 1992. p.141.

⁶ Na Inglaterra, a lei sanitária é de 1848; na França, de 1850 e, na Itália, de 1865. In: PINHEIRO, E. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos. (Paris, Rio e Salvador). EDUFBA: Salvador, 2002. p.57.

variável dependente, resultante de sua incorporação no mercado mundial⁷. Acrescesse-se que, desde o seu descobrimento, a ocupação territorial da América Latina foi desigual e irregular, dependente da conjugação de causas físicas, estratégicas, políticas e econômicas.

Esse esquema de urbanização pouco mudou depois da independência dos países latino-americanos, ao longo do século XIX, mantendo-se o que foi estabelecido durante o período colonial, inclusive com a hierarquia dos centros entre si. A organização e a ocupação do espaço, assentadas na centralização do desenvolvimento em torno da capital, tinham sua base econômica na agricultura, na pecuária e na mineração, antes que na manufatura⁸.

Nas cidades brasileiras, a reforma urbana realizou-se em princípios do século XX, constituindo o ápice de um longo processo que havia começado a partir da metade do século XIX a mudar a imagem das áreas urbanas, em decorrência do avanço científico e do surgimento de novas técnicas. Com o advento das modernas teorias urbanas, os planos de intervenção, à maneira européia, estavam voltados a resolver as questões da cidade como o saneamento, a circulação e a legislação urbanística. Isso por sua vez demandava a formação de diferentes quadros técnicos – legisladores, médicos e engenheiros – que dessem conta das mudanças na forma de estruturar, de pensar, de ver e de viver a cidade.

Dentre os engenheiros, a primeira geração de profissionais foi constituída de egressos dos cursos de engenharia das antigas Escolas Militares da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, ou da Escola Central do Rio de Janeiro. Alguns realizavam seus cursos no exterior. Esses profissionais ocuparam cargos públicos nas estruturas administrativas em formação, nas Prefeituras das principais cidades e no governo do estado, no período referido. Também criaram e participaram, como docentes, das Escolas Politécnicas de Engenharia de São Paulo, Bahia e Rio.

⁷ SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização Latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

⁸ LOU, M. A MARTÍN; BENASAYAG, E. M. **Proceso de urbanización en América del Sur**. Modelos de ocupación del espacio. Madrid: Mapfre, 1992. p.170-171.

No Paraná, tais profissionais começaram a ter espaço no início do século XX, quando foram contratados pelo poder público para canalização de rios, melhoramentos em parques e praças, execução de serviços sanitários, abastecimento de água potável e calçamento de vias públicas. Em Curitiba, dos engenheiros que mais se destacaram, podem ser citados Cândido Ferreira de Abreu, nomeado prefeito durante os anos de 1913 a 1916, pelo presidente da província Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque⁹, e João Moreira Garcez, cuja atuação compõe o centro de interesse desta dissertação.

O que se indaga é se somente a formação de Moreira Garcez pode ser apontada como fator relevante tanto para as transformações verificadas em Curitiba nos anos de 1920 quanto para as formas construtivas sugeridas em suas edificações.

Torna-se necessário, primeiramente, refletir sobre: as características da reforma urbana que provocaram mudanças nos modos de vida e nas identidades sociais (a transformação de Curitiba numa cidade limpa, higiênica, salubre, bonita, burguesa baseada nos moldes europeus, digna de ser uma capital); a imagem de cidade ideal proposta pela cultura dominante e os argumentos utilizados pelos governantes e investidores para justificarem as reformas urbanas e as intervenções nos hábitos de seus habitantes.

Para esta análise, além dos autores já citados nesta introdução, foram utilizadas as obras de Maria Ignês Mancini De Boni, Irã Dudeque e Etelvina Trindade, Marcelo Sutil, que ofereceram subsídios para a contextualização do momento em que se deu o maior impulso de urbanização e de modernização de Curitiba, ou seja, o período denominado Primeira República.

No que diz respeito às questões técnicas do urbanismo e, sobretudo, da arquitetura em estilo Art Déco foram consultados autores como Luiz Paulo Conde, Hugo Segawa, Wolney Unes e Martino Fagioli.

⁹ BAHLS, A V. da S. **O verde na metrópole**: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação de mestrado. UFPR, 1998. p.108-109.

Nas reflexões mais gerais sobre as questões do exercício do poder dois autores deram suporte: Michel Foucault e Jacques Donzelot, que possibilitaram as interpretações em relação às políticas públicas de Caetano Munhoz da Rocha e João Moreira Garcez, procurando caracterizar a atividade administrativa, não apenas em sua forma autoritária, mas também como disciplinadora e normatizadora dos comportamentos da população.

Esse referencial serviu de base para análise das fontes, compostas, em primeiro lugar, pela Planta de Curitiba de 1927, que pertence ao acervo da Fundação Casa da Memória. Esse material possibilitou uma verificação visual das transformações urbanas ocorridas em Curitiba quando da passagem de João Moreira Garcez pela Prefeitura. Igualmente constituíram fontes importantes os Relatórios apresentados ao Presidente de Estado, compreendidos entre os anos de 1917 a 1919, quando João Moreira Garcez ocupou o cargo de diretor de Obras Públicas na Secretaria d'Estado da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, e entre 1919 e início de 1920, quando ocupou o cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, ambos durante o governo de Affonso Alves de Camargo. Da mesma forma, as mensagens dirigidas à Câmara Municipal de Curitiba, compreendidas entre os anos de 1920 a 1928, quando João Moreira Garcez foi prefeito desta cidade, e as mensagens ao Congresso Legislativo elaborado pelo Presidente de Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha, durante sua administração forneceram dados relevantes sobre as medidas tomadas em diversas áreas das políticas urbanas empreendidas por aquele.

Periódicos como a Gazeta do Povo (1920 a 1928), O Dia e O Diário da Tarde ajudaram a compreender a situação econômica, política e social da capital paranaense, bem como a receptividade, ou não, da sociedade curitibana às intervenções efetuadas por Moreira Garcez.

Este estudo tem por objetivo analisar a atuação do engenheiro João Moreira Garcez na administração de Curitiba, no período de 1920 a 1928, bem como as edificações de sua autoria inseridas na linguagem arquitetônica *Art Déco*.

Constituem objetivos específicos:

- Descrever o contexto da aliança político-administrativa entre o governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba que possibilitou a concretização das reformas urbanas na Capital;
- Investigar de que maneira a formação de Moreira Garcez contribuiu para suas realizações na Prefeitura de Curitiba;
- Identificar os elementos arquitetônicos componentes da linguagem *Art Déco* nas obras do engenheiro João Moreira Garcez.

Para dar conta dos objetivos propostos, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O Capítulo 1, cuja função é a de um pano de fundo, traz um breve histórico sobre a formação do Estado do Paraná e descreve a administração de Caetano Munhoz da Rocha durante os anos de 1920 a 1928, período em que ocupou a Presidência do Estado, com vistas em demonstrar as razões de sua opção por um técnico como prefeito da capital do Estado. O Capítulo 2 trata da atuação de João Moreira Garcez à frente da Prefeitura de Curitiba e procura mostrar como o engenheiro estabelece as relações políticas no poder e de que maneira a sua formação contribui para a administração dos assuntos voltados à economia e às práticas urbanas. O Capítulo 3 está dedicado à análise das obras construídas pelo engenheiro na cidade de Curitiba; por entender-se que ele desenvolve o estilo arquitetônico denominado *Art Déco* comparam-se suas edificações com outras que tenham acompanhado esta linguagem arquitetônica.

CAPÍTULO 1

O PARANÁ ENTRE IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

1.1 DE PROVÍNCIA A ESTADO

No Brasil imperial, o poder político era alternado por homens ligados ou ao Partido Liberal ou ao Partido Conservador, e grupos oligárquicos que manobravam as políticas locais. Na província do Paraná, as disputas eleitorais transcorriam sem maiores incidentes, exceto pelas oposições de interesses e substituições de dirigentes efetuadas pelo grupo dominante. Os objetivos políticos seguiam a orientação do chefe do partido hegemônico e estavam, freqüentemente, de acordo com os do presidente nomeado para administrar a província.¹⁰

Nesse panorama, o Paraná ainda apresentava uma baixa densidade populacional e raras eram as cidades que possuíam mais de 10.000 habitantes. A região do primeiro planalto era a mais habitada, enquanto ao norte, havia a colônia militar do Jataí e alguns aldeamentos indígenas. Configurava-se, assim, uma reduzida ocupação do território.

A mais nova província do Império sobrevivia das atividades econômicas ligadas ao extrativismo da erva-mate, da madeira e em menor grau da agropecuária. A produção da *Ilex paraguensis*, no século XIX, revestiu-se de um aparato técnico que estabeleceu uma nova organização de trabalho e dinamizou sua comercialização. Já o beneficiamento da madeira teve lugar ao longo das vias férreas, canais de escoamento desse produto, para ser comercializado em centros maiores, enquanto a agropecuária esteve ligada às fazendas dos Campos Gerais.

¹⁰ BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. v. 1, 2. ed., Ed. Paraná Cultural Ltda., 1969, p.144-151.

Para alterar o quadro populacional no Paraná, iniciativas oficiais de atração de imigrantes – acompanhando políticas de âmbito nacional para o setor – propiciaram a instalação de colônias de etnias européias próximas aos sítios urbanos já existentes.

O desempenho da economia favoreceu o estabelecimento de dois grupos distintos na sociedade paranaense: um formado pela aristocracia rural dos Campos Gerais, que entrou em declínio nos anos finais do século XIX, e outro constituído pela classe burguesa da indústria ervateira e madeireira que se fixou nas cidades, sobretudo na capital, influenciando seus destinos políticos.¹¹

Com a proclamação da República, o Paraná continuou sendo dirigido por homens que descendiam das oligarquias aqui consolidadas, prática comum em todo território nacional, cujo exemplo cabal é a oligarquia paulista, e não sofreu intensas modificações até a Revolução de 1930. Essas oligarquias atendiam a seus próprios interesses esquecendo-se das necessidades da população, predominantemente rural. Em todo Brasil a carestia de vida e a elevação da dívida externa, resultantes das sucessivas operações de valorização do café, deram origem a freqüentes manifestações populares no correr do período. Somente um desentendimento no interior da política denominada “café com leite”, estabelecida pela oligarquia paulista e mineira, foi capaz de dar outro rumo ao sistema político praticado até então.

Nas cidades paranaenses, muitas delas recém-instaladas, que abrigavam suas primeiras fábricas, um comércio incipiente e instalações para beneficiamento de produtos ligados à madeira e à erva-mate, o cotidiano dos habitantes acomodava-se a novos hábitos. De origem nacional ou estrangeira, esses habitantes formariam um operariado que começaria a lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Ocupados com seus latifúndios, os fazendeiros continuavam a perder sua influência na política para uma nova elite econômica estabelecida nesses quadros urbanos em ascensão.

¹¹ SEGA, R. A. **A Capital Belle Époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos quatro Ventos, 2001. p.21.

Isoladas, as cidades paranaenses da Primeira República começaram a comunicar-se com maior freqüência e em menor tempo após a construção da estrada de ferro. Inicialmente ligando Curitiba a Paranaguá – desde – 1885 a linha de trem alongou-se e passou a unir os núcleos urbanos de Ponta Grossa, União da Vitória e Wenceslau Brás.

Nesse meio tempo, a atividade ervateira passou a ceder sua hegemonia à produção de café. Com o incentivo à colonização nos vales dos rios das Cinzas, Itararé e Paranapanema originaram-se novos núcleos populacionais como Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio e Andirá, formando a região que mais tarde seria chamada de Norte Velho. Em 1925, a Estrada de Ferro Sorocabana, que ligava o oeste de São Paulo via norte do Paraná, chegou a Cambará, incrementando a ocupação da região:

Até meados da década de 1920, aproximadamente 2.000 fazendas estavam instaladas na região, com cerca de 20 milhões de pés de café. Perto de 150.000 pessoas estabeleceram-se no local, até a década de 1930, representando 21% da população total do Estado.¹²

A entrada do café em terras paranaenses teve início no final do século XIX e assinalou novos direcionamentos à política rural e à expansão da ocupação do território ao longo das décadas seguintes. Com esses assentamentos, o cultivo do café foi intensificado e propiciou, também, o surgimento de uma policultura que alcançou maior expressão a partir da década de 1920¹³.

No Brasil, a última década da Primeira República foi marcada por momentos de muito questionamento à ordem estabelecida. O *status quo* foi questionado pelas camadas médias da população, tenentes do exército, profissionais liberais, que mostraram sua insatisfação, rebelando-se, enquanto as classes operárias, articuladas pela criação de sindicatos, realizavam greves e chegaram, inclusive, a fundar um partido político de oposição – o Partido Comunista do Brasil.

¹² MAGALHÃES, M. B. **Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001, p.44.

¹³ BALHANA, A. P. **Un Mazzolino de Fiori**. WESTPHALEN, C. M. (Org) Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003, p.153.

As mesmas questões nacionais reproduziram-se no Paraná, embora num contexto menos agressivo, de contradições menos aparentes. Durante esse período, o Estado, mantido à margem das decisões nacionais, foi governado por Caetano Munhoz da Rocha.

1.2 A ADMINISTRAÇÃO DE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

1.2.1 Caetano, cidadão

Caetano Munhoz da Rocha nasceu no dia 14 de maio de 1879, em Antonina, litoral do Paraná. Formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em 1902, voltando em seguida para seu estado natal, fixando residência em Paranaguá. No decorrer de sua vida, casou-se por três vezes e teve 21 filhos.

Exercendo sua profissão de médico, entre os anos de 1902 e 1905, trabalhou na Santa Casa de Misericórdia e na Inspetoria de Saúde dos Portos de Paranaguá e Antonina. Mas a política teve um apelo mais forte para ele e, em 1904, aos 25 anos, ingressou no Partido Republicano Paranaense no qual acumulou cargos eletivos como Deputado Estadual (de 1904 a 1917), em sucessivas eleições. Foi também prefeito de Paranaguá, entre 1908 e 1912, tendo sido reeleito para o quadriênio seguinte (1912 a 1916). Renunciou à Prefeitura ao transferir-se para Curitiba em 1915, ano em que foi convidado para disputar o cargo de 1.º vice-presidente, ao lado de Affonso Alves de Camargo que concorria às eleições para a presidência do Estado.

Entre os anos de 1916 e 1920, Caetano exerceu o cargo de vice-presidente do Estado, respondeu pela Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, e esteve na Presidência durante o acordo de 1916, quando Affonso

Camargo ocupou-se com a questão do Contestado¹⁴, região situada na fronteira oeste entre Paraná e Santa Catarina e muito disputada por ambos os estados.

No pleito seguinte, Caetano foi candidato único para as eleições de Presidente do Estado, assumindo em 25 de fevereiro de 1920.¹⁵ Após dois anos de mandato conseguiu, junto ao Congresso Legislativo, alterar temporariamente a Constituição Estadual¹⁶, datada de 7 de abril de 1892, o que lhe permitiu candidatar-se à reeleição. Em chapa única, foi eleito para o quadriênio seguinte, assumindo o governo do Estado em 25 de fevereiro de 1924, e enfrentando diversas oposições, inclusive de Affonso Camargo. Munhoz da Rocha, ao reassumir o governo, manteve à frente da Prefeitura da capital João Moreira Garcez, que deveria, conforme suas palavras, “continuar a dirigir com a sua reconhecida proficiência e capacidade de trabalho, os destinos do Município”.¹⁷

Em 25 de fevereiro de 1928, entregou a presidência a Affonso Alves de Camargo e assumiu sua cadeira no Senado Federal. Em 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, deixou o senado; entre 1935 e 1936 foi eleito Deputado Estadual

¹⁴ A região do Contestado era dominada por latifundiários que exploravam a madeira e o mate e continha uma população de trabalhadores temporários, camponeses miseráveis, que seguiam as orientações do monge José Maria. Em 1900, estes sertanejos passaram a ser expulsos de suas terras com a chegada das empresas construtoras de estrada de ferro a mando do governo federal. Sob tal determinação, houve resistência por parte dos camponeses, que passaram a reagir com táticas de guerrilha lideradas pelo monge. Entre os violentos embates havido está o ocorrido em 1912, na cidade de Irani, onde perderam a vida o monge José Maria (Miguel Lucena) e o coronel João Gualberto. Porém, somente em 1916 houve um acordo entre ambos os estados, tendo o Paraná perdido aproximadamente 28.000 Km² na partilha. In: CARDOSO, J.; WESTHALEN, C. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain Editora. 2. ed. 1986, p.62.

¹⁵ Seus principais auxiliares foram Dr. Marins Camargo (Secretário Geral), Dr. João Moreira Garcez (prefeito da capital), Dr. Luiz Maranhão (chefe de polícia), Dr. Raul Munhoz (responsável pela força militar), Dr. Victor Ferreira do Amaral (Diretor de Higiene), Dr. Dantas Ribeiro (Procurador Geral da Justiça), Dr. Lysimaco Ferreira da Costa (Diretor de Instrução Pública).

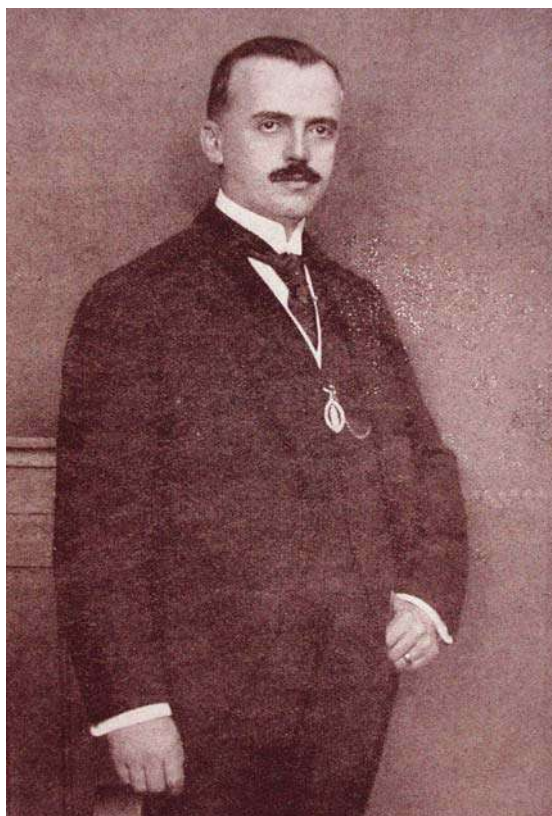
¹⁶ PARANÁ. Decreto-Lei n.º 2.179, de 10 de março de 1923. Art. 1.º O Presidente do Estado poderá ser reeleito uma vez, ficando derogada a disposição do art. 120, paragrapho 1.º, da Constituição do Estado, na parte referente ao Presidente. **Estado do Paraná. Leis de 1923**. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923, p.18.

¹⁷ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 17.ª Legislatura. Curitiba, 1.º de fevereiro de 1924. Typ. d'A República, 1924, p.88.

pela oitava vez; e, em 1939, durante a gestão do interventor Manoel Ribas, foi convidado a presidir o Conselho Administrativo do Estado, órgão de consulta da Interventoria Federal no Paraná.

Faleceu em Curitiba em 23 de abril de 1944 aos 65 anos de idade.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA



FONTE: Revista Círculo de Estudos Bandeirantes.
Curitiba, out./1944.
ACERVO: da Família.

1.2.2 Caetano, Presidente do Estado

Tendo sido vice-presidente e, ao mesmo tempo, Secretário da Fazenda, Colonização e Obras Públicas do governo de Affonso Camargo, o representante do Partido Republicano Paranaense, Caetano Munhoz da Rocha esteve à época em acordo com as diretrizes tomadas por aquele administrador. E para efetivação das propostas lançadas naquele governo foram necessários auxílios monetários, concedidos pela União, que possibilitariam despertar a agricultura no Estado; já para a melhoria nos serviços de água e esgotos oferecidos na capital, houve emissão de

bônus estaduais, e muito se gastou na publicação de atos oficiais, retratos e elogios em jornais locais e na capital federal. Contudo, até o final dessa administração, para os agricultores não chegaram nem trigo, nem instrumentos agrícolas, o sistema de saneamento na capital continuava a atentar contra a saúde da população e os muitos elogios veiculados na imprensa renderam uma folha de pagamento contendo inúmeros funcionários apadrinhados.

Nesse quadro, parecia bastante oportuno desenhar uma situação de ruptura com a administração anterior. Assim, a partir do momento em que assumiu a presidência do Estado, os primeiros atos de Munhoz da Rocha consistiram em propostas totalmente divergentes das adotadas no período anterior. Expectativas e comentários nesse sentido circulavam pela imprensa local, que constantemente comparava as duas gestões:

Não obstante, á meia-voz se propalam noticias animadoras que talvez se não realizem: o novo governo pretende lançar entre nós um regimen diverso do que acabámos de passar, delle constando uma fiscalisação directa por parte do poder executivo a todos os departamentos administrativos, afim de que conchavos se não realizem, de tudo tendo conhecimento.¹⁸

O novo presidente procurou marcar essa diferença desde seu discurso de posse, como divulgado pela imprensa:

O novo presidente, numa eloquente oração, (...) disse que iria governar com despreocupação de espirito partidario, sem contudo perdoar aos que se oppuzeram á sua candidatura, aos opposicionistas e dissidentes. Terminou o seu discurso invocando a Deus pela prosperidade do Estado, tendo antes proclamado que o seu governo seria principalmente economico-financeiro, um governo das economias, a maxima possivel.¹⁹

As declarações de que não perdoaria os opositores e dissidentes ao seu governo e de que buscaria a prosperidade do Estado pelo viés da economia, apontavam também para o caráter centralizador dessa administração. Tanto é assim que alocou os órgãos responsáveis pelos pagamentos devidos ao Estado no Palácio

¹⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1920. p.3.

¹⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1920. p.3.

do Governo para, dessa forma, deter o controle total dos valores de receita e despesa efetuados em cada exercício financeiro e justificou:

No intuito de acompanhar mais directamente a administração publica, em todos os seus departamentos, fiz reunir em uma só as Secretarias de Estado, mediante a criação da Secretaria Geral, avocando para o Presidente muitas atribuições antes conferidas aos seus auxiliares e que praticamente lhe deviam corresponder, providencia que, pelo menos no momento, era aconselhavel.

Attendendo a conveniencia dos trabalhos administrativos e a facilidade das partes, construíram-se na séde de algumas comarcas, edificios proprios para a installação de todas as repartições estadoaes do logar.²⁰

Suas atitudes centralizadoras ultrapassaram, porém, os departamentos públicos e atingiram a Constituição do Estado que, modificada, passou a corresponder a um seu objetivo político: a possibilidade de recondução ao cargo. Desde o início de sua gestão, Caetano pretendeu estendê-la trabalhando junto ao Congresso Legislativo Estadual para que fosse aprovada sua reeleição (Lei n.º 2.179, de 10 mar./1923), alegando sobretudo “que o período administrativo é demasiado restricto para a integral realização de um plano de governo”²¹. Tal atitude, além dos desentendimentos com o antigo governador Affonso Camargo, contou com a manifestação contrária da opinião pública, como revelada inúmeras vezes pela imprensa:

Quer isto dizer que o nosso Estado acha-se na imminencia de ser teatro de uma encenação (sic) política e constitucional totalmente inedita para a sua existencia, armada na sombra, pela comparsaria dos que representam a grande força da política situacionista paranaense, e que pretende, para satisfação de ambições pessoas e de interesses de partido, revolucionar até a Constituição do Estado.

É a confirmação da derrocada dos princípios republicanos, fementidos pelos inimigos da República.²²

²⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 19.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1928. Typ. d'A República, 1928, p.271-272.

²¹ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 17.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1924. Typ. d'A República, 1924, p.71.

²² GAZETA DO POVO. Curitiba, 23 de março de 1922. p.5. Fementido (adj.): que mentiu à fé jurada; perjuro. (N.A).

Superando as oposições e declarações, Munhoz da Rocha seguiu governando com o objetivo de aumentar as rubricas de exportação com o deslocamento da produção excedente, pelas ferrovias e rodovias, que atingiriam os portos paranaenses, principalmente o de Paranaguá. Procurou libertar o Estado da emissão de apólices e bônus para normalizar a situação financeira, pois “(...) um Estado, como o Paraná, (...) não poderá facilmente dispôr dos recursos necessários e suficientes à criação e manutenção de todos os serviços publicos, attendendo ao mesmo tempo um serviço vultuoso de divida passiva.”²³. E buscou alternativas para diversificar as exportações do Estado, bem como soluções que evitassem a diminuição das rubricas sobre o comércio da erva-mate e madeira, produtos que durante muito tempo responderam pelo crescimento econômico do Paraná.

Em termos administrativos, o governo de Caetano caracterizou-se pela tentativa de organização da máquina estadual, dispensando funcionários que, em virtude da forma de governo clientelista praticada até então, havia resultado em um excesso de contingente, intensamente combatido pelos jornais locais:

Uma das maiores esperanças do povo no novo governo é a tão falada derrubada geral. Espera-se que o dr. Munhoz da Rocha, cujos intuitos patrioticos proclamam, inaugure na orientação administrativa do Estado o regimen posto em pratica na administração do paiz pelo sr. Epitacio Pessoa: o regimen das capacidades.

Sendo assim soarà felizmente a hora extrema para estes manipanços que se aboletaram na administração publica sem que para isto tivessem outros titulos que os recommendassem senão os <pistolões> dos padrinhos e os artigos laudatorios estampados diariamente no órgão official do partido e nos jornais alugados.²⁴

Tratou igualmente de organizar várias instâncias do governo partindo, de um lado, para uma setorização de alguns órgãos públicos, instalando-os em construções apropriadas às suas funções, caso do Almojarifado Geral e do

²³ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 17.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1924. Typ. d'A República, 1924, p.26.

²⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 26 de fevereiro de 1920. p.1.

Departamento de Estatística, e, por outro lado, fundindo as secretarias que se achavam afetas aos negócios das finanças, pois, como ele mesmo declarou “a acção do meu Governo se exercerá principalmente em torno do problema economico-financeiro.”²⁵ Com efeito, chegou mesmo a propor a criação de um imposto único, talvez para facilitar ao contribuinte o pagamento e ao Estado a contabilização na arrecadação. Sua proposta, no entanto não logrou êxito.

Seu governo investiu na construção de novas vias de transporte, além da conservação das já existentes. As estradas de rodagem construídas priorizaram duas regiões: a estrada de Guarapuava, macadamizada com os recursos arrecadados junto aos capitalistas dos municípios beneficiados, e conduzida até um trecho de estrada de ferro mais próximo; e as rodovias no Norte do Estado, que sendo a região do café, contribuiriam para encaminhar este produto até o litoral paranaense.

Com essas medidas, é possível notar uma urgência em organizar a máquina administrativa, bem como dinamizar a economia agilizando as trocas comerciais como formas de contribuir para o aumento na receita do Estado. Haja vista que as freqüentes reclamações das serralherias, divulgadas inúmeras vezes pelos jornais, mencionavam que grandes quantidades de seus produtos permaneciam na margem das ferrovias em consequência da falta de transportes e, ao relento, apodreciam antes de alcançarem os pontos para sua comercialização.

Para tanto, este governo lutava contra os inconvenientes que dificultavam aproximar os produtos oferecidos pelo Estado ao mercado consumidor. As negociações para as melhorias no porto de Paranaguá atravessaram os oito anos do governo do Dr. Caetano. Vários foram os fatores que prolongaram a espera quanto ao devido aparelhamento deste porto: o empréstimo necessário, restringindo as “concessões apenas à execução das obras” e, principalmente, a recusa do governo em aceitar as “propostas que envolvem o direito de exploração do serviço”²⁶, que

²⁵ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, Curityba, 1.º de fevereiro de 1921. Typ. d’A República, 1921. p.6.

²⁶ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 1.ª sessão da 18.ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1926. Curityba: Typ. d’A República, 1926. p.127.

muito embaraçavam os interesses nacionais, tal como se fazia na administração do porto de Santos, assim denunciada pela imprensa curitibana:

(...) explorado pela Companhia de Docas, estrangeira, que entrava formidavelmente o desenvolvimento commercial do visinho Estado, impondo taxas arbitrariamente elevadas por seus serviços, de fôrma a prejudicar sensivelmente o commercio e as Industrias paulistas.”²⁷

O governo de Caetano Munhoz da Rocha continuou sendo sustentado pela produção e exportação da erva-mate, base da economia paranaense desde o século XIX²⁸. Porém, o crescente mercado argentino apareceu como principal concorrente nas praças do Uruguai e do Chile. Para encontrar novos consumidores, passou a sugerir que agências de propaganda fossem instaladas em outros estados nacionais (Bahia, Pernambuco e Pará) com vista em intensificar a venda deste produto e com isso atingir mercados internacionais como Estados Unidos e Europa. Dr. Caetano acreditava que, para ampliar as exportações e conquistar o mercado estrangeiro, era fundamental que a erva-mate fosse antes de tudo amplamente divulgada dentro das fronteiras nacionais “(...) pois, ao contrario, como se poderá com vantagens, apresentar no mercado estrangeiro um producto de consumo tão restricto no paiz de origem?”²⁹

Para diversificar a economia paranaense dominada por produtos de manejo extrativista (erva-mate e madeira), Munhoz da Rocha fomentou o desenvolvimento agrícola com o financiamento de estabelecimentos de ensino e estações de cultivo experimentais que, subvencionados pela União, preparassem “pelo conhecimento dos processos e methods modernos, ao aproveitamento conveniente das nossas terras, de modo a fazel-a produzir, pelo maximo e pelo melhor, (...) o trabalho inteligente e bem dirigido.”³⁰

²⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 19 de março de 1920. p.1.

²⁸ Segundo Magnus Pereira: “Num prazo de aproximadamente 70 anos, a burguesia industrial paranaense, herdeira dos *putting-outers* do início do século XIX, conseguiu revolucionar a produção da erva-mate e, com ela, toda a sociedade paranaense.” *In*: PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p.56.

²⁹ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 1.ª Sessão da 16.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1922. p.44.

³⁰ *Ibid.* Curityba, 1.º de fevereiro de 1921. p.48.

As cidades de Ponta Grossa e Araucária foram escolhidas para a implantação desses “laboratórios” que pesquisavam formas de plantio que capacitassem qualitativamente a produção agrícola com o fim de concorrer satisfatoriamente para a economia do Estado e substituir, mediante conselhos e instrução aos agricultores, modos e processos primitivos que desde os tempos coloniais ainda estavam em prática. Investiu-se no conhecimento técnico sugerido pela ciência como crença no progresso o que, para a Primeira República, era visto como moderno, o caminhar rumo à modernidade³¹, abandonando um passado colonial.

A produção agrícola de maior expressão no Paraná ocorreu nas regiões sudoeste e oeste do Paraná, que se desenvolveu em função de uma corrente povoadora vinda do sul do país, descendentes de alemães e italianos, que ocuparam a terra empurrando os cablocos que exploravam a erva-mate e a madeira para as regiões de floresta.³² E essa ocupação do território, que por sua vez organizava a agricultura no Estado, ocorria como descrito pela imprensa local:

Sem manter o Estado um serviço de imigração oficial, tem-se procurado favorecer a localização de colonos, facilitando a aquisição de terras devolutas às empresas colonizadoras. Continua o Estado a receber os colonos que espontaneamente para aqui se dirigem em demanda de um meio favorável, em que possam exercer com profícuos resultados a sua actividade. O Paraná é, sem duvida um dos Estados da Republica mais preferidos pela imigração espontanea que se hade ir realizando natural e progressivamente, sem os inconvenientes da colonização em grandes massas e onerosa para o Thesouro.(...).³³

No norte do Paraná a ocupação foi resultado, em parte, das sucessivas ações governamentais na intenção de colonizar aquela região, e, em parte, pela

³¹ Moderno: tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico, e Modernidade: novo conceito que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes. In: HERSCHMANN, M. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.202.

³² BALHANA, A. **Un Mazzolino de Fiori**. WESTPHALEN, C. (org). Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. p.153.

³³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 27 de fevereiro de 1924. p.8.

entrada de agricultores paulistas, mineiros e nordestinos que se fixaram na região. Ainda ao final do período eletivo do Dr. Caetano, em 1927, foi realizada uma concessão nessa região em favor da empresa Paraná Plantation Limited, com sede em Londres, a qual promovia a venda de terras por baixo preço a colonos de várias procedências. A experiência na colonização foi bem-sucedida e resultou na difusão do cultivo do café, chamando a atenção de outros estados.

No ano de 1927, o governo federal conveniado com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e, com interesse na defesa do café, convidou o Paraná a participar do “plano de valorização” deste produto, exportando sua produção, mediante respectivas cotas, pelo porto de Santos. O governo do Paraná, além de não concordar com essa política nacional, argumentou que a produção não alcançava as cotas exigidas ao Estado e, para assegurar ao produtor a venda da safra, isentou de imposto quem exportasse pelo porto de Paranaguá.³⁴

Assim como o cultivo do café, o governo contava com a pecuária para alcançar resultados a longo prazo, pois contava com “a fertilidade das nossas terras e as condições favoráveis dos nossos campos”³⁵, para que também, a criação do gado bovino e suíno participassem do engrandecimento econômico do Paraná.

Quanto à madeira, outro produto significativo para a economia paranaense, sua exploração provocou a devastação nas áreas de floresta; principalmente a intensa utilização da lenha como combustível para as locomotivas promoveu a diminuição das matas nativas. Progressivamente, maiores pilhas de madeira beiravam as ferrovias, enquanto menores quantidades de espécimes vegetais

³⁴ Essa atitude liberou os produtores das exigências de cotas quanto à produção e promoveu maior autonomia ao Estado frente às políticas agrícolas que estava tentando implantar. Embora a União financiasse projetos voltados para a agricultura no Paraná, a determinação na aplicação destes recursos ficava a cargo do governo local que, centralizador, determinava o destino dos recursos para cá enviados. CABAS, A.; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.46.

³⁵ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 18.^a Legislatura. Curitiba, 1.^o de fevereiro de 1926. p.44.

restavam em pé na paisagem. A devastação tornou-se visível e arrastava na esteira da deterioração as fontes hídricas que abasteciam as cidades.³⁶

Diante desse problema, vários estados reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro para organizar e regulamentar o serviço florestal da União. O encontro resultou em uma legislação específica³⁷ e, como solução para evitar a escassez e racionalizar os custos, os primeiros reflorestamentos vieram para suprir a matéria-prima que impulsionava as empresas ferroviárias³⁸. No Paraná, Munhoz da Rocha legislou proibindo o corte da madeira que não estivesse em condições para exportação e obrigou o replantio de espécies apropriadas a cada região pela Lei Estadual n.º 1.986, de 5 de abril de 1920.

Mas, para a conscientização dessa nova forma de utilizar os recursos naturais disponíveis seria necessária a normalização dos costumes que, amenizados no antigo regime, com o advento da República passaram a ser intoleráveis. As ações de administradores e reformuladores urbanos voltavam-se para a conservação de rios e florestas como parte dos saberes ditados pela ciência que, no início do século XX, tentavam solucionar os problemas trazidos pelas doenças infecto-contagiosas que atingiam as cidades.

O Estado Republicano veio propor transformações sociais e políticas para a construção de uma sociedade moderna. Evidenciou-se uma onda de reformas urbanas e institucionais que visavam à modernização das cidades brasileiras que, saindo do sistema escravista, ingressavam no mercado capitalista. No conjunto dos procedimentos para “reformular” e “civilizar” essas cidades, a partir de referenciais europeus, o novo regime privilegiou a solução das questões sanitárias.³⁹

³⁶ TRINDADE, E. (Coord. Téc.) **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997. p.29.

³⁷ Decreto Federal n.º 4.421, de 28 de dezembro de 1921.

³⁸ TRINDADE, E. (Coord. Téc.) **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997. p.29.

³⁹ HERSCHMANN, M. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.202.

Portanto, paralelamente ao desenvolvimento de novas atividades econômicas acrescentou-se às metas desse governo uma nova ordem social, voltando suas atenções para a organização das cidades. Dessa forma, o relacionamento do Estado com a sociedade fez-se, nesse momento, pela combinação de saberes e estratégias de poder que atingiriam a população com a magnitude do que se domina uma microfísica e, assim, dariam conta de controlar comportamentos e vigiar práticas e antigos costumes, disciplinando a população para a saúde e o trabalho.⁴⁰

Da articulação entre saberes e modos de poder, a que Foucault chamou de “governamentalidade”, resultariam os dispositivos de segurança que possibilitariam controlar a sociedade e seus comportamentos mediante a escola, a fábrica, o hospital, a prisão. Em tais instituições disciplinadoras estariam diluídos os discursos proferidos pelos saberes e que o poder materializaria de maneira a fixar os indivíduos nesses sistemas normalizadores e não os excluindo para além das fronteiras da cidade, à mercê de sua própria sorte.⁴¹

O modelo Republicano adotado no Brasil possibilitava ao Estado intervir sobre as reformas que pretendia fazer seja na sociedade, seja nas cidades. Desse modo, Dr. Caetano implantou uma técnica de saneamento com o fito de evitar os surtos epidêmicos no controle das moléstias infecto-contagiosas, comprometendo a economia, e implementou uma política social que providenciou o reaparelhamento da repartição de higiene quanto aos serviços de desinfecção, vacinação preventiva (varíola e tifo), e instituiu as visitadoras domiciliares para que assiduamente procurassem as residências ocupadas por doentes, fiscalizando e ensinando regras de profilaxia. Munhoz da Rocha justificava que:

⁴⁰ RIBEIRO, R. J. (org) **Recordar Foucault**. Os textos do colóquio Foucault. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p.196-208.

⁴¹ FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.277-293.

A hygiene moderna, permitindo o isolamento domiciliar, em casos de molestias contagiosas, simplificou de muito o custoso aparelhamento das antigas installações. Neste particular a ação do poder publico assume antes o carater de assistencia aos doentes pobres e aos que, por circunstancias especiaes, não podem ser isolados em domicilio.⁴²

As políticas sociais desenvolvidas pelo governo do Dr. Caetano vão enfatizar práticas assistencialistas que se solidarizavam com a população carente evitando sua marginalização. Ao longo de suas duas administrações foi possível a edificação de instituições como o leprosário de São Roque (em Piraquara) e o sanatório de São Sebastião (na Lapa), que integravam em seus espaços a formalização dos discursos proferidos no campo da saúde, ao possibilitar o tratamento dos males nos doentes, e no campo social mantinha a família dos enfermos em instalações adjacentes.

Concebidos dentro de preceitos ditados pela técnica científica, para uma sociedade que se queria moderna, essas arquiteturas asseguraram aos seus ocupantes o espetáculo do olhar vigilante, em substituição ao espetáculo do abandono assistido pela multidão nas ruas. Ao contrário de excluir, as práticas discursivas adotadas pela política social desse governo tornaram-se visíveis nessas arquiteturas.⁴³

Outras arquiteturas erigidas em razão da nova ordem social foram as construções de grupos escolares, que totalizaram cinquenta por todo Estado. A questão educacional foi incentivada, também, no ensino particular e sobretudo religioso, visto que era bastante forte a ligação do chefe do Estado com a Igreja.

Aliás, aspecto também polêmico desse governo esteve ligado a assuntos de ordem religiosa, o que lhe gerou problemas de cunho político. Por ter dado apoio à vinda de mais duas dioceses para o Paraná (Ponta Grossa e Jacarezinho), o governador enfrentou a oposição de grupos que, formados por minorias religiosas que se sentiram prejudicadas ante a subvenção estatal, intelectuais paranaenses,

⁴² PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 17.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1925. p.90.

⁴³ RIBEIRO, op., cit. p. 201.

que pregavam a separação entre a Igreja e o Estado, e a imprensa, que questionava a iniciativa do governo:

Contra a expectativa de todos, ou da grande maioria ao menos, contra todos os argumentos opostos e isentos de parcialidade religiosa, atendendo unicamente ao seu pensamento pessoal, o sr. presidente do Estado sancionou hontem o arbitrario projecto n.º 4. Mais uma vez assistimos a violação da letra constitucional e mais uma vez ainda presenciamos a inconveniencia do regimem presidencial, que colloca o arbitrio do detentor do governo acima da vontade manifesta do seu povo, acima das [pró]pria consciencia republicana leis escriptas, acima da pro[prio] regimem.

O projeto hontem convertido em lei estabelece que o governo fica autorizado a auxiliar com a quantia que julgar conveniente a formação do patrimonio das duas dioceses que se vão crear, uma com sede em Ponta Grossa e outra em uma das cidades do Norte do Estado, podendo para isso abrir os creditos necessarios.⁴⁴

Os defensores do regime republicano combatiam o atraso cultural pelo cultivo da ciência como forma de alcançar o progresso, da filosofia racionalista sintonizada com a modernidade, do trabalho para a autonomia do homem, sem a tutela da religião. No Paraná, alguns republicanos eram marcadamente anticlericais ferrenhos, opositores às doutrinas da Igreja Católica Romana, que não aceitava o mundo moderno em suas filosofias⁴⁵, e por isso sofreram represálias em consequência de suas opiniões diante da aprovação do projeto n.º 4⁴⁶. Dentre eles, destaca-se o professor de História Universal, Dario Velloso, líder do Movimento Simbolista⁴⁷, que influenciou a literatura paranaense e divulgou idéias republicanas,

⁴⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de março de 1925. p.8.

⁴⁵ MARCHETTE, T. Corvos nos galhos das acácias; anticlericalismo em Curitiba (1896-1909). Curitiba: UFPR. Dissertação de mestrado. In: PEREIRA, L. **Paranismo: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p.27.

⁴⁶ O Sr. Luis Vasconcellos, representante das minorias religiosas, foi demitido do 2.º Tabelião e o Sr. Flavio Luz, representante dos maçons do Paraná, foi suspenso por sessenta dias do Cartório de Registro de Títulos e Documentos por determinação do Juiz de Direito Dr. Aristoxenes Bittencourt. O Sr. Dario Velloso, representando os pitagóricos, foi suspenso de suas atividades no Gymnasio Paranaense, pelo prazo de sessenta dias, por determinação do Secretario Geral do Estado (Portaria n.º 374), em razão de questionarem em telegrama enviado ao presidente da República sobre a constitucionalidade da aprovação do projeto n.º 4. GAZETA DO POVO. Curitiba, 11 de março de 1925.

⁴⁷ O movimento simbolista de Curitiba foi o mais importante do Brasil, tendo sido introduzido na cidade em 1892 por João Itiberê da Cunha que fizera seus estudos em Bruxelas, onde fora colega de Materlinck e Vernerren. Expande-se a partir de 1895 com a revista O Cenáculo que será veículo de suas concepções e onde defenderá basicamente a interpretação simbólica do mundo, que lhe é característica. O movimento perdura com muita força em Curitiba até às vésperas da Semana da Arte Moderna em 1922. BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C.; Historia do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. p.251-252. In: TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba na Primeira República.** Curitiba: Farol do Saber. 1996. p.109

positivistas⁴⁸ e anticlericalistas em periódicos especializados (*Electra*, *Cenáculo*) em torno dos quais reuniam-se intelectuais que se interessaram, inclusive, na busca de uma identidade regional para o Estado do Paraná, dando origem ao Movimento Paranista, liderado por Romário Martins.⁴⁹

De parte as questões religiosas, além de disseminar a construção de escolas em todo estado, esse governo criou caixas escolares para financiar os estudos das crianças pobres e instituiu a assistência médica e farmacêutica aos alunos da rede pública de ensino (Lei n.º 2.065, 31 mar./21). Para Munhoz da Rocha, este seria o papel da educação: “sempre alimentei de ser essa a trajetória segura e capaz de melhor conduzir o povo paranaense às suas elevadas e mais nobres aspirações de grandeza e progresso no concerto da vida nacional (...).”⁵⁰

A perspectiva cultural escolar voltou-se para catalisar a mudança que se queria na realidade brasileira e, sobretudo, instruir esta sociedade moldando um povo saudável e produtivo. O projeto político com respeito à escola responsabilizou os professores para canalizar essas transformações que se queria no elemento nacional, e pelos movimentos de reforma educacional ocorridos na instrução pública nos diferentes estados da união, promoveu-se a discussão para o estabelecimento de um novo paradigma.⁵¹

Com a finalidade de qualificar a formação dos professores, Munhoz da Rocha fundou três escolas normais no Estado (Ponta Grossa, Paranaguá e Capital), organizou de maneira mais efetiva o ensino no Paraná – cujos métodos até então

⁴⁸ Doutrina de Augusto Comte aponta para a possibilidade da regeneração final da humanidade, segundo um processo de evolução rigoroso e determinado, sob a forma ideal de república laica e centralizada, dirigida por um executivo forte e intervencionista. CRUZ COSTA, J. **Augusto Comte e as origens do Positivismo**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1995. p.106, 132-134. In: TRINDADE, E. *op. cit.* p. 106.

⁴⁹ PEREIRA, L. F. *op. cit.* p.28.

⁵⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.ª Sessão da 18.ª Legislatura. Curitiba, 1.º de fevereiro de 1927. p.195.

⁵¹ NUNES, C. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.180-181.

empregados levavam dois anos e meio ou mais para que as crianças soubessem ler e escrever, ainda, que deficientemente – com a contratação de um técnico em educação vindo São Paulo, César Pietro Martinez.

Desde o primeiro momento, porém, esse “forasteiro” não foi bem recebido, pois agia sem ao menos consultar os professores. As críticas às suas orientações chegaram à imprensa.

Chegando, sem ao menos perguntar as necessidades da instrução, sem lhe ver o estado, sem lhe conhecer a força, iniciou uma serie de conferencias arrojadas ao magisterio publico, de propaganda do teorico methodo paulista de ensino todo ele fogo de vistas, desse celebre methodo que poz em bancarrota a instrução paulista.⁵²

Empenhado em acelerar o processo de alfabetização no Estado, Pietro Martinez exerceu sua função com bastante competência, embora sofresse a oposição dos educadores locais. Mesmo sob pressões internas, foi somente em março de 1925 que o engenheiro Lysimaco Ferreira da Costa veio a ocupar o cargo do Sr. Pietro, Inspetor Geral de Ensino, e esse ato presidencial foi lembrado pela imprensa como “a desnecessidade de importarmos quaesquer individuos para nos darem lições, constituindo um fundamento para a regra do aproveitamento de nossos valores regionais.”⁵³

A valorização da gente, dos costumes e tudo que fosse paranaense passou a ser tônica nessa época em virtude de encontrarem-se aqui assentadas várias colônias estrangeiras. Houve, inclusive, o problema da recusa aos professores por parte dos imigrantes, que insistiam em manter seu idioma de origem. Por essa razão, Caetano fechou “diversas escolas particulares dirigidas por estrangeiros que ministravam a colonos um ensino insufficiente”⁵⁴ de português, história e geografia pátrias.

⁵² GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928. p.1.

⁵³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 9 de março de 1925. p.1.

⁵⁴ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 1.ª Sessão da 18.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1926. p.158.

Outro fato que evidenciou as ações na área da educação no Paraná aconteceu em dezembro de 1927, quando Curitiba foi escolhida como sede para o 1.º Congresso Nacional de Educação. Promovido pela Associação Brasileira de Educação e patrocinado por Munhoz da Rocha, esse evento repercutiu nacionalmente o comprometimento da escola com as questões relativas à educação higiênica, entendida como forma de civilizar a nação; a importância em habilitar pelo saber técnico e moral para a vida; em nacionalizar um país de imigrantes. A participação da escola na elaboração de diretrizes que sedimentariam os pressupostos republicanos era cada vez mais patente.

Entretanto, durante o Congresso uma tese apresentada para votação pelo Dr. Lysimaco Ferreira da Costa propunha o ensino da moral pelo viés religioso nas escolas primárias. Aprovada, a manchete publicada pela imprensa destacava que o “Paraná é capaz de aprovar todas as theses religiosas”⁵⁵. Assim, o ensino da religião passou da esfera estadual para a esfera nacional. Mais uma vez mostrava-se esse governo centralizador ao proceder a votação em escrutínio aberto e voto nominal, mais uma vez fez valer objetivos seus transferidos à maioria.

Às vezes o viés nacionalista desse governo surpreendia com fatos inusitados. Durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em sessão solene no Teatro Guaíra, Caetano Munhoz da Rocha extinguiu os símbolos do Estado do Paraná e declarou que a partir de então seriam adotados somente os símbolos nacionais.

Diluir o hino e a bandeira do Estado para adotar os nacionais não pareceu atitude afinada com a idéia de construção da imagem do Paraná. É que naquele momento, intelectuais ligados ao Movimento Paranista buscavam forjar uma identidade ao Estado do Paraná, enaltecendo personalidades de sua história e criando referenciais simbólicos que unificassem as muitas etnias que aqui conviviam. Muitos estados da Federação congratularam-se com esta atitude, outros não se

⁵⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de dezembro de 1927.

pronunciaram. Em contrapartida, e ainda como parte das comemorações do centenário, muitos bustos de personalidades paranaenses foram inaugurados, e o Presidente do Estado plantou na Praça Santos Andrade o pinheiro do centenário.

Ao longo dos anos de governo, Munhoz da Rocha suscitou críticas e elogios de seus concidadãos; ao encerrá-lo, alguns dos comentários assumiam esse tom:

Entre a critica mordaz a esses actos maus, é justo que se não esqueçam tambem as palavras altamente expressivas de Belisario Penna, cuja sinceridade foi uma catadupa de elogios a um governo, que, não medindo sacrificios, construiu obras tão grandiosas de assistencia social.

(...) E essas obras não ficam no Leprosario de S. Roque, no Sanatorio da Lapa, na Assistencia á Velhice, no Abrigo de Menores.

Ellas vão alem, no erguimento de Grupos Escolares e de Escolas Normaes dotando o Estado de riquesas moraes que nos elevam aos olhos das demais unidades da Federação.⁵⁶

Em fevereiro de 1928, tendo havido eleições que trouxeram Affonso Alves de Camargo de volta ao cargo máximo do Estado, Caetano Munhoz da Rocha deixou o governo. Encerrava-se, assim, uma gestão cujas ações revelaram estratégias para: reconduzir a economia do Estado, defender sua autonomia perante os demais estados da Federação; educar sua gente sob a luz de novos modelos proposto pela República e disciplinar sua população mediante ações calcadas no conceito de higienização e saúde e uma política social assistencialista.

1.3 CURITIBA, CAPITAL

Ao ser elevada à categoria de capital da Província do Paraná (1853), Curitiba não passava de “um modesto lugar central” que o olhar forasteiro assim descreveu: “Aí se vêem ruas não calçadas, casas de madeira e toda espécie de desmazelos, cantos sujos e praças desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso.”⁵⁷ E os

⁵⁶ *Idem*. Curitiba, 3 de março de 1923. p.3.

⁵⁷ AVÉ-LALLEMENT, R. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 273. In: BAHLS, A **O verde na metrópole**: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação de mestrado. UFPR, 1998. p.82.

registros populacionais davam conta que os habitantes desse lugarejo, incluindo os arredores, chegavam a 5.819 pessoas⁵⁸.

Transformar essa vila em capital exigiria empreendimentos de todas as ordens. Porém, ao final do século XIX, o relatório de governo do Dr. José Pereira Santos Andrade ainda lamentava a falta de inúmeros serviços básicos: “quasi todas as ruas não têm calçamento (...), a lama e ao pó associam-se os detritos de toda espécie (...), a cidade não tem esgotos (...).”⁵⁹

De qualquer forma, seus sucessivos administradores almejavam para Curitiba o atributo de capital progressista. Para isso, houve a efetiva participação dos imigrantes, que introduziram novas técnicas de trabalho, imprimindo um cenário de desenho diferenciado à cidade por meio de novas técnicas construtivas, estabeleceram novos hábitos alimentares e mesmo de lazer e divertimento à população.

Nas primeiras décadas do século XX, no ritmo da transformação, muitas ruas de lama e pó foram calçadas ou revestidas com macadame. As praças receberam melhoramentos em seus passeios, com a instalação de bueiros que recolhiam as águas das chuvas. A Rua XV de Novembro, principal artéria da cidade, foi nivelada com calçadas em mosaico e começou a concentrar um comércio elegante, onde requintados sobrados alternavam-se com cafés e salas de espetáculo, diversificando os pontos para encontro nas tardes de domingo ou feriado.⁶⁰

Em seu livro *A Terra do Futuro*, o visitante Nestor Víctor registrou, em 1912, suas impressões sobre o que ele denominaria “A Nova Curitiba”:

⁵⁸ MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995. p.229.

⁵⁹ PARANÁ. Governador do Estado Dr. José Pereira Santos Andrade (1892-1896: Santos Andrade). Relatório apresentado ao governador do Estado Dr. José Pereira Santos Andrade, pelo bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1.º de setembro de 1896. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1896. p.33.

⁶⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Vicente Machado (1901-1904). Relatório de Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização para o Presidente do Estado do Paraná Dr. Vicente Machado da Silva Lima. 31 de dezembro de 1904. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1904. p.17.

Uma das coisas que mais concorrem para dar hoje a Curitiba um aspecto de cidade já considerável, de um meio social já desenvolvido, são os múltiplos e muito freqüentes cafés, alguns deles grandes e bem instalados, que se encontram na rua Quinze – rua do Ouvidor de Curitiba. Reta e plana, muito mais larga do que a famosa artéria carioca, clara e alegre sob aquele alto céu e naquele ameno clima, essa bem fadada antiga rua das Flores será hoje, talvez, não se falando de São Paulo, a via urbana mais bela de todo o Sul do país. (...) Ainda assim, nas tardes dos domingos e outros dias festivos, já representava bonito espetáculo aquele a que se podia assistir quando lá estive, agora, com a afluência de famílias e povo para o centro elegante da *urbs* paranaense.⁶¹

Para suplantar a imagem de lugarejo acanhado, o cronista compara a rua central da cidade com a então fervilhante artéria da Capital do País, mostrando que Curitiba já tinha absorvido hábitos de grandes centros; aponta ainda aspectos que a favoreceriam: o traçado, a topografia, o clima. Nestor Víctor não informa, porém, que modificações similares no ambiente urbano não se restringiam a Curitiba.

Ocorre que com o advento da República os governantes passaram a incrementar as cidades-capitais, tendo como pano de fundo a teoria higienista e o urbanismo sanitarista, que demoliram os casebres e cortiços, expulsaram as classes desfavorecidas do cenário urbano para que amplas avenidas organizassem um sistema viário facilitando os deslocamentos por entre edificações modernas, dignas de tais centros.

Com efeito, no início de 1913, a administração de Cândido de Abreu providenciou o calçamento de ruas e passeios, a retificação e a canalização dos rios que atravessavam a cidade, e transformou algumas interseções de ruas em largos. Os monumentos passaram a fazer parte das praças e o Passeio Público foi remodelado para constituir-se no primeiro parque urbano⁶². O Mercado Municipal foi deslocado e em seu lugar ergueu-se o elegante edifício do Paço Municipal.

⁶¹ VÍCTOR, N. **A Terra do Futuro**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1996. p.121-122.

⁶² O Passeio Público foi construído na década de 1880 durante a administração de Alfredo Taunay. Projetado pelo arquiteto Joseph Antoine Bouvard, esta obra drenou os charcos decorrentes das enchentes no rio Belém com canais entrecortado por pontos de recreio. Segundo Segal, estas melhorias foram parcialmente custeada pelos barões do mate que escolheram aquele local para fixar residência e, passou a ser muito freqüentado durante os fins de semana como local de lazer. Porém, como parque público era público somente no nome, já que o acesso a ele era restringido através de pagamento para entrada ou a exigência no uso de sapatos aos seus freqüentadores. APUD: Oliveira In: SEGAL, R. **A Capital Belle Époque**. A reestruturação do quadro urbano de Curitiba, durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 2001. p.56.

Todos esses melhoramentos visavam não apenas sanear a cidade, mas também promover uma “seleção” na própria sociabilidade da população curitibana, pois as medidas iam desde cobrar ingresso para a visita a esse parque até “varrer” para longe o movimento e a sujeira do mercado.

O bonde elétrico, recém-instalado, conduzia passageiros e aproximava os arrabaldes da cidade, aos poucos, com novas construções que preenchiam os vazios ao longo de suas linhas. Por toda a cidade, surgiam novas edificações, muitas delas planejadas por profissionais recém-chegados da Europa. Os imigrantes construtores, em sua maioria alemães ou italianos, contribuíram com suas técnicas e materiais para uma “europeização dos modelos arquitetônicos”⁶³ aplicados às edificações que se erguiam na cidade. Aos arquitetos que por aqui trabalhavam, palacetes europeus foram encomendados pelos “barões do mate” para serem construídos no bairro do Alto da Glória. E no centro da cidade para os sobrados, que serviam ao comércio no rés-do-chão e residência no primeiro pavimento, fazia-se uma arquitetura européia de estilo eclético assimilado pelas camadas urbanas.

Na visão de Sêga, “Curitiba, com essa administração de Cândido de Abreu, passava a se constituir uma outra cidade” e onde inaugurou-se o conceito de modernidade com a “prática da transfiguração urbana, deixando para trás o passado, desprezando suas evidências materiais, em prol das promessas e dos interesses ao capital em adequar geograficamente a cidade.”⁶⁴

Apesar da evidente transformação e da existência de vias iluminadas e bem cuidadas, onde trafegavam bondes elétricos e circulavam automóveis, muitas eram as ruas que ainda levantavam pó, faziam lama, careciam de canalização para água e esgoto e casas que abrigavam a criação de animais ou depositavam seus restos deixados ao relento.

Aliás, essa situação foi constantemente trazida a público; têm-se como exemplo as Posturas da Câmara Municipal que, desde 1895, alertavam para as condições higiênicas e os serviços oferecidos na Capital. O bacharel Antonio

⁶³ BAHLS, *op. cit.* p.84.

⁶⁴ SÊGA, *op. cit.* p.44 e 68.

Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, no ano de 1896, em seu relatório ao Governador do Estado, enumerava os problemas relativos aos odores fétidos que pairavam sobre a cidade, indicando ser a falta de fechamento hermético das fossas sépticas, ou provenientes dos resíduos depositados em terrenos próximos à cidade pela a empresa sanitária; à falta de um sistema de esgotos adequado apontava à má qualidade da água: “é um facto hoje provado que os germens das moléstias infecciosas são sobretudo transportados pelas aguas, o que exige o maximo escrupulo no uso desse liquido tão necessario.”⁶⁵

Porém, somente em 13 de abril de 1903, o Governo daria início a algumas melhorias começando com a contratação dos engenheiros civis Alvaro de Menezes e Octaviano de Oliveira para a construção de um sistema de esgoto e de uma rede para abastecimento d'água na Capital. Em 1908, esses serviços foram abandonados por parte dos contratantes, e até o ano de 1920 nenhum melhoramento pôde ser executado nesses empreendimentos, segundo o Governo, em função da deficiente situação financeira do Estado.

Entre os anos de 1915 e 1920, a situação financeira do Paraná a princípio deficiente mergulhou numa crise profunda. Deflagrada a Primeira Guerra Mundial, o mate, principal produto de exportação paranaense esbarrou na falta de encomendas do mercado estrangeiro. A avalanche de falências dos muitos engenhos não dinamizou a pecuária que permanecia estagnada, restando à indústria madeireira a hegemonia na atividade produtiva. No ano de 1917, a população, desempregada ou sobrevivendo com reduzidos salários, reivindicava numa greve geral as reduções nos preços dos aluguéis e dos alimentos de primeira necessidade. Em 1918, a

⁶⁵ PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Santos Andrade (1896-1901). Relatório de Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrucção Publica para o Presidente do Estado do Paraná Dr. José Pereira Santos Andrade – 1.º de setembro de 1897. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1897. p.7.

“Gripe Espanhola” atingiu Curitiba; contabilizou 384 óbitos⁶⁶ e contaminou quase metade da população.⁶⁷

Em 1919, pressionado, o Estado só pôde manter um serviço sanitário após auxílio federal que, reformado e devidamente aparelhado⁶⁸, preveniria a reincidência de possíveis epidemias na capital. Além do serviço profilático, os serviços urbanos ditados pela Câmara Municipal, avolumaram-se com respeito aos “hábitos de higiene, gestual e formas de tratamento” e mencionavam que a intervenção estatal “só chegaria aos resultados políticos e econômicos desejados através da garantia pela difusão de hábitos”⁶⁹ com o objetivo de disciplinar uma população que se adensava em cortiços e gerava freqüentes desordens dispersadas pela ação de agentes policiais.

Entretanto, no jornal muitas eram as outras queixas publicadas requeridas aos poderes municipais. A população reclamava das águas represadas nas ruas, do mato que tomava conta das calçadas ou dos restos de alimentos esquecidos em um dos cantos da Praça do Mercado (Praça 19 de Dezembro). No ano de 1920, o matadouro municipal recebeu a visita do prefeito e do médico da municipalidade após denúncia em jornal que dizia: “Tudo alli é antiquado, rotineiro, mal feito e sujo.”⁷⁰ Inúmeros eram os protestos aos freqüentes atos de vandalismo em virtude da deficiência no policiamento do centro ou arrabaldes, de dia ou de noite.

⁶⁶ Em 1918, entre os meses de outubro e dezembro, a gripe espanhola determinou o fechamento dos cinemas, casas de diversão, suspensão dos cultos religiosos, censura a jornais, interrupção no tráfego dos bondes. Este surto epidêmico registrou 1.466 mortos, segundo dados dos jornais locais. In: CABAS, A.; MACHADO, D.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.33.

⁶⁷ *Idem*, p. 35.

⁶⁸ PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Affonso Camargo (1916-1920). Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado do Paraná Dr. Affonso Alves de Camargo – 1.º de fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica p.22.

⁶⁹ PEREIRA, M.; SANTOS, A. **300 Anos Câmara Municipal de Curitiba**. 1693-1993. Edição histórica. Curitiba, 1993. p.3.

⁷⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 de agosto de 1920. p.5.

Assim, as transformações ocorridas durante a administração de Cândido de Abreu e que pretendiam apresentar uma urbe com “feição européia”⁷¹, seja no preenchimento de seus espaços internos, onde as edificações erigidas condensavam a concepção cultural do imigrante, seja na sociabilidade de sua população, que crescia e modificava seus hábitos de lazer, seja nos serviços atinentes a sua higienização e urbanização, esbarravam todas na necessidade de “novas estratégias de luta pelo poder (...) decorrentes do processo de *segmentação* dos interesses dos diferentes grupos”⁷² que então se confrontavam no cenário urbano.

Entre os anos de 1916 a 1920, sendo Affonso Alves de Camargo presidente do Estado e Caetano Munhoz da Rocha seu vice, este ocupou, também, a Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Como secretário, Munhoz da Rocha nomeou para Diretor da Repartição de Obras Públicas, o engenheiro civil João Moreira Garcez. Em 1919, durante as corridas para campanha à eleição Munhoz da Rocha deixou a secretaria aos cuidados de Moreira Garcez e, ao assumir a Presidência do Estado, nomeou esse engenheiro para prefeito da capital.

Como políticos, Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, e João Moreira Garcez, prefeito municipal, compartilhavam ideais de progresso e almejavam sintonizar Curitiba com o “mundo civilizado”. Como especialistas, produziram uma cultura da reforma, que compreendia a remodelação não só no plano urbano e sanitário, mas também nos campos social e educacional.

As vozes da modernidade brasileira ultrapassaram a retórica bacharelesca e sustentaram-se no discurso dos cientista/especialistas formados em suas Escolas Politécnicas. Essas instituições, baseadas numa teoria positivista de Augusto Comte, apoiavam-se antes na ordem e exaltavam o progresso com seus discursos afinando-se com os interesses da camada dominante, legitimando a intervenção autoritária do Estado junto à sociedade.⁷³

⁷¹ TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1996 p. 20.

⁷² HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. (org) O imaginário moderno no Brasil. In: **A invenção do Brasil Moderno**. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. p.10.

⁷³ *Idem, op.cit.*, p.25.

Se para alcançar a modernidade e deixar-se alcançar por ela eram necessários os saberes técnicos apregoados pela Medicina, Engenharia e Pedagogia, o Paraná já contava com um médico como Presidente e um engenheiro na Prefeitura de sua capital.

1.3.1 A capital, vitrina das ações estaduais

Almejando sintonizar Curitiba com o “mundo civilizado”, Munhoz da Rocha buscou uma política que organizasse de forma mais efetiva a cidade e para isso contou com a nomeação de seu prefeito, João Moreira Garcez, companheiro de outros momentos políticos. Embora nomeado, os jornais locais aprovaram a iniciativa:

A escolha, porém, do sr. dr. J. Moreira Garcez, para a Prefeitura parece acertada.

O nosso município necessita de um governo que realmente trabalhe, que trate com dedicação de seus interesses e se não resuma á cobrança de impostos que se não applicam convenientemente.⁷⁴

A expectativa que se criou quanto ao novo administrador não se fazia sobre valores de impostos, mas no trato com os interesses que, segundo continuava a imprensa, procurassem “dar ao povo o conforto e o asseio que há muito não tem”.⁷⁵

Essa parceria entre Governo e Prefeitura possibilitou a implantação de vários programas que beneficiaram a saúde e a comodidade da população do principal município do Estado. Como primeira medida estava a instalação adequada de uma rede de esgotos, bem como a remodelação e ampliação do sistema de captação e distribuição de água que abastecia a cidade, pois:

Dada a importancia de um serviço que interessa tão de perto a vida de Curityba, não éra possivel adoptar (sic) uma providencia de caracter transitorio, que resolvesse apenas a situação actual, mas um serviço completo que attendesse ás necessidades futuras de

⁷⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1920. p.3

⁷⁵ *Idem.*

uma Capital, que se desenvolve e cresce consideravelmente. Assim, dever-se-ia preferir um projecto geral que permitisse a execução por partes, á medida das exigencias do serviço publico.⁷⁶

Para execução desse empreendimento o governo convidou o engenheiro sanitarista Francisco Rodrigues Saturnino de Brito⁷⁷, que emitiu parecer sobre a situação e passou a projetar os melhoramentos necessários ao saneamento oferecido na Capital, mediante contrato⁷⁸.

Para ampliação da captação d'água, Brito foi favorável em continuar utilizando os mananciais da Serra do Mar⁷⁹, o que já tivera início na administração passada⁸⁰. E em relação aos esgotos, o serviço foi restringido, visto que muitas ruas se achavam em projeto, mas que por ocasião de sua construção, seriam dotados desse melhoramento.

Tal característica acompanhou os projetos executados por esse sanitarista. Saturnino de Brito incorporava à noção de plano a previsão do crescimento da cidade. Entretanto, seus programas de planejamento sanitário deveriam estar

⁷⁶ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 19.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1928. p.292.

⁷⁷ Saturnino de Brito formou-se pela Escola Politécnica de Engenharia. Foi um personagem cuja ação arcaria, em todo país, a presença de um pensamento urbanístico filiado à corrente culturalista inglesa e adepto da técnica francesa utilizada para remodelação de Paris. Brito criou uma escola de seguidores e desenvolveu inúmeros projetos em todo Brasil. TRINDADE, E. M. de C. Modelos e Empréstimos: o higienismo no Brasil (final do século XIX e início do XX). Políticas urbanas e apropriação de modelos. In: **Reunião anual da sociedade brasileira de pesquisa histórica**. 19, 1999, Curitiba. Anais. Curitiba: SBPH, 2000. p. 235.

⁷⁸ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 16.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1922. p.68.

⁷⁹ Tratou-se da construção da represa nos rios Ipyranga e Ipiranguinha e da elevação mecânica das águas dos rios Cayguava e Carvalho, através da instalação de uma bomba Sulzer para aduzir mais quatro milhões de litros por dia, completando sua capacidade em 10 milhões de litros por dia no abastecimento da cidade.

⁸⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 15.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1921. p.72.

garantidos por uma legislação específica centralizada nos interesses públicos em oposição à imprevisão, ao acaso dos interesses particulares.

A concepção de plano preconizada por Brito propunha um traçado moderno que sobreposto à paisagem colonial apresentada pelas cidades brasileiras permitiria uma expansão racional em seus espaços. Seu urbanismo sanitarista foi incorporado às muitas reformas executadas em várias cidades brasileiras, que durante a Primeira República, possibilitou aos Estados centralizadores promoverem um movimento centrífugo do espaço urbano.⁸¹

A cidade se expandia passando a abrigar mais pessoas. As mudanças havidas no Código de Posturas de 1919 sinalizavam uma outra perspectiva sobre os ilegalismos que passaram a incidir cada vez mais sobre a propriedade e já não tanto mais sobre as pessoas. Porém, os muitos terrenos baldios localizados em áreas centrais assim permaneciam sem que a legislação efetivasse seu uso. Enquanto isso lotes mais afastados eram divididos para corrigir a falta de habitação que afetava sobremaneira a população da Capital, “especialmente aquelle que, como o funcionario publico, dispõe de renda limitada.”⁸² As ações estaduais possibilitaram a aprovação da lei que criou uma Caixa de Construção⁸³, para facilitar aos seus funcionários a “compra de predios nesta Capital ou em outros pontos do Estado”⁸⁴, ou a construção de uma casa na Vila dos Funcionários, com planta confeccionada pela Diretoria de Obras e Viação e executada mediante concorrência pública.

⁸¹ ANDRADE, C. R. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (org) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1996. p.302.

⁸² PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 16ª Legislatura. Curityba, 1º de Fevereiro de 1923. p.53.

⁸³ Lei Estadual n.º 2176, de 26 de Fevereiro de 1923.

⁸⁴ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 17ª Legislatura. Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado. Curityba, 1º de Fevereiro de 1924. p.45.

PROJECTO FUTURISTA...

O Governo do Estado effectuou a compra de terrenos na colonia Argelina, afim de construir casas para o funccionalismo estadual.

(Dos Jornaes)



O Pinante: Pae, como havemos de ir ao cinema na cidade, morando nestas alturas?

O Amanuense: Não te afflijas, meu filho, o Governo fornecer-nos-á também os competentes automóveis...⁸⁵

Os valores de terrenos mais afastados eram compatíveis com o erário público⁸⁶, e as políticas sociais do Governo não propunham automóveis como fins assistenciais, mas assegurou a isenção de impostos estaduais⁸⁷ às companhias particulares ou empresas construtoras que se estabelecessem no Estado.

Todavia, os sucessivos aumentos nos impostos foram repassados aos valores das casas de aluguel pelos seus proprietários. Este fato foi assim explicado pela imprensa local:

⁸⁵ O DIA. Curitiba, 9 de outubro de 1923. p.1.

⁸⁶ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 16.^a Legislatura. Curitiba, 1.^o de fevereiro de 1923. p.53.

⁸⁷ PARANÁ. Lei Estadual n.º 2.221, de 9 de abril de 1923. Isentou de imposto pelo prazo de cinco anos as companhias construtoras de casas a prestação que se estabelecerem no Estado dentro de dois anos a contar da data desta lei.

Os proprietários de casas, de aluguel quasi todas, com o augmento extraordinario dos tributos a que estão sujeitos, vão pouco a pouco elevando o preço dos alugueis de suas propriedades, no intuito de equilibrar a sua receita e despeza. Como essa é grande por culpa dos imposto, e augmentada pelos gastos necessarios a que está obrigado todo o proprietario, a receita, para o equilibrio, busca firmar-se no augmento do aluguel.

Nas condições actuaes, os proprietarios de casas, na certeza de um defficiet (sic) quando estas alugadas e ainda na incerteza do pagamento do inquilino, preferemna'as (sic) ter desalugadas, como já muitos estão fazendo (...).⁸⁸

Somado a isso, a população curitibana viu-se ameaçada pela “alta exagerada do preço”⁸⁹ nos gêneros de primeira necessidade. Em decorrência da grande procura pelos comerciantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, que se viram prejudicados na reposição de seus estoques em consequência do levante ocorrido em julho de 1924⁹⁰, os comerciantes da capital preferiam exportar seus produtos com destino àqueles centros. A medida posta em prática, mediante decreto⁹¹, foi um controle na verificação sobre as notas fiscais nos alimentos que somente poderiam ser exportados se garantidas as quantidades suficientes para fornecimento ao comércio da capital.

Além de tudo, transitar pelas ruas e lojas de Curitiba exigia um certo cuidado. Por entre a população sadia circulavam livremente males endêmicos e epidêmicos que grassavam pela cidade, denunciados pela imprensa local que:

⁸⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de fevereiro de 1920. p.1.

⁸⁹ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 2.^a Sessão da 17.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1925. p.41.

⁹⁰ No dia 5 de julho de 1924, um batalhão de infantaria da guarnição federal marchou para dentro da cidade de São Paulo e conclamou as tropas locais a unirem-se à revolução. Era a revanche da frustrada revolta militar ocorrida no Rio de Janeiro dois anos antes. As condições dos rebeldes era a renúncia do presidente Artur Bernardes e um governo provisório, convocação de uma assembléia e uma nova Constituição para o Brasil. Enquanto prosseguia o impasse na cidade, fazendeiros e comerciantes, no interior do Estado, organizavam batalhões voluntários, que punham à disposição do presidente estadual. Em 27 de julho os revoltosos concordaram em sair de São Paulo em direção ao Paraná. Neste estado uniram-se aos rebeldes vindos do Rio Grande do Sul que em abril de 1925 marcharam por todo o país empreendendo uma campanha antigoverno. Iniciou-se a Coluna Prestes. In: MACAULAY, N. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Difel. 2. ed. 1977. p.15-40.

⁹¹ PARANÁ. Decreto Estadual n.º 1.202, de 7 de novembro de 1924. Restringe a exportação de gêneros de primeira necessidade. Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal, ao installar-se a 2.^a Sessão Ordinaria da 9.^a Legislatura. Curityba, 15 de abril de 1925. p.9.

(...) os leprosos recolhidos ao Lazareto de S. Roque gozava da mais ampla liberdade, sahindo e entrando naquelle asylo sem o menor constrangimento. O nosso informante affirmava que diariamente, pela tarde, os leprosos passeavam pelas ruas da cidade, frequentavam os cinemas etc.(...)

Pois seria possivel que a Hygiene do Estado trouxesse leprosos de todo o interior para largal-os nas ruas de Curityba, em contacto directo com a população? Nunca acreditamos na efficacia do nosso rudimentar serviço de hygiene publica, mas que o relaxamento chegasse assim a ssumir (sic) fôros de attentado criminoso á saude de uma população, repugnava-nos acreditar.⁹²

Da mesma forma, a presença de muitos mendigos e crianças abandonadas incomodava o dia-a-dia da população ativa da capital, de acordo com a imprensa:

Á rua Quinze, ruas adjacentes, à Cathedral, no Bom Jesus, sentados em bancos ou caixões, acocorados ao chão, pernas cruzadas, chapéu ou lenço aos joelhos, e dentro uma carteira verde da polícia-mendigos e mendigos, ao som do mesmo doloroso estribilho: Uma esmola, pelo amor de Deus!, vegetam tristemente, dolorosamente, sempre na mesma posição, sempre todos os dias, interminavelmente.

(...) Todas as edades, desde a criancinha ao ancião quasi sem forças, todas as cores, todas as raças, ambos os sexos, numa multidão antagonissima cujo único ponto de contacto é a miseria de cada um, eis a miseravel turba a penetrar pelas lojas, armazens, negocios, cafés, jornaes, a cata de vintens, uns supplicando baixinho, a medo, gritando outros, agressivos, todos pedindo.

E isso é sempre, todos os dias, aos sabbados (sic) mormente, em nossa capital.

Não seria tempo dos poderes do Estado livrarem Coritiba da mendicancia? De extinguil-a, antes que esse mal se radique? De cerceal-o, livrando a cidade do contagio em beneficio dos proprios necessitados?⁹³

Contra isso, volta-se uma sociedade que, republicana, acreditava no progresso pelo cultivo ao trabalho livre e assalariado e não aceitava a mendicância. Curitiba, então, recebeu as políticas sociais e as ações assistencialistas do Estado. Erigiu-se o Asilo São Vicente de Paulo⁹⁴, uma arquitetura destinada a vigiar pelo olhar constante e a disciplinar pelos discursos e práticas essa população de “suplicantes”. Anexo ao asilo as instalações comportavam um Lar de Meninas com uma Escola de Reforma. Obras planejadas que, favorecendo a assistência,

⁹² GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de março de 1923. p.3.

⁹³ *Idem*. Curitiba, 12 de março de 1920. p.1

⁹⁴ O Asilo São Vicente de Paulo, asilo de mendicância, inaugurado em setembro de 1926, anexava uma escola para meninas órfãs ou abandonadas e foi entregue aos cuidados da ordem religiosa das irmãs Passionistas. In: GODINO CABAS, A.; MACHADO, D.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.66 e 98.

imporiam uma finalidade prática: ordem administrativa. A ordem para o trabalho. O trabalhar para progredir. Eis a modernidade.

A fundação de um Juizado de Menores e outras instalações na capital com o objetivo de resguardar e recolher os desvalidos de fortuna (Patronato Agrícola, Asilo São Luís, Orfanato Cajuru) foram estratégias que possibilitaram garantir maior autonomia a essas classes diante da condição de pauperização (material e espiritual) a que estavam submetidas. Aos freqüentadores desses equipamentos coletivos (asilos, patronatos, escolas de reforma) estavam dados os meios que, mediante conselhos e normas, favoreceriam a produção de sua própria economia, convertendo-se em cidadãos.⁹⁵ Os cidadãos construirão um mundo melhor. Eis o sonho da modernidade.

Se não se queria perambulando mendigos, vadios, alcoolizados⁹⁶ teriam que ser recolhidos. Entretanto, carente encontrava-se, também, a polícia em homens e equipamentos. Sobrecarregada, destinou-se a ela um serviço vigilante de capturas a pessoas intoxicadas pelo álcool ou substâncias tóxicas, e um serviço punitivo de combate ao jogo⁹⁷, prostituição e crime, que destinava cada caso ao seu devido estabelecimento assistencial ou corretivo⁹⁸. As possíveis experiências oferecidas pela modernidade.

⁹⁵ DONZELOT, J. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2. ed., 1986. p.49-89.

⁹⁶ O alcoolismo foi combatido pelo Governo Caetano Munhoz da Rocha. Anualmente aumentava-se os impostos sobre "Líquidos Espirituosos". PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 18.^a Legislatura. Curitiba, 1.^o de fevereiro de 1927. p.177.

⁹⁷ O combate ao jogo levou o Poder Judiciário do Estado a negar ao Supremo Tribunal de Justiça um pedido de *habeas corpus* para o funcionamento de casas de jogos nesta Capital. Este ato refletiu em outras instâncias da vida nacional e motivou o Congresso legislativo Federal a revogar as leis que regulamentavam o jogo em todo o país. PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 16.^a Legislatura. Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado. Curitiba, 1.^o de fevereiro de 1922. p.78.

⁹⁸ O Governo remodelou a Penitenciária do Estado com a construção da ala direita e, para melhorar suas condições de higiene, modificou seus sistemas de abastecimento de água e esgoto.

Sucedem as ações estaduais a subvencionar na capital o exercício da modernidade a que pretendia atingir. Com que grau de racionalidade técnica e vontade política é o que será acompanhado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

MOREIRA GARCEZ, ADMINISTRADOR

2.1 O ENGENHEIRO MOREIRA GARCEZ

João Moreira Garcez, segundo filho de Theóphilo Moreira Garcez, comerciante, e Philomena Viana Garcez, nasceu em Curitiba a 17 de março de 1885. Estava com apenas cinco anos de idade, quando aos 39 anos, veio a falecer seu pai. João recebeu estudos particulares em casa e encerrou o curso fundamental no Ginásio Paranaense, em 1902.

Em 1903, Dona Philomena mandou “Joanito” para a Escola Politécnica de São Paulo. Ficou hospedado na casa de um primo, Theóphilo Garcez Duarte, engenheiro militar, que muito o orientou em assuntos pessoais e questões profissionais. Nesse período trocou intensa correspondência com a mãe, que lhe aconselhava domínio sobre seu temperamento explosivo e pedia para que economizasse ao máximo o dinheiro por ela remetido⁹⁹. Então, nas horas vagas, aumentava seus rendimentos ensinando trigonometria aos colegas da Escola.

Em janeiro de 1908, foi nomeado para o posto de tenente da 3ª Cia do 432º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca do Espírito Santo do Pinhal, São Paulo. No mês de junho de 1908, pediu transferência para Curitiba, onde se casou com Leonor, filha de Joaquim Ignácio Silveira da Motta, o Desembargador Motta, com quem teve três filhos. No encerrar desse ano e o tempo no exército, João voltou a São Paulo para terminar seus estudos na Politécnica. Formou-se ao final de 1909, mas recebeu seu diploma de engenheiro civil somente em 1912.

⁹⁹ CRUZ, A. **João Moreira Garcez**. Um homem que se superou no seu tempo. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1991. p.30.

Ao concluir seus estudos foi convidado por Antonio Francisco de Paula Souza, diretor e fundador da Escola Politécnica de São Paulo, para trabalhar na Estrada de Ferro Mogyana, em Campinas, sob a orientação do engenheiro José Pereira Rebouças. Ao longo de dois anos, residiu nessa cidade e a experiência com o trabalho possibilitou a João elaborar, em concorrência com os estados de São Paulo e Santa Catarina, o menor traçado ferroviário que ligaria Foz do Iguaçu ao Atlântico¹⁰⁰, possibilitando a integração entre vários municípios paranaenses que muito se beneficiariam em trocas comerciais. Entretanto, cada estado participante da confecção do traçado desviou essa ferrovia para o seu interior, o que gerou discordâncias políticas e a indefinição quanto ao projeto para a construção da respectiva estrada de ferro.

Em 1912, Moreira Garcez se fixou definitivamente em Curitiba e participou da organização e fundação da Universidade do Paraná onde veio a ser convidado para lecionar no curso de Engenharia Civil. Entre os anos de 1920 e 1928, solicitou seu afastamento para responder pelo cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. Em seu primeiro ano na Prefeitura assistiu ao reconhecimento do curso de Engenharia Civil pelo Conselho Superior de Ensino, tendo recebido calorosa homenagem de professores e estudantes que o reconheciam como maior propugnador deste feito¹⁰¹. Ao final de sua gestão frente à Prefeitura retornou à universidade lecionando até sua aposentadoria compulsória, em 1955,

¹⁰⁰ Esse traçado esteve em projeto desde os tempos pré-coloniais com o fito de estabelecer um conveniente trajeto por terra em cautela a interesses políticos e comerciais. Em 1921, o deputado paulista Cincinato Braga obteve aprovação no Congresso Nacional que autorizou o governo federal a escolher o melhor traçado, aliando melhores condições de valor e construção, para ligação do Paraguai ao Atlântico por meio de uma estrada de ferro. Três foram as propostas apresentadas: A proposta paulista teria 1.824 Km e ligaria Assunção ao porto de Santos; a proposta catarinense teria 1.566 Km e ligaria Assunção a São Francisco do Sul; e a paranaense teria 1.298 Km e ligaria Assunção à Paranaguá. Porém, somente em 1987, o projeto para construção teve novo impulso quando foi fundada a empresa Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (Ferroeste), responsável também pela operação comercial dessa ferrovia. In: CRUZ, A. *op. cit.*, p.90-94.

¹⁰¹ Segundo Wachowicz, dentre um conjunto de outros paranaenses, João Moreira Garcez revelou-se devotado na concessão de uma visita do Conselho Superior para inspeção nos cursos de Direito e Engenharia na Universidade do Paraná que resultou na equiparação com suas congêneres oficiais. WACHOWICZ, R. Universidade do Mate. Curitiba: Edição UFPR, 1983. p. 284. In: CRUZ, A *op. cit.*, p. 53.

sendo que, em 1950, ocupou o cargo de Diretor da Escola de Engenharia e onde deixou, por doação, sua biblioteca particular que, segundo depoimento de um seu parente e ex-aluno, tratava-se de uma “excelente biblioteca” contendo “documentos preciosos (...) magnificamente organizados”¹⁰².

Entre os anos de 1912 e 1916, além de professor, trabalhou na Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas como diretor de Obras Públicas e Viação durante o Governo de Carlos Cavalcanti. No exercício dessa função remodelou a estrada da Graciosa para que fosse possível o trânsito de veículos automotores (até então era feito por carroças), tomou parte na Comissão Geográfica¹⁰³ para confecção de mapa delimitando as fronteiras do Paraná com os estados vizinhos de São Paulo e Santa Catarina e participou da escolha para a localização e decisão do traçado urbano para a cidade de União da Vitória¹⁰⁴. Em seus relatórios reclamava, ainda, insistentemente, de uma solução mais adequada para o sistema de abastecimento de água e uma forma de resolver, definitivamente, o problema na rede de esgotos, ambos oferecidos à capital do Estado.

¹⁰² Depoimento de Eduardo Duarte publicado pelo jornal por ocasião da passagem do centenário de nascimento de João Moreira Garcez. In: **Gazeta do Povo**. Engenheiro João Moreira Garcez ao ensejo do seu centenário. Curitiba, 18 de abril de 1985. Acervo Casa da Memória.

¹⁰³ Para organização da Carta Geográfica do Estado foi criada uma Comissão Geográfica em 21 de dezembro de 1917, pelo decreto n.º 783, para a fixação dos limites com o Estado de Santa Catarina. Esse trabalho foi dirigido pelo General Dr. Antonio de Albuquerque e Souza, sob a direção técnica dos engenheiros civis João Moreira Garcez e Francisco Gutierrez Beltrão, e encerrado em 1921 (decreto n.º 5). Com relação ao Estado de São Paulo foi decretado, em 22 de fevereiro de 1919, os Srs. João Moreira Garcez e Ermelino de Leão para efetuar os trabalhos de delimitação entre as respectivas fronteiras. Porém, em função das divergências em encontrar uma única linha limítrofe foi assinado um acordo arbitral, em 14 de dezembro de 1919, entre ambos os estados elegendo o Sr. Epitácio Pessoa, presidente da República, como árbitro único. In: PARANÁ. Presidente do Estado Affonso Alves de Camargo (1916-1920: Affonso Camargo) Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Presidente do Estado Dr. Affonso Alves de Camargo, ao ser installada a 1.ª Sessão da 15.ª Legislatura em 1.º de fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. d'A República, 1920. p.10-15.

¹⁰⁴ Ao final da polêmica nos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina foi estabelecida uma nova localização para o município de União da Vitória para integrar o conjunto dos municípios paranaenses. Coube a Moreira Garcez fixar o local, bem como estabelecer diretrizes para o seu crescimento. In: PARANÁ. Presidente do Estado do Paraná Dr. Affonso Alves de Camargo (1916-1920: Affonso Camargo). Relatório de João Moreira Garcez, Diretor de Obras públicas e Viação do Estado para o Secretário de Estado da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: Typ. d'A República, 1917. p.83.

Continuou nessa diretoria até que, em 1919, passou a Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, em substituição a Caetano Munhoz da Rocha, que havia se afastado para concorrer ao cargo de Presidente do Estado para o quadriênio 1920-1924. De 1920 a 1928, período correspondente a duas gestões administrativas, esteve à frente da Prefeitura da capital, a convite de Caetano Munhoz da Rocha.

A partir de 1923, concomitante às funções de Prefeito, Moreira Garcez ocupou o cargo de Diretor da Região Sul da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, quando do encerramento de sua administração na Prefeitura de Curitiba em 1928, foi eleito Deputado Federal pelo Paraná, tendo sido cassado em 1930, ano em que a República passou a ser presidida por Getúlio Vargas.

Com o novo regime presidencial administrações interventoras foram instaladas nos estados que por sua vez organizaram Comissões de Sindicância para apurar os contra-revolucionários ou os opositores ao governo federal. Ao retornar da capital federal, Moreira Garcez foi chamado pela Junta de Sanções do Estado do Paraná, instalada em Curitiba, para pagar os débitos devidos ao município quando de suas viagens como prefeito pela capital, denúncia esta apresentada pelo então prefeito Joaquim Pereira de Macedo.

Essa, talvez, tenha sido a oportunidade que Joaquim Pereira de Macedo encontrou para um ajuste de contas com João Moreira Garcez. Em razão de seu gênio impulsivo este referia-se àquele como alguém que “nunca teve a precisa idoneidade moral para praticar administração proibidosa em proveito da Colletividade”¹⁰⁵.

Em conseqüência de suas falas, ao tentar compor sua defesa, Moreira Garcez reuniu os documentos em seu poder e requereu outros à Prefeitura e à Secretaria da Fazenda. Os documentos solicitados aos órgãos públicos foram-lhe negados e a Junta o julgou culpado, manifestando-se pela cassação dos seus direitos políticos e indenização aos cofres públicos. Suas sucessivas remessas de

¹⁰⁵ GARCEZ, J. **A Justiça Revolucionária no Paraná**. Clamorosa iniquidade. Memorial e recurso. Curytyba: Oficinas Graphicas, 1933. p.1.

documentos à imprensa sobre o caso agitou a opinião pública que assistia a tudo pelas manchetes de jornais.

Sucessivas, também, foram as renúncias de pessoas envolvidas no caso. Primeiro do desembargador Alcebíades Faria, que não encontrava contra-prova nos documentos apresentados por Garcez, em seguida, do Interventor Mario Tourinho, que não suportou as pressões políticas de um episódio que havia tomado proporções federais – envolveu, inclusive, a opinião do ministro da justiça Oswaldo Aranha, assediado pela imprensa na capital federal.¹⁰⁶

Um novo interventor foi destinado à capital e seu novo Prefeito, Jorge Lothário Meissner possibilitou o acesso aos documentos oficiais complementares ao processo de Moreira Garcez. De posse desses papéis, um novo recurso foi compilado e enviado ao Rio de Janeiro. Todas as provas apresentadas foram legalmente reconhecidas e aprovadas pelo chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, que lamentou os abusos cometidos pelas comissões de sindicância estaduais.¹⁰⁷

A estratégia de tornar público o processo administrativo contra sua pessoa Garcez, assim, possibilitou a todos que o julgassem pelos fatos. Absolvido, Moreira Garcez voltou à vida pública somente em 1938, quando o interventor que acompanhou seu caso, Manoel Ribas, convidou-o para exercer o cargo de Prefeito Municipal pela terceira vez. Decepcionado, porém, com os novos rumos políticos, João Moreira Garcez renunciou à Prefeitura, em 1940, e afastou-se definitivamente da política.

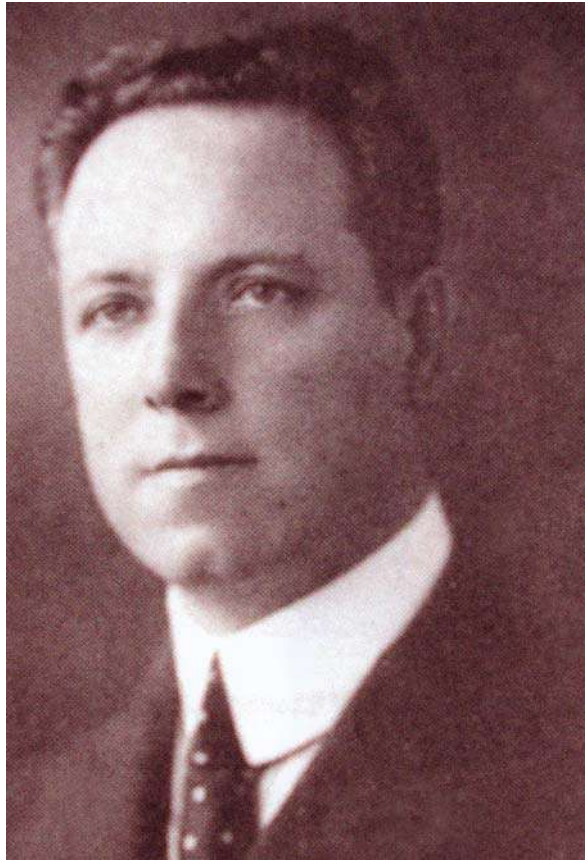
Além de engenheiro, construtor, político, Moreira Garcez foi presidente de instituições como a Cruz Vermelha Brasileira no Paraná, em 1923; do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em gestões consecutivas desde 1925 até 1951, e tomou parte na fundação, em 15 de agosto de 1926, do Instituto de Engenharia do Paraná, tendo sido eleito seu 1.º presidente.

Em 18 de março de 1957, com a saúde bastante debilitada em função da diabetes, Moreira Garcez veio a falecer aos 72 anos.

¹⁰⁶ CRUZ, A. *op. cit.*, p.271-292.

¹⁰⁷ *Idem.*, *op. cit.*, p. 297-298.

JOÃO MOREIRA GARCEZ



FONTE: Revista Panorama, n.º 348.
Curitiba, maio/jun. 1985, p.41.
ACERVO: Fundação Santos Lima.

2.2 O PREFEITO MOREIRA GARCEZ

2.2.1 O Jogo Político

Nomeado¹⁰⁸ em 25 de fevereiro de 1920, João Moreira Garcez, aos 35 anos, tornava-se prefeito por indicação do Presidente eleito do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha. A escolha do ex-Secretário da Fazenda e Obras Públicas do governo que se encerrava provocou dúvidas na opinião pública, conforme

¹⁰⁸ PARANÁ. Decreto n.º 323, de 25 de fevereiro de 1920. Fica o Poder Executivo autorizado a nomear o Engenheiro Civil João Moreira Garcez para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba para o quadriênio 1920-1924. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser instalada a 15.ª sessão ordinária da 7.ª Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.1.

declarações da imprensa local que, às vezes, afirmava ter sido “a administração do sr. dr. Garcez (...), uma accusação flagrante, ao conjunto da administração, que por quatro annos nos vem infelicitando”¹⁰⁹ e, às vezes, denunciava que as práticas

(...) do sr. Garcez eram artificios por meio dos quaes pretendia enganar o publico, para que se levasse a effeito o emprestimo pretendido pelo sr. Munhoz, como condição essencial do seu governo. Faltanos (sic), porem, a prova desta sua intenção, que, aliás, sendo esta, seria uma calinada evidente; pois vinha pôr em evidencia que, [tendo sido] sendo secretario, o sr. Munhoz fez má gestão, e que daria a esperar outra peor, sendo presidente.¹¹⁰

Sobre as gestões que se iniciavam, estadual e municipal, eram apontadas inúmeras dúvidas quanto às responsabilidades sobre o destino da Capital, pois, de acordo com a imprensa, incertos permaneciam os que desejavam dar um fim à “penúria em que se debate o nosso torrão amado, onde chegámos a ter bonus a 50 mezes e onde as garantias da civilização moderna são um mytho”¹¹¹, heranças deixadas pela gestão que passou.

A posição política adotada pelo “moço prefeito”¹¹² acompanhou as orientações do Governador do Estado, quanto ao combate aos jogos de azar, à organização de setores administrativos e ao equilíbrio da situação econômica e financeira da Capital. Moreira Garcez, também, tornou públicos todos os negócios do Município por meio de suas mensagens e ao longo de sua gestão, a exemplo do sr. Munhoz, ampliou o quadro de pessoal e seus respectivos vencimentos porque reconhecia “como principal elemento de exito para as administrações realizadoras, (...) remunerar bem o funcionário para conseguir maior rendimento de trabalho.”¹¹³

¹⁰⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de janeiro de 1920. p.1.

¹¹⁰ *Idem.*, Curitiba, 22 de janeiro de 1920. p.1. Calinada: ação ou dito de calino, tolice, asneira. (NA).

¹¹¹ *Idem.* Curitiba, 3 de janeiro de 1920. p.3.

¹¹² Assim o jornal Gazeta do Povo, em muitos artigos publicados, referia-se ao prefeito João Moreira Garcez.

¹¹³ PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao installar-se a 12.^a Sessão ordinária da 10.^a legislatura, 15 de abril de 1927. p.208.

Colimavam esforços para gerenciar os setores administrativo e financeiro, tanto no Estado quanto na Prefeitura.

Político filiado ao Partido Republicano Paranaense, Moreira Garcez manteve-se firme em seus propósitos administrativos e em suas relações com a Câmara Municipal visando garantir que projetos relacionados à saúde da população e à estética da cidade fossem aprovados – intenção maior deste engenheiro-prefeito mencionada reiteradas vezes em suas mensagens dirigidas aos edis municipais.

No entanto, algumas polêmicas vieram à tona no início do ano de 1920. A primeira foi o veto que Moreira Garcez impôs à Câmara Municipal sobre a redução na taxa de calçamento¹¹⁴, contrariando, inclusive, disposições contratuais estabelecidas entre o Governo do Estado e a Municipalidade. Vencido, não tendo sido mantido pela Câmara seu veto, passou todos os anos de sua administração como prefeito discursando aos colegas camaristas que tal decisão “resultou um considerável decrescimo na renda do Município.”¹¹⁵

Outra polêmica se deu em consequência das sucessivas viagens que fez como representante do Estado em eventos oficiais. A ausência do prefeito por oitenta dias deixou a Câmara à vontade para dar prosseguimento à aprovação de projetos. Se para demonstrar o quanto a Câmara trabalhou, ou se para agradar ao prefeito quando voltasse, o fato foi que este “veio, viu e ...vetou...”.¹¹⁶ Contrariado se sentia o prefeito, decepcionados viram-se os camaristas. No entanto, ao se dirigir a

¹¹⁴ A modificação da taxa de calçamento foi promulgada pela Câmara Municipal sob n.º 582, de 27 de dezembro de 1920, e infringe o disposto no artigo 11 do contrato lavrado com o Governo do Estado a 19 de abril de 1913, referente ao empréstimo feito a esta Municipalidade. Artigo 11 - No caso da Câmara adoptar qualquer modificação legislativa que possa produzir a diminuição das rendas destinadas especialmente a garantir a execução do presente empréstimo, obriga-se a substituir essas fontes de rendas por outras equivalentes dando disso previo aviso e submettendo a aprovação do Governo a substituição proposta. In: PARANÁ Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao ser installada a sessão extraordinária, convocada nos termos do decreto n.º 3, 25 de fevereiro de 1921. Curitiba: Typ. d'A República, 1921. p.2 e 5.

¹¹⁵ PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao installar-se a 12.ª Sessão ordinária da 10.ª legislatura, 1.º de abril de 1920. p.33.

¹¹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 19 de agosto de 1920. p.3.

eles mediante mensagem, as palavras do prefeito apontavam como patrióticas as orientações seguidas pelos edis na participação da administração e lembravam que a execução de resoluções para a capital rumo a um futuro próspero competia, também, ao prefeito.¹¹⁷

Prosseguia o prefeito em suas sugestões à Câmara Municipal e, assim, obteve a aprovação na alteração do regimento interno da Prefeitura, o que tornou possível dinamizar os serviços administrativos e criar cargos de auxiliares¹¹⁸; cargos que seriam ocupados pelos universitários formados em primeiro lugar nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia Civil.

Tal fato rendeu ao prefeito uma relação muito próxima com a comunidade acadêmica, sendo, freqüentemente, convidado a paraninfo pelos formandos da Faculdade de Engenharia que, segundo a imprensa, prestavam “dessa maneira uma homenagem ao illustre engenheiro, amigo dos estudantes e sincero propugnador do ensino superior do Paraná.”¹¹⁹

Por outro lado, suas insistentes voltas sobre a aprovação pela Câmara da redução da taxa de calçamento chamou a atenção dos edis quanto à aprovação de futuros projetos. Isto porque um fator que veio de encontro a uma maior autonomia administrativa a essa Prefeitura foi o projeto de lei, em trâmite no Congresso Legislativo, que permitiria a nomeação de prefeitos e camaristas municipais pelo Governo Estadual. Tendo sido aprovada, a referida lei facultou o “alijamento* do prefeito ou camarista eleito, que não consulte os interesses do governo; a collocação de um ‘nomeado’, com todos os característicos dessa condição(...)”¹²⁰.

¹¹⁷ PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao instalar-se a 1.ª Sessão ordinária da 8.ª legislatura, 1.º de dezembro de 1920. p.1.

¹¹⁸ Cargos de auxiliares na Diretoria de Higiene, Procuradoria Fiscal e Diretoria de Obras Públicas, ocupados pelos recém-formados médico, advogado e engenheiro, respectivamente, que obtivessem melhores notas em seus cursos. PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao instalar-se a 6.ª sessão ordinária da 8.ª Legislatura, em 15 de outubro de 1922. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1922. p.12.

¹¹⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 20 de agosto de 1923.

¹²⁰ *Idem*. Curitiba, 27 de março de 1925. p.5. Alijar: desembaraçar-se de, desobrigar-se. (N A).

Sentia-se, portanto, Moreira Garcez amparado pelas disposições legais, solicitando aos edis a “esclarecida atenção para o critério com que venho applicando a renda municipal (...) para beneficiar a collectividade”¹²¹; da mesma forma, suas aspirações eram compartilhadas pelo Presidente do Estado quanto aos destinos traçados para a Capital. Estavam em cena conflitos decorrentes da segmentação de interesses entre diferentes grupos sociais (Câmara, Prefeitura e Governo), e as suas relações com vistas numa finalidade seriam intermediadas pelo exercício do poder¹²².

Entretanto, ante a aprovação de projetos e o cumprimento das deliberações que transitavam pela Câmara Municipal, era necessário vencer as resistências mentais e materiais que possibilitariam a concretização dos empreendimentos previstos para o Município, tal como o afirmado pela imprensa ao discutir o projeto do Sr. Wenceslau Glaser para a instalação de feiras livre em Curitiba:

(...) isto porque, conhecendo das mil e uma circumstancias de todas as naturezas que difficultam a realidade de uma verdadeira e exacta feira livre, não sabemos ainda da maneira porque vae o governo municipal e estadual encarar o projecto.

O que é certo é isto: sem a mão forte e decidida de um organisador energico, a feira livre estará consagrada a um fracasso, infelizmente.

Os recursos de que dispõem os encarecedores da vida, de um lado; e a relação directa (...) da duvidosa boa vontade e da incerta compreensão (sic) do colono são dois factores que só poderão ser vencidos por um combate tenás (sic), practico e energico, o que não está previsto na indicação Glasser.

E, terminando estes commentarios, repetimos que da boa vontade do sr. Munhoz da Rocha e do sr. Moreira Garcez fica dependendo a praticabilidade da feira livre, que grandes beneficios prestará ao povo...¹²³

Dois meses mais tarde, o mesmo jornal comenta que para a criação das feiras livres em Curitiba “nada ainda se fez, quer para executar o plano da lei

¹²¹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao instalar-se a 11.ª Sessão ordinária da 9.ª Legislatura, 15 de abril 1926. p.3-4.

¹²² HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. **A invenção do Brasil moderno**. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.10.

¹²³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 6 de maio de 1924. p.3.

municipal, quer para oriental-a (sic) com a maior amplitude. Foi tudo fogo de palha”¹²⁴. Ao que parece a falta de interesse dos poderes, estadual e municipal, ficou demonstrada no exercício do silêncio sobre tal projeto.

Por outro lado, os interesses desses poderes ficaram sobremodo visíveis quando o projeto do camarista Percy Withers, apresentado em 1921, propôs a isenção “de todos os impostos municipaes, pelo prazo de 5 annos, as construções que forem feitas dentro de 2 annos”¹²⁵. Isto gerou uma espécie de reação em cadeia que a princípio motivou o Governo do Estado, em 1923, a isentar de impostos as empresas construtoras¹²⁶. Em seguida, gerou a Lei Municipal¹²⁷ que dilatou o prazo de isenção de impostos para dez anos a estas companhias e terminou com um convite do prefeito aos empresários curitibanos, assim divulgado pela imprensa:

Convocada pelo illustre prefeito, dr. Moreira Garcez, realizou-se hontem no gabinete da Prefeitura, a grande reunião de proprietários, capitalistas, engenheiros, architectos, constructores, gerentes de banco e representantes da imprensa, convidados, por um gesto realmente democratico do sr. prefeito para estudarem o problema angustioso da crise de habitações e de construções e alvitrar ideas capazes de minorar o terrivel mal que vem de alguns annos affligindo a população da capital.¹²⁸

Estavam convidados cidadãos interessados no assunto e, sobretudo, empresários que, beneficiados pela redução de impostos, poderiam incrementar a

¹²⁴ *Idem*, Curitiba, 4 de julho de 1924.

¹²⁵ *Ibem*, Curitiba, 3 de dezembro de 1921.

¹²⁶ PARANÁ. Decreto-lei n.º 2.221, de 9 de abril de 1923. Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de impostos estadoaes pelo prazo de cinco annos, as companhias, particulares ou empresas constructoras de casas a prestações que se estabelecerem no Estado, dentro do prazo de 2 annos, contados da data desta lei. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 8.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 15 de outubro de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p.53.

¹²⁷ PARANÁ. Lei Municipal n.º 616, de 5 de maio de 1923. Ficam isentas dos impostos municipaes pelo prazo de dez annos, a contar desta data, as Companhias que se organizarem para a construção de casas em prestações para a construção de casas a prestações e que tenham, pelo menos 1.000:000\$000 de capital. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 8.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 15 de outubro de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p.54.

¹²⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 1.º de março de 1923. Alvittrar: propor, sugerir, lembrar. (N.A).

construção de casas, mediante pagamentos em prestações, oferecidas aos habitantes da capital. Implícitas a essa iniciativa estavam as mudanças que se queria para modernização da sociedade.¹²⁹

Em projetos atinentes às finanças municipais e à estética da cidade Moreira Garcez relacionou-se com os edis mediante “uma perseverança de pastor methodista, a bater por uns bons annos na mesma tecla”¹³⁰. Além das insistentes voltas ao assunto sobre a aprovação havida na redução das taxas de calçamento que muito o contrariou, não lograram êxito suas insistentes lembranças para que leis fossem aprovadas onerando os impostos sobre os terrenos baldios localizados no quadro urbano¹³¹.

Outros benefícios requeridos, dessa vez pela população, chegavam pela imprensa e chamavam a atenção dos camaristas que deveriam atentar para “fazer com que os pães crescessem, (...) promover o barateamento dos generos de primeira necessidade. Assim é que deviam agir, e assim não agiram.”¹³²

Ao elevado preço do pão a população reagia com sucessivos protestos e às várias multas aplicadas aos padeiros eram reclamadas à Prefeitura como sendo em consequência do preço da farinha. O prefeito trocou correspondências com o Conde Matarazzo¹³³ com quem negociou valores e possibilitou o aumento nos estoques de farinha da Prefeitura.

¹²⁹ TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.26-27.

¹³⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de abril de 1924. p.3.

¹³¹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 17.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.38 - 39.

¹³² GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de janeiro de 1920.

¹³³ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 90.^a Legislatura em 15 de outubro de 1924. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1924. p.7-14.

E, para estabilizar o preço desse produto, convocou reunião em seu gabinete com os proprietários de padarias em Curitiba. Ficando estabelecido que a proporção peso do pão *versus* preço da farinha resultaria em um tamanho menor do produto, porém, inalterado permaneceria o seu valor final.¹³⁴

Movendo-se “para acudir os seus munícipes ameaçados de roer ossos em vez de deglutir carne”¹³⁵, Moreira Garcez dirigiu-se, por telegrama, a alguns pecuaristas, adquirindo gado de fazendas próximas à cidade que supririam o Matadouro Municipal e, quando preparava açougues de emergência, foi “procurado por diversos marchantes e açougueiros que [me] declararam não mais pretenderem elevar o preço da carne.”¹³⁶

Todavia, ainda outros produtos careciam de uma inspeção rigorosa sobre seus preços. Aí estavam a banha, o feijão, a batata, gêneros preferidos pelos comerciantes para exportação, gerando falta à praça da capital. Recorreu-se, então, ao Estado¹³⁷, que passou a controlar o embarque destes produtos e fiscalizar o estoque que deveria ser suficiente para atender primeiramente ao comércio de Curitiba.

Em contrapartida, essa administração apoiou os empresários quanto ao “Memorial em que os comerciantes de Curitiba” solicitavam o estabelecimento de

¹³⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 9.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 15 de abril de 1924. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1924. p.51.

¹³⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba, 12 de agosto de 1925.

¹³⁶ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.11.

¹³⁷ PARANÁ. Decreto n.º 1.202, de 7 de novembro 1924. Restringe a exportação de gêneros de primeira necessidade, permitindo o embarque para fora do Município mediante visto na guia de despacho e demonstrar quantidade suficiente para atender ao abastecimento local. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha. (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.9.

um horário para atendimento das casas comerciais¹³⁸. Moreira Garcez aprovou o pedido dos comerciantes, pois entendia estar “o tempo de trabalho de acordo com as condições do organismo que está sendo observado em todos os recantos do mundo civilizado(...)”¹³⁹.

A essa articulação nas relações com os empresários estava agregada uma transformação na organização de um novo entendimento dos municípios sobre a colaboração no processo para instalar definitivamente modelos administrativos mais modernos em Curitiba. Estabelecido o jogo das relações políticas, a ação da Prefeitura voltou-se para coordenar os problemas urbanos tendo, para isso, constituído como seus aliados permanentes os agentes do Departamento de Fiscalização Municipal e o cumprimento às exigências contidas no Código de Posturas¹⁴⁰.

Em sua forma de governar, Moreira Garcez procurava estabelecer uma mediação para solucionar os problemas que lhe eram trazidos pela população. E os financiamentos aplicados na reforma urbana, contabilizado em suas sucessivas mensagens, eram garantidos por ações concretas. Em razão de ter sido herdeiro de uma administração em que “não se respeitam os fins das verbas”¹⁴¹, esta foi a forma encontrada para reestabelecer um novo pacto social.

A cada ano, findo o respectivo exercício, essa administração relatava seu saldo positivo e os melhoramentos realizados. Em razão disto, a notícia sobre sua permanência na Prefeitura para os quatro anos seguintes (1924-1928) foi assim recebida:

¹³⁸ O memorial fixava o horário de atendimento das lojas comerciais entre 8 e 18 horas no inverno e, 8 e 19, no verão. In: GAZETA DO POVO. Curitiba, 11 de fevereiro de 1928. p.1.

¹³⁹ *Idem*. Curitiba, 26 de janeiro de 1928.

¹⁴⁰ PECHMAN, R. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. p.335.

¹⁴¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de janeiro de 1920.

Com isso se rejubila a população da capital, que assim vê assignado para Curityba mais um quatriennio de prosperidade, de largas realizações, de imperio exacto da lei.

(...) Todos conhecem de quanto é capaz a energia administrativa do moço prefeito e, porisso não há por duvidas em que elle cumpra exactamente aquillo que promette.¹⁴²

A essa certeza de mais benefícios virem a ser realizados na Capital foram afastadas as especulações sobre o dr. Moreira Garcez deixar a Prefeitura ou porque se candidataria a Deputado Estadual ou porque fora convidado a exercer o cargo de diretor da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande. A imprensa lamentava “que a obra do dr. Moreira Garcez no remodelamento da cidade viesse a ser prejudicada ou mesmo annullada com uma má substituição do nosso prefeito”¹⁴³. Moreira Garcez não se candidatou a Deputado Estadual, mas aceitou o cargo de diretor da Companhia Estrada de Ferro, desde que, pudesse “quando julgar opportuno, renunciar o meu cargo na sua Directoria”.¹⁴⁴

Ao final de oito anos, as declarações sobre sua atuação registradas nos jornais da capital referiam-se “a fecunda e brilhante administração do S. Exa. o Sr. Prefeito Moreira Garcez”¹⁴⁵, “teve o applauso constante dos curitybanos”¹⁴⁶, lembrado como “paranaense de valor, que muito trabalhou pelo progresso do Paraná”¹⁴⁷.

2.2.2 Arrecadar para Aplicar

Como ficou demonstrado até aqui, a gestão de Moreira Garcez foi conduzida habilmente no sentido não só da sua manutenção, no caso político, como também em orientar os negócios na Prefeitura no exercício da governamentalidade¹⁴⁸. Isso significa

¹⁴² *Idem*. Curitiba, 23 de outubro de 1923.

¹⁴³ *Idem*. Curitiba, 7 de agosto de 1923.

¹⁴⁴ *Idem*. Curitiba, 14 de agosto de 1923.

¹⁴⁵ A República, 7 de setembro de 1926. In: CRUZ, A. *op. cit.* p.208

¹⁴⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928.

¹⁴⁷ O Dia, 29 de novembro de 1933. In: CRUZ, A. *op. cit.* p.298.

¹⁴⁸ Para exercer a governamentalidade Moreira Garcez articulou interesses e necessidades da população utilizando-se da legislação ou conferindo acordos nas relações que atendessem satisfatoriamente à sociedade na sua própria subsistência. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., v. 7, 1979. p.283.

que Moreira Garcez manteve sua autoridade e serviu-se dela para conduzir as economias do Município de forma a revertê-las a um fim conveniente mediante o controle dos serviços oferecidos à população. Dessa forma, pareceu mais importante para ele sanear o quanto possível a situação econômica do Município para que assim pudesse atingir seus objetivos políticos de uma maneira não só efetiva mas, segundo ele mesmo, “com o maior devotamento”¹⁴⁹.

Em 1920, Moreira Garcez, deu início à sua gestão, tomando consciência de que a quantia que tinha em caixa era módica, a dívida passiva bastante elevada e, em contrapartida, a receita ainda imprecisa em sua forma de arrecadação. Diante disso, sua estratégia foi de conduzir os primeiros meses de mandato com vistas no equilíbrio da situação financeira do Município. Foi de tal forma bem-sucedido que, ao final desse mesmo ano, alcançou o dobro da receita orçamentária prevista, o que não passou despercebido pela imprensa:

(...) tal milagre se verificou na sua administração sem aumento de onus à população, já grandemente suffocada com os impostos. Bastou que s.s., com energia e criterio, obrigasse os devedores da Camara a entrar para os seus cofres com o total de seus debitos. A correria, como se sabe, foi geral. Todos os municipes se puzeram em dia com o fisco municipal. As rendas augmentaram e os compromissos da Prefeitura, mesmos os atrasados, foram postos em dia.¹⁵⁰

Satisfeito com o sucesso contabilizado a seu favor, o novo prefeito tratou de declarar que “a melhor vontade com que os municipes (...) se dignaram em attender ao meu apelo, quando (...) fiz publicar editaes convidando os contribuintes em atrazo a saldarem seus respectivos debitos”¹⁵¹, fora extremamente útil à

¹⁴⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinária da 8.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.61.

¹⁵⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de janeiro de 1921.

¹⁵¹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.ª sessão ordinaria da 9.ª Legislatura em 1.º de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.10.

organização da administração pública. Tentava assim conquistar a simpatia da população ao mesmo tempo em que minimizava diante dela o rigor nas cobranças das cargas tributárias.

A “melhor vontade” dos contribuintes a que ele se referia na mensagem dirigida à Câmara implicava um sistemático pagamento de impostos e uma fiel observância da lei aplicada igualmente a todos os contribuintes. Ainda na mesma mensagem, o prefeito explicava este procedimento na medida em deixava de ser o pagamento das tributações “baseado na grande experiência” que os funcionários da Prefeitura “já tinham deste serviço”¹⁵²; o que significava uma intervenção autoritária da Prefeitura na forma de trabalho, tornando-o mais regrado e organizado.

Enfrentando as críticas sobre a maneira estabelecida para arrecadação das rendas, Garcez adotou a restituição de tributação em função de direitos adquiridos pelos contribuintes, mas, por outro lado, deixou a cargo do Superior Tribunal Federal o estabelecimento a quem de direito estaria a arrecadação. Porém, nunca esqueceu a redução das tributações que fora aprovada pelos vereadores, porque havia causado a diminuição na receita do Município¹⁵³. A parte essas disputas, argumentava o prefeito que foram essas medidas em conjunto com “á perfeita regularidade com que são effectuados os pagamentos e a orientação que vem sendo rigorosamente observada pela administração dos Negocios do Municipio (...) é que estabiliza o credito do Thesouro”¹⁵⁴.

Com essa política econômica que se prolongou por todo o seu mandato, Moreira Garcez, durante os primeiros quinze meses da sua administração, declarou

¹⁵² *Idem*, p. 31.

¹⁵³ Vigoravam no Município o Imposto Sobre Frentes Não Edificadas, Muros, Casas Sem Platibanda que cobrados de proprietários isentos, gerou a Portaria n. 51 que restituiu esse imposto às construções iniciadas até 31 de dezembro de 1923. O imposto de Porta Aberta cobrado aos escritórios de médicos, advogados e engenheiros foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, em 1924, de direito ao Município em arrecadar. Os impostos reduzidos mediante votação da Câmara Municipal, que não manteve o veto do prefeito, foram Taxa de Calçamento (diminuiu 30%), Marcação de Veículos (reduzido em 25%), Aferição de Pesos e Medidas, bem como passou a ser suprimido o imposto sobre Entrada de Porcos. Contribuíram para o aumento da receita as rubricas: Dívida Ativa, Comércio e Oficinas, Eventuais, Laudêmios e Emolumentos, Venda de Terrenos, e outras em menor freqüência como Matrícula de Chauffeurs, Renda do Matadouro, Imposto sobre casas de bebidas.

¹⁵⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de novembro de 1926. p.5.

que havia regularizado os compromissos financeiros municipais, passando então a dedicar sua atenção para “vêr muito em breve a nossa Capital provida dos melhores serviços que mais de perto influem na saude e commodidade dos municipes.”¹⁵⁵

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

Rubricas orçamentarias	Receita orçada	Receita arrecadada	Diferença para mais	Diferença para menos
1° Commercio e Officinas do Quadro	166:000\$000	224:386\$484	58:388\$484	
2° Commercio e Officinas do Rocio	25:000\$000	35:940\$797	10:940\$797	
3° Transferencia de terrenos e emolumentos	25:748\$000	27:584\$820	1:836\$820	
4° Impostos sobre fabrica de bebidas não arrecadado		\$		
5° Imposto supplementar sobre casas de bebidas	10:000\$000	10:680\$000	680\$000	
6° Rendas dos Mercados	5:000\$000	7:343\$800	2:343\$800	
7° Adicional de 5 " " sobre os §§ 1°, 2° e 3°	10:337\$400	14:396\$765	4:059\$365	
8° Renda do Matadouro	100:000\$000	117:471\$500	17:471\$500	
9° Aferição de pesos e medidas	11:500\$000	13:103\$000	2:103\$000	
10° Renda do Cemiterio Municipal	11:500\$000	12:818\$000	1:318\$000	
11° Foros do quadro urbano	11:200\$000	22:235\$956	11:035\$956	
12° Foros do rocio	10:000\$000	25:899\$037	15:899\$037	
13° Terrenos não edificados e muros	6:000\$000	66\$900		5:933\$100
14° Impostos sobre calçamentos	60:000\$000	66:276\$027	6:276\$027	
15° Matricula e marcação de vehiculos	25:000\$000	33:265\$845	8:265\$845	
16° Emolumentos não incluídos no § 3°	1:000\$000	2:203\$000	1:203\$000	
17° Cobrança da divida activa	83:032\$200	438:488\$700	355:456\$500	
18° Matricula de chauffeurs e carroceiros	200\$000	1:770\$000	1:570\$000	
19° Matricula de cães	200\$000	540\$000	340\$000	
20° Approvação de plantas pela Directoria Geral	25:000\$000	24:396\$284		603\$716
21° Multas	1:000\$000	24:798\$730	23:798\$730	
22° Imposto de viação em terrenos do rocio	5:896\$000	785\$090		5:110\$910
23° Taxa de Limpeza Particular	27:000\$000	29:690\$000	2:690\$000	
24° Renda Eventual	8:000\$000	51:383\$556	43:383\$556	
25° Empreza de bonds. não arrecadado		\$		
26° Licença a vendedores ambulantes	9:400\$000	17:207\$453	7:807\$453	
27° Imposto de publicidade	2:000\$000	1:557\$600		442\$400
28° Renda de impostos do deposito de inflammaveis	10:000\$000	14:490\$065	4:490\$065	
29° Matricula de vaccas de leite	2:500\$000	3:420\$000	920\$000	
	652:013\$600	1.222:201\$409	582:277\$935	12:090\$126

FONTE: PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez Prefeito Municipal ao instalar-se a 1.ª sessão ordinária da 8.ª Legislatura, em 1.º de dezembro de 1920. p.67.

ACERVO: Círculo de Estudos Bandeirantes.

¹⁵⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.ª sessão ordinaria da 9.ª Legislatura em 1.º de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.8.

Outra medida econômica levada a efeito referiu-se à fiscalização nos preços dos gêneros de primeira necessidade. Durante o ano de 1924, as especulações ocorridas no mercado de alimentos favoreceram a uma supervalorização nos preços. O motivo alegado pelos comerciantes para essa atitude estava relacionado à falta de transportes decorrentes do movimento revolucionário¹⁵⁶ havido em São Paulo, naquele ano. Sob tal alegação, o prefeito e diretor da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande posicionou-se diante do caso como registrado pela imprensa:

(...) o sr. dr. J. Moreira Garcez reuniu hoje, ás 13 e meia horas, os directores dos jornais curitybanos afim de expor-lhes as providencias que havia dado, quer como prefeito da capital, quer como director da S. Paulo Rio Grande, para evitar a falta de generos de 1ª necessidade quer em Curityba quer no interior do Estado.

Pelos documentos, telegrammas e estatísticas que foram examinadas pelos jornais ficou demonstrado que a estrada de ferro já conduziu para os seus destinos todas as cargas existentes nos portos, sendo inveridicas quaesquer desculpas com a falta de transporte.¹⁵⁷

Devidamente documentada, essa atitude do diretor da estrada de ferro, que diplomaticamente evidenciou os responsáveis, alertou os jornais locais sobre as arbitrariedades cometidas quanto aos aumentos verificado nos preços de tais produtos.

Considerando sempre o comércio, uma das principais fontes de renda do Município, a Prefeitura passou a regularizar seu funcionamento desde 1920, tornando imperativo o uso do alvará de licença e proibindo os estabelecimentos que possuíam permissão para venda de determinados produtos a negociar com mercadorias diversas. Para os comerciantes que fechavam suas lojas em horário

¹⁵⁶ A revolta havida em São Paulo em 1924 teve como objetivo continuar o movimento sufocado em 1922 (Rio de Janeiro). Chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes, a luta era para pôr fim à oligarquia dos Partidos Republicanos Paulista e Mineira que impediam a manifestação livre na escolha do Chefe da Nação. Após um mês de confronto com as tropas legalistas, os revolucionários fugiram de São Paulo e espalharam-se pelo Paraná, desde a fronteira ao norte com São Paulo, até Foz do Iguaçu, ao sul, e muito a leste da cidade de Catanduvas. Os distúrbios provocados por alguns revoltosos iam desde cortes nos fios telegráficos, arrancar trilhos das ferrovias roubos e saques por onde passavam. In: CASTRO, T. **História da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982. p.303-304.

¹⁵⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 21 de julho de 1924. Segunda Edição.

que melhor lhe aprouvessem, a legislação passou a reger o horário, disciplinando antigos hábitos mediante o cumprimento imposto pela norma.¹⁵⁸

Nesse mesmo ano, a Prefeitura passou à fiscalização permanente do comércio de frutas, de vendedores ambulantes, na inspeção constantes das matrículas do gado leiteiro, que alimentava as crianças, inclusive, regulando a limpeza e conservação das casas destinadas ao aluguel. Assim, pretendia combater a insalubridade mediante a disciplinarização de hábitos de higiene no controle da qualidade do que se oferecia à população.

E para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos a quem não era da cidade, sucessivos projetos foram colocados em prática, tais como o estabelecimento da profissão de carregador¹⁵⁹ de bagagens na estação ferroviária, a promoção de concurso entre hotéis¹⁶⁰; e, em conjunto com a sociedade dos condutores de veículos, passou a vigorar uma tabela oficial de preços para custo não só de condução, mas também de locação de automóveis.

As medidas postas em práticas pela Prefeitura no atendimento aos serviços oferecidos à população demonstravam, implicitamente, os mecanismos que visavam manter a ordem e a regra na coletividade com o objetivo de afastar

¹⁵⁸ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinária da 7.^a Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.24 e 25.

¹⁵⁹ Quanto ao serviço de veículos, “As medidas postas em prática pela Prefeitura e que estão sendo observadas de accordo com os regulamentos vigentes, satisfazem plenamente ás exigencias da cidade e acautelam a seguraça publica” p. 45.Com relação ao serviço de carregadores: Em entendimento com os responsáveis pela estação ferroviária de Curitiba, Moreira Garcez solicitou que apenas os carregadores matriculados na Prefeitura (Art. 302, do Código de Posturas) aqueles, portanto, devidamente uniformizados e numerados, tivessem acesso à plataforma de embarque e desembarque desta estação. p.47 In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 7.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.45 e 47.

¹⁶⁰ Embora existissem hotéis em condições de concorrer, apenas o do sr. Francisco Johnscher se apresentou em seis anos consecutivos, desde 1921, tendo recebido como prêmio a isenção de impostos municipais, de acordo com a Lei n.º 599, de 07 de dezembro de 1921. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11.^a sessão ordinária da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1926. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1926. p.117.

elementos perniciosos às mudanças que estavam sendo processadas na capital paranaense e, assim, transformar a população, reorganizando seu corpo social em função do trabalho como uma forma positiva para dinamizar a economia.¹⁶¹

Outros foram os benefícios requeridos pela população que contaram com o atendimento da administração municipal verificados pelos anúncios na imprensa:

(...) os jornaes officiaes contaram que vae ser feito o serviço de aprisionamento de cães vadios, poupando á população as immoralidades das matilhas de cães vadios que punham em perigo a canella dos transeuntes.

Já que sua vontade de acertar é manifesta, queremos chamar a sua atenção para o cuidado que devem merecer as ruas do centro, uma vez que por enquanto não se pode esperar que todas as ruas sejam tratadas como devem.

Passado hontem pela rua Marechal Deodoro no trecho compreendido entre as ruas 1^o de Março e Barão do Rio Branco, vimos poças de agua estagnada.

Sobre afeiarem aquella rua, aquellas aguas estagnadas constituem um perigo para a saude publica, devendo assim serem escoadas.

Ahi fica a observação ao sr. dr. Moreira Garcez.¹⁶²

Entretanto, tendo atingido a estabilidade econômica do Município foi possível ao prefeito aumentar a dotação orçamentária das respectivas rubricas que poderiam atender a reclamações como esse. A limpeza da cidade e os serviços de remoção do lixo passaram a ser realizados com uma frequência maior e com uma eficiência que atendia melhor aos preceitos ditados pela técnica sanitária.¹⁶³

Paralelamente a essas, outras dotações orçamentárias também foram aumentadas para que pudessem ser atendidos os melhoramentos quanto à Conservação de Calçamentos, Obras Públicas, Praças e Jardins, serviços esses que

¹⁶¹ DONZELOT, JACQUES. **A Polícia das Famílias**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 2. ed., Rio de Janeiro, 1986. p.49-89.

¹⁶² GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de março de 1920.

¹⁶³ O lixo foi utilizado como adubo no Instituto Agrônômico do Bacachery e outra possibilidade era ser depositado “em grandes fossos, abertos em pontos retirados da cidade, sendo em seguida coberto de com uma espessa camada de terra, de 40 a 50 centímetros de altura para conveniente redução. Moreira Garcez menciona que esta técnica está sendo empregada em cidades nacionais e estrangeiras e com resultados satisfatórios atestado por higienistas como Spataro Brouardel, H. Pottevin e M. Risler, de modo que quer adotar para Curitiba. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser instalada a 1.ª sessão ordinária da 7.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1920. p.24.

tratando da estética da cidade viriam a ser feitos “gradativamente, á medida do possível e na proporção dos recursos disponíveis”.¹⁶⁴

A população, porém, mostrava-se bastante impaciente, como levam a concluir as notícias publicadas ao longo dos anos na imprensa requisitando soluções nos serviços atinentes à estética da cidade. Impaciente e confusa, pois percebe-se que o uso da palavra “estética” compreendia um universo que abarcava desde bodegas freqüentadas por “desclassificados”, que contribuíam para “transtornar horrivelmente a feição esthetica da cidade”¹⁶⁵, até poças d’água a “afeiarem”¹⁶⁶ ruas e praças cujas gramas eram “transformadas em campo de peralthices”¹⁶⁷.

No entanto, ao investir progressivamente no crescimento econômico verificado nas receitas do Município em sucessivas transformações na *urbs* e melhorada a “tal” estética da cidade, a imprensa comentava “a gestão do sr. Moreira Garcez na Prefeitura Municipal tem sido das mais efficientes em matéria de melhoramento e aperfeiçoamento da nossa capital. O actual governador, dentro dos recursos orçamentarios normaes, tem levado a effeito uma obra de incontestável valia”.¹⁶⁸ Ao reformar o espaço da cidade este prefeito acreditava, contrapondo-se aos pessimistas, que chegaram a insinuar a “decadência da nossa Capital”¹⁶⁹, que fatores relacionados à posição geográfica, clima e fertilidade do solo de Curitiba favoreceriam o estabelecimento de indústrias fabris em seu interior, o que engrandeceria sua

¹⁶⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1921. p.17.

¹⁶⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba, 9 de março de 1920.

¹⁶⁶ *Idem.*, 10 de março de 1920.

¹⁶⁷ *Idem.*, 26 de março de 1921.

¹⁶⁸ O DIÁRIO DA TARDE, 3 de agosto de 1923.

¹⁶⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinaria da 9.ª Legislatura em 15 de outubro de 1924. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1924. p.15.

economia, tornando possível, inclusive, transformá-la em centro industrial. Desta forma, seria possível deslocar a base da economia paranaense das atividades extrativistas para um sistema capitalista de produção regido pela industrialização.

Higiene, estética e indústria, símbolos da modernidade, caminhos que conduziriam ao rol dos grandes centros internacionais. No entanto, ainda que Curitiba fosse impulsionada pela agricultura extrativista e suas atividades correlatas, atrair indústrias para a cidade exigiria uma nova ordem urbana, movida pelas velocidades de deslocamento e processos de produção, acarretando novos padrões de comportamento à população, nos quais os avanços da técnica sobreporiam o ritmo desacelerado das atividades manufatureiras.¹⁷⁰

Além desses condicionantes, os administradores estavam cientes de que Curitiba não alcançaria, ainda, um progresso econômico baseado na indústria pelo fato de não produzir energia, nem em quantidade suficiente, nem a preço convidativo. Além disso, nas palavras da imprensa “Curitiba (...), cidade nova como é, onde quasi tudo foi até hoje mal feito ou feito às pressas,”¹⁷¹ o que reforçava o atraso material e a falta de progresso na capital.

A exploração da força motriz e energia elétrica na cidade estava a cargo da “The South Brazilian Railways Company Limited”¹⁷², e os serviços oferecidos ficavam à mercê de instrumentos que poderiam, a qualquer hora do dia, paralisar fábricas, comércio, lazer, que assim permaneceriam por uns minutos ou algumas horas.

¹⁷⁰ HERSCHMANN, M. & PEREIRA, C. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M & PEREIRA, C. *op. cit.* p. 34

¹⁷¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 de novembro de 1920.

¹⁷² Empresa de capital inglês, firmou contrato com a Prefeitura de Curitiba em 23 de dezembro de 1907, para atendimento quanto ao serviço de bondes para transporte urbano. A mesma empresa encarregava-se de prestar serviço de iluminação pública, porém ao Estado ficaram subordinados os encargos em contrato lavrado entre este e a Prefeitura de acordo com a Lei nº127, de 22 de março e Lei n.º 128, de 11 de abril, ambas de 1904. A mesma empresa também explorava a força motriz, mas de acordo com o Código de Posturas em seu Art 295 este serviço era de livre concorrência. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 15.ª sessão ordinaria da 7.ª Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 32 a 35.

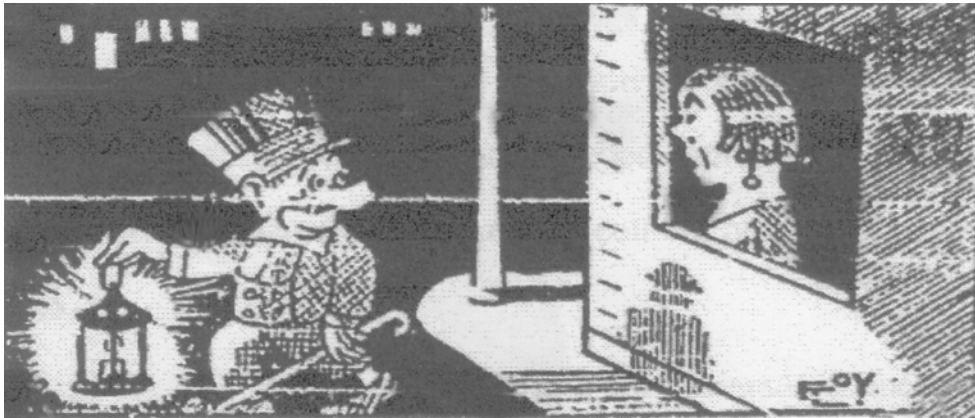
Quanto ao serviço de iluminação, que desde 1904 estava sob responsabilidade do Governo do Estado¹⁷³, a Prefeitura, ao longo de oito anos, aplicou multas, tratou de melhoramentos nos serviços com a diretoria da empresa, mas o resultado das negociações trouxe para a capital um velho costume dos tempos coloniais quando, à noite, arcaicos lampiões a querosene ou lamparinas de azeite enfeitavam o interior das casas e pelas ruas escuras pessoas surpresas e apreensivas esbarravam na escuridão que pesava sobre a cidade. Patente retorno a costumes rurais que, por certo, os cidadãos não queriam mais viver.

Em relação ao serviço de força motriz, a Prefeitura atravessou duas gestões sem esquecer a forma como essa concessionária gerava energia. E descrevia, por fim, que as usinas compostas de motores e equipamentos acionados pelo calor utilizavam “caldeiras [que] consomem cerca de 6.000 metros cúbicos de lenha por mez!!! Adicione-se a esse vultuoso (sic) consumo o necessário para as demais industrias(...) e bem se avaliará a consideravel devastação que soffrem as nosas (sic) mattas!!!”¹⁷⁴, concluía mensagem de 1926.

¹⁷³ “(...) o governo do Estado tomaria sobre si o encargo das obras para o abastecimento d’água e rede de exgottos e acceitaria, a titulo de amortização do capital e juros a despender com as mesmas, a cobrança e gozo do imposto predial, taxado pela referida Camara, deduzida a importancia relativa ás despesas com o serviço de iluminação publica, cuja administração passaria para o Estado, ficando este com superintendencia sobre a execução do contracto então existente e podendo revel-o ou encampal-o”. In: PARANÁ. Presidente do Estado (1904-1908: Dr. Vicente Machado). Relatório apresentado ao Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d’Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, em 31 de Dezembro de 1904. p. 5.

¹⁷⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11ª sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 15 de abril de 1926. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1926. p. 162.

PREVENÇÕES



- O Tancredo, onde vae você de lanterna?
- –Vou dar um passeio pelo centro da cidade...¹⁷⁵

Preocupado com a falta de conservacionismo¹⁷⁶, visto que utilizavam as matas como técnica empregada para o fornecimento de força motriz, já nos primeiros anos de sua administração Moreira Garcez trabalhou junto à Câmara Municipal para aquisição pela Prefeitura dos serviços afetos a essa concessionária. Isto, porém, causou protestos da imprensa local:

Será isso melhorar?

Não pode ser; a South, actualmente, ainda está sujeita a contractos e clausulas de que não pode fugir, e que asseguram à cidade a execução dos serviços promettidos; (...)

E quando esses serviços ficarem a cargo da Prefeitura, o que será então? A Prefeitura, todo o mundo sabe, é dona do seu nariz; não presta contas a ninguem; (...) possui administrações sucessivas e assim criterios variaveis; (...) tem apenas obrigações moraes.¹⁷⁷

¹⁷⁵ O DIA. Curitiba, 16 de janeiro de 1920. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

¹⁷⁶ “Em linhas gerais, o conservacionismo propunha o desenvolvimento e uso controlado dos recursos naturais em toda sua abrangência, procurando alcançar o maior número de pessoas possível, por um longo período de tempo. (...) Cientistas filiados à Sociedade Americana para o Avanço da Ciência passaram, em seguida, a influenciar setores da administração pública norte-americana com vistas ao estabelecimento de políticas que possibilitassem, além do gerenciamento de capas aquíferas, a exploração racional das florestas, da caça e da pesca e a criação de um programa nacional de irrigação. Uma das conseqüências foi a criação de reservas florestais de domínio público federal, na década de 1890 – nelas, somente a União poderia permitir o corte seletivo de árvores para comercialização.”. In: TRINDADE, E. **Cidade, Homem e Natureza: Uma história das políticas ambientais de Curitiba**: Unilivre, 1997. p.28.

¹⁷⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 16 de abril de 1921.

Fracassadas as negociações, continuava a cidade sob as oscilações de ter e não ter luz, minuto a minuto, hora em hora; até que, em 1927, foi possível ao Município adquirir as quedas d'água do rio Capivary, com o objetivo de iniciar a construção de uma usina hidroelétrica.¹⁷⁸

Entretanto, o edital de concorrência para a construção dessa usina resultou improdutivo. O prefeito voltou-se então para os munícipes, “que mais de perto influe (sic) no progresso de Curitiba”¹⁷⁹, que compraram a idéia de constituir uma sociedade em que a população poderia “intervir diretamente nos destinos da companhia”¹⁸⁰, e assim fosse evitada a responsabilidade exclusiva da Prefeitura sobre tal empresa, como sugerido pelo jornal.

Nascia a Companhia Curitybana de Electricidade, e para incentivar a instalação de empresas que necessitassem da energia fornecida pela usina hidroelétrica foi aprovada a lei que as isentava de impostos pelo prazo de dois anos.¹⁸¹ A insistência e a perseverança do prefeito foram os meios pelos quais se tornou possível “governar as coisas” com o objetivo de proporcionar autonomia econômica aos munícipes gerando emprego e, ao Município, receita.

Foi de igual proporção a luta que ao longo dos anos travou-se para a remodelação nos serviços telefônicos. Sendo serviços oferecidos de maneira ineficiente, causavam reclamações, geravam multas e não beneficiavam ninguém. O descumprimento ao contrato pela concessionária que explorava o serviço levou a Prefeitura a adotar um maior rigor quanto à fiscalização, utilizando uma estratégia assim descrita pela imprensa:

¹⁷⁸ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 12.ª sessão ordinaria da 11.ª Legislatura em 15 de abril de 1927. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1927. p. 145.

¹⁷⁹ *Idem.*, p.149.

¹⁸⁰ *Ibdem.*, p.166.

¹⁸¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 5 de novembro de 1926.

O seguinte edital, publicado agora, oferece ensejo a que se aprecie até onde chegou a energia do governador da cidade.

Assignado pelo sr. Goulin, engenheiro-director, diz – “aos interessados que tiverem reclamações a fazer sobre o serviço telephónico desta capital, deverão dirigir as mesmas por escripto a esta Directoria, que agirá com a maxima severidade, no sentido de compellir a Companhia concessionaria a manter em bom estado as suas linhas e aparelhos de comunicação a attender á commodidade dos seus assignantes.”

Como se vê, a Prefeitura está interessada em fazer com que a população que usa de telephones tenha a garantia de um serviço melhor do que o actual, que convenhamos, não honra lá muito os nossos fóros de cidade adiantada.¹⁸²

Somente em julho de 1924, foi possível à Prefeitura lavrar um termo de compromisso que permitiu a administração dessa companhia. No ano seguinte, comprou-a e, após concorrência pública, passou-a por arrendamento à A.E.G. Companhia Sul Americana de Electricidade, de forma a evitar que “critérios variáveis”, sugeridos pela imprensa, especulassem os serviços que deveriam atender à população.

Em 1927, essa empresa aparecia nos jornais oferecendo à população “Serviço rapido. Ligação immediata. Clareza de voz nas conversas urbanas e interurbanas. Aparelhos modernos. Funcionamento com bateria central. Coaudição de terceiros excluida. Serviço continuo dia e noite.”¹⁸³

As concessões a empresas privadas para exploração de serviços públicos (eletricidade, transporte urbano, telefones) resultavam em operações deficientes que visavam mais aos fins lucrativos do que às necessidades públicas e qualidade no atendimento. Tanto em Curitiba como em Porto Alegre, por exemplo, a concessão desses serviços a monopólios de capital privado passou a ser encampada pela municipalidade, acompanhando o que era seguido nas cidades européias.¹⁸⁴

¹⁸² GAZETA DO POVO. Curitiba, 26 dezembro de 1921.

¹⁸³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de Março de 1927. p. 5.

¹⁸⁴ PESAVENTO, S. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 386

Embora a municipalização desses serviços fosse vista como uma operação vencedora que emprestaria a idéia de bem público às reformas urbanas em curso, as imposições técnicas e financeiras ganhavam outros significados. O ideal de “fóros de cidade adiantada”, mencionado pelo jornal, e o prenúncio “de uma nova era de prosperidade”¹⁸⁵, nas palavras de Moreira Garcez, revelam o empenho em alcançar a modernidade, em acompanhar o processo científico internacional. Curitiba prosseguia entre o sonho da cidade ideal e a concretude da cidade possível.

2.2.3 Remodelação da Cidade

A cidade carecia ainda de muitas soluções quanto ao seu aspecto urbano. Desde os anos em que Moreira Garcez atuou frente à Diretoria de Obras Públicas, a higiene era mencionada como um problema que necessitava de maior atenção dos poderes públicos. Ao assumir a Prefeitura, em 1920, o aumento progressivo no número de habitantes¹⁸⁶ comprometia a salubridade urbana. Urgentes se faziam as medidas a serem postas em prática para atenuar a contaminação do meio, pois, segundo a imprensa,

O estado de Curitiba é verdadeiramente lastimavel. Para quem percorra a cidade em qualquer direcção, vae-se lhe desdobrando aos olhos surprezos uma successão incrível de scenarios arruinados, de quadros lastimaveis, a proporção que a vista pousa nas ruas por que se caminha. (...)

Sae-se de uma rua pessimamente calçada, em que o passeio é formado de pedras desconstradas, pontudas, redondas, largas ou pequeninas, como si jogadas a esmo, para se entrar em outra sem calçamento, desnivelada, em que o passeio, como um esboço, é marcado por uma linha de meio-fio. (...)

Quando chove, então, o quadro ganha, com a lama, com o barro, com as poças dagua e os lamaçoes (sic), uma tinta tragicamente negra.

¹⁸⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 72.

¹⁸⁶ Em 1900, Curitiba contava com uma população de 50.124 habitantes e em 1920 este número chega a 80.000. In: CABAS, A; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILLIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. História, políticas públicas e educação. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.31.

Sem exaggeros, convençamo-nos, Curitiba é uma cidade pessimamente dirigida, sem serviços que elogiem a sua direcção e os seus dirigentes. Tudo anda ao Deus dará, as voltas com o descaso, sepultado no esquecimento. (...)

Em várias ruas da cidade, em consequencia dessa desorganização, o capim cresce e avulta, verdejando as calçadas e o leito da rua. O mato sobe junto aos muros e ás paredes, desdobrando-se em touças graúdas.

E isso no centro da cidade, nas ruas centraes.¹⁸⁷

Para modificar essa “successão incrível de scenarios arruinados”, Moreira Garcez constituiu um departamento de agentes severos quanto à fiscalização da *urbs* e fiéis no cumprimento das normas contidas no Código de Posturas, bem como determinou o reparo nos equipamentos utilizados pela diretoria de obras públicas e ampliou o quadro de pessoal encarregado da limpeza e da conservação de ruas.

Com essa operação tentava-se articular na cidade uma transformação dos velhos hábitos priorizando princípios higienistas que regeriam o comportamento social. Isto porque a capital passou a refletir a saúde do Estado que, por sua vez, se inscrevia nas relações do país com o estrangeiro. Na República Velha, a capital federal foi a primeira cidade que iniciou o processo de remodelação em sua estrutura colonial instigado pelo saber dos médicos que combateram a contaminação instalada no meio urbano.¹⁸⁸

Para remover as causas comprometedoras da higiene em Curitiba, as idéias divulgadas pelos higienistas¹⁸⁹ foram colocadas em prática de modo a orientar a conduta dos indivíduos e passou a haver vigilância permanente sobre os hábitos da população como condição fundamental de “que a boa hygiene prolonga a

¹⁸⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 13 de fevereiro de 1920.

¹⁸⁸ PECHMAN, R. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). *op. cit.* p. 332.

¹⁸⁹ Moreira Garcez cita os higienista Beckmann e Baldwin Lathan. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinária da 7.^a Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 5.

existencia” e “preservar a saude é defender a vida, que é tudo o que possuímos de mais valioso”.¹⁹⁰

Por esse motivo, fiscalizavam-se gêneros alimentícios como o leite, as frutas, a carne, mas também, prédios de uso público como hotéis, cafés, casas de diversão, residências coletivas e para aluguel, todos sempre vistoriados.

E isso parecia bastante necessário, tendo, inclusive, em vista as condições higiênicas do matadouro veiculadas pela imprensa:

(...) o que vae pelo matadouro, causa nojo e revolta. Ja mais (sic) se viu peor immundice. Sem commodidade, antiquado, sem hygiene, rodeado pelos urubús, o Matadouro é um fóco de pestilencia, um monturo cujo cheiro não se supporta. Os canos de exgotto do sangue e das lavagens, desaguam no campo, pouco adiante do edificio, emporcalhando a redondeza.¹⁹¹

Então, acompanhado dos diretores de higiene e de obras públicas, Moreira Garcez visitou o local e iniciou a reforma, aparelhando-o para que assim pudesse durar mais dez anos sem a necessária construção de outro. Isto porque, “assim como o Matadouro, muita cousa mais precisa ser reformada quanto antes”¹⁹², sugeria o mesmo jornal.

Outro atentado aos preceitos higiênicos era o Mercado Municipal situado na Praça 19 de Dezembro, que estava, inclusive, na iminência de ruir e sobre o qual declarava Moreira Garcez: “não era meu desejo executar qualquer reparo que prolongasse a existência desse monstrengo (...), sou forçado a fazer o necessario escoramento.”¹⁹³ Somado a isso, a imprensa alertava que “em todos os compartimentos do eternamente *provisorio* mercado é visível a falta de asseio”¹⁹⁴.

¹⁹⁰ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.5.

¹⁹¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de Agosto de 1920.

¹⁹² *Idem*, Curitiba, 30 de Agosto de 1920.

¹⁹³ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 15 de outubro de 1922. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1922. p.49-50.

¹⁹⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 13 de março de 1923.

Para que a cidade e a população incorporassem hábitos higiênicos, era necessário materializar a norma como condição para preservar a saúde, o que seria possível mediante a ordenação dos espaços que, preenchidos com novas construções, enquadrariam a cidade em uma moldura.¹⁹⁵ Viu-se, porém, o prefeito escorando um “monstrengo” para evitar acidentes à população. A esta concepção contrária aos seus preceitos estéticos, estava prevista para a paisagem urbana uma edificação nova que emprestasse à capital uma imagem civilizada. Sem desistir de suas intenções, o antigo mercado foi derrubado somente no final de 1926 e o novo recebeu tal tratamento em sua construção, que, segundo a imprensa, mostrou-se “melhor que de Amsterdam”.

A novidade, porém, gerou protestos, pois sendo Curitiba “cidade-aldeia onde as verduras e frutas chegavam nas casas pelas mãos dos colonos nunca sentiu falta de mercados grandes ou pequenos.”¹⁹⁶ Ao que parece, a nova construção esbarrou na resistência às imagens materializadas na cidade.

Contudo, os elementos naturais também depunham contra a salubridade da cidade. Tendo Curitiba topografia irregular e entrecortada por rios, era freqüentemente inundada durante as chuvas. O jornal descrevia que nas tempestades

(...) a água, além da que corria independentemente em todas as ruas, unindo-se á que o rio Ivo extravasava, formou desde a rua Carlos de Carvalho verdadeiras cachoeiras, que alagava quintaes, ruas e casas, acompanhando a trajetória do rio e despenhando-se (sic) pelas zonas mais baixas.¹⁹⁷

E a estagnação das águas no argiloso solo permitia, ainda, sua contaminação em razão do grande número de fossas fixas permeáveis existentes na área urbana. Era necessário evitar tudo o que favorecesse as enchentes. A Prefeitura começou por retirar as barragens existentes nos rios que cruzavam a

¹⁹⁵ PECHMAN, R. *op. cit.* p. 333.

¹⁹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de dezembro de 1926. p. 3.

¹⁹⁷ *Idem.* Curitiba, 13 de Janeiro de 1922.

urbs, mesmo que elas estivessem localizadas em terrenos de particulares¹⁹⁸, e providenciou para que a limpeza de rios, valetas e a desobstrução de bueiros e bocas-de-lobo passassem a ser práticas constantes durante essa administração.

Mas tanto o excesso como a falta de água causavam danos. Doenças que necessitam de banho diário, como a varicela e o alastrim, grassavam pela cidade. A suspensão no serviço de irrigação ou lavagem completa dos esgotos trouxe como conseqüência os miasmas exalados pela rede (que necessitava ser esquentada com água viva de cal) e a lembrança macabra de uma outra epidemia de tifo.¹⁹⁹

Mas das torneiras jorravam apenas 'minhocas'. As taxas quanto ao fornecimento de água eram cobradas em dia, enquanto as notícias para a solução desse problema só falavam em futuro. Publicava-se, também, o auxílio do corpo de bombeiros para abastecer as partes altas da cidade²⁰⁰, sem que fossem avisado o horário de distribuição²⁰¹. As notas oficiais diziam que "o governo tem se preocupado com o serviço de abastecimento (d'água) na Capital, procurando remover os inconvenientes da falta d'água nas épocas de estiagem mediante nova captação na serra (...)." ²⁰² Essa questão em Curitiba foi um problema que acompanhou a história da cidade desde seus tempos de comarca e somente tomaria um novo curso com a implantação do projeto de Saturnino de Brito.

¹⁹⁸ A Prefeitura retira as represas das propriedades do Sr. Francisco Fido Fontana, Augusto Hauer e na antiga casa de banhos da Avenida João Gualberto, situadas na região norte da cidade. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1ª sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.39.

¹⁹⁹ A febre tifóide em Curitiba no ano de 1915 causou 45 óbitos, em 1916, este número foi para 27 e em 1917 saltou para 121. In: CRUZ, A. *op. cit.* p.109-110.

²⁰⁰ Avenida Batel e ruas transversais, Avenidas Ivahy (Getúlio Vargas), Iguassú, Sete de Setembro e transversais, e entre o Alto da Glória e Juvevê.

²⁰¹ O jornal Gazeta do Povo, de 29 de agosto de 1921, assim se refere à hora em que a Repartição de Água e Esgotos forneceria ou cortaria a água à população.

²⁰² GAZETA DO POVO. Curitiba, 17 de julho de 1924.

Entretanto, enquanto esse melhoramento não chegava, a fiscalização pretendia coibir o hábito que a população tinha de jogar água, desta vez servida, pelas sarjetas. Para isto, editais foram publicados convocando os proprietários de prédios a fazerem as convenientes instalações sanitárias nas casas que ainda não as possuísem. Mas, poucos corresponderam ao edital e muitos esperavam as obras que o Governo Estadual estava executando quanto a esses serviços.²⁰³ Se alguns esperavam, a imprensa alertava que “a higiene municipal não dorme”, intimava e multava o proprietário da casa “a instalar agua e exgotto na mesma, no prazo de 30 dias”.²⁰⁴

Os mecanismos utilizados para incutir novos hábitos higiênicos combatiam as resistências da população mediante perseverante fiscalização municipal. A garantia de uma nova atitude diante de velhos hábitos se fazia mediante a vigilância constante e o cumprimento à lei praticado pelos agentes municipais. Dessa forma, reorganizava-se disciplinarmente o viver na cidade.²⁰⁵

De cenário arruinado, onde torneiras cuspiam minhocas e perambulava a ameaça de doenças, Curitiba não oferecia atrativos para novas construções. Embora desde 1921, as leis, Municipal e Estadual, isentassem de impostos as empresas construtoras, se comparados os números de edificações construídas nos anos de 1902 e 1922, verificava-se que naquele ano o número correspondente era 77 e neste, 76²⁰⁶. Havia, então, uma séria crise de habitação gerada pelo aumento da

²⁰³ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 25.

²⁰⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 6 de março de 1924.

²⁰⁵ DONZELOT, J. *op. cit.* p. 49-89.

²⁰⁶ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 15 de abril de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p. 84.

população²⁰⁷ e dos valores cobrados nos aluguéis das casas oferecidas para moradias. A imprensa acolheu denúncias como esta:

Tenho, sr. redator, acompanhado com grande atenção e interesse o assumpto que diz respeito a crise de casas e consequente desrespeito dos senhorios á Lei do Inquilinato.

Esta Lei, creada com o fim exclusivo de amparar os inquilinos da ganancia e abuso dos senhorios, pode-se dizer, sem receio de contestação, que ella aqui no Paraná não está sendo cumprida tal qual como está redigida! (...) sendo de admirar ainda a coragem dos senhorios em invocar a Lei em seus interesses proprios, (...) nas suas petições dirigidas ao juiz competente, sem declarar, como se torna imprescindivel, o motivo porque precisa da casa.

(...) porque já redigem as suas petições com o intencional desejo de poder explorar os inquilinos, aumengtando os alugueis de suas casas de maneira espantosa, quando notadamente as casa de alugueis em Curityba, quasi em sua totalidade, não offerecem, absolutamente, o melhor conforto possivel.²⁰⁸

Higiene e estética orientaram as ações conduzidas por Moreira Garcez, que, desde 1921, inseriu em Curitiba tentativas para livrá-la do seu aspecto de vila onde ruas lamacentas, mal pavimentadas ou sem pavimento, misturavam-se a terrenos baldios que, sem muros e sem passeios, alojavam animais. Cães, gatos, cabras, cavalos, mortos ameaçavam as pessoas, e os animais vivos vagavam em bandos por entre casas que mais pareciam “verdadeiros monstrenços que attentam de modo flagrante contra a estética da cidade”²⁰⁹, violando a imagem da capital que se queria civilizada.

Todavia, para Moreira Garcez, a falta de construções para moradias estava no fato de os rendimentos mais lucrativos encontrarem-se no mercado de títulos mais do que nos investimentos em construção. Lastimava, ainda, que os proprietários de terrenos baldios, mesmo possuindo recursos, não participassem em

²⁰⁷ Conferir nota n. 186.

²⁰⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de novembro de 1924.

²⁰⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1^o de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.18

“beneficiar a esthetica da cidade”²¹⁰ concorrendo para aumentar o número na edificação de casas em Curitiba.

Porém, a lei não alcançava impor construções nos terrenos baldios espalhados pelo centro, o que causava um aspecto desagradável à cidade. Para as insistentes demandas do prefeito a uma legislação que obrigasse a ocupação desses terrenos, alegava-se, além dos objetivos estéticos, o atendimento ao serviço de pavimentação de ruas, que ficaria comprometido em razão da falta de limites entre esses lotes e as avenidas.

Tecer amplas avenidas que unificariam edificações verticais entremeadas de espaços arejados configurariam à *urbs* uma imagem de cidade civilizada divulgada pelos modelos urbanos importados e amplamente difundidos em território nacional. A composição de grandes traçados implicava um controle sobre os aspectos funcionais do sistema de circulação, e a produção de edificações no preenchimento da malha viária se encarregaria do aspecto para seu embelezamento. As primeiras intervenções ocorridas nas cidades brasileiras começaram pelas obras de saneamento que passaram em seguida a cumprir com a necessidade de escoamento da produção para atingir os mercados externos²¹¹, caso das cidades do Rio de Janeiro e de Santos, onde estavam localizados os principais portos nacionais.

A Prefeitura de Curitiba, sem aguardar por melhores disposições legislativas ou atrativos capitalistas, deu início aos serviços de pavimentação pelas ruas que já possuíam calçamento, embora tais ruas tenham exigido trabalho como se nunca tivessem sido calçadas, tal “o estado de abandono em que se achavam”. Igual trabalho exigiu a resistência imposta pelos moradores locais que desacreditavam no tipo de revestimento utilizado. Em 1921, algumas vias tiveram de

²¹⁰ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.49.

²¹¹ LEME, M. A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). *op. cit.* p.248-250.

ser revestidas a título de experiência, somente depois, passaram a ser aceitas.²¹² Uma vez que os modelos externos, importados eram recebidos com certa resistência, por vezes a intervenção municipal era feita de forma autoritária para persuadir a população a aceitar as novidades.

A relação entre a população e os poderes públicos estava, pois, estabelecida de forma autoritária, característica desse período. Refletiam-se no interior da capital paranaense as mesmas dificuldades enfrentadas por outras capitais. As primeiras décadas do século XX registraram uma massa de imigrantes que, excessiva, inchou as cidades; relações comerciais abaladas por conflitos mundiais que ocasionaram a carestia de vida, o desemprego e a falta de habitação, e que, por sua vez, culminaram em greves duramente reprimidas em confrontos armados.²¹³

Era necessário impor uma nova ordem. Politicamente, enquanto a administração de Munhoz da Rocha voltava suas atenções, também, para projetos na área social, a Prefeitura de Moreira Garcez efetivou um projeto encarregado de materializar o novo pacto social que, articulado entre ambas as administrações, cumpriria em estabelecer uma nova consciência coletiva sobre o bem público produzido pela reforma urbana. Ele deixava de ser uma prática higienista para se tornar uma estratégia com vista em moralizar o meio físico como saída para amenizar o descontentamento popular.²¹⁴

E Moreira Garcez procurou imprimir outra dinâmica administrativa nesse processo. É que os programas de reforma urbana levados a efeito em Curitiba durante a administração de Cândido de Abreu, entre os anos de 1913 e 1916, necessitaram de empréstimo para sua realização e o então prefeito “não mediu esforços para afastar do

²¹² PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p. 40

²¹³ LEME, M. *op. cit.* p. 252.

²¹⁴ PECHMAN, R. *op. cit.* p. 335.

centro da cidade a ‘ralé pestilenta e miserável’²¹⁵. Também a administração seguinte (1916-1920) enfrentou uma violenta crise econômica e social que gerou, inclusive, conflitos populares na capital²¹⁶. Já a administração de 1920 realizou um ajuste de contas para adequar a modernidade que se queria ao quadro institucional existente. Com isso, não foi necessário empréstimo para as obras projetadas por essa gestão e nem houve deliberada expulsão dos pobres do quadro urbano²¹⁷.

Ao lado disso, Moreira Garcez procurou negociar suas políticas administrativas, em diferentes instâncias seja contornando contrariedades em empreendimentos, seja estabelecendo acordo direto com o Governador, seja convocando a população para participação na organização de serviços considerados de utilidade pública quanto às questões higiênicas e à reforma urbana.

Dos critérios adotados pela Prefeitura quanto à pavimentação, ficou estabelecido que ela cobririam até a metade do custo do serviço e o restante ficaria a cargo dos moradores da rua²¹⁸, o que restringiu as vias alcançadas por este benefício, vindo a público reclamações como esta:

²¹⁵ SÊGA, R. **A Capital Belle Époque**. A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu. 1913-1916. Curitiba: Aos Quatro ventos. 2001. p.42-43.

²¹⁶ “Com efeito, por volta de 1915, a participação do mate na pauta de exportações sofreu uma queda brusca e vertiginosa. (...) Foi uma longa e violenta crise, que se estendeu de 1915 a 1920, provocando desemprego e queda salarial.” Somado a isto “em 1917 (...) a Sociedade Protetora dos Boleiros que deflagrou a greve geral (...)” e “em 1918 (...) o surto, particularmente violento de gripe espanhola, alastrou-se do porto de Paranaguá a Curitiba e tomou conta da cidade.” In: CABAS, A; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. *Paraná: o século, o asilo*. História, políticas públicas e educação. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33, 38 e 39.

²¹⁷ “Quero apenas lembrar que todos os calçamentos que tenho executado e que continuarei a fazer, são custeados tão somente por conta do Município, e com os recursos ordinarios accumulados methodicamente (...). Não contrahi emprestimo (...) e muito menos pretendo acarretar dividas para o Município.” In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.17.

²¹⁸ A Lei n.º 455, de 1916, estabelece para a Prefeitura o compromisso de contribuir no máximo com a metade do custo do serviço para calçamento de rua. Benefício este aprovado na administração de João Antonio Xavier. PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 35.

Curitiba, ninguém o ignora, foi edificada sobre terreno alagadiço e por isso com qualquer tempestade fica com as suas ruas alagadas.

No centro esse fenómeno não perturba a vida dos seus habitantes, que tem a calçada á porta, mas nas ruas menos centrais, n'algumas mesmo pouco afastadas do centro mas desprovidas de calçamentos, tal facto acarreta não pequenos embaraços aos que se vêm forçados a residir em taes zonas.²¹⁹

As ruas excluídas de calçamento não se restringiram àquelas um pouco afastadas do centro, mas também àquelas que não se localizavam no trajeto seguido pelo plano de expansão executado por essa administração. Os serviços de remacadamização começaram por algumas ruas próximas ao núcleo central, expandiram-se às avenidas que conduziriam ao extremo norte da cidade (Assunguy, Cândido de Abreu e João Gualberto), atingiram as que ligariam as partes leste e oeste (Iguaçu, 7 de Setembro, Silva Jardim, Visconde de Guarapuava) pavimentando ruas transversais a essas, sendo que uma delas prolongada conectaria com o lado sul da capital (24 de Maio).

²¹⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 17 de novembro de 1925.

MAPA DE PAVIMENTAÇÃO

Todas essas vias visavam melhorar a circulação por entre os estabelecimentos comerciais que se localizavam próximos à estação ferroviária, ao centro histórico (praça Tiradentes e Rua XV de Novembro), às entradas ou saídas da cidade (Assungui, João Gualberto) ou conectando bairros como o Portão (Avenida Iguaçu) e Água Verde (24 de Maio)²²⁰, os arrabaldes mais prósperos da capital.

Deu-se início, portanto, à instalação de um modelo urbano para Curitiba com a abertura de avenidas cujos traçados redimensionariam a escala e a velocidade na cidade. As distâncias passaram a ser encurtadas com o uso cada vez mais freqüente do automóvel que, por sua vez, passou a exigir um complexo conjunto de vias conformando uma rede viária que extrapolaria para regiões mais afastadas do seu centro.

Nota-se um redirecionamento da proposta na remodelação da área urbana que, utilizando-se de modelos europeus (higienistas), desenvolveu-se sob a influência das idéias americanas. Essas idéias apropriaram-se do uso do automóvel e por sua vez ampliaram o sistema viário. Entre os anos de 1924 e 1926, uma série de planos para a cidade de São Paulo foi elaborada também com base no uso do automóvel. O engenheiro politécnico Francisco Prestes Maia, em parceria com João Florence de Uihôa Cintra, publicou o Plano de Avenidas que só foi possível ser implantado a partir de 1938, quando Maia assumiu a Prefeitura da capital paulista.²²¹

Motivado pelas comemorações do Centenário da Independência, o Governo do Estado passou à Prefeitura a incumbência de levar a efeito os melhoramentos na avenida 7 de Setembro. O convite para 'apreciar' a obra vinha pelo jornal:

²²⁰ BALHANA, A. Urbanização de Curitiba: o esboçar da rede de indústrias. In: WESTPHALEN, C. (Org). Un Mazzolino de Fiori. Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superir, 2003. p.478.

²²¹ LEME, M. *op. cit.* p. 255.

O leitor, por exemplo dê um pulo até a rua 7 de Setembro, a apreciar a transformação dessa rua na Avenida da Independência. Vale o passeio. O borborinho dos trabalhos que ali se estão fazendo; o aspecto novo que aquela via está tomando; o espectáculo que a Avenida já apresenta, com a sua extensão, com as reformas nas casas, das quaes grande numero está recebendo platibandas, são um testemunho, isolado é verdade, do que vae ser o centenario em Curitiba.²²²

O urbanismo ensaiado em Curitiba chegava, assim, ladeado por uma remodelação com base nos princípios de melhoramento e embelezamento.²²³

A chuva acompanhou esses serviços até a sua inauguração. Além disso, havia a falta de operários para cumprimento dos muitos serviços a serem entregues até a data da festa; foram necessárias horas de trabalho, que a imprensa registrava “hontem, domingo, os operarios trabalharam até á tarde” e acompanhando estava o “dr. Moreira Garcez, (...) inspeccionando os trabalhos.”²²⁴ Concluído esse serviço, oferecer-se-ia mais uma opção aos veículos que desejassem chegar ao “bairro chic” do Batel ou ao “pitoresco arrabalde do Portão.”²²⁵

Outro melhoramento que se tornou imprescindível foi o da avenida Iguçu, que oferecia permanente trânsito aos veículos com destino ao arrabalde do Portão. Em 1924, a imprensa elogiava “a rua Iguassú” em face do material que a revestia, apresentando-se “magnificamente macadamizada”²²⁶ em sua extensão compreendida desde a rua Ratcliff (Desembargador Westphalen) até a Buenos Aires, embora sua conclusão tenha sido igualmente muito prejudicada pela falta de mão-de-obra e as constantes chuvas, que requisitaram, algumas vezes, a ajuda do corpo de bombeiros.

²²² GAZETA DO POVO. Curitiba, 26 de agosto de 1922.

²²³ PECHMAN, R. *op. cit.* p. 333.

²²⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 4 de setembro de 1922.

²²⁵ *Idem.* Curitiba, 3 de setembro de 1923.

²²⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 27 de março de 1924.

PAVIMENTAÇÃO AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA ESQUINA COM A AVENIDA BRIGADEIRO FRANCO



ACERVO: Fundação Santos Lima.

Concomitante a essas obras, ocorria a pavimentação das avenidas Visconde de Guarapuava e Silva Jardim,²²⁷ formando um conjunto que facilitaria as ligações nas direções leste-oeste da cidade. E para não expor esse conjunto às sujeiras arrastadas pelos veículos que cruzavam por entre estas avenidas, foram calçadas, também, as ruas transversais²²⁸, privilegiando o prolongamento da rua 24 de Maio, principal via de escoamento para a região sul da capital. Verifica-se que o projeto de pavimentação de ruas encetado por essa administração conectou pelo sistema viário o centro a regiões que conformariam o crescimento e a expansão do quadro urbano de Curitiba.

²²⁷ Somadas, essas três avenidas formavam um conjunto que tinha como característica comum a largura de 30 metros entre seus passeios, contendo canteiro central que limitava em 5 metros cada rua lateral, sendo que canteiros e passeios continham árvores.

²²⁸ Com isso deu-se o calçamento das ruas Desembargador Westphalen, Alferes Poli, 24 de Maio, Nunes Machado, Lamenha Lins, Brigadeiro Franco e Desembargador Motta que iam do centro em direção ao lado sul da cidade.

Esses serviços de pavimentação, acompanhados de terraplenagens, instalações para escoamento pluvial, poços de visita, sarjetas e calçadas muitas vezes foram iniciados, paralisados e reiniciados. Outras vezes eram refeitos para conservação dos calçamentos que foram abertos pelo serviço de instalação de água e esgotos. A população acompanhava o desenrolar dos acontecimentos, às vezes reclamando dos buracos, lama e máquinas, às vezes solicitando que os serviços chegassem até sua porta.

De qualquer forma, as obras de calçamento atingiram a cota de aproximadamente 9 m²/habitante, sendo maior que a de Paris (3 m²/hab) e Buenos Aires (7 m²/ hab),²²⁹ e era reconhecido que ao “dr. Moreira Garcez muito [se] deve a esthetica da nossa capital, (...) obra que vae levando por diante com os applausos de toda a população.”²³⁰ Fazer a cidade real a partir da cidade ideal comporta uma dimensão utópica que possibilitou comparar a capital paranaense a Paris, Buenos Aires, entre outras cidades brasileiras.

Para implantação desse plano viário, muitas ruas requisitavam retificação ou desobstrução, originando ações de desapropriações²³¹. Algumas dessas ações foram resolvidas de forma amigável, outras circularam até as instâncias do Supremo Tribunal, todas favoreceram o Município como uma contribuição para que a capital conquistasse “o lugar de destaque a que tem direito entre as capitaes brasileiras.”²³²

²²⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.99-100.

²³⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 2 de janeiro de 1926.

²³¹ De forma amigável foram resolvidas as desapropriações para o prolongamento das ruas Visconde Nacar, Martim Afonso e Padre Anchieta, bem assim para o alargamento da rua 24 de Maio, entre 7 de Setembro e Silva Jardim. Nas instâncias do Supremo Tribunal perdeu a South o direito de instalar um pátio de manobras ao lado da Estação Ferroviária impedindo a Prefeitura de estender as avenidas Silva Jardim e Ivahy na direção leste da cidade.

²³² PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1926. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1926. p.4.

Porém, a obra que privilegiou as atenções de todos foi a remodelação e a pavimentação da Rua XV de Novembro. Sede das casas comerciais mais requintadas e lugar preferido para estabelecimento de agências bancárias, a Rua XV era passagem obrigatória das manifestações populares e políticas da cidade. Compunham ainda seu cenário edificações que serviam de hotéis, escritórios, consultórios, cinemas, cafés, confeitarias, proporcionando-lhe um perfil característico de rua de grandes centros urbanos. A valorização desse espaço aumentou a circulação de pessoas e veículos que aí transitavam ocasionando alguns problemas.²³³

UMA NECESSIDADE



Tancredo – O alargamento da rua 15, de facto, é uma necessidade para facilitar o transito...²³⁴

²³³ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *A Rua XV e o comércio no início do século*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 113. Julho de 1996.

²³⁴ O DIA. Curitiba, 3 de janeiro de 1925.p.1. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

As constantes reclamações sobre a sua pavimentação eram justificadas em virtude de o revestimento ter sido feito 28 anos atrás. Por essa razão, ficou estabelecido um acordo entre Prefeitura, proprietários de prédios e comerciantes dessa rua que, em face do valor exigido pelo serviço e a área atingida pelo material²³⁵, encontraram uma solução para modificar seu calçamento. Pois, os elementos variados e passeios deteriorados, dessa rua, segundo o prefeito, “não mais se harmonizam com a esthetica da principal arteria da nossa Capital.”²³⁶

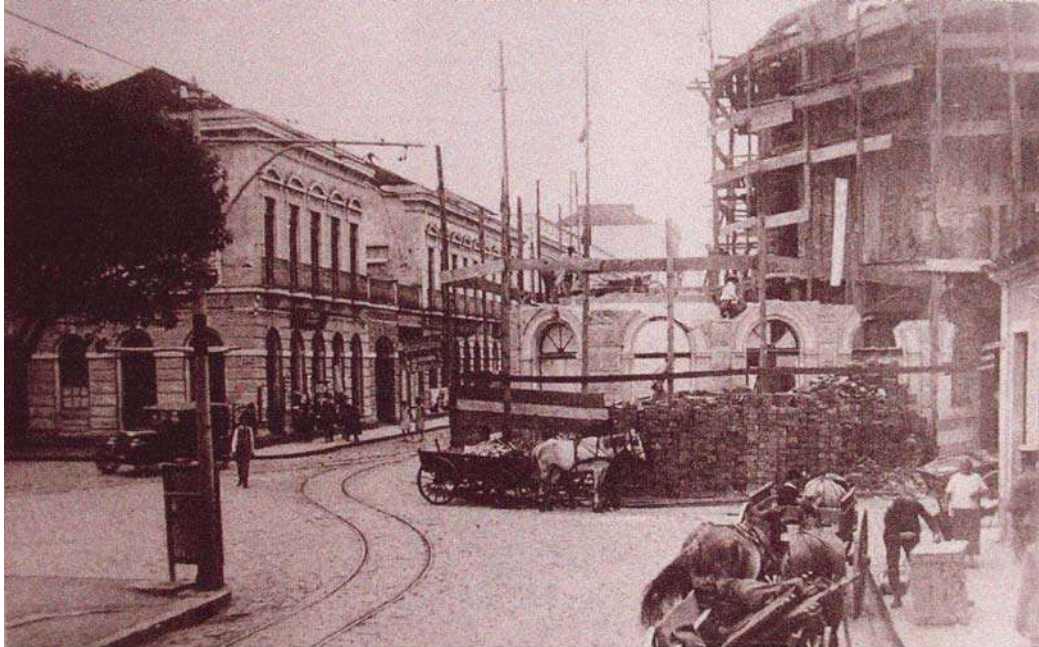
Todavia, outras questões impediram que os trabalhos tivessem início. Além da falta de mão-de-obra, a Prefeitura mencionava a necessidade do alargamento e alinhamento da rua no trecho compreendido entre a alameda Dr. Muricy e Avenida Luiz Xavier. Moreira Garcez argumentava que o fato de o referido trecho possuir poucas edificações facilitaria os custos das indenizações, “pois de futuro será muito mais onerosa para o Município qualquer desapropriação que deva ser feita no trecho considerado”.²³⁷ Como o público interessado não ficou convencido, a Prefeitura expediu um decreto que, em abril de 1924, desapropriou os imóveis do lado par dessa rua, alegando-a de utilidade pública, e dispôs-se a negociar de forma amigável ou judicialmente com os proprietários. Diante dessas novidades, a imprensa tornou público que

²³⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1ª sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 37.

²³⁶ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11ª sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 1º de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p. 47.

²³⁷ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 7ª sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 15 de abril de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p. 98.

TRECHO ONDE A RUA XV DE NOVEMBRO SERIA ALARGADA



ACERVO: Fundação Santos Lima.

No palacio da Prefeitura reuniram-se hontem, a convite do dr. J. Moreira Garcez e com assistencia dos directores dos diarios curitybanos, os proprietarios de predios e terrenos da quadra da rua Quinze, comprehendida entre a alameda Dr. Muricy e a Avenida Luiz Xavier, para ser combinada uma formula de resolver amigavelmente a desapropriação da faixa necessaria para o alargamento daquella rua naquelle ponto.

O dr. Garcez, primeiramente explicou a todos os presentes, com “croquis” e mappas nas mãos, a necessidade real e palpavel, em bneficio (sic) das linhas geraes da esthetica a que a nossa arteria principal deve obedecer, em defesa da segurança do transito publico, cada dia mais ameaçado com o congestionamento daquelle trecho, de dar-se começo aos serviços technicos do alargamento tão debatido da Rua XV de Novembro.”²³⁸

A realidade enfrentada com objetividade técnica e uma rede de artifícios para dotar as convenções sociais de um poder simbólico, aqui representado por “croquis e mappas”, serviram para articular o que existia a uma fórmula imaginada.

²³⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de dezembro de 1924.

Ao explicar o projeto, o prefeito acessou esta fórmula propondo um sentido para justificar as obras no local referido.²³⁹

As ações de desapropriação para esse local ocorreram em etapas, assim transcritas na imprensa local

(...) Desde as 13 horas de hontem, até alta noite, uma chusma de trabalhadores municipaes deitou abaixo o predio da esquina da rua Quinze com a dr. Muricy, de propriedade do sr. major Euclides Bandeira.

Este proprietario, a exemplo do sr. Muller, proprietario do sobrado da esquina da rua Quinze com a Avenida Luiz Xavier, num gesto louvavel entrou em accordo amigavel com a Prefeitura, para cessão a esta nos seus terrenos da faixa necessária ao alargamento este já então indispensavel. Agora só resta á Prefeitura realizar a desapropriação dos terrenos do sr. Pretextato Taborda, que por ser amigo do governador e figura proeminente do situacionismo, não quiz acordos com a Prefeitura. O dr. Garcez, porem, já baixou o decreto n. 15, de desapropriação dos terrenos não edificados e pertencentes ao sr. Taborda (...).²⁴⁰

Não obstante os óbices com que teve de lutar, a Prefeitura prosseguiu com as obras de alargamento no referido trecho e passou a justificar a substituição do material escolhido para a pavimentação da rua, a princípio o paralelepípedo e então o asfalto. Isso provocou um certo desconforto entre os envolvidos diretamente no patrocínio da melhor “esthetica da principal artéria da nossa capital”, pois teriam aumentadas suas cotas de participação para a realização das obras. Para demover tal dificuldade, a Câmara Municipal autorizou a Prefeitura a contrair empréstimo, que utilizou como limite para captação de crédito o total pago nessa administração com as dívidas contraídas nas administrações anteriores. Para não aceitar contribuição de particulares, Moreira Garcez informava pela imprensa

(...) que ate hoje foram lançadas em circulação apenas 492 apolices, o que realmente representa, (...) menos da metade da quantia despendida pela actual administração em pagamentos de despesas feitas anteriormente a Fevereiro de 1920.

²³⁹ PESAVENTO, S. **Entre práticas e representações:** a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. *op. cit.* p. 378.

²⁴⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de dezembro de 1925.

Eis porque não vejo motivos para os injustificáveis receios dos pessimistas que julgam não estar a Prefeitura em condições financeiras que permitam a realização dos melhoramentos que estão sendo executados na Rua XV de Novembro (...).²⁴¹

O critério no recolhimento dos impostos e a fiel observância quanto à quitação das dívidas contraídas pelo Município, registradas nas sucessivas mensagens à Câmara, ou na imprensa, reverteram-se em argumentos que, politicamente, foram utilizados para obtenção das tão desejadas mudanças urbanas. Tecnicamente, o engenheiro-prefeito concordou em deslocar as canalizações de água e esgotos, instaladas pelo Governo do Estado no referido trecho, para os passeios e em retirar a linha de bondes da Rua XV para que, dessa forma, fossem evitados futuros cortes no revestimento enegrecido, solidamente feito de asfalto.

Foi na capital da República, sede da propagação para as demais cidades dos discursos da modernidade, que se buscou a Companhia Auxiliar de Viação e Obras para a conclusão da pavimentação da Rua XV de Novembro. A inauguração estava prevista para o dia 19 de dezembro de 1926 e o comentário que se estendeu foi o retorno em cena de um certo costume em Curitiba:

Á hora da pollidez do sól, um viveiro de meninas, Mae Murrays e Norma Scherers curitybanas a ostentarem o esplendor de sua graça e formosura na “sala de visitas” de soalho pintado de negro, de nossa linda capital.

O asfalto creou entre nós um delicioso mundano: o footing.

Todos footingueam, velhos, moços e creanças.

Um gostoso “vae e vem” de frivolidades...²⁴²

Como presente de aniversário, a cidade “assistiu a inauguração oficial de um dos seus melhoramentos mais grandiosos”²⁴³, era a concretização da modernidade em substituição à cidade-aldeia do passado.

²⁴¹ *Idem*. Curitiba, 8 de novembro de 1926. p.5

²⁴² *Idem*. Curitiba, 18 de dezembro de 1926. p5.

²⁴³ *Idem*. Curitiba, 20 de dezembro de 1926.

A imagem da principal rua do centro havia mudado, mas antigos hábitos não foram alterados. Em sua nova concepção, a Rua XV de Novembro não alcançou as dimensões da Avenida Central, da capital federal, nem rivalizou com as proporções da Avenida de Mayo, situada na distante Buenos Aires, no entanto, a nova XV de Novembro representava a cidade burguesa do Paraná onde os freqüentadores exibiam novas modas e novos hábitos que movimentavam o centro da capital.

RUA XV DE NOVEMBRO ASFALTADA E RETIFICADA



GUINKY, O. *A imagem da evolução de Curitiba*. 2001. p.102.
ACERVO: Fundação Santos Lima.

A rua para o vai-e-vem do “footing” e as praças²⁴⁴ para encontrar, ouvir música ou sentar e apreciar. As mais centrais, com suas árvores²⁴⁵ para higienizar e embelezar antigos espaços vazios, estavam envolvidas pelo rígido traçado das ruas

²⁴⁴ Entre 1908 e 1911, havia em Curitiba 12 praças: Paço Municipal (Generoso Marques), Largo do Cemitério, praça Zacarias, praça 19 de Dezembro, praça Osorio, praça Euphrasio Correa, praça Municipal (Tiradentes), praça do Rosário, praça Carlos Gomes, praça Santos Andrade, praça da República, praça 21 de Abril, praça João Cândido (Alto São Francisco). Annaes da Camara Municipal de Curitiba, 1908-1911. p.52-53. In: TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Farol do Saber, 1996. p. 203.

²⁴⁵ A Prefeitura mantinha um sistema de reposição de árvores e flores para as ruas e as praças de Curitiba. Forneciam mudas o Horto Municipal e o viveiro anexo ao Passeio Público.

e contornadas pelos edifícios nobres da cidade. Com a intensidade nas pavimentações das ruas, novas praças se conformaram no ritmo das remodelações. Ao prolongar a cidade para o norte, entrada e saída da cidade, os melhoramentos oferecidos pela Prefeitura pavimentaram também a Praça 19 de Dezembro.²⁴⁶ Foi adotado o mesmo procedimento com as praças da República (Ruy Barbosa) e a Oswaldo Cruz, que receberam nivelamentos e pavimentos na medida em que se revestiram as ruas que conectariam os extremos leste-oeste da capital.

De extensos descampados que serviram de pastagem para animais e local onde a garotada se reunia para a prática desportiva (futebol ou luta), as praças passaram por reformas que visavam sediar festividades,²⁴⁷ conter esculturas,²⁴⁸ ou, ainda, instaladas a pedido de seus moradores,²⁴⁹ e converteram-se em espaços ampliados no reticulado urbano onde se exercitavam as sociabilidades nesses “tempos modernos”. Passaram a integrar o cotidiano da população que se reunia ao redor dos coretos onde as bandas militares ofereciam música em finais de tarde ou onde “nas noites quentes de verão a população curitybana procura (...) passar algumas horas ao ar livre.”²⁵⁰ Aos novos hábitos regrados pela salubridade são enfatizados espaços públicos específicos que promovem a mobilidade da população de modo civilizado por entre cenários organizados e disciplinados.

No curso das interações sociais, a cidade moderna convergiu essas sociabilidades a locais específicos por meio dos quais influenciou nas identidades pessoais e coletivas que passaram a ser claramente determinadas. Estátuas e

²⁴⁶ Tangenciava as ruas Cândido de Abreu e João Gualberto.

²⁴⁷ Praça Santos Andrade quando dos festejos do Centenário da Independência

²⁴⁸ Praça Tiradentes, para sediar a estátua do mártir da Independência, presente da colônia italiana a Curitiba; Praça Eufrásio Correa, sede da estátua O Semeador do Futuro, presente da colônia polonesa; Praça Carlos Gomes para sede do busto do maestro de mesmo nome.

²⁴⁹ Como foi o caso do bairro do Batel, onde seus moradores “querem dever, também, à administração do dr. Moreira Garcez – um embelezamento imprescindível a esse bairro chic. In: GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de Setembro de 1923. p. 3.

²⁵⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 6 de março de 1926. p. 5.

monumentos passaram a compor as praças na promoção da cultura de massa tentando agir sobre o indivíduo para que se percebesse como membro de um grupo, de uma classe, etnia que o inclui e dá sentido.²⁵¹

No entanto, as constantes depredações ocorridas nesses logradouros públicos, que destruíam árvores ou monumentos, exigiram intensa fiscalização e conservação; a Prefeitura passou a promover, desde o início de sua gestão, uma forma para disciplinar e conter os vandalismo, e para isso contou com a própria²⁵² população.

Equipamentos, árvores, praças, ruas, veículos e pedestres, tornavam imprescindíveis maior fiscalização para impor maior responsabilidade e oferecer segurança a quem se deslocasse e usufruísse os espaços da capital. Estas eram as exigências da vida moderna, que passavam a ser remetidas aos que na cidade desempenhavam suas atividades e, portanto, viviam novos papéis. Como a polícia apresentasse um reduzido número em seu contingente, o cidadão foi requisitado a “cuidar” do espaço urbano. A cidade requeria uma população ordeira.²⁵³

Em 1925, a cidade alcançou uma área pavimentada de 500.557,88 m² com 2.626 veículos matriculados transitando pelas ruas.²⁵⁴ Mais automóveis circulavam por entre carroças, aranhas e phaetons. Embora grandes velocidades e outras infrações fossem “punidas de acordo com as prescrições do Código de

²⁵¹ PEREIRA, L. **Paranismo**: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I república. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 58.

²⁵² PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 41.

²⁵³ SCHORSKE, C. **Pensando com a História**. Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 56.

²⁵⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p. 99 e 119, respectivamente. Em comparação com os mesmos dados de sua mensagem de 1.^o de Dezembro de 1920, o número de veículos matriculados era de 2.175 e a área pavimentada chegava a 391.934 m².

Posturas,²⁵⁵ em vigência desde 1919, a imprensa relatava que “a insistência dos encontros se sucedem. É auto versus auto, auto versus bond, bond versus carroça, (...). E os srs. inspectores de vehiculo, onde?”²⁵⁶

O aumento do número de automóveis por entre as ruas alterou o ritmo da cidade, o que demandou leis específicas quanto ao trânsito e maior ordenamento quanto ao estacionamento. Para a Rua XV de Novembro chegou a ser expedido um decreto limitando velocidade (15 Km/h), distância mínima entre carros estacionados (1,00m) e seu fechamento aos veículos nos domingos, feriados e outros dias designados pela Prefeitura (entre 16 e 21 horas).²⁵⁷ Nota-se uma opção de pensar a cidade voltada ao ritmo do pedestre e para um local onde o material empregado utilizou da técnica para privilegiar a máquina.

Mas, se em alguns locais para lazer impedia-se o carro na rua, em outro, agia-se exatamente ao contrário. Entre as muitas reformas feitas no Passeio Público durante esta administração, a de 1924 construiu avenidas contornando o tanque localizado no interior do parque para permitir o trânsito de automóveis neste logradouro. Para as horas de trabalho ou para as de lazer, a cidade estava seduzida pelo uso do automóvel.

Entretanto, automóveis, caminhões, carroças e tudo o mais que tivesse rodas corria o risco de ficar parado quando faltava luz, o que não era raro. Os bondes paravam onde quer que estivessem. Então instalava-se o caos.

O serviço de bondes estava sob concessão da empresa The South Brazilian Railways Company Limited; empresa essa que a Prefeitura queria adquirir em função dos péssimos serviços de energia elétrica oferecidos. A South era a causa das falhas no domínio da urbanização que se queria ter para o cumprimento e a regularização nos serviços urbanos, de transporte e energia motriz, para oferecer

²⁵⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 45.

²⁵⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 18 de agosto de 1925.

²⁵⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 16 dezembro de 1926. p. 5.

como atrativo a investimentos de capitais industriais. No entanto, a Prefeitura enfrentou oito anos sem que fosse possível outra empresa servir ao transporte urbano e não conseguiu fornecer energia hidro-elétrica para futuros empreendimentos voltados à indústria. Entre a cidade do desejo e a cidade que se tem ainda, a cidade que é possível. O pólo industrial não foi instalado em Curitiba.

Por outro lado, os melhoramentos realizados por meio dos calçamentos promoveram uma espécie de corrida ao ouro na Prefeitura para aprovação dos loteamentos que empresários estavam realizando em glebas situadas próximas às avenidas pavimentadas.

Depois da pavimentação, sucedeu-se a valorização. Neste contexto, um novo impulso veio transformar a morfologia da cidade e, desta vez, motivado pelo capital privado. Para além da construção de uma nova imagem urbana, essa transformação suscitou uma nova produção no ambiente construído e uma nova experiência no trato com o urbano.²⁵⁸

Anúncios publicados nos jornais tentavam seduzir os interessados em adquirir terreno nesses loteamentos mediante a compra de lotes menores, provocando a atenção de uma população que lutava contra os aluguéis. A Companhia Territorial Cajuru e a Empresa Territorial Ltda²⁵⁹, dirigidas por comerciantes curitibanos, anunciavam que

Doze milhões de metros quadrados, ora adquiridos no Cajuru estão, praticamente, dentro da cidade como já o está o aristocrático bairro do Batel. A criação, pois, de uma empresa imobiliária, para vender em lotes taes terrenos, e effectuar as construcções vae ser uma obra de vasto alcance social, presenteando Curityba com todo um bairro novo, em excellente posição topographica. Terrenos suavemente ondulados, não darão a apparencia chata de Buenos Aires, nem a montanhosa do Rio, mas os desnivelamentos macios proprios aos parques e residencias nobres, e as curvas amorosas que esprestem (sic) á terra graças femininas.²⁶⁰

²⁵⁸ MELO, M. A. O Estado, o boom do século e a crise da habitação. In: FERNANDES, A & GOMES, M A (Org). **Cidade & história**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992. p. 150.

²⁵⁹ Essas empresas eram dirigidas pelos comerciantes Fidelis Reginatto, Francisco de Souza Netto, Hildebrando de Araujo.

²⁶⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 24 de agosto de 1927.

A comparação entre Curitiba e outras capitais evidencia que novas exigências no morar foram assimiladas pela população, que poderia habitar um local melhor do que ofereceriam as grandes e modernas cidades, nacionais ou estrangeiras. E para quem nunca esteve nas capitais federal ou argentina, bastou chamar a atenção para o bairro do Batel para revelar o que seriam qualidade, conforto e bem-estar na forma de morar, tal como acontece no referido bairro entendido e aceito pela população como “chic” e elegante.

Sobre esse tipo de oferta, Moreira Garcez opinava com certa restrição e reconhecia nos custos para o Município as dificuldades em levar até esses locais serviços atinentes à pavimentação, iluminação e saneamento. Contrapunha-se à idéia de estender a rua pavimentada infinitamente para aproximar lotes situados nos extremos da cidade onde extensas glebas divididas em terrenos menores assentariam habitações. E sobre isso argumentava:

Nos modernos traçados de cidades os architectos urbanistas procedem com intelligencia projectando as ruas em harmonia com a topographia local, pois a nobre finalidade do engenheiro ao applicar a sciencia á materia, cuimina (sic) sempre que os accidentes da natureza podem se tornar uteis em proveito da collectividade.²⁶¹

Como engenheiro, sua idéia quanto ao plano de expansão para a construção da cidade conciliava princípios técnicos e exigências estéticas impregnadas de finalidades funcionais. A expansão urbana imprevisível e o predomínio de interesses particulares possibilitaram o surgimento de cidades insalubres e desordenadas²⁶², e isso já era bastante conhecido por aqui, pois muitos esforços foram envidados com o objetivo de ordenar a capital paranaense. Portanto, fazia-se necessário conter os interesses imobiliários que poderiam se utilizar da obra de pavimentação concluída por essa administração pelo viés da especulação. Na tentativa de evitar essas distorções, o prefeito dirigiu-se aos colegas camaristas alertando que

²⁶¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de outubro de 1927.

²⁶² ANDRADE, C. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: RIBEIRO, L & PECHMAN, R.(Org). *op. cit.* p.294-295.

A nossa Curitiba moderna necessita de leis também modernas, feitas naturalmente por espíritos modernos; que acompanhem a evolução e que estejam em harmonia com a época; que se enquadrem na actualidade, fazendo mesmo conveniente previsão do futuro. Legislar para o passado é utopia.

Curitiba é uma cidade joven (sic); conseqüentemente a sua mentalidade não pode ser antiquada.²⁶³

Se a modernidade tinha se concretizado na cidade é porque já tinha convencido o imaginário de seus habitantes. Curitiba ocupava-se com o que tinha de moderno. E para orientar as futuras instalações, legislações foram alteradas e procuravam responsabilizar a Prefeitura quanto aos usos possíveis do meio urbano, e os munícipes quanto as limitações em suas ambições para com a cidade.

Essas novas legislações passaram a especificar desde como fazer o loteamento²⁶⁴, a numeração²⁶⁵ nas edificações e trataram de definir os setores de atuação da inspetoria de fiscalização, que passou a atender aos seguintes setores: alimentação; domiciliar e profilaxia; do trabalho e educação sanitária, pois estava entendido que a higiene pública demonstrava a “evolução civilizadora dos povos cultos”²⁶⁶.

Esse desejo de transformar Curitiba em uma cidade civilizada onde vive um povo culto exigiu que os poderes públicos, municipal e estadual, durante oito anos voltassem suas atuações no sentido de estabilizar a situação financeira, propagar novos hábitos higiênicos e remodelar a paisagem urbana da principal cidade do estado.

Encarregado de efetivar essa transformação na capital, João Moreira Garcez abriu caminho para a implantação do progresso vinculado ao bem comum, procurando articular a reforma na cidade com o sentimento de identificação de sua população com o espaço que se construía.

²⁶³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de novembro de 1926.

²⁶⁴ Que passaram a necessitar de aceitação prévia da Prefeitura e exigir do empresário obediência a regras de topografia.

²⁶⁵ Que receberam uma forma científica de numeração que não abandonaria o local mesmo que no local tivessem passado várias edificações.

²⁶⁶ *Idem*. Curitiba, 4 de janeiro de 1928.

JOÃO MOREIRA GARCEZ E CAETANO MUNHOZ DA ROCHA



FONTE: Revista Panorama, n.º 348. Curitiba, maio/jun. 1985. p.41.
ACERVO: Fundação Santos Lima.

CAPÍTULO 3

ARQUITETURA E JOÃO MOREIRA GARCEZ

Durante a década de 1930, a linguagem *Art Déco*, com suas formas mais geométricas e simplificadas, e apresentando custos mais racionais em seu processo construtivo, foi adotada mundialmente, inclusive em edifícios públicos. No Brasil, suas qualidades otimizaram a encampação pelo governo federal que passou a utilizá-la nas construções oficiais. Constam desses edifícios, em Curitiba, a agência dos Correios e Telégrafos (ao lado da Universidade do Paraná) e algumas edificações.

Além das obras públicas, a linguagem *Art Déco* fez parte da construção, ainda que temporária, dos pavilhões para exposições e feiras internacionais organizadas pelas várias esferas do governo (nacional, estadual e municipal). Em 1934, a capital federal montou a VII Feira Internacional de Amostras; no ano seguinte, foi a vez da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, na cidade de Porto Alegre; Curitiba sediou feiras organizadas para comemoração, em 1942, aos dez anos da administração do interventor Manoel Ribas e, em 1943, em homenagem ao seu 250.º aniversário.

Em Curitiba, segundo Sutil,

A estética *déco* disseminou-se também por teatros, cinemas, indústrias e pavilhões de exposição. O Cine Luz, que funcionou por mais de duas décadas na esquina da Alameda Dr. Muricy com Marechal Deodoro, foi o melhor desses exemplos em Curitiba. Sua volumetria, cuja curvatura na esquina se destacava verticalmente em contraposição ao resto do edifício, era dividida em 3 partes bem definidas: base, corpo e coroamento, dando ao cinema uma característica peculiar aos edifícios do período: a de aparentarem ser maiores do que realmente eram.²⁶⁷

Também se tornaram comuns residências de características mais simples ou localizadas em bairros afastados dos centros urbanos configurarem as linhas de linguagem *Art Déco*. Seus frisos e coroamentos compostos de figuras geométricas simples puderam ser facilmente transferidos pelos mestres-de-obra nas moradias de porta-janela.

²⁶⁷ SUTIL, M. *op. cit.*, p.146.

Já na década de 1920, porém, Moreira Garcez lançou mão de elementos dessa linguagem arquitetônica em seus projetos de edificação. Tal evidência suscitou algumas questões acerca do papel de Moreira Garcez na disseminação do *Art Déco* em Curitiba. É sobre essas questões que o presente capítulo pretende refletir, ao trazer quatro obras que exemplificam o emprego da arquitetura *Art Déco*.

3.1 O SURGIMENTO DO ART DÉCO

O colapso econômico entre as guerras mundiais causou profundo efeito na história do século XX. A dívida de guerra da Alemanha e os empréstimos contraídos pela Rússia provocaram uma inflação no mercado monetário, além da alta no nível de desemprego que atingiu patamares elevados na Europa Ocidental, gerando o enfraquecimento da economia mundial. Este quadro veio a agravar-se com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, proporcionando uma avalanche no sistema econômico que encobriu o globo do Oriente ao Ocidente.²⁶⁸

Nesse ambiente de cataclismos, as sensibilidades despertavam uma visão dura e sem alegria nas produções artísticas realizadas pelos novos regimes autoritários que atraíram para a vanguarda suas preferências em edificações anacrônicas com perspectivas gigantescas, uma pintura e escultura de representações edificantes, preferência pela produção de clássicos e uma literatura politicamente aceitável. Mesmo assim, os intelectuais disseminados pelo território europeu organizaram-se para recuperar o que sobrevivera em suas sociedades, ainda que seus valores em parte destruídos tivessem que ser reelaborados.²⁶⁹

Das realizações artísticas nascidas naquele período, esta pesquisa evidenciará o que o Museu de Artes Decorativas de Paris apresentou no ano de

²⁶⁸ HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.91-94.

²⁶⁹ *Idem.*, *op. cit.* p.187-189.

1966, na montagem de uma exposição retrospectiva chamada *Les Années 25*²⁷⁰, sob o título *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*. Esse evento teve como objetivo mostrar as artes européias, cuja repercussão social foi registrada na produção destinada ao grande público no período entreguerras, e, ao que ali ficou exposto, registrou-se como estilo conhecido pelo termo *Art Déco*.

Em termos gerais, o *Art Déco* foi um conjunto de manifestações artísticas, estilisticamente coeso, originado em Paris e que se expandiu pela Europa e pelas Américas, do Norte e do Sul, a partir dos anos 20. Não pode ser definido como movimento, como o foi o Movimento Moderno na arquitetura, pela ausência de uma doutrina teórica unificadora, segundo conceitos e paradigmas bem estabelecidos e consensuais²⁷¹.

No entanto, o *Art Déco* é, muitas vezes, considerado um estilo Industrial, isto é, vinculado à sociedade industrial nascente, implícitas aí todas as suas conseqüências, sobretudo tecnológicas, que instrumentalizaram a transformação dos espaços nessas sociedades e de suas arquiteturas com vistas no atendimento do exigente mercado capitalista de produção. Além disso, ele pode ser definido como estilo moderno *lato sensu*, associando sua imagem a tudo o que, então, poder-se-ia considerar como tal: arranha-céus, automóveis, aviões, cinema, rádio, música popular, moda/vestuário e emancipação da mulher. Propõe-se, portanto, como estilo intrinsecamente cosmopolita, sintonizado com o mundo civilizado.

Uma genealogia precisa da arquitetura *Art Déco* no Brasil deve situá-la no exato ponto de interseção entre o que se convencionou chamar, genericamente, de Ecletismo e Modernismo. “Ecletismo”, na realidade, é termo que tem duas acepções distintas: de um lado, designa o período em que

²⁷⁰ BRESLER, H. **O Art Décoratif Moderno na França**. In: 1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, 1997.p.11.

²⁷¹ CZAJKOWSKI, J. (org) **Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.9.

convivem, simultaneamente ou em sucessão rápida, diversos estilos arquitetônicos correspondentes entre si; de outro, denomina a atitude intelectual que mescla, em uma mesma obra, influências diferenciadas.²⁷²

Se o Ecletismo foi basicamente divergente até sua fragmentação final, o Modernismo, ao contrário, foi convergente, pelo menos até o período de consolidação dos anos 40 e 50. Daí ter se consagrado, não como estilo, mas como um movimento que, embora abrigando manifestações distintas, soube articular suas diferenças em prol de um objetivo comum: a liquidação do Academicismo.²⁷³

²⁷² Idem. p.13

²⁷³ CZAJKOWSKI, J. (org) **Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.13.

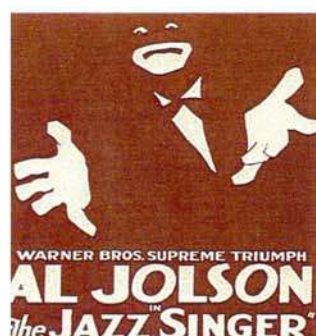
O ESTILO



Cartaz do filme mudo de Fritz Lang – 1926.
E uma nova estética.
FONTE: UNES, W. p.30.



Uma loja em Manhattan anunciava
venda de desenhos Art Déco.
FONTE: KINGSLEY, R. p.7.



Dia 23 de outubro de 1929, Curitiba assistia
no Cine-Teatro Palácio o Primeiro cinema falado
"O Cantor de Jazz".
FONTE: SCHWINDEN, A. p.30.



Cartazes com temas alusivos à velocidade
associadas ao carro, avião, barco. s/d.
FONTE: FAGIUOLI, M. P.138.



Primeiro trem moderno da Grã-Bretanha
Poster para o 25.º Aniversário – 1935.
FONTE: KINGSLEY, R. P.8.

O *Art Déco* pode ser compreendido como uma das derradeiras manifestações do Ecletismo, ao mesmo tempo em que se constitui como uma das primeiras expressões que antecederam ao Modernismo, pois a composição *Déco* articula de modo balanceado elementos geometrizados sem cair na abstração e impessoalidade das formas da arquitetura moderna²⁷⁴. Contrariando outros meios culturais, sobremaneira o literário, a arquitetura *Déco* foi concebida em projetos de profissionais que transitavam também entre outros estilos de forma aleatória. Tanto que na mostra da Semana de Arte Moderna a arquitetura, diferentemente da literatura e das artes plásticas, não firmou uma posição de ruptura com produções que lembravam reminiscências das formas deixadas pela cultura colonial.

Ao tratar de identificar uma arquitetura *Art Déco* tem-se em consideração suas características quanto à composição de matriz clássica, ou seja, simétrica, cujo acesso ao interior da edificação está localizado no centro da fachada, ou de forma a valorizar a esquina. A fachada, por sua vez, está dividida, verticalmente, em base, corpo e coroamento escalonado.

A superfície das paredes recebe um tratamento com predominância de cheios sobre vazios, o que denota uma volumetria robusta, às vezes articulando-se com outros volumes, como varandas, por exemplo, de contornos geometrizados e simplificados (zigzag), às vezes compondo uma superfície com sucessivas curvas, aerodinâmicas (*streamline*). Sobre esta superfície contrasta um conjunto de linhas e planos, verticais e horizontais, fortemente definidos que escondem o telhado, extinguindo os beirais. A ornamentação no tratamento das superfícies tende à simplificação formal, inclusive, nos elementos decorativos, quase sempre em alto ou baixo-relevo.

Segundo Luís Paulo Conde²⁷⁵, essa contenção na decoração influenciou as obras produzidas no Brasil, que contemplam três linhas de tendência *Art Déco*: a

²⁷⁴ CZAJKOWSKI, J. (org) **Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.14.

²⁷⁵ Luiz Paulo Fernandez Conde é arquiteto, professor-titular na faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ. Participa ativamente de exposições nacionais e internacionais de arquitetura, expondo projetos de sua autoria. Como Secretário Municipal de Urbanismo na Prefeitura de César Maia, organizou o 1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina realizado na cidade do Rio de Janeiro, abr./1996.

primeira, de superfícies curvas com motivos marinhos e navais, inspirada no expressionismo norte-europeu, também, denominada *streamline*; a segunda, mais seca e geometrizada, cujos motivos decorativos baseiam-se em figuras geométricas (círculos, quadrados, triângulos), muito próxima do racionalismo modernista e, também, conhecida como escalonada ou ziguezague; a terceira, afrancesada, com resquícios acadêmicos e ênfase decorativa, já foi denominada *gréco-déco* com ordens estilizadas, quase que apenas riscadas sobre a fachada.

Quanto aos materiais utilizados, estão na estrutura o concreto armado, no embasamento o revestimento em granito, mármore ou outro material nobre. Para o fechamento das aberturas, nota-se o emprego da janela tipo “Copacabana” (persianas de enrolar/basculante) em madeira ou ferro: mescla de técnicas construtivas industriais/modernas e decorativas artesanais/tradicionais e uma valorização acentuada dos acessos e portarias. Há uma integração entre arquitetura, interiores e design articulando mobiliário, luminárias e serralheria artística. A iluminação é feérica e cenográfica, que destaca os elementos constitutivos da planta como hall, circulação ou galeria e compartimentos de uso intercambiáveis.

Outra orientação sugerida por Conde corresponde, *grosso modo*, à divisão do *Art Déco* em quatro períodos, o primeiro que compreende até 1925, destacando-se as formações e as manifestações embrionárias. De 1925 até 1930, período de lançamento ao público, divulgação e expansão mundial. Entre 1930 e 1940 identificado como os anos de consolidação e apogeu e, para a década seguinte, 1940 a 1950, estão classificadas as manifestações tardias.

TENDÊNCIAS

STREAMLINE



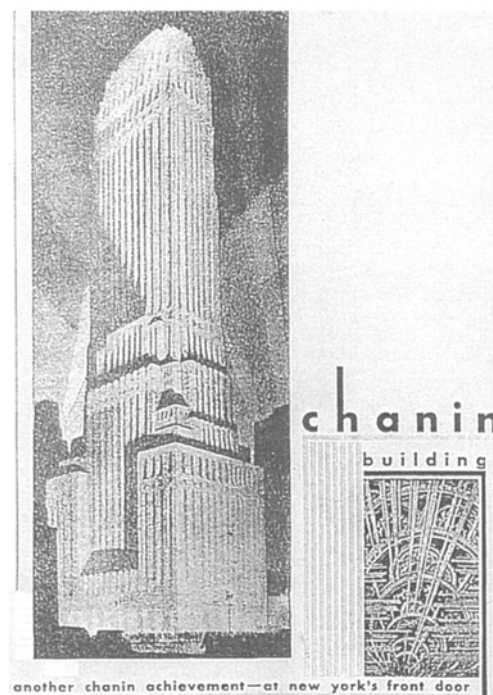
Erich Mendelsohn. Armazéns Schocken.
Stuttgart Alemanha (1926-1928)
FONTE: ZEVI, B. p.91.

GRECO-DÉCO



Ricardo Wriedt Edifício Natal – Cine Pathé
Rio de Janeiro (1927)
FONTE: CZAJKOWSKI, J. p.40.

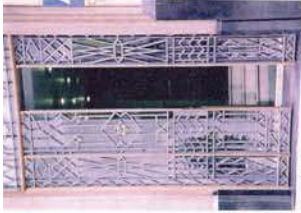
ESCALONADA



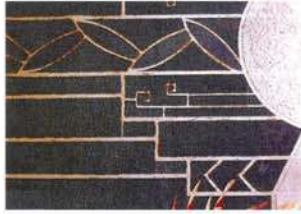
Sloan & Robertson (anúncio para Edifício Chanin)
Manhattan – New York (1929)
FONTE: KINGSLEY, R. p.13.



Havana
FONTE: FAGIUOLI, M. p.34.



Curitiba
FOTO: Marcia Luci Krüger



Havana
FOTO: FAGIUOLI, M. p.35.



Curitiba
FOTO: Marcia Luci Krüger

Serralheria artística presente em grades para muro, janelas, portas e guarda corpo de escadas.



Rádio em baquelite
Zenith, EUA – 1930.
FONTE: UNES, W. p.39.



Máquina de escrever Olivetti
Aldo Magnelli, 1932.
FONTE: DARTON, M. p.9.



Móvel em noqueira
Serge Chermayeff, s/d
FONTE: KINGSLEY, R. p.36.



Rex Cine-Teatro de Paris, s/d.
FONTE: DARTON, M. p.22-23.



Hall do Edifício London Daily Express
Robert Atkinson, 1931.
FONTE: DARTON, M. p.17.

MATERIAIS, INTERIORES & DESIGN

A existência de uma forte corrente intelectual nacionalista, que desde o final do século XIX propunha uma expressão própria para a cultura brasileira, influenciou a arquitetura *Art Déco* construída no Brasil, que remetia os elementos decorativos a uma linguagem temática nacionalista. Essa busca de uma linguagem própria dividiu-se pelos muitos estados nacionais que durante a Primeira República desenvolveram elementos decorativos regionais próprios. Outra característica desta arquitetura em terras nacionais foram as múltiplas denominações que recebeu ao lembrar desde objetos (caixa d'água, cúbica), nome próprio (gênero Perret²⁷⁶), estado temporal (futurista²⁷⁷, estilo 1925), passando por convicções de cunho político e religioso (comunista, facista, judia) e que, anos mais tarde, precisamente em 1966, convencionou-se chamar *Art Déco*.

Atualmente é difícil reconstituir fielmente as linhas que unem as primeiras obras *Art Déco* realizadas no Brasil às suas precedentes européias, pois as pesquisas neste assunto ainda estão por ser levantadas. É certo que aqui trabalharam muitos arquitetos imigrados, sobretudo após a Primeira Guerra, assim como outros que estudaram no Velho Continente, havendo também algum intercâmbio cultural, embora precário, por meio de revistas que divulgaram as novas idéias artísticas. Além disso, alguns arquitetos foram tomados de surpresa ao serem classificados como representantes do estilo *Art Déco*, pois definido apenas em 1966,

²⁷⁶ Auguste Perret, francês, ingressou na École des Beaux-Arts em 1890, mas abandonou, em 1895, antes de completar os estudos. Trabalhava em negócios de comércio com o pai e executava projetos. No edifício na rua Franklin, Paris, 1903, usou pela primeira vez o concreto armado para edificação de apartamento residencial. Tornou o concreto armado um material esteticamente aceitável como material visível da construção, que passou através dos tempos a ser reconhecido e honrado entre conceitos arquitetônicos e estruturais. Influenciou a geração de arquitetos que se destacariam na Arquitetura Moderna. In: BANHAM, R. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p.66, 67, 69.

²⁷⁷ Arte Futurista, movimento originado na Itália (1909) e liderado por Filippo Tommaso Marinetti que, disposto a “reconstruir o universo”, foi muito além da pintura e da literatura. No ambiente construído, inspirou-se nas grandes cidades italianas (Milão e Turim) que deveriam ser destruídas para então serem recriadas. Antonio de Sant’Elia, arquiteto milanês, em conjunto com outros arquitetos, projetou edificações marcadas por “uma virada estética, partindo de um estilo *Art Nouveau* rumo a uma modernidade aerodinâmica, na qual a linha reta vertical definia a energia e a severidade da “Nova Cidade” que logo se tornou a “Cidade Futurista” ”p. 46. In: HUMPHREYS, R. **Futurismo**. Movimentos da Arte Moderna. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001, 2.ed. p.43 e 46.

reconheciam na linguagem de seus projetos somente o estilo denominado “gênero Perret”, “moderno”²⁷⁸.

ECOS E ESTILOS

GÊNERO PERRET



Auguste Perret
Edifício de apartamentos
Rue Franklin, Paris, 1903.
Uso pioneiro do concreto armado para edificações.
FONTE: BANHAM, R. p.66.

FUTURISTA



Antonio Sant'Elia
Manifesto da arquitetura futurista
Publicado na Lacerba, agosto de 1914.
FONTE: HUMPHREYS, R. p.47.

²⁷⁸ Entre os anos de 1927 e 1943, o arquiteto paulista Elisário Bahiana projetou em estilos variados tanto para São Paulo como para o Rio de Janeiro. No entanto, a predominância da linha em suas concepções obedecia ao estilo *Art Déco*. Porém, em entrevista a Segawa, para a revista Projeto n.º 67 (14, 22 set./1984), Bahiana não reconhecia seu estilo como *Art Déco*, nem com o nome Futurista que, inclusive, era uma palavra de sentido pejorativo nos anos de 1920 e 1930. In: SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.59.

Para Hugo Segawa²⁷⁹, a arquitetura *Art Déco* ficou estabelecida nas construções dos arranha-ceús pela simplificação das estruturas em concreto que despontavam nos horizontes das cidades capitais. Entre os citados em seu livro *Arquiteturas no Brasil*, está o edifício Martinelli em São Paulo, construído entre os anos de 1924 e 1929, com 25 andares, seguido pela construção do edifício A Noite na cidade do Rio de Janeiro, em 1930, com 24 andares. Continuando esta lista despontavam, também, o edifício Oceania e o Elevador Lacerda, com seus 73,50 metros ligando a cidade alta com a cidade baixa, ambos na capital baiana.

Arranhadas as alturas nos céus destas cidades, em 1927 estava contratada com a Companhia Construtora Nacional S/A, sediada na capital federal, a construção do edifício Moreira Garcez em pleno centro de Curitiba. Em que pesem as alturas alcançadas pelos edifícios executados em outras capitais brasileiras, também, aqui a arquitetura *Art Déco* inscreveu seu primeiro edifício que, contando com um prédio de oito andares, recebeu um tratamento conservando particularidades que só este estilo permitiria, já que possibilitou contornos culturais locais onde veio a ser instalado.

Se em nome de uma racionalização rumo à modernidade, uma nova estética é apontada na presença formal que agregou novos materiais a novidades técnica e construtiva traduzidas na arquitetura *Art Déco*, a cidade de Curitiba também apresentou sua experiência. Sob a orientação do engenheiro João Moreira Garcez passaremos a analisar um conjunto de edificações conservadas, até hoje, que representam o pioneirismo de um estilo em terras paranaenses e reconstituem uma época em que se regrou a morfologia da cidade e individualizou o edifício na rede que as novas avenidas teceram para ficar em pé de igualdade com a Europa.

²⁷⁹ SEGAWA, H. *Op. cit.*

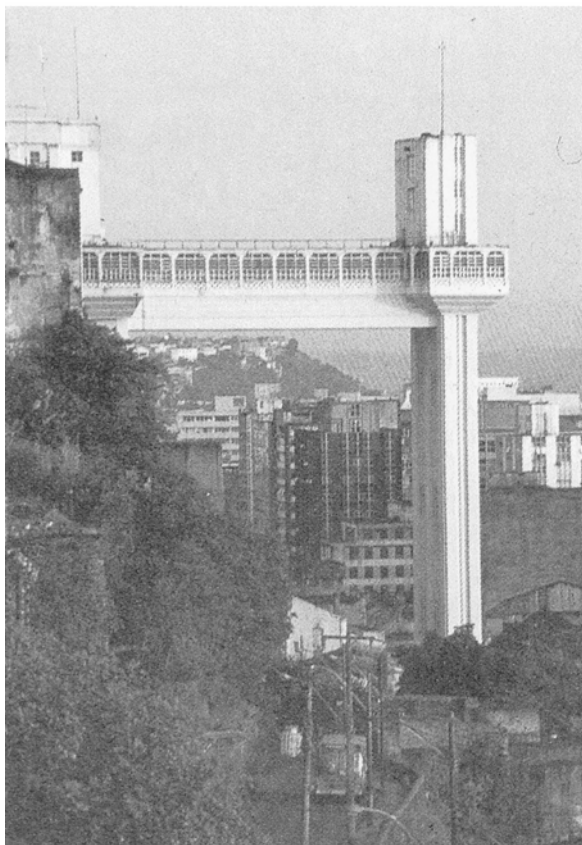
EDIFÍCIOS CAPITAIS I



EDIFÍCIO A NOITE
Joseph Gire & Elisário Bahiana
Rio de Janeiro, 1930.
FONTE: SEGAWA, H. p.65.



EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ
Companhia Construtora Nacional S.A.
Curitiba – Paraná, 1926.
FONTE: CRUZ, A. p.143.

EDIFÍCIOS
CAPITAIS II

ELEVADOR LACERDA
Fleming Thiesen – Prentice & Floderer
Salvador – Bahia, 1929.
FONTE: SEGAWA, H. p.66.



EDIFÍCIO OCEANIA
Freire & Sodré
Salvador – Bahia, 1930-1940.
FONTE: SEGAWA, H. p.65.

3.2 MOREIRA GARCEZ E O *ART DÉCO*

Uma das bases do tripé (médicos, engenheiros e educadores) que sustentava a classe intelectual no Brasil, durante os primeiros anos da República, era composta pelos engenheiros graduados, ou nas Escolas Politécnicas, ou nas universidades estrangeiras. Ao presente estudo interessa a Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1894, que imprimia a seus profissionais responsabilidades as quais, num contexto nacional, contribuiriam com o incremento no sistema ferroviário, na construção de portos e no saneamento das cidades, tarefas que correspondiam às recomendações proferidas por ocasião do 1.º Congresso de Engenharia e Indústria ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1901.²⁸⁰

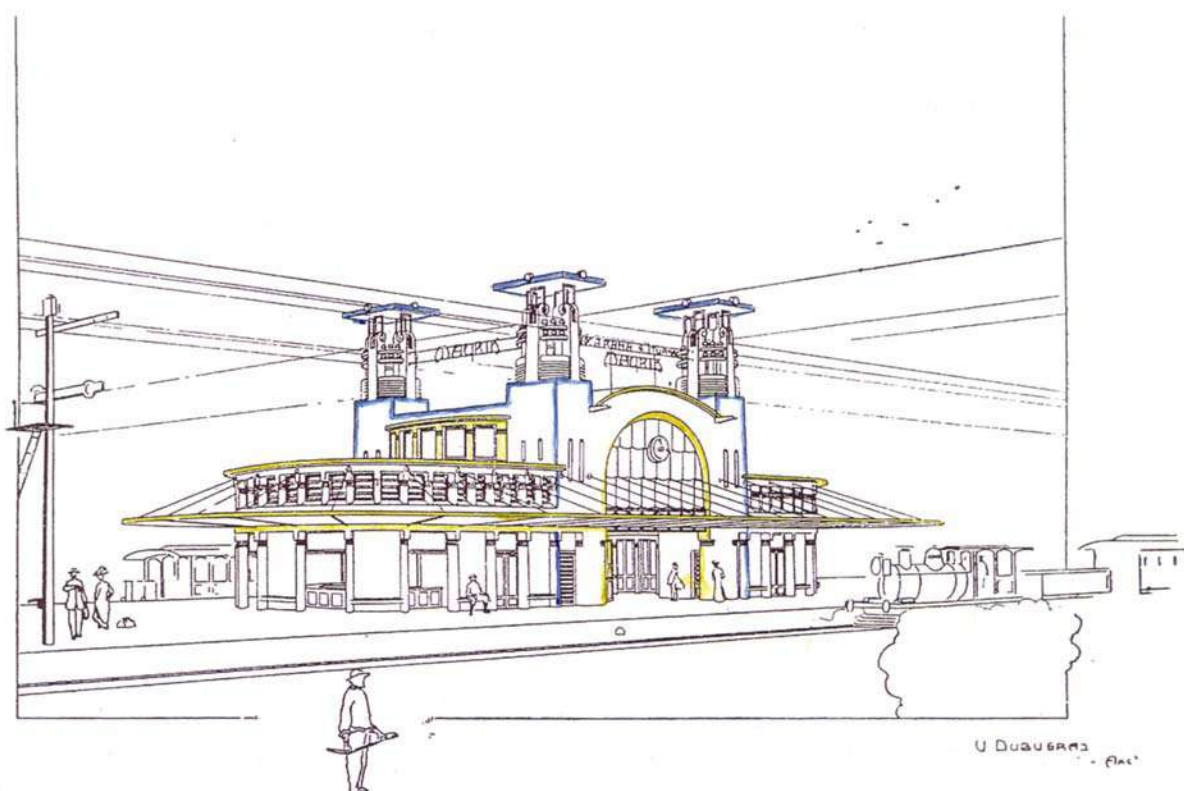
Implícita a essas tarefas estava o urbanismo, que viria a se tornar uma ciência somente ao longo do século XX. Contudo, as diretrizes para o desenvolvimento e a ocupação do solo realizadas em algumas capitais nacionais no alvorecer do século passado apoiavam-se em teorias européias e norte-americanas trazidas por estrangeiros contratados para esse fim. De outra forma, as propostas que se apresentavam internamente limitavam-se a esforços que sobrepunham novos sistemas viários sobre antigas redes de circulação previamente existentes nas crescentes cidades brasileiras.

Durante os primeiros anos do século XX, a Politécnica de São Paulo dedicava-se a experimentar novos materiais pesquisados em seus laboratórios e encarregava-se de publicar manuais sobre resistência dos materiais. A Revista Polythécnica, organizada pelo grêmio estudantil da escola, divulgava estas publicações e a aplicação prática de novos materiais utilizados na construção civil. Assim foi com o projeto de um seu professor, Victor Dubugras, que construiu, em São Paulo, a Estação Mairinque, concluída em 1908, e caracterizada como a primeira representante no Brasil do estilo arquitetônico denominado *Art Déco*²⁸¹.

²⁸⁰ *Idem., op. cit.* p.18.

²⁸¹ *Idem, op. cit.* p. 59.

O PRIMEIRO EDIFÍCIO ART DÉCO NACIONAL



Estação Ferroviária Victor Dubugras Mairinque, São Paulo 1905-1908.
FONTE: SEGAWA, H. p.33.

Amarelo: volumes que contêm formas curvas.
Azul: volumes que contêm arestas.

Nela está a experimentação de material novo, cimento armado, e, portanto, provocador de resistências para sua aplicação quanto aos valores estéticos resultantes. No entanto, as críticas enalteceram “(...) as dificuldades que supera magistralmente o insigne arquiteto, que nos dá com a Estação Mairinque um brilhante exemplo a seguir, no caminho da reabilitação estética do cimento armado, tão cedo e tão injustamente condenado como coisa fundamentalmente desgraciosa e feia (...)”. Ao novo material, um novo estilo de composição na construção. No entanto, foi apenas mais um estilo praticado por Dubugras que seguiu sua carreira projetando edificações em *Art Nouveau*, passando por experiências racionalistas, repetindo até o acadêmico neocolonial.²⁸²

Max Hehls foi outro professor com projetos divulgados nas páginas dessa revista. Entre os anos de 1908 e 1913, construiu novos edifícios religiosos para as cidades de Santos e São Paulo, concebidos internamente com planta em basílica, com coro, sem naves, nem capelas laterais, heranças portuguesa do século XVI. Neste caso a utilização do novo material não privilegiou uma nova concepção para o espaço arquitetônico.²⁸³

Contudo, as matérias veiculadas pela revista possibilitavam a apreciação dos resultados alcançados no emprego construtivo desse material, demonstrados pelos desenhos dos projetos acompanhados de fotos das edificações concluídas. Talvez a intenção da revista estivesse em proporcionar o debate entre alunos e mestres sobre o que estava sendo produzido no campo arquitetural. Provavelmente a influência do diretor da escola, Ramos de Azevedo, tenha contribuído para tal.

Embora tenha iniciado sua carreira profissional como engenheiro na Companhia Estrada de Ferro em Campinas, Ramos de Azevedo era arquiteto formado na Europa. Convidado para ser professor da Politécnica, transferiu-se para São Paulo em 1894, tendo projetado e construído a nova sede da escola em 1897.

²⁸² PUJOL JUNIOR, H. **Revista Polythecnica**. In: *Idem, op. cit.* p. 34-35.

²⁸³ BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1991. p.43.

Foi responsável pela organização do curso de engenheiro-arquiteto na escola e fora dela, pela criação e construção de diversas obras na capital paulista, tendo dirigido “o maior escritório de engenharia e arquitetura de São Paulo.”²⁸⁴

Contemporâneo a esses fatos, João Moreira Garcez estudou na Politécnica de São Paulo entre os anos de 1903 e 1909. Assim, é perfeitamente plausível que tenha sido influenciado pelas tendências esposadas por seus professores. O próprio desenvolvimento de sua carreira profissional voltada para a construção de estradas de ferro e para o saneamento urbano mostra sua ligação com a instituição de origem. E mesmo após ter-se formado e fixado residência em Curitiba, em 1912, ia freqüentemente a São Paulo visitar os amigos do tempo da escola e ver de perto o que se construía na capital paulista.

Além disso, outro fato revelado pelo depoimento de seu filho, João Moreira Garcez Filho²⁸⁵, o edifício Moreira Garcez foi inspirado em uma obra executada em São Paulo e, embora seu pai não possuísse uma empresa dedicada a projetos e edificações, ele inspirou e orientou a elaboração de construções que se reportam de sua autoria e cuja linguagem é um visível aprimoramento de composição que estabelece no *Art Déco* por fim, um estilo definitivo.

Em análise às obras executadas por este engenheiro será necessário extrapolar o tempo estudado por esta pesquisa, compreendido entre os anos de 1920 e 1928, em virtude das mesmas terem ocorrido antes, durante e depois dos anos em que respondeu pela Prefeitura de Curitiba. Em seguida, serão apresentadas as edificações tendo como critério para tanto a ordem estabelecida pelo ano de construção.

²⁸⁴ SEGAWA, H. *op. cit.* p.34.

²⁸⁵ GARCEZ FILHO, J. M. Entrevista concedida à Rosianne Guimarães. Curitiba, 3 de julho de 2005.

3.2.1 A Igreja Imaculado Coração de Maria

No início do século XX, assim como os edifícios, as igrejas construídas no Brasil também passaram a arranhar os céus. Em Curitiba, desde 1910, os missionários da Congregação Claretiana desejavam exigir uma nova paróquia. Para isso, tendo a necessidade de arrecadar fundos para a empreitada, procuraram promover festas beneficentes, e também buscar benfeitores que poderiam contribuir para a construção. Dentre esses benfeitores, estava o então Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Caetano Munhoz da Rocha, que, entre outras iniciativas, designou o Diretor de Obras Públicas do Estado, engenheiro João Moreira Garcez, para projetar a futura sede do Santuário do Imaculado Coração de Maria, no que foi atendido.

O aceite de Garcez talvez possa ser atribuído a um desejo de aproximar-se de Caetano Munhoz da Rocha, por motivos políticos, tendo, então, oferecido seus conhecimentos profissionais para a execução do projeto, já que durante sua formação esteve ligado a professores que construíram obras com programa semelhante.

As fundações do Santuário sobre o terreno conformado pelas ruas Ivahy (Avenida Getúlio Vargas) e Nunes Machado começaram a ser construídas nos primeiros meses de 1918. Inaugurada no dia 3 de dezembro de 1922, a construção não correspondia, entretanto, ao que fora previsto em projeto, tendo em vista a resistência dos padres claretianos, quanto ao emprego do vidro como material que deveria preencher uma extensa área da fachada principal.

Tendo sido o primeiro projeto arquitetônico de Moreira Garcez em Curitiba, e em atendimento ao pedido do amigo e companheiro político, Munhoz da Rocha, a construção obedeceu, no entanto, aos desígnios da Congregação Claretiana intermediados por uma comissão formada para acompanhamento da obra. Essa comissão era composta pelo Desembargador Dr. Philinto Teixeira, o próprio João Moreira Garcez e o advogado Manuel Vieira de Alencar.

A planta de Garcez apresentava uma disposição espacial com nave única, sem capelas laterais, que se encerrava em um altar em forma de ábside, com disposição tradicional do coro e fachada composta por um princípio inovador para a

época que acreditou ser possível preencher extensa área com um material frágil (vidro), tendo em vista que a estrutura se encarregaria de suportar os esforços necessários para a estabilização da obra.

É possível observar no projeto original que as colunas guardam entre si um espaçamento regular evidenciando a verticalidade na edificação. A entrada principal está levemente deslocada do eixo da fachada. Das torres laterais, a que contém o sino destaca-se em razão da sua altura ser duas vezes a da igreja, entretanto, seu volume não desequilibra a composição em razão da transparência oferecida pelos vidros completarem o fechamento, integrando torres e demais partes da fachada, proporcionando leveza ao conjunto. A curva que aparece acima da porta de entrada tem uma função estrutural, unindo as colunas centrais à fachada para fixá-las às das torres laterais. O telhado em águas está oculto por um frontão em curva suave que contém, em seu ponto médio, a estátua de Maria e na torre maior seu encerramento é formado por uma pirâmide alongada de base poligonal.

No entanto, o resultado final fugiu totalmente à proposta inicial, no sentido em que foi abandonada a idéia de utilização do vidro como painel de fechamento, optando-se pela alvenaria. Para a historiadora Tatiana Marchette, as alterações sobre a fachada original foram efetuadas porque “talvez muitos ainda não estivessem preparados para a modernidade arquitetônica apresentada pelos projetos do urbanista e engenheiro Moreira Garcez, que se utilizava de materiais diferenciados, como o vidro, para dar leveza à imponente construção. Tal modernidade foi aplicada, de fato, no edifício que leva ser nome, localizado em uma das ruas principais de Curitiba, a 15 de Novembro.”²⁸⁶

Porém, não foi apenas o vidro como “modernidade arquitetônica” o material empregado no edifício Moreira Garcez, mas sim o concreto armado, que permitiria estabelecer no conjunto dos pilares e colunas as forças necessárias para sustentar teto e altura desejadas à edificação, possibilitando que as paredes fossem meros revestimentos do material que melhor aprovesse. Por tratar-se de uma igreja,

²⁸⁶ MARCHETTE, T. **Missionários Claretianos em Curitiba**. Factum Pesquisa Histórica & Empresarial Ltda. Curitiba, 2003 p.42.

Moreira Garcez aproximou-se das concepções utilizadas pelas catedrais góticas, que se serviram dessa composição estrutural, para converter a arquitetura em espetáculo de altura e jogo de cores em seu interior, permitida pela luminosidade que atravessa imensos vitrais, que revestem as paredes.

As características apontadas pela edificação da igreja Imaculado Coração de Maria remetem a uma construção racionalista que ordena no emprego da forma a seqüência lógica da técnica, ou seja, tendo nas colunas a modulação das dimensões que implicam uma sensação de escala, derivado deste componente estrutural padrão. Este procedimento construtivo também foi empregado por Perret na construção da Notre Dame de Raincy, em 1922²⁸⁷; embora não seja possível estabelecer uma certeza do conhecimento de Moreira Garcez sobre o projeto de Perret, o fato aqui destacado é a simultaneidade no uso de um material e de uma técnica que aplicados em cidades afastadas pela distância compartilhavam os mesmos princípios técnicos para construção.

Banham admite ser a Notre Dame construída em Raincy um monumento confuso e a mesma impressão apresenta a igreja de Moreira Garcez quanto ao definir um estilo para sua arquitetura. Enquanto, com o projeto em Raincy, Perret foi consagrado mestre na utilização do concreto armado o que transformaria os processos construtivos²⁸⁸ nos próximos anos, a Congregação Claretiana teve que se ocupar ao longo das décadas seguintes com seguidas reformas na fachada da sua Igreja para chegar a um resultado próximo ao apresentado por Moreira Garcez em 1917²⁸⁹.

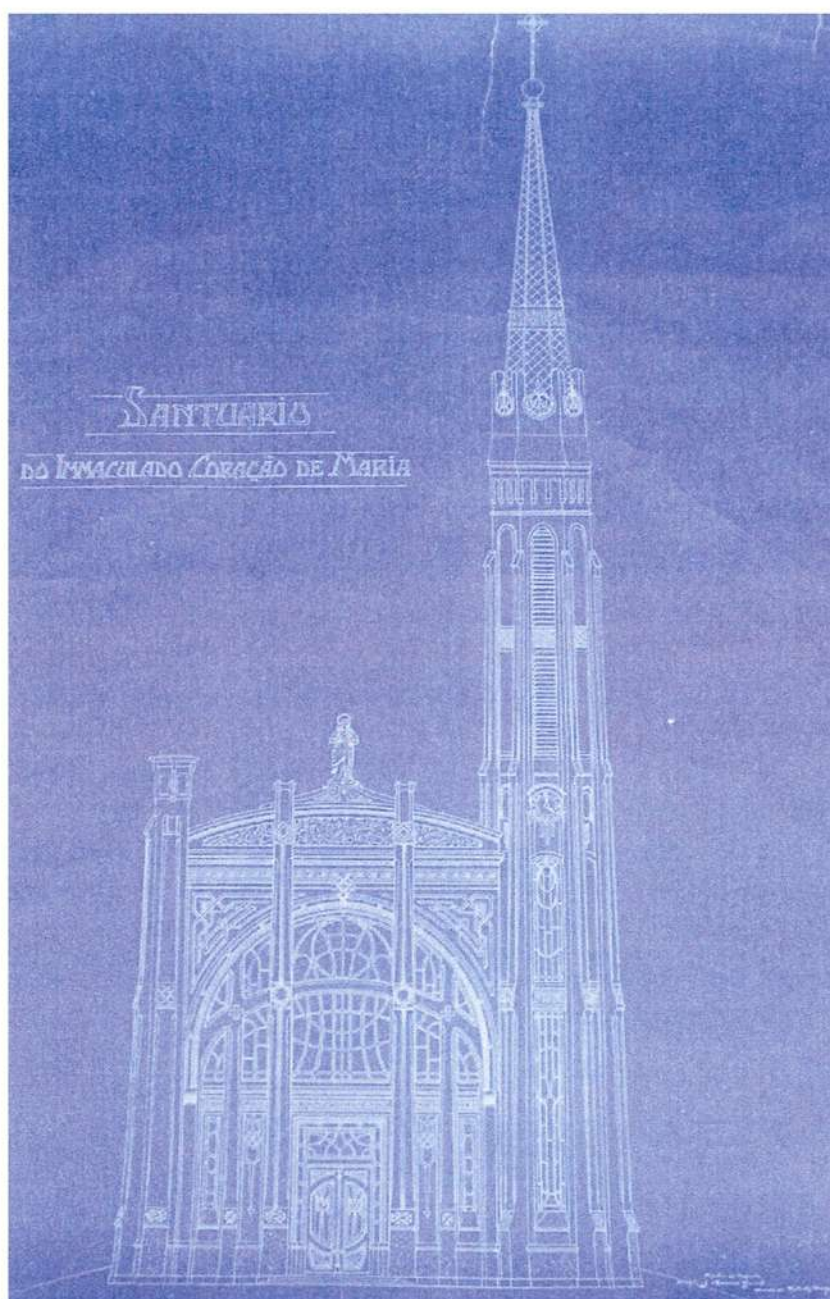
Curitiba e o clero local não estavam preparados para tal concepção arquitetônica em 1922, menos ainda havia alguém capacitado para alterar, com êxito, tal projeto. O resultado apresentado pela obra quando da sua conclusão conferiram total falta de estilo que, pesada em sua robustez (compacidade) e desequilibrada em sua volumetria (tendendo para a torre maior), possivelmente arrancariam de Moreira Garcez palavras que qualificaria como “monstrengo” ao que foi concluído.

²⁸⁷ BANHAM, R. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.40 e 49.

²⁸⁸ *Idem.*, *op. cit.* p.75.

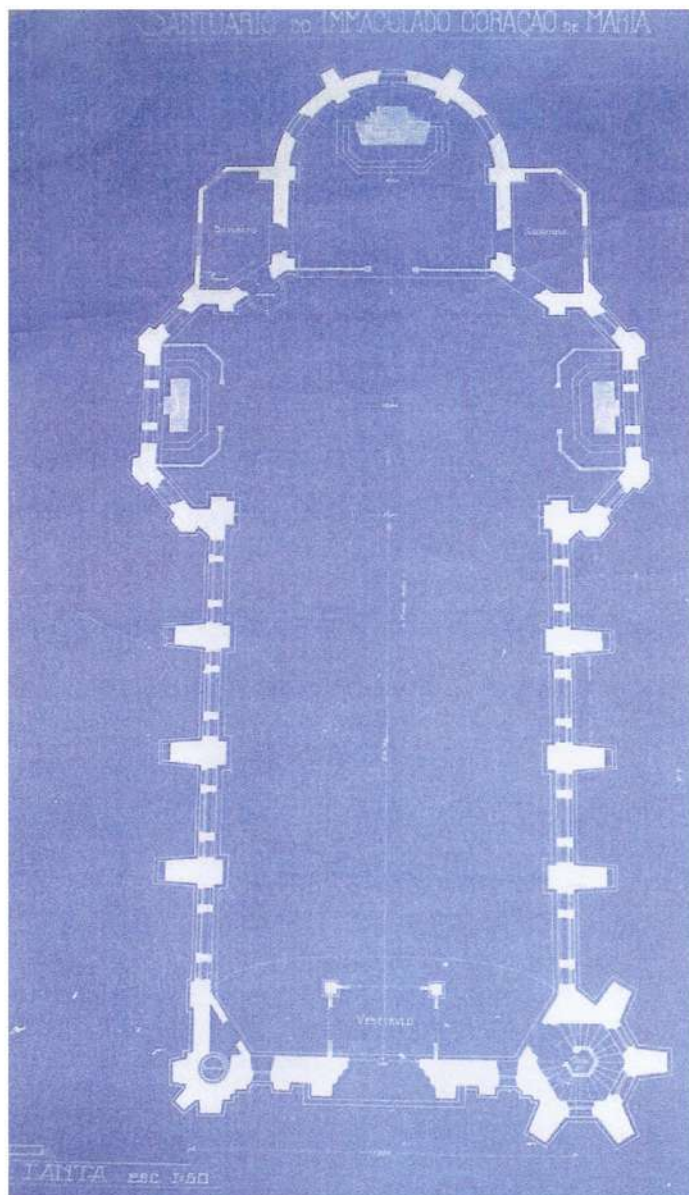
²⁸⁹ MARCHETTE, T. *op. cit.* p.42.

FACHADA PRINCIPAL DO PROJETO



ACERVO: Sala de Memória Congregação dos Missionários Claretianos em Curitiba.

PLANTA

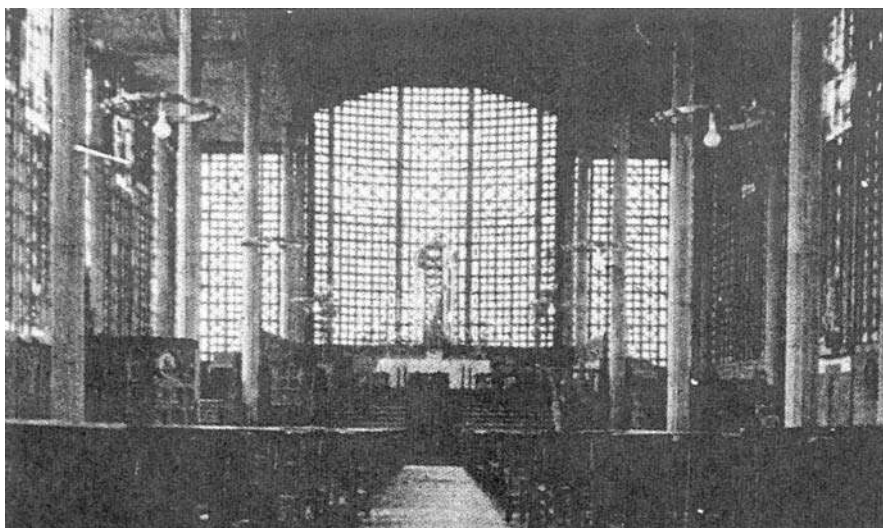


ACERVO: Sala de Memória Congregação dos Missionários Claretianos em Curitiba.

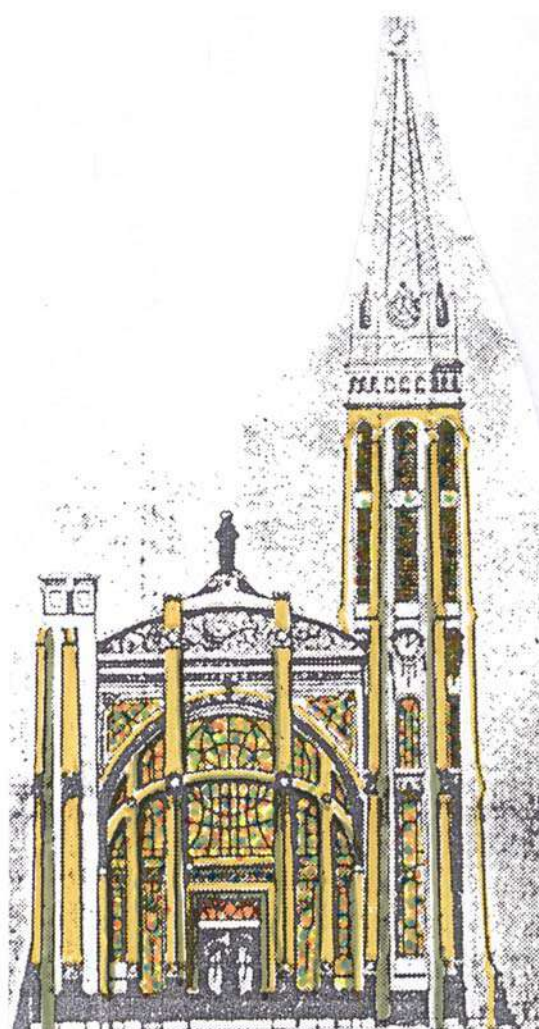
IGREJA CONCLUÍDA



FONTE: CURITIBA, Cidade de Turismo. Publicação comemorativa do 248.º Aniversário de Curitiba, editada pela Prefeitura Municipal 1693-1941. ACERVO: Museu Paranaense.



AUGUSTE PERRET
 NOTRE - DAME, LE RAINCY, 1923.
 Estrutura em concreto armado com fechamento em vidro.
 FONTE: BANHAM, R. p.70.



FACHADA PROJETADA POR MOREIRA GARCEZ.
 Colunas em concreto com fechamento em painel de vidro.
 FONTE: MARCHETTE, T. p.23.

IGREJA ATUALMENTE E SEUS DETALHES



FOTOS: Marcia Luci Krüger.

3.2.2 O Hospital das Crianças da Cruz Vermelha

Outra obra de vulto de autoria de João Moreira Garces²⁹⁰ foi o Hospital de Crianças da Cruz Vermelha, que teve sua pedra fundamental lançada em dezembro de 1922, sendo que, cinco dias antes, a planta encontrava-se aprovada por uma comissão que decidiu expor o projeto do hospital e da creche, desenhado pelo sr. Valentim de Freitas, na Chapelaria Jacob, na Rua XV de Novembro²⁹¹.

Ao tomar posse como presidente da Cruz Vermelha, em março de 1923, o também prefeito contratou, quatro meses mais tarde, a firma Muzillo para a construção do Hospital. A partir de 1929, com as obras quase terminadas, a Cruz Vermelha colocou o hospital à disposição do Governo do Estado, que assumiu o término das obras até sua inauguração em fevereiro de 1930.²⁹²

Um exame a essa obra leva, num primeiro momento, à elevação principal, onde se verifica que um de seus atrativos é o avanço formado pelo corpo central para além do alinhamento total da fachada frontal do edifício, formando uma superfície curva que reserva no eixo a entrada ao hospital. Esta curva também aparece no edifício Moreira Garcez, porém, lá apresenta um contorno mais suave, passando quase despercebida.

Se para identificar uma arquitetura *Art Déco* a superfície das paredes às vezes articula-se com outros volumes, como já mencionado, isto demonstra as primeiras evidências que conduzem ao estilo *Déco* apresentadas por esta edificação. Por outro lado, ainda que de contorno simplificado, as linhas que

²⁹⁰ Segundo as palavras de Luiz Henrique Garcez de Oliveira Mello, "(...) dele é o projeto original da Igreja do Coração de Maria, na Praça Ouvidor Pardinho, não realizada inteiramente conforme sua concepção (...)". In: **Revista Panorama**. Ano 34, n. 348, p.41. Ed. Pan Ltda. maio/jun. 1985. Acervo: Fundação Santos Lima.

²⁹¹ MACEDO, H. **Hospital de Crianças Cesar Pernetta**. Subsídios para a história do Hospital de Crianças 1.^a Parte, período 1919-1956. Curitiba: Imprensa Universitária, 1978. p.9.

²⁹² Em 17 de julho de 1951, o Governo do Estado sancionou a Lei n.º 663 que deu ao Hospital de Crianças da Cruz Vermelha o nome de Cesar Pernetta, pediatra paranaense de renome nacional na cátedra e na literatura médica especializada. In: *Idem, op. cit.* p.32.

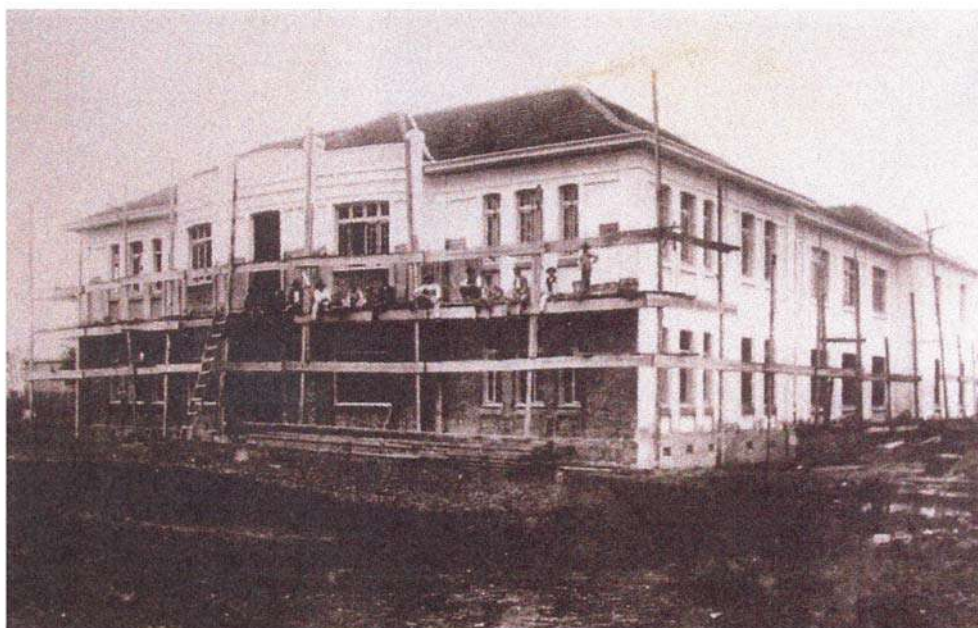
emolduram a porta de entrada do edifício remetem a detalhes curvos utilizados em obras de linguagem *Art Nouveau*, o que explica a posição do *Déco* em ocupar o limiar entre o Ecletismo e ao que antecede o Modernismo.

Para além da porta de entrada está um hall de distribuição com uma circulação horizontal, que acessa ao interior da edificação no pavimento térreo, e, outra, vertical, que conduz ao andar superior por meio de uma escadaria em madeira.

De volta à fachada, a arte decorativa está enfatizada na impressão de formas geométricas emolduradas em placas situadas abaixo das fileiras de janelas tanto no pavimento térreo quanto no primeiro andar, outras formas aparecem talhadas no coroamento e na parte superior das colunas que modulam a fachada em sua parte curva, que, por sua vez, se projeta para além do beiral, ocultando parcialmente o telhado. No entanto, o sentido de verticalidade nesta edificação é estrangulado pelo volume do fechamento superior que se estende até os beirais que encerram as demais paredes da edificação.

Essa obra reuniu questões de higiene com a temática da modernidade, padrões de civilidade desejados pelas sociedades em transformação. Com o fim de abrigar o primeiro edifício para tratamento médico pediátrico do Paraná, o engenheiro optou por uma arquitetura que se apropriou de elementos decorativos e se materializou numa linguagem determinada mediante o desenvolvimento técnico como possibilidade certa e iminente.

CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DAS CRIANÇAS DA CRUZ VERMELHA



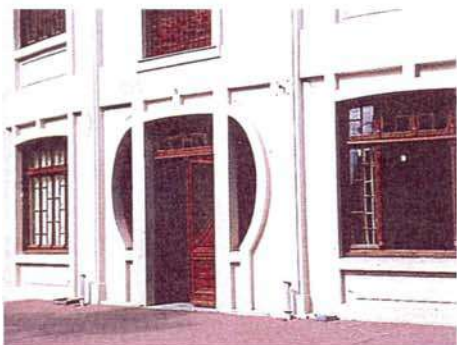
ACERVO: Fundação Santos Lima.

HOSPITAL CONCLUÍDO



ACERVO: IPPUC.

HOSPITAL ATUALMENTE E SEUS DETALHES



Detalhe do contorno da porta lembrança formal de outro estilo aqui bem mais simplificado.
FOTO: Marcia Luci Krüger.



Detalhe da fachada em sua parte superior
Impressões decorativas de um estilo definido
FOTO: Marcia Luci Krüger.



Detalhe da fachada em seu alinhamento.
Articulação entre volumes diferenciados.
FOTO: Marcia Luci Krüger.

Placas decorativas para composição de fachada



FONTE: FAGIUOLI, M. p.46.

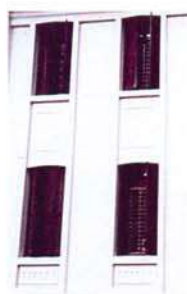


FOTO: Marcia Luci Krüger.



FONTE: FAGIUOLI, M. p.46.

3.2.3 O Edifício Moreira Garcez

Ao longo da década de 1920, Curitiba transformou seu sistema viário mediante pavimentação e retificação de ruas que passaram a receber um fluxo cada vez maior de automóveis²⁹³. As avenidas desenhadas em sistema ortogonal estabeleceram um alinhamento às construções limitando as edificações aos espaços de seus respectivos terrenos. No centro da cidade a Rua XV de Novembro apresentava uma paisagem urbana composta por sobrados que não ultrapassavam quatro andares e edificações cujas fachadas aglutinavam estilos arquitetônicos variados.

O comércio compunha-se de um setor de prestação de serviços que se diversificavam com novos hotéis, alfaiatarias, armarinhos, barbeiros, carpinteiros, padarias, lojas de calçados e roupas. Os primeiros profissionais formados pela Universidade do Paraná aumentavam os endereços dos escritórios e consultórios que se distribuíam pelo centro da cidade.

Os pontos de encontro localizados nos cafés e confeitarias, todos na Rua XV de Novembro, motivavam ao *footing* ou ao encontro de opiniões e debates mediados por poetas, intelectuais, políticos, literatos, jornalistas ou curiosos. Ao registro de cada assunto uma publicação especializada. Eram periódicos dedicados às artes, mais precisamente à estética simbolista, literatura, republicanism, anticlericalismo, conservadorismo católico, kardecismo, maçonaria, livre-pensamento e outros misteriosos cultos que agitavam as mentes curitibanas.

Poderia se dançar na *soirée* oferecida no Elegante, em sarau da Hora Acadêmica ou nos salões da Associação Comercial e Clube Curitibano. A boa música era ouvida nas praças, em Grêmios, centros artísticos, conservatórios e institutos de música, que realizavam concertos, reuniões familiares e serenatas, ou

²⁹³ Em 1920 estavam matriculados na Prefeitura 1.859 veículos. E no primeiro trimestre de 1926 foram matriculados 3.033 veículos. In: PARANÁ. Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem à Câmara Municipal pelo Prefeito Engenheiro Civil Dr. João Moreira Garcez ao instalar-se a 15.^a sessão ordinária da 7.^a legislatura, em 15 de abril de 1920. Curitiba: typ. d'A República, 1920. p.24. In: *Ibden*, 1926. p.121.

ainda, em concertos e óperas trazidos até a capital para apresentação no Teatro Guaíra²⁹⁴. Os cinemas dividiam as atenções entre as telas do Smart, Édén e Mignon.

Nas artes plásticas, Alfredo Andersen durante quase cinqüenta anos desenhou, pintou e ensinou artes formando discípulos como Lange de Morretes. João Zaco Paraná e João Turim esculpiram e povoaram as praças da capital com representantes que construiriam a história para os paranaense. Lange e Joãos criaram o Movimento Paranista em que divulgaram por entre símbolos e elementos que, se queria, identificassem as várias etnias que habitavam um mesmo solo, o do Paraná.

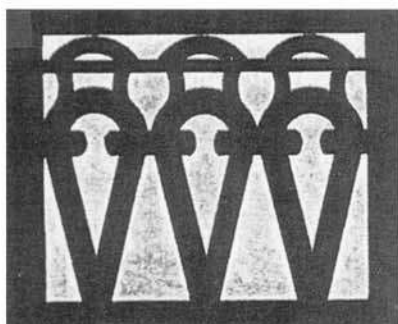
João Turim, para o autor Luís Fernando²⁹⁵, revelou-se o artista que divulgou com maior intensidade os motivos Paranistas utilizando-se do *Art Déco* para compor elementos que ornamentariam as construções. Outras notícias que trataram sobre *Déco*²⁹⁶ na capital paranaense chegaram pela Gazeta do Povo em dezembro de 1924. O correspondente Monet narrou que “no próprio coração de Paris, entre os Campos Elyseos que reúnem as elegancias mundiaes modernas e os Invalidos que evocam as mais nobres recordações do passado, um exercito de operarios trabalha”, últimos preparativos para a Exposição de Artes Decorativas de Paris, com a participação do arquiteto Augusto Perret na elaboração do Pavilhão dos Ofícios. Ao sabor de meras especulações este tema chamou pouca ou nenhuma atenção dos curitibanos, que se viam cercados pelas notícias da revista *Ilustração Paranaense*, que entre os anos de 1927 e 1930, veiculou fotografias de João Baptista Groff que mostravam a utilização do pinheiro, pinha e pinhão, geometrizados e estilizados, e compunham o desenho de grades, calçadas, edifícios e obras de arte, registrando um período em que muito se ocupou em unir culturalmente as gentes do Paraná.

²⁹⁴ Localizado na rua Dr. Muricy, entre as ruas Cândido Lopes e Rua XV de Novembro, este teatro passou por reforma em seu interior executada pelo Diretor de Obras Públicas, Dr. João Moreira Garcez. Em 15 de novembro de 1916 foi inaugurado. Em 1937, foi ordenada sua demolição pelo então presidente da câmara Municipal Aluízio França. In: CRUZ, A *op. cit.* p.80 e 83.

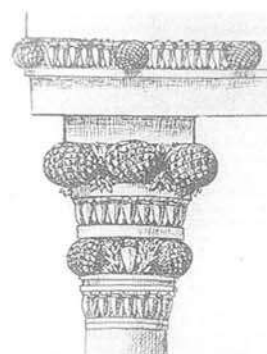
²⁹⁵ PEREIRA, L. F. **Paranismo: o Paraná inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1998. p.147.

²⁹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 17 de dezembro de 1924.

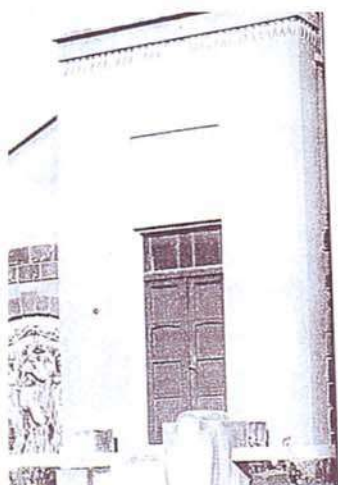
O ART DÉCO EM CURITIBA



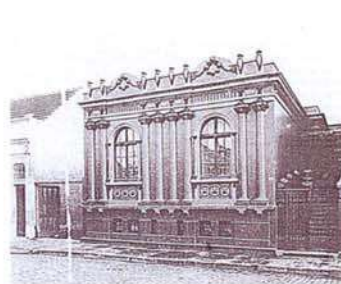
Composição de Lange de Morretes – 1930.
FONTE: GUINSKI, O. p.110.



Ordem Paranaense João Turim – 1928.
FONTE: DUDEQUE, I. p.63.



Detalhe da Fachada João Turim.
FONTE: SUTIL, M. p.109.



Casa de Bernardo Leining.
Desenhada por João Turim.
FONTE: SUTIL, M. p.109.



Capitel com pinhões estilizados.
Concepção João Moreira Garcez.
Edifício Moreira Garcez – 1926.
FOTO: Marcia Luci Krüger



Placas decorativas e enfeites na
Fachada Santos Lima – 1936.
Concepção João Moreira Garcez.
FOTO: Marcia Luci Krüger.

Até o final da década de 1920, Curitiba ainda seria presenteada com mais duas salas para espetáculos e reuniões culturais: o cine-teatro Avenida e o cine-teatro Palácio. Enquanto isso, a notícia que concentrou as atenções da população anunciada pelo jornal referia-se ao progresso de Curitiba nos seguintes termos: “Vamos ter um palacio monumental na antiga avenida Luiz Xarier”.²⁹⁷

Este edifício foi o primeiro arranha-céu construído no Paraná e o terceiro no Brasil. O pedido de licença para a construção do prédio foi registrado na Prefeitura em maio de 1926. Um ano depois, com a contratação da Companhia Construtora Nacional S/A, sediada no Rio de Janeiro, as obras começaram e o projeto podia ser apreciado pelos curitibanos nas páginas da imprensa local sob o título: “O Progresso de Curityba”,

(...) o mouumental (sic) predio, que é propriedade do dr. J. Moreira Garcez, será o maior de Curityba e sua construção, em cimento armado, já está iniciada e contractada com uma empreza do Rio de Janeiro.

Como se vê, nas suas linhas perfeitamente elegantes, o novo predio sobrepujará com vontade os sobrados actualmente em construcção na ex-Avenida e virá dar á nossa rua Quinze um novo aspecto de principal arteria de uma grande e moderna capital.²⁹⁸

Isto porque seriam dois os edifícios que revestiriam a rua Quinze conferindo um aspeto de “grande e moderna capital”. Na esquina oposta ao local escolhido por Moreira Garcez estava sendo construído o Palácio Avenida, de propriedade do comerciante Feres Merhy – aplicando a fortuna que recolheu durante anos de comércio em andanças pelo mundo, Merhy convocou os melhores profissionais da capital para a materialização do seu sonho.²⁹⁹

Cruz³⁰⁰ faz constar em seu livro que os recursos economizados por Moreira Garcez e os empréstimos efetuados junto à Madame Gomm e Julio Guarmater foi que possibilitaram iniciar a construção deste edifício particular, localizado em terreno

²⁹⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de março de 1927.

²⁹⁸ *Idem*. Curitiba, 10 de agosto de 1927.

²⁹⁹ SCHWINDEN, A. **Palácio Avenida**: a construção de um sonho. Curitiba: Casa de Idéias Editora de vídeo e gráfica Ltda., 1984.

³⁰⁰ CRUZ, A. *op. cit.* p.141.

inicialmente ocupado pela loja do pai, Theóphilo Moreira Garcez, aumentado em área devido às compras efetuadas, por João Moreira Garcez, dos terrenos lindeiros alguns, inclusive, em hasta pública.

Em seu relatório sobre a edificação escrito no ano de 1936, Moreira Garcez descreve a obra da seguinte forma:

(...) na principal artéria da metrópole paranaense está localizado o Edifício Moreira Garcez, cujas fachadas completam a obra de urbanização resultante do asfaltamento (sic) da avenida João Pessoa, praça Ozorio e parte da rua Voluntários da Pátria, que delimitam essa futura propriedade.³⁰¹

Preparado o solo para receber a tão sonhada edificação projetada pelo engenheiro Moreira Garcez, quanto mais alto ficava o edifício maiores apresentavam-se as diversidades que acompanharam sua construção. A imprensa local foi palco da resistência que Dona Guilhermina Hauer impôs às intenções do prefeito em abrir a rua Ermelino de Leão até a avenida João Pessoa. Dona Guilhermina possuía um imóvel no local onde a rua deveria ser prolongada até a avenida João Pessoa e dizia que a obra seria “apenas para melhorar a perspectiva do Edifício Moreira Garcez”. Tantas foram as idas e vindas sobre o assunto nos jornais que o local passou a ser chamado “Beco do Garcez,”³⁰² e só ficou resolvido após decreto que desapropriou a área por utilidade pública em 1926.

Inaugurado o cine-teatro Palácio em 1928, localizado no pavimento térreo do edifício Moreira Garcez, um acidente veio chamar a atenção de todos na cidade. O pontilhão que conduzia à entrada do cine-teatro, instalado atrás do canteiro de obras do edifício, não suportou o peso das pessoas que sobre ele aguardavam a próxima sessão do cinema. Na queda muitas pessoas foram soterradas; várias ficaram feridas e cinco morreram.

Acalmados os ânimos que agitaram a abertura da rua Ermelino de Leão, esse trágico acidente silenciou a festa preparada para a posse do novo governo³⁰³. E, ainda uma pergunta era veiculada ao público pelos jornais:

³⁰¹ *Idem, op.cit.* p.156.

³⁰² *Idem., op. cit.,* p.144-145.

³⁰³ CRUZ, A *op. cit.* p.148. Affonso Alves de Camargo assumiria o governo do Estado do Paraná para o quadriênio 1928-1932, tendo como prefeito da capital Eurides Cunha.

CURITYBA PROGRIDE...



O Fumaça (gritando) – Tótó de onde vêm tanto dinheiro para tudo isso?!...
O Tótó: – Dolorosa interrogação!...³⁰⁴

³⁰⁴ O DIA. Curitiba, 12 de março de 1927, p.1. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O prédio chamado “monumental” previa originalmente cinco andares, ático aproveitável e cúpula ogival com uma antena sobre a cobertura. Mas, em 1928, o engenheiro João Moreira Garcez decidiu alterar o projeto. O motivo alegado na Prefeitura para construção de mais dois andares³⁰⁵ foi de ordem estética, entretanto, comentários apontam que a construção do Palácio Avenida, na esquina oposta, fez com que Moreira Garcez aumentasse seu prédio convertendo-o no mais alto da “moderna capital”. Acompanhavam o *footing* na Rua XV: sonhos, pesadelos e vaidades...

Projetado, inicialmente, para ser um hotel de luxo, o edifício Moreira Garcez acabou transformado em edifício comercial, tendo em vista que a essa época apartamentos para habitação eram vistos como uma forma promíscua de moradia (cortiços)³⁰⁶. Contudo, no edifício da outra esquina era possível morar, trabalhar nas lojas e escritórios e divertir-se no cine-teatro Avenida.

Construído em concreto armado, as toneladas de cimento e ferro utilizados para execução do edifício Moreira Garcez foram importados da Alemanha entre os anos de 1926 a 1929. Dentre os materiais utilizados para as fundações, segundo Eduardo Guimarães³⁰⁷, arquiteto que revitalizou este prédio em 1988, nas partes em que o subsolo é atingido pelas águas do rio Ivo, acham-se troncos de eucalipto tratados por submersão em óleo cru que, desta forma, tiveram sua resistência aumentada.

Enquanto o Palácio Avenida recebia uma armadura metálica em seu esqueleto para duplicar sua solidez³⁰⁸, o relatório sobre o edifício Moreira Garcez

³⁰⁵ O Edifício Moreira Garcez apresenta-se dividido em térreo, sobreloja como 1º pavimento, 2º, 3º, 4º e 5º pavimento, friso horizontal, 6º e 7º pavimento com ático aproveitável, que muitos chamam de 8º andar. (N. A.).

³⁰⁶ SEGAWA, H. Modernidade Pragmática: arquitetura no Brasil dos anos 1920 a 1940. In: **1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, 1997.p.174.

³⁰⁷ O Edifício Moreira Garcez foi adquirido pela empresa Hermes Macedo em 1982, que decidiu pela instalação de uma loja de departamentos: o Magazine Garcez. Durante o ano 1988, Eduardo Pereira Guimarães, arquiteto, diretor técnico do grupo HM, realizou o projeto e coordenou as obras para a reforma no edifício.

³⁰⁸ SCHWINDEN, A. *op. cit.*

afirmava que as “fundações comportavam a carga de mais andares (..) e cada pavimento pode ser dividido em (...) salões de maiores ou menores dimensões”. Neste ponto encontra-se o mistério que durante algum tempo ficou sem resposta entre os profissionais, porque estes não compreendiam como os andares poderiam ter as paredes retiradas sem abalar a estrutura da edificação³⁰⁹.

Isso foi possível pela transferência das cargas às colunas, que ficaram responsáveis pela sustentação dos andares superiores isentando as paredes deste esforço, o que tornou possível retirá-las e aumentar a área livre em cada pavimento. Justifica-se aqui o domínio da técnica empregada na utilização de um material que, em sendo novo, exigia conhecimento específico. Provavelmente Moreira Garcez não quis discutir com mestres-de-obras locais estas técnicas específicas e preferiu contratar uma empresa sediada na capital federal para a qual tais técnicas não eram tão misteriosas (edifício A noite com 24 andares).

Se em 1929, estava inaugurada a mais “moderna casa de espetáculos da América do Sul”³¹⁰, o cine-teatro Avenida, e concluído o cine Palácio Avenida, somente em 1933, os primeiros pavimentos do edifício Moreira Garcez foram concluídos, e levou, ainda, mais três anos para a edificação apresentar-se com 42 metros acima do nível da rua, o que atraía a atenção de curiosos provenientes, inclusive, de estados vizinhos³¹¹.

Entre seus primeiros inquilinos foram registrados o Consulado da Alemanha, a sede provisória do Cassino Estância, escritórios da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, da *Atlantic Refining Company of Brazil*, e espaços reservados à recreação, como o Palácio das Diversões Skating Golf Girls, e o salão que promovia bailes conhecidos como Águas Dançantes animados pelo Bloco Please.³¹²

³⁰⁹ O ESTADO DO PARANÁ. Almanaque. Curitiba, 30 de agosto de 1987. p.18

³¹⁰ SCHWINDEN, A. *op. cit.*

³¹¹ O ESTADO DO PARANÁ. *op. cit.*

³¹² OLIVEIRA, J. **Memória Garcez**. Pesquisa sobre o edifício, texto para publicação e roteiro para vídeo. p. 3.

Quanto ao estilo arquitetônico, o edifício Moreira Garcez foi intitulado por seu construtor como uma obra “moderna”, para o historiador e arquiteto Dudeque, o primeiro arranha-céu de Curitiba apresenta-se “ainda eclético (...) que sobrepunha mais um estilo às volutas dos estilos históricos”³¹³, enquanto o historiador Marcelo Sutil classifica esta obra como um “edifício de linhas tendendo para o *déco* (...)”³¹⁴. Já na opinião do arquiteto Eduardo Guimarães, o edifício Moreira Garcez “foi o primeiro prédio em concreto armado do Paraná e o único que temos em estilo totalmente **art déco**”.³¹⁵

Controvérsias à parte, esta edificação apresenta uma composição de formas geométricas, com predominância da linha reta que enfatiza sua verticalidade arrematada pelo coroamento escalonado, o que sugere que suas características remetem à segunda tendência³¹⁶ enunciada por Conde, entre as três que configuram o estilo *Art Déco* construído no Brasil.

O Edifício Moreira Garcez formado por sua volumetria maciça emoldurada pelo asfalto das ruas Luís Xavier (ex-Avenida João Pessoa), Voluntários da Pátria e Praça Osório é regrado em sua superfície externa pelas linhas das colunas que, dispostas de modo equidistantes, preenchem toda a altura da edificação e encontram-se destacadas, como que a formar degraus, a partir do alinhamento da fachada. Em dois momentos a linha horizontal corta, de uma lateral a outra, a edificação, dividindo-a em base, corpo e coroamento.

³¹³ DUDEQUE, I. & GNOATO, L. A modernidade esquecida: *art-déco* na área central de Curitiba. In: **Revista do curso de Arquitetura & Urbanismo da PUCPR**. Curitiba: PUCPR, n.º 4, p.50, set./2000.

³¹⁴ SUTIL, M. **Beirais e Platibandas**. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em História) – UFPR, 2003. p.148.

³¹⁵ O ESTADO DO PARANÁ. Almanaque. Curitiba, 18 de setembro de 1988. p.5. Grifo do jornal.

³¹⁶ A segunda tendência corresponde a mais seca e geometrizada, cujos motivos decorativos baseiam-se em figuras geométricas (círculos, quadrados, triângulos), muito próxima do racionalismo modernista e, também, conhecida como escalonada ou zig-zague. In: CONDE, L. P. *Art Déco; modernidade antes do Movimento Moderno*. 1.º **Seminário Internacional Art Déco na América Latina**. Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do RIO DE Janeiro / SMU, Solar Grandjean de Montgny. PUC / RJ, 1997. p.71.

Em dois momentos, também, a curva aparece sobre a fachada, seja de modo discreto para quebrar a monotonia no corpo da composição (tanto na avenida Luís Xavier como na rua Voluntários da Pátria) e acentuar, na base, o eixo central da fachada correspondente a cada rua, seja de modo acentuado para contornar a esquina tomada pela edificação. Neste ponto destacam-se portas de acesso e uma marquise projetada pela existência de uma varanda na sobreloja.

No coroamento estão identificados elementos escalonados que escondem atrás deles a linha de cumeeira formada pelo telhado da edificação e apresentam impressões decorativas cujas formas geométricas Dudeque denominou acento circunflexo, que são encontrados na composição de edificações localizadas no Rio de Janeiro e em Miami classificadas como *Art Déco* por Conde e Almada.³¹⁷ Outras impressões enfeitam a fachada embaixo da fileira de janelas situadas acima da segunda linha horizontal que atravessa o edifício. No plano facial, a uniformidade do conjunto é alcançada pela sobriedade da cor refletida pelos matizes das granulhas de granito que revestem o edifício.

Ao elemento decorativo sobreposto à fachada na forma de um triângulo invertido em alto relevo sobrepostos a algumas colunas, e que por esse motivo foi caracterizado por Dudeque como uma nova voluta, é encontrado na composição de edificações localizadas em Havana, capital cubana, e catalogadas como *Déco*³¹⁸.

Outro elemento na decoração da fachada evidenciado no desenho do capitel das colunas que se lançam até a segunda linha horizontal que cruza a superfície da edificação, é a estilização do pinhão, fruto do símbolo que “marcou (...) a busca de afirmação da terra paranaense”³¹⁹, que, durante a década de 1920, movimentou os intelectuais locais preocupados em estabelecer referenciais próprios

³¹⁷ CZAJKOWSKI, J. (org.). Guia da Arquitetura *Art Déco* no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.12 e 32.

³¹⁸ FAGIUOLI, M. **La Habana Déco**. Itália: Eurolitho, 2003. p.45.

³¹⁹ DUDEQUE, I. **Espirais em madeira**. Uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: APESP, 2001. p.58.

ao Paraná e à sua gente. A esta estilização a melhor performance aderiu sementes nativas representadas em elementos para composição arquitetônica.

A entrada principal ao edifício abre-se para a avenida Luís Xavier e encontra-se no eixo da fachada. Os vidros da porta de entrada estão protegidos por uma composição em serralheria que possibilita a iluminação do hall de entrada onde a distribuição da circulação é determinada pela escada ou dois ascensores, que conduzem ou à sobreloja ou aos demais andares, respectivamente. A serralheria acompanha, também, o guarda corpo da escada interna.

No interior, a parede ao fundo do hall contém fechamento em vitrais que permitem a passagem da iluminação e ventilação que chegam através de um fosso cuja abertura localiza-se no teto. Parte integrante aos elementos da decoração interna, está o latão que reveste detalhes como o corrimão das escadas, os marcadores de andar e os frisos dos espelhos dos ascensores.

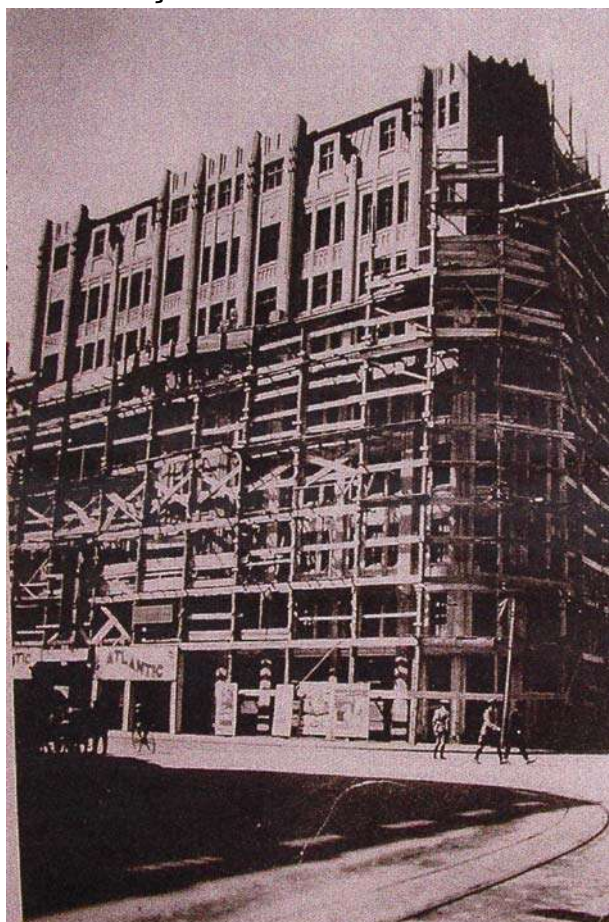
Permanecem até hoje em destaque na arquitetura da cidade os edifícios Palácio Avenida e na esquina oposta o Moreira Garcez. Diversos em suas concepções construtivas, ambos, porém, tornaram-se sonhos concretizados. Se para o edifício Moreira Garcez a origem do financiamento para sua construção era questionada pela imprensa e a técnica construtiva utilizada na edificação um mistério para os profissionais da época, fato é que o *Art Déco* é o resultado da busca de uma linguagem de desenho para um mundo em transformação, mesmo que a princípio não se propusesse a ser universal.

O discurso modernizante tomava conta da produção arquitetônica com formas mais dinâmicas e despojadas, em oposição aos estilos tradicionais impregnados de forte ornamentação, opção por volumes mais puros e uma orientação para a racionalidade e economia que apontava para o emprego de uma técnica avançada para a construção civil – o concreto armado.

A arquitetura *Art Déco* integrou-se em um conjunto de transformações urbanas ocorridas na capital durante a atuação de Moreira Garcez na Prefeitura. A busca por novos horizontes econômicos, aliada a um grande aumento populacional

e conseqüente expansão urbana, anunciava a sua inserção no mercado capitalista de produção. As necessidades de planificação de um novo perímetro, bem como de legislação de controle do uso e ocupação do solo, além da escassez habitacional, denunciavam que a cidade atingira um patamar de problemas comuns a outras capitais brasileiras. Nesse sentido, a capital perdia gradativamente sua característica de camponesa, dando lugar a redefinições na sua paisagem que lidava com questões de âmbito cosmopolitas.

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ



ACERVO: Fundação Santos Lima.

EDIFÍCIO PALÁCIO AVENIDA AO FUNDO EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ

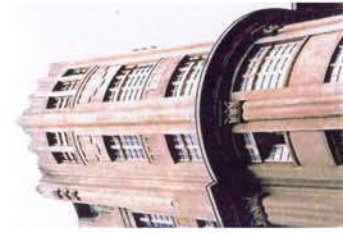


FONTE: SCHWINDEN, A. Palácio Avenida. Curitiba: Casa de Idéias Editora de Vídeo, 1991, p.45.

O EDIFÍCIO E SEUS DETALHES



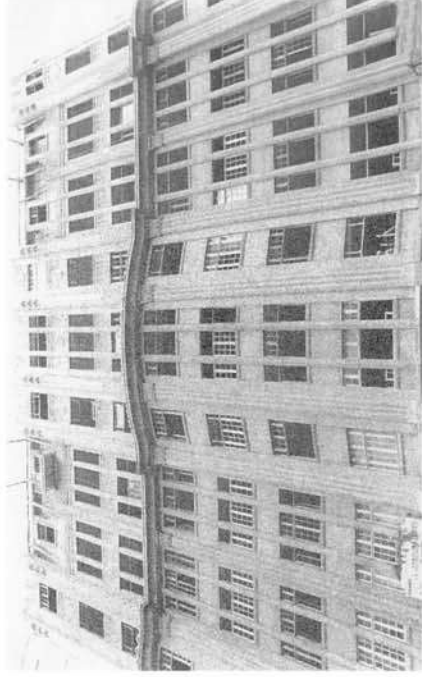
Edifício Moreira Garcez
ACERVO: Faculdade FACINTER (2004)



Detalhe da fachada
que contorna a esquina
FOTO: Marcia Luci Kruger



Detalhe da coluna
ACERVO: IPPUC



Detalhe da fachada para a avenida Luís Xavier
Articulação de volumes e elementos de decoração
ACERVO: IPPUC

Composição de vitrais para fechamento de aberturas



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FOTO: Marcia Luci Kruger

Composição de linhas e enfeites para desenho de fachadas



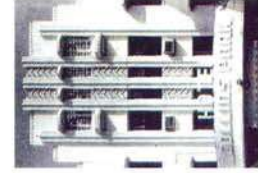
FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FOTO: Marcia Luci Kruger



FONTE: CZAJKOWSKI, p.12. (1939)



FONTE: Grupo Hermes Macedo. (1988)



FONTE: FAGIUOLI, M. p.45. (1934)

3.2.4 A Residência Santos Lima

Nas páginas da revista *Ilustração Paranaense*, o ano de 1928 começava com a divulgação de fotografias de várias residências curitibanas participantes do concurso realizado pela Prefeitura. Nesse concurso, as habitações vencedoras estariam isentas de impostos e tinha como objetivo “ajudarem no engrandecimento da capital do Paraná”. As construções envolvidas na competição apresentavam uma variação em estilos e descreviam concepções que remetiam ao normando, eslavo ou ainda colonial, caracterizando a cultura construtiva da cidade como um assunto que ultrapassou as preferências particulares para aceite estabelecido no domínio público.³²⁰

Para a década seguinte, a administração pública em seu relatório referente aos anos de 1932 e 1939, enunciava que dos muitos melhoramentos havidos na *urbs* o setor de construções apresentou-se promissor, sem, no entanto, ter alcançado os patamares que foram recordes para a história de Curitiba conquistado no ano de 1913. Talvez a guerra que então se iniciava tenha inflacionado valores, porém as “novas construções, por menos que fosse o número, eram bem vindas”.³²¹

Sem novidades quanto aos estilos construtivos, que passaram a ser ditados em função de pagar-se menos impostos e com um mercado que possibilitou a prática construtiva ao longo dos anos seguintes, a análise da edificação que ora se inicia reúne as características que conceituam a arquitetura *Art Déco*, enfatizada por esta pesquisa, projetada por Moreira Garcez.

Esta residência, situada na Alameda Cabral, foi construída pela firma Marcos Baggio no ano de 1936 e abrigou a família do médico Eduardo Santos Lima, amigo e parente de João Moreira Garcez.

³²⁰ DUDEQUE, I. **Espirais de madeira**. Uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001. p.65-66.

³²¹ Entre os anos de 1932 e 1939 foram registradas 3.503 obras no período, com uma média de 438 ao ano sendo que, em 1939, esse número atingira a marca de 499 novas construções. Contudo mais de duas décadas antes o montante de obras chegou ao patamar 528, em 1913, e 481, no ano seguinte. In: SUTIL, M. *Beirais e platibandas*. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20. Tese de doutorado, Curitiba: UFPR, 2003. p.149.

CASAS & ESTILOS



Vila Emilinha
1.º Lugar no Concurso de 1929.
Projeto Valentim Freitas
Revista Ilustração Paranaense
FONTE: DUDEQUE, I. p.67.



2.º Lugar no Concurso de 1929.
Projeto A. Krüger.
Revista Ilustração Paranaense.
FONTE: DUDEQUE, I. p.67.



Residência Frederico Kirchgässner
1.ª Edificação em arquitetura moderna de Curitiba.
FONTE: DUDEQUE, I. p.94.



Residência Frederico Kirchgässner
Esquina entre Jaime Reis e Portugal.
FONTE: DUDEQUE, I. p.94.

Em primeira vista sobre a edificação, sua construção valoriza a esquina de forma oposta aos projetos anteriores do engenheiro, agora ex-prefeito. O detalhe importante é que a curva deixou de abraçar a esquina, recuando do alinhamento predial, e tendo sido substituída por três segmentos de reta. A porta de entrada, protegida por uma marquise, encontra-se localizada no segmento de reta intermediário e acessível por meio de uma escadaria.

As fachadas correspondentes às ruas que contornam a edificação estão coladas ao alinhamento predial. Quanto à superfície externa, há uma divisão horizontal que caracteriza a base, o corpo e o coroamento na edificação, todos diferenciados pelos elementos decorativos que compõem a fachada. Não há beirais, o telhado está escondido pelo coroamento e este, por sua vez, é delimitado por formas escalonadas. Em seu frontão apresentam-se figuras geométricas impressas que estilizam o “pinhão”, uma característica da influência do Movimento Paranista adotada pelo construtor à época. Tanto as colunas desenhadas na fachada como a disposição das janelas contribuem para acentuar a verticalidade na edificação, aspecto peculiar do *Déco* da segunda tendência sugerida por Conde³²².

As colunas encontram-se dispostas de forma equidistante e destacam-se com uma altura suave em relação ao alinhamento da fachada. Entre as linhas de janelas há, na fachada, uma decoração que utiliza elementos geométricos simples como retângulos sobrepostos e, embaixo da linha de janelas do pavimento inferior, há placas que contêm formas em ziguezague. Os vitrais aparecem vedando porta e janelas. A linha reta orienta toda composição e sua volumetria apresenta proporções que fazem jus ao comentário de Sutil quando lembra que “o homem mais bem vestido é o que chama menos a atenção.”³²³

³²² Caracterizada como a mais seca e geometrizada, cujos motivos decorativos baseiam-se em figuras geométricas (círculos, quadrados, triângulos), muito próxima do racionalismo modernista e, também, conhecida como escalonada ou ziguezague. In: CONDE, L. P. *op. cit.* p.71.

³²³ A CASA, Revista de Engenharia, Arquitetura e Arte Decorativa, ano 9, n. 85, jun./1931, p.14. In: SUTIL, M. *Beirais e Platibandas. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20.* Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR. Departamento de História. 2003. p.125.

O hall de entrada distribui a circulação horizontal e, a partir da entrada, o segundo ambiente, possui a escada que conduz ao andar superior. Em seus cômodos nota-se o uso da madeira de forma intensa como para revestimento do piso, a composição da escada e seu corrimão, o acabamento do forro e todas as esquadrias. Os vitrais aparecem fechando as aberturas que mostram a parte interna do terreno e como detalhe na porta principal. As ferragens que acompanham as portas e janelas, preservadas até hoje, são em metal.

Funcionando como sede da Fundação Santos Lima desde 1984, esta residência sofreu poucas interferências, tanto interna como externamente, ao longo dos anos. Mantém-se intacto o vocabulário de uma linguagem arquitetônica lapidado com o passar do tempo pela experiência de seu idealizador no trato com os elementos que caracterizam o estilo *Art Déco*.

Encontra-se aqui, em sua forma mais apurada, a exemplificação de um estilo que renovou o cenário arquitetônico curitibano, até então referenciado ao ecletismo e ao neocolonial, e que ultrapassou os limites desta capital, abrindo “precedente para uma arte baseada em novo geometrismo e novo artificialismo, em que as formas se tornam pura, além de mais arrojadas”.³²⁴

³²⁴ LEMOS, C. Art Déco em Belo Horizonte: o gosto cosmopolita unificando o centro e a periferia. In: **1º Seminário Internacional na América Latina de ArtDéco**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/Solar Grandjean de Montigny, 1997, p.153.

FACHADA DA RESIDÊNCIA SANTOS LIMA



ACERVO: Fundação Santos Lima.

A FUNDAÇÃO E SEUS DETALHES



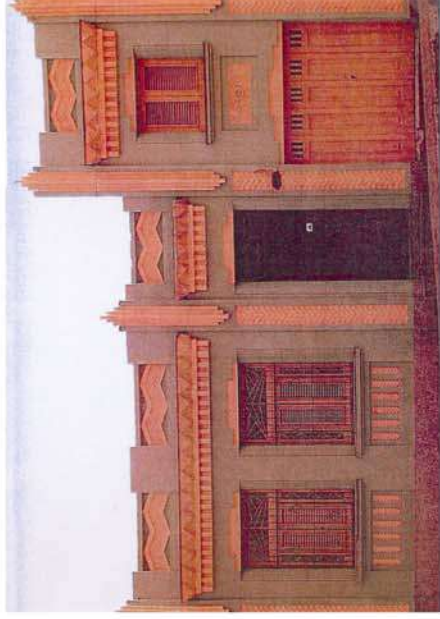
Detalhe placa decorativa
Pinhão estilizado
FOTO: Marcia Luci Kruger



Detalhe placa decorativa
Motivos geométricos
FOTO: Marcia Luci Kruger



FOTO: Marcia Luci Kruger



Residência em Havana
Emilio Azcué (1934-1937)
FONTE: FAGIOLI, M. p.45.



MAPA COM AS EDIFICAÇÕES DE MG

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem do regime imperial para o republicano estabeleceu diferentes programas políticos para a vida nacional, tais como a separação dos interesses da Igreja e os de Estado, a defesa das liberdades e dos direitos do homem, a secularização da vida civil, a efetiva substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre, buscando-se o imigrante, mediante a propaganda nacional, em outras nações.

Ao longo da República Velha as estratégias políticas e sociais desenvolvidas pelos Estados promoveram um rompimento no sistema estabelecido pelas oligarquias regionais e passaram a contar com a participação dos detentores do conhecimento técnico-científico (médicos, engenheiros e educadores) para a construção de uma sociedade do tipo urbano-capitalista. Ao assumirem cargos públicos, esses especialistas projetaram as mudanças que começaram a ser implantadas nas cidades brasileiras, a partir de suas capitais, e conduziram as reformas em seus espaços tendo como modelo os padrões europeus de civilidade.

Em meio a esses acontecimentos, figurava o nascente Paraná, que se encontrava afastado das decisões nacionais, pois contracenava com um sistema econômico calcado principalmente na atividade extrativista, com fronteiras indefinidas e uma população distribuída em apenas um terço do seu território. No entanto, após algumas administrações republicanas, foi possível abrir espaço no Estado para um desenvolvimento pautado na experimentação científica e no progresso conquistado pela técnica.

Entre os anos de 1920 e 1928, o Paraná acompanhou os trilhos de um novo rumo político enquanto seu presidente, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, redirecionava a economia, ampliava a rede viária, estimulava políticas urbanas para incrementar novas relações de trabalho, e nomeava para a Prefeitura da Capital o

engenheiro civil João Moreira Garcez, que por sua vez se encarregou de instalar a reforma urbana na cidade, procurando um entendimento coletivo que aprovasse a nova estética projetada para a cidade que se queria moderna.

Formado em uma das principais instituições do país, João Moreira Garcez atuou como engenheiro de estradas de ferro para empresas estrangeiras, realizou levantamentos topográficos para confecção de mapas, retificou estradas, construiu pontes. Atuou na área do ensino e no serviço público. Indicado para administrar Curitiba pelo colega de partido, Caetano Munhoz da Rocha, foi possível, também, a Garcez difundir um saber técnico especializado materializado na transformação sobre a cidade e configurado pela racionalidade que proclamava uma direção rumo à modernidade.

Republicano tomou para si a tarefa de organizar racionalmente a cidade para a construção de uma sociedade com vistas ao progresso e ao melhoramento urbano nos moldes europeus, mesmo que isso penalizasse parcelas mais carentes da população. Político desejou inserir a Capital nas relações com o comércio internacional adaptando o sistema viário à velocidade das máquinas numa cidade que ainda convivia com as carroças dos imigrantes. Sob a inspiração das idéias republicanas, sistematizou os serviços sanitários e hábitos de higiene, configurando um conjunto de procedimentos capazes de mobilizar e orientar as reflexões de uma época em que se queria implementar um novo ordenamento político-cultural em oposição aos resquícios deixados pelo período colonial.

Embora Moreira Garcez tenha colocado em prática sua racionalidade na gestão pública, para as questões particulares se utilizou de ousadia e sensibilidade. Nesta cidade recortada por ruas alargadas e retificadas, a arquitetura revelou-se seu maior diletantismo. Procurou desenvolver a estética projetada pelo estilo *Art Déco*, presente naquele momento de crise e contenção em diversas cidades, nacionais e estrangeiras. Para as formas, a simplificação seria a melhor expressão; para as alturas, o céu era o limite; para vencer os desafios, o conhecimento aplicado nas possibilidades testadas sobre o material. E na plasticidade da composição, a linguagem *Art Déco*, para alinhar Curitiba a São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Paris.

Sintonizado com os anseios e os avanços que a atividade científica inscreveu a esse tempo, Moreira Garcez exerceu suas habilidades técnicas, políticas e, principalmente, arquitetônicas deixando perceber como uma de suas principais características sua visão cosmopolita, ajustada com a mentalidade daquele início de século.

REFERÊNCIAS

FONTES

DOCUMENTOS OFICIAIS

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS 1895/1919.

PARANÁ. Governador do Estado (1892-1896: Dr. José Pereira Santos Andrade). Relatório apresentado ao governador do Estado Dr. José Pereira Santos Andrade, pelo bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1.º de setembro de 1896. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1896.

PARANÁ. Presidente do Estado (1896-1901 Dr. José Pereira Santos Andrade). Relatório de Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública para o Presidente do Estado do Paraná Dr. José Pereira Santos Andrade, em 1.º de setembro de 1897. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1897.

PARANÁ. Presidente do Estado (1901-1904: Dr. Vicente Machado). Relatório de Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização para o Presidente do Estado do Paraná Dr. Vicente Machado da Silva Lima, em 31 de dezembro de 1904. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1904.

PARANÁ. Presidente do Estado (1904-1908: Dr. Vicente Machado). Relatório apresentado ao Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, em 31 de Dezembro de 1904.

PARANÁ. Presidente do Estado do Paraná (1916-1920: Affonso Camargo). Relatório de João Moreira Garcez, Diretor de Obras públicas e Viação do Estado para o Secretário de Estado da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: Typ. d'A República, 1917.

PARANÁ. Presidente do Estado (1916-1920: Affonso Camargo) Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Presidente do Estado Dr. Affonso Alves de Camargo, ao ser installada a 1.ª Sessão da 15.ª Legislatura em 1.º de fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. d'A República, 1920.

Mensagens do Presidente do Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha. 1920-1928. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes.

Mensagens do Prefeito Municipal Eng. Civil João Moreira Garcez. 1920 a 1927. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes e Biblioteca da Procuradoria Geral do Município.

FOTOS, CHARGES, MAPAS E PLANTAS

PLANTA DE CURITIBA DE 1927. Reprodução fotográfica. Acervo: Fundação Cultural de Curitiba.

PROJETO IGREJA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Acervo: Sala da Memória Congregação Missionária dos Claretianos.

FOTO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA. Acervo: da Família.

FOTO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA E JOÃO MOREIRA GARCEZ. Acervo: Fundação Santos Lima.

FOTO DE JOÃO MOREIRA GARCEZ. Acervo: Fundação Santos Lima.

CHARGE PREVENÇÕES, UMA NECESSIDADE E CURITYBA PROGRIDE. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

FOTOS DE CURITIBA (Av. Visc. de Guarapuava e Rua XV de Novembro), EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ, PROJETO RESIDÊNCIA SANTOS LIMA. Acervo: Fundação Santos Lima.

FOTOS DO HOSPITAL CÉSAR PERNETTA, FUNDAÇÃO SANTOS LIMA E EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ. Acervo: IPPUC.

FOTOS RECENTES DAS EDIFICAÇÕES Acervo: Marcia Luci Kruger.

FOTO DA CAPA Capitel coluna do Edifício Moreira Garcez. Acervo: Márcia Luci Kruger.

PERIÓDICOS

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Ago/2001 e Jul/1996. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Out/1944. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes.

REVISTA DO CURSO DE ARQUITETURA & URBANISMO DA PUCPR. n. 4, Set. 2000.

JORNAIS

GAZETA DO POVO. 1920-1928. Acervo: Museu Paranaense.

A REPÚBLICA. 1926. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O DIA. 1920, 1925 e 1933. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O ESTADO DO PARANÁ. Almanaque. Curitiba, 30 de agosto de 1987. Acervo: Rosianne Guimarães.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. **Camilo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito**: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. (Org). p. 294-295.

ART DÉCO NA AMÉRICA LATINA. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1.º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. SMU. 1997.

AVÉ-LALLEMENT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BAHLS, A. V. da S. **O verde e a Metrópole**: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Curitiba: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. 1998.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESPHALEN, C. M. **História do Paraná**. 1.º v. 2. ed. Editora Paraná Cultural Ltda, 1969.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESPHALEN, C. M. **Un Mazzolino de Fiori**. WESTPHALEN, C. M. (org) Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003.

BANHAM, R. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BENÉVOLO, L. **Orígenes del urbanismo moderno**. Tradução de Floreal Mazia. Madrid: Celeste, 1992.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1991.

CABAS, A.; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004.

CARDOSO, J.; WESTHALEN, C. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, Editora. 2ª ed. 1986.

CASTRO, T. **História da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.

CONDE, L. P. Art Déco; modernidade antes do Movimento Moderno. **1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina**. Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do RIO DE Janeiro. SMU, Solar Grandjean de Montgny. PUC/RJ, 1997.

CHOAY, F. El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. In: DETHIER, J.; GUIHEUX, A (Eds). **Visiones urbanas**: Europa 1870-1993. La ciudad del artista. La ciudad del arquitect. Madrid: Electra, CCCB, 1994.

- CRUZ, A. A. *João Moreira Garcez. Um homem que se superou no seu tempo.* Curitiba: Fundação Santos Lima, 1991.
- CZAJKOWSKI, J. (org.). **Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- DARTON, M. **Art Déco illustrated Guide.** Nova Iorque: New Art Edition, 1994.
- DARTON, M. **Art Déco an illustrated guide to the decorative style 1920-1940.** New Jersey: The Wellfleet Press, 1989.
- DETHIER, J., GUIHEUX, A (Eds.). **Visiones urbanas: Europa 1870-1993.** La ciudad del artista. La ciudad del arquitecto. Madrid: Electa, CCCB, 1994.
- DE BONI, M.I.M. **O espetáculo visto do alto.** Vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo.
- DOMINGUES, F. M. **Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- DUDEQUE, I. **Espirais em madeira.** Uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.
- FAGIUOLI, M. **La Habana Déco.** Bolonia: CV Export S.a.s. Dursione Libri di Alberto Camato S.C. 2003.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GARCEZ, J. **A Justiça Revolucionária no Paraná.** Clamorosa iniquidade. Memorial e recurso. Curitiba: Oficinas Gráficas, 1933.
- GUINSKI, O D. **Imagens da Evolução de Curitiba.** Curitiba: SEED, 2003.
- HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, C. A. M. **A Invenção do Brasil Moderno.** Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.
- HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos.** O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUMPHREYS, R. **Futurismo.** Movimentos da Arte Moderna. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.
- KINGSLEY, R. **Art Déco Mobiliário y Metaleria.** Madrid: Edimat libros, 1999.
- LEME, M. A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, LUIZ CESAR DE Q. & PECHMAN, ROBERT. (Org.) **Cidade, povo e nação.** Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996. p.248-250.
- LEMONS, C. Art Déco em Belo Horizonte: o gosto cosmopolita unificando o centro e a periferia. In: **1.º Seminário Internacional na América Latina de ArtDéco.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/Solar Grandjean de Montigny, 1997 p.153.
- LOU, M. A. M.; BENASAYAG, E. M. **Proceso de urbanización en América del Sur.** Modelos de ocupación del espacio. Madrid: Mapfre, 1992.

- MACEDO, H. **Hospital de Crianças Cesar Pernetta**. Subsídios para a história do Hospital de Crianças 1.^a Parte, período 1919-1956. Curitiba: Imprensa Universitária, 1978.
- MAGALHÃES, M. B. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCHETTE, T. D. **Missionários Claretianos em Curitiba 1905-2003**. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2003.
- MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.
- MELO, M. A. O Estado, o boom do século e a crise da habitação. In: FERNANDES, A & GOMES, M A (Org). **Cidade & história**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992. p. 150 – 155.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NUNES, C. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C.A M. **A Invenção do Brasil Moderno**. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p. 202-218.
- OLIVEIRA, J. **Memória Garcez**. Pesquisa sobre o edifício, texto para publicação e roteiro para vídeo.
- PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.180-181.
- PECHMAN, R. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. p. 335-340.
- PEREIRA, L. F. **Paranismo: o Paraná inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2. ed., 1998.
- PEREIRA, M. & SANTOS, A. **300 Anos Câmara Municipal de Curitiba**. 1693 – 1993. Edição histórica. Curitiba, 1993.
- PEREIRA, M. R. **Semeando Iras Rumo ao Progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- PESAVENTO, S. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. (Org) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.386-394.
- PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). EDUFBA: Salvador, 2002.
- RIBEIRO, L. C. DE Q.; PECHMAN, R. (Org.) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.
- RIBEIRO, R. J. (org) **Recordar Foucault**. Os textos do colóquio Foucault. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 196-208.
- SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização Latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982
- SCHORSKE, C. **Pensando com a História**. Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWINDEN, A. **Palácio Avenida: a construção de um sonho**. Curitiba: Casa de Idéias Editora de vídeo e gráfica Ltda., 1984.

SEGA, R. A. **A Capital Belle Époque**. A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SUTIL, M. S. **Beirais e platibandas**. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado). UFPR: Curitiba, 2003.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 26-27.

TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Coleção Farol do Saber. 1996.

TRINDADE, E. Modelos e Empréstimos: o higienismo no Brasil (final do século XIX e início do XX). Políticas urbanas e apropriações de modelos. In: **Reunião anual da sociedade brasileira de pesquisa histórica**. Curitiba: SBPH, 1999.

TRINDADE, E (coord). **Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba**. Curitiba: Unilivre, 1997.

UNES, W. **Identidade Art Déco de Goiânia**. Goiânia. Ed. da UFG, 2001.


VÍCTOR, N. **A Terra do Futuro**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1996.

WACHOWICZ, R. **Universidade do Mate**. Curitiba: Edição UFPR, 1983.

ZEVI, BRUNO. **Erich Mendelsohn**. Barcelona: Gustavo Gilli editora, 1974.

ROSIANNE PAZINATO DA SILVA GUIMARÃES

ENGENHEIRO JOÃO MOREIRA GARCEZ
DESENHOS URBANOS E OUSADIAS ARQUITETÔNICAS
NA CURITIBA DOS ANOS DE 1920



CURITIBA
2005

ROSIANNE PAZINATO DA SILVA GUIMARÃES

ENGENHEIRO JOÃO MOREIRA GARCEZ
DESENHOS URBANOS E OUSADIAS ARQUITETÔNICAS
NA CURITIBA DOS ANOS DE 1920

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Maria Burmester.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Etelvina Maria de Castro Trindade.

CURITIBA

2005

*Ao meu pai, que gostava de História.
E a Francisco, a quem contarei muitas histórias.*

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que em minha ausência divertiram meu filho muito obrigada do fundo do meu coração ao Gustavo, minha mãe Rocy, minha irmã Luciene, meu irmão Guilherme, sua esposa Solange e a filhinha Mariana, Ocléia, Rosa, Tatiana e seus filhos João Lucas e João Caetano.

A arquiteta professora Dra. Yara Vicentin pelas primeiras palavras de incentivo a esta pesquisa. Ao professor Dr. Magnus Roberto pela leitura desta pesquisa ainda em projeto e recomendações. Aos professores Dr. Antonio César, Dra. Ana Paula pelas leituras dirigidas. Às orientações das professoras Dra. Ana Maria Burmester e Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade, muito obrigada. Agradeço especialmente à professora Dra. Maria Ignês que com seus conhecimentos muito sugeriu para o aprimoramento deste trabalho. A todos os professores do mestrado em História da Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, meu muito obrigada.

Aos que facilitaram o acesso a documentos tão úteis a esta pesquisa na pessoa de Vera Lúcia Coelho, responsável pela Biblioteca do Museu Paranaense, a Josefina Palazzo Ayres, da Secção Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, aos queridos funcionários do Círculo de Estudos Bandeirantes que cederam todos os relatórios de governo e Prefeitura redigidos pelos personagens aqui estudados, a equipe da arquiteta Dóris Teixeira do Serviço do Patrimônio Histórico do IPPUC, a Roberto Guimarães pelo contato com o arquiteto Eduardo Guimarães que forneceu informações sobre o Edifício Moreira Garcez, à Rúbia Stein, pelos projetos da Igreja Imaculado Coração de Maria, à Fundação Santos Lima, nas pessoas do sr. Manoel Pedro e Nazaré, à Suzana Munhoz da Rocha pelo livro de Havana que tanto colaborou no Déco do terceiro capítulo. Muito obrigada.

À Vanessa do CR-DOC da Faculdade Tuiuti, pelas pesquisas em jornal e primeiras correções. À Tatiane pelas correções finais e montagem desta dissertação. À Márcia Luci Krüger pelas fotos, à Zora Morgentather pelas palavras em inglês. A Eduardo e Gustavo pelos traços sobre o mapa das pavimentações. Obrigada.

E a você Antônia, com todo carinho do mundo. Muito, muito obrigada.

Não são as nossas habilidades que revelam quem realmente somos.

São as nossas escolhas.

Filme – Harry Potter e a Câmara Secreta.

SUMÁRIO

RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O PARANÁ ENTRE IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA	8
1.1 DE PROVÍNCIA A ESTADO	8
1.2 A ADMINISTRAÇÃO DE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	11
1.2.1 Caetano, cidadão	11
1.2.2 Caetano, Presidente do Estado	13
1.3 CURITIBA, CAPITAL	28
1.3.1 A capital, vitrina das ações estaduais.....	35
CAPÍTULO 2 – MOREIRA GARCEZ, ADMINISTRADOR	43
2.1 O ENGENHEIRO MOREIRA GARCEZ	43
2.2 O PREFEITO MOREIRA GARCEZ	48
2.2.1 O Jogo Político.....	48
2.2.2 Arrecadar para Aplicar	57
2.2.3 Remodelação da Cidade.....	70
CAPÍTULO 3 – ARQUITETURA E JOÃO MOREIRA GARCEZ	99
3.1 O SURGIMENTO DO <i>ART DÉCO</i>	100
3.2 MOREIRA GARCEZ E O <i>ART DÉCO</i>	113
3.2.1 A Igreja Imaculado Coração de Maria	117
3.2.2 O Hospital das Crianças da Cruz Vermelha	125
3.2.3 O Edifício Moreira Garcez.....	130
3.2.4 A Residência Santos Lima.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	154

LISTA DE FOTOS

FOTO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	13
FOTO JOÃO MOREIRA GARCEZ.....	48
FOTO PAVIMENTAÇÃO AV. VISCONDE DE GUARAPUAVA.....	84
FOTO ALARGAMENTO DA RUA XV DE NOVEMBRO	88
FOTO RUA XV DE NOVEMBRO ASFALTADA.....	91
FOTO JOÃO MOREIRA GARCEZ E CAETANO MUNHOZ DA ROCHA.....	98
O ESTILO: CARTAZES ART DÉCO	103
TENDÊNCIAS: ESTILO ART DÉCO.....	106
MATERIAIS, INTERIORES E DESIGN.....	107
ECOS E ESTILOS.....	109
EDIFÍCIOS CAPITAIS I.....	111
EDIFÍCIOS CAPITAIS II	112
O PRIMEIRO EDIFÍCIO ART DÉCO NACIONAL.....	114
FOTO DA FACHADA PRINCIPAL DO PROJETO IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA.....	120
FOTO DA PLANTA DA IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	121
FOTO DA IGREJA CONCLUÍDA	122
FOTOS NOTRE – DAME LE RAINCY E FACHADA DA IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA PROJETADA POR MOREIRA GARCEZ	123
FOTO DA IGREJA ATUALMENTE E SEUS DETALHES.....	124
FOTO DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DAS CRIANÇAS DA CRUZ VERMELHA	127
FOTO DO HOSPITAL CONCLUÍDO.....	128
FOTO DO HOSPITAL ATUALMENTE E SEUS DETALHES	129
FOTOS O ART DÉCO EM CURITIBA	132
FOTO DA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ.....	141
FOTO DOS EDIFÍCIOS PALÁCIO AVENIDA E MOREIRA GARCEZ.....	142
FOTOS DO EDIFÍCIO E SEUS DETALHES.....	143
FOTOS CASAS E ESTILOS	145
FOTO DA FACHADA DA RESIDÊNCIA SANTOS LIMA.....	148
FOTOS DA FUNDAÇÃO E SEUS DETALHES	149

LISTA DE CHARGES

PROJECTO FUTURISTA.....	38
PREVENÇÕES.....	67
UMA NECESSIDADE.....	86
CURITYBA PROGRIDE	135

LISTA DE MAPAS

MAPA DAS PAVIMENTAÇÕES.....	81
MAPA COM AS EDIFICAÇÕES DE JOÃO MOREIRA GARCEZ.....	150

LISTA DE TABELAS

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA.....	60
-------------------------------	----

RESUMO

O desenvolvimento das cidades brasileiras do início do século XX, as realidades que seus administradores públicos tentaram modificar e as alternativas encontradas para a promoção de novos hábitos higiênicos, bem como a organização dos espaços orientados por princípios baseados em um saber técnico, inspiram atualmente inúmeros estudos. Este trabalho também se insere nessa perspectiva, ao eleger como objetivo analisar a atuação do engenheiro João Moreira Garcez na administração de Curitiba, no período de 1920 a 1928, bem como as edificações de sua autoria inserida na linguagem arquitetônica *Art Déco*. Inicia-se trazendo um cenário que pretende contribuir para um maior entendimento sobre a sucessão dos fatos que tomaram conta do Paraná até a posse de Caetano Munhoz da Rocha na Presidência e a nomeação para a Prefeitura de Curitiba de João Moreira Garcez. Na seqüência, focaliza-se o engenheiro João Moreira Garcez e suas estratégias como prefeito que, mediante propostas de modernidade baseadas em modelos importados, tentaram reverter as precárias condições em que se encontrava a cidade, e suas políticas no atendimento aos anseios da população que, mediante a inserção de novos hábitos, se queria civilizada. Por fim evidenciam-se as obras executadas pelo engenheiro João Moreira Garcez que aperfeiçoou em sua arquitetura a linguagem *Art Déco* e possibilitou que Curitiba pudesse acompanhar o que estava sendo feito em termos urbanísticos em outras capitais, nacionais ou estrangeiras. Ao resgatar a contribuição desse engenheiro-prefeito para a capital paranaense espera-se unir um elo a mais na história do urbanismo de Curitiba.

ABSTRACT

The development of Brazilian cities in the beginning of the 20th Century, the realities that their public administrators tried to modify and the alternatives found to promote new hygienic habits, as well as the organization of spaces guided by principles based on technical knowledge, inspire numerous studies nowadays. This paper is included in this perspective, as its objective is to analyse the performance of the engineer Joao Moreira Garcez during his administration of Curitiba, throughout the period from 1920 and 1928, as well as the edifications signed by him and inserted in the *Art Deco* architectural language. It begins by outlining a scenario which intends to contribute to a greater understanding on the facts that occurred in Parana and led to Caetano Munhoz da Rocha's Presidency and the nomination of Joao Moreira Garcez for mayor of Curitiba. Next, it focuses on the engineer Joao Moreira Garcez and his strategies as mayor which, through proposals of modernity based on imported models, tried to revert the precarious conditions the city found itself in, as well as its policies in answering to the population's desires which, through the insertion of new habits wanted to be civilized. Finally, it gives evidence of the work carried out by the engineer Joao Moreira Garcez which perfected the language of *Art Deco* in his architecture and made it possible for Curitiba to accompany what was being done in urbanistic terms at other cities, both national and foreign. As we analyse the contribution this engineer-mayor provided to the capital of Parana, we hope to create yet another link in the city planning history of Curitiba.

INTRODUÇÃO

O nascimento do Urbanismo como um campo do saber e sua formulação teórica representam uma resposta às condições a que chegam as cidades – aumento da população, crescimento de área urbana, insalubridade e epidemias, motivadoras de mudanças estruturais para adaptação aos novos padrões exigidos pela, e para, a sociedade.

Esse novo objeto de estudo, o espaço da cidade, desenvolveu-se durante todo o século XIX, quando se tornou evidente a necessidade de traçar estratégias para intervir nos antigos e estruturar os recentes ambientes urbanos.

O termo Urbanismo, segundo F. Choay¹, tanto pode designar uma nova disciplina com pretensão de ser uma ciência de concepção de cidades, como pode corresponder ao movimento que busca organizar e regularizar o crescimento delas e o movimento dos fluxos demográficos.

Pode-se, pois, considerar o Urbanismo uma nova ciência – apesar de já existirem discussões sobre o tema do planejamento antes do século XIX –, focalizada como uma nova teoria que representa, em essência, uma tomada de consciência da sociedade industrial sobre si mesma, mediante o questionamento de suas realizações.

A evolução da urbanística seguiu, assim, em paralelo e articulada com as transformações socioeconômicas e as mudanças de direção política presentes nas novas realidades dos novos ambientes totalmente diferentes dos então existentes, até tentar resolver cada um dos problemas e remediar seus inconvenientes. No primeiro caso, os teóricos pretendem materializar uma visão de cidade ideal. No

¹ Segundo a autora, o termo “urbanismo” é um neologismo proposto por Ildefonso Cerdà em sua “Teoría General de la Urbanización” de 1867 e introduzido na França por H. Prost na primeira década do século XX. CHOAY, F. *El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad*. In: DETHIER, J., GUIHEUX, A (Eds.). **Visiones urbanas**: Europa 1870-1993. *La ciudad del artista*. La ciudad del architect. Madrid: Electa, CCCB, 1994, p.24.

segundo, especialistas e funcionários produzem regulamentos sobre questões como higiene e novas instalações, que dão origem à moderna legislação urbanística².

Intervir na cidade construída não é uma novidade do século XIX, embora ainda não se possa aplicar o termo “urbanismo” a essas modificações. Sabe-se, inclusive, que planos de regularização, intervenções para embelezamento ou reconstrução de centros urbanos são experiências que estavam presentes já nos séculos anteriores. Obras como a de Sisto V em Roma, no século XVI, a abertura da Place des Voges em Paris, no século XVII, ou a reconstrução de Lisboa, no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, são só alguns exemplos.

Acontece, porém, que no século XIX as reformas tiveram como objetivo resolver os problemas que se apresentavam nas cidades industrializadas, tais como crescimento desmesurável e sem controle, além de um cenário de epidemias e de revoltas. Em algumas cidades como Paris, Londres ou Viena, buscaram-se, igualmente, o embelezamento e a monumentalidade, não só com a introdução de elementos decorativos e detalhes, mas também com a transformação das próprias cidades em monumentos. Essa tradição monumental tem como modelo os bulevares de Haussmann em Paris, a Regent’s Street em Londres e a Ringstrasse em Viena. A essência do movimento está em seus partidários acreditarem na beleza, nos belos edifícios e cenários, e, além da estética, no fato de poderem mudar a má situação das cidades, combatendo a feiura e a desordem³.

Muitas foram as estratégias de transformação urbana nas cidades européias entre 1850 e 1914. A principal diferença entre elas é identificada quando se comparam as cidades anglo-saxônicas com as típicas cidades continentais. As primeiras apresentam um movimento de migração das classes abastadas para os subúrbios, enquanto as últimas revelam um comportamento diferente, ao manter um centro, no qual vive a classe mais rica e onde se localizam os edifícios públicos e as instituições

² PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). EDUFBA: Salvador, 2002. p.45.

³ PINHEIRO, *op., cit.*, p.47.

nacionais. Definem-se, assim, dois métodos de intervenção, em relação às estruturas urbanas existentes: o deslocamento para os subúrbios, livres das restrições municipais, com a criação de novas áreas distantes do centro – o plano de extensão, a demolição e a substituição das velhas estruturas – e o plano de reforma⁴.

Benévolo⁵ classifica as cidades da era industrial em dois tipos, correspondentes a duas etapas: a cidade liberal, anterior a 1848, que apresenta um ambiente desordenado e inabitável, resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e privadas não regulamentadas e não coordenadas. E a cidade pós-liberal, posterior a 1848, quando se assumiu o controle político da urbe e se estabeleceu um novo modelo de cidade em que se limitou a liberdade das iniciativas privadas pela intervenção da administração pública, com regulamentos e execução de obras públicas, o que permitiu a sua reorganização, usando o argumento de combater o ambiente caótico das cidades industriais.

Os problemas das cidades do século XIX eram, entretanto, muito semelhantes, motivando os governantes a reagirem com intervenções e aprovando leis que permitiram ações no espaço construído. Historicamente, as primeiras foram as leis sanitárias, elaboradas como respostas às más condições de higiene, às epidemias que deixaram marcas nas cidades⁶. Foram aprovadas as leis de desapropriação por utilidade pública, que, a princípio, foram adotadas para a implantação da rede de ferrovias e, depois, utilizadas para os planos urbanísticos dos mais diversos tipos.

No caso da América Latina, a urbanização aconteceu vinculada a processos econômicos que não eram resultantes da industrialização, pois as cidades latino-americanas nasceram a serviço das relações internacionais com os países mais desenvolvidos, e isso faz com que seu processo de urbanização fosse uma

⁴ MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p.448.

⁵ BENÉVOLO, L. **Orígenes del urbanismo moderno**. Madrid: Celeste, 1992. p.141.

⁶ Na Inglaterra, a lei sanitária é de 1848; na França, de 1850 e, na Itália, de 1865. In: PINHEIRO, E. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos. (Paris, Rio e Salvador). EDUFBA: Salvador, 2002. p.57.

variável dependente, resultante de sua incorporação no mercado mundial⁷. Acrescesse que, desde o seu descobrimento, a ocupação territorial da América Latina foi desigual e irregular, dependente da conjugação de causas físicas, estratégicas, políticas e econômicas.

Esse esquema de urbanização pouco mudou depois da independência dos países latino-americanos, ao longo do século XIX, mantendo-se o que foi estabelecido durante o período colonial, inclusive com a hierarquia dos centros entre si. A organização e a ocupação do espaço, assentadas na centralização do desenvolvimento em torno da capital, tinham sua base econômica na agricultura, na pecuária e na mineração, antes que na manufatura⁸.

Nas cidades brasileiras, a reforma urbana realizou-se em princípios do século XX, constituindo o ápice de um longo processo que havia começado a partir da metade do século XIX a mudar a imagem das áreas urbanas, em decorrência do avanço científico e do surgimento de novas técnicas. Com o advento das modernas teorias urbanas, os planos de intervenção, à maneira européia, estavam voltados a resolver as questões da cidade como o saneamento, a circulação e a legislação urbanística. Isso por sua vez demandava a formação de diferentes quadros técnicos – legisladores, médicos e engenheiros – que dessem conta das mudanças na forma de estruturar, de pensar, de ver e de viver a cidade.

Dentre os engenheiros, a primeira geração de profissionais foi constituída de egressos dos cursos de engenharia das antigas Escolas Militares da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, ou da Escola Central do Rio de Janeiro. Alguns realizavam seus cursos no exterior. Esses profissionais ocuparam cargos públicos nas estruturas administrativas em formação, nas Prefeituras das principais cidades e no governo do estado, no período referido. Também criaram e participaram, como docentes, das Escolas Politécnicas de Engenharia de São Paulo, Bahia e Rio.

⁷ SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização Latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

⁸ LOU, M. A MARTÍN; BENASAYAG, E. M. **Proceso de urbanización en América del Sur**. Modelos de ocupación del espacio. Madrid: Mapfre, 1992. p.170-171.

No Paraná, tais profissionais começaram a ter espaço no início do século XX, quando foram contratados pelo poder público para canalização de rios, melhoramentos em parques e praças, execução de serviços sanitários, abastecimento de água potável e calçamento de vias públicas. Em Curitiba, dos engenheiros que mais se destacaram, podem ser citados Cândido Ferreira de Abreu, nomeado prefeito durante os anos de 1913 a 1916, pelo presidente da província Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque⁹, e João Moreira Garcez, cuja atuação compõe o centro de interesse desta dissertação.

O que se indaga é se somente a formação de Moreira Garcez pode ser apontada como fator relevante tanto para as transformações verificadas em Curitiba nos anos de 1920 quanto para as formas construtivas sugeridas em suas edificações.

Torna-se necessário, primeiramente, refletir sobre: as características da reforma urbana que provocaram mudanças nos modos de vida e nas identidades sociais (a transformação de Curitiba numa cidade limpa, higiênica, salubre, bonita, burguesa baseada nos moldes europeus, digna de ser uma capital); a imagem de cidade ideal proposta pela cultura dominante e os argumentos utilizados pelos governantes e investidores para justificarem as reformas urbanas e as intervenções nos hábitos de seus habitantes.

Para esta análise, além dos autores já citados nesta introdução, foram utilizadas as obras de Maria Ignês Mancini De Boni, Irã Dudeque e Etelvina Trindade, Marcelo Sutil, que ofereceram subsídios para a contextualização do momento em que se deu o maior impulso de urbanização e de modernização de Curitiba, ou seja, o período denominado Primeira República.

No que diz respeito às questões técnicas do urbanismo e, sobretudo, da arquitetura em estilo Art Déco foram consultados autores como Luiz Paulo Conde, Hugo Segawa, Wolney Unes e Martino Fagioli.

⁹ BAHLS, A V. da S. **O verde na metrópole**: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação de mestrado. UFPR, 1998. p.108-109.

Nas reflexões mais gerais sobre as questões do exercício do poder dois autores deram suporte: Michel Foucault e Jacques Donzelot, que possibilitaram as interpretações em relação às políticas públicas de Caetano Munhoz da Rocha e João Moreira Garcez, procurando caracterizar a atividade administrativa, não apenas em sua forma autoritária, mas também como disciplinadora e normatizadora dos comportamentos da população.

Esse referencial serviu de base para análise das fontes, compostas, em primeiro lugar, pela Planta de Curitiba de 1927, que pertence ao acervo da Fundação Casa da Memória. Esse material possibilitou uma verificação visual das transformações urbanas ocorridas em Curitiba quando da passagem de João Moreira Garcez pela Prefeitura. Igualmente constituíram fontes importantes os Relatórios apresentados ao Presidente de Estado, compreendidos entre os anos de 1917 a 1919, quando João Moreira Garcez ocupou o cargo de diretor de Obras Públicas na Secretaria d'Estado da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, e entre 1919 e início de 1920, quando ocupou o cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, ambos durante o governo de Affonso Alves de Camargo. Da mesma forma, as mensagens dirigidas à Câmara Municipal de Curitiba, compreendidas entre os anos de 1920 a 1928, quando João Moreira Garcez foi prefeito desta cidade, e as mensagens ao Congresso Legislativo elaborado pelo Presidente de Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha, durante sua administração forneceram dados relevantes sobre as medidas tomadas em diversas áreas das políticas urbanas empreendidas por aquele.

Periódicos como a Gazeta do Povo (1920 a 1928), O Dia e O Diário da Tarde ajudaram a compreender a situação econômica, política e social da capital paranaense, bem como a receptividade, ou não, da sociedade curitibana às intervenções efetuadas por Moreira Garcez.

Este estudo tem por objetivo analisar a atuação do engenheiro João Moreira Garcez na administração de Curitiba, no período de 1920 a 1928, bem como as edificações de sua autoria inseridas na linguagem arquitetônica *Art Déco*.

Constituem objetivos específicos:

- Descrever o contexto da aliança político-administrativa entre o governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba que possibilitou a concretização das reformas urbanas na Capital;
- Investigar de que maneira a formação de Moreira Garcez contribuiu para suas realizações na Prefeitura de Curitiba;
- Identificar os elementos arquitetônicos componentes da linguagem *Art Déco* nas obras do engenheiro João Moreira Garcez.

Para dar conta dos objetivos propostos, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O Capítulo 1, cuja função é a de um pano de fundo, traz um breve histórico sobre a formação do Estado do Paraná e descreve a administração de Caetano Munhoz da Rocha durante os anos de 1920 a 1928, período em que ocupou a Presidência do Estado, com vistas em demonstrar as razões de sua opção por um técnico como prefeito da capital do Estado. O Capítulo 2 trata da atuação de João Moreira Garcez à frente da Prefeitura de Curitiba e procura mostrar como o engenheiro estabelece as relações políticas no poder e de que maneira a sua formação contribui para a administração dos assuntos voltados à economia e às práticas urbanas. O Capítulo 3 está dedicado à análise das obras construídas pelo engenheiro na cidade de Curitiba; por entender-se que ele desenvolve o estilo arquitetônico denominado *Art Déco* comparam-se suas edificações com outras que tenham acompanhado esta linguagem arquitetônica.

CAPÍTULO 1

O PARANÁ ENTRE IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

1.1 DE PROVÍNCIA A ESTADO

No Brasil imperial, o poder político era alternado por homens ligados ou ao Partido Liberal ou ao Partido Conservador, e grupos oligárquicos que manobravam as políticas locais. Na província do Paraná, as disputas eleitorais transcorriam sem maiores incidentes, exceto pelas oposições de interesses e substituições de dirigentes efetuadas pelo grupo dominante. Os objetivos políticos seguiam a orientação do chefe do partido hegemônico e estavam, freqüentemente, de acordo com os do presidente nomeado para administrar a província.¹⁰

Nesse panorama, o Paraná ainda apresentava uma baixa densidade populacional e raras eram as cidades que possuíam mais de 10.000 habitantes. A região do primeiro planalto era a mais habitada, enquanto ao norte, havia a colônia militar do Jataí e alguns aldeamentos indígenas. Configurava-se, assim, uma reduzida ocupação do território.

A mais nova província do Império sobrevivia das atividades econômicas ligadas ao extrativismo da erva-mate, da madeira e em menor grau da agropecuária. A produção da *Ilex paraguensis*, no século XIX, revestiu-se de um aparato técnico que estabeleceu uma nova organização de trabalho e dinamizou sua comercialização. Já o beneficiamento da madeira teve lugar ao longo das vias férreas, canais de escoamento desse produto, para ser comercializado em centros maiores, enquanto a agropecuária esteve ligada às fazendas dos Campos Gerais.

¹⁰ BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. v. 1, 2. ed., Ed. Paraná Cultural Ltda., 1969, p.144-151.

Para alterar o quadro populacional no Paraná, iniciativas oficiais de atração de imigrantes – acompanhando políticas de âmbito nacional para o setor – propiciaram a instalação de colônias de etnias européias próximas aos sítios urbanos já existentes.

O desempenho da economia favoreceu o estabelecimento de dois grupos distintos na sociedade paranaense: um formado pela aristocracia rural dos Campos Gerais, que entrou em declínio nos anos finais do século XIX, e outro constituído pela classe burguesa da indústria ervateira e madeireira que se fixou nas cidades, sobretudo na capital, influenciando seus destinos políticos.¹¹

Com a proclamação da República, o Paraná continuou sendo dirigido por homens que descendiam das oligarquias aqui consolidadas, prática comum em todo território nacional, cujo exemplo cabal é a oligarquia paulista, e não sofreu intensas modificações até a Revolução de 1930. Essas oligarquias atendiam a seus próprios interesses esquecendo-se das necessidades da população, predominantemente rural. Em todo Brasil a carestia de vida e a elevação da dívida externa, resultantes das sucessivas operações de valorização do café, deram origem a freqüentes manifestações populares no correr do período. Somente um desentendimento no interior da política denominada “café com leite”, estabelecida pela oligarquia paulista e mineira, foi capaz de dar outro rumo ao sistema político praticado até então.

Nas cidades paranaenses, muitas delas recém-instaladas, que abrigavam suas primeiras fábricas, um comércio incipiente e instalações para beneficiamento de produtos ligados à madeira e à erva-mate, o cotidiano dos habitantes acomodava-se a novos hábitos. De origem nacional ou estrangeira, esses habitantes formariam um operariado que começaria a lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Ocupados com seus latifúndios, os fazendeiros continuavam a perder sua influência na política para uma nova elite econômica estabelecida nesses quadros urbanos em ascensão.

¹¹ SEGA, R. A. **A Capital Belle Époque**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos quatro Ventos, 2001. p.21.

Isoladas, as cidades paranaenses da Primeira República começaram a comunicar-se com maior freqüência e em menor tempo após a construção da estrada de ferro. Inicialmente ligando Curitiba a Paranaguá – desde – 1885 a linha de trem alongou-se e passou a unir os núcleos urbanos de Ponta Grossa, União da Vitória e Wenceslau Brás.

Nesse meio tempo, a atividade ervateira passou a ceder sua hegemonia à produção de café. Com o incentivo à colonização nos vales dos rios das Cinzas, Itararé e Paranapanema originaram-se novos núcleos populacionais como Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio e Andirá, formando a região que mais tarde seria chamada de Norte Velho. Em 1925, a Estrada de Ferro Sorocabana, que ligava o oeste de São Paulo via norte do Paraná, chegou a Cambará, incrementando a ocupação da região:

Até meados da década de 1920, aproximadamente 2.000 fazendas estavam instaladas na região, com cerca de 20 milhões de pés de café. Perto de 150.000 pessoas estabeleceram-se no local, até a década de 1930, representando 21% da população total do Estado.¹²

A entrada do café em terras paranaenses teve início no final do século XIX e assinalou novos direcionamentos à política rural e à expansão da ocupação do território ao longo das décadas seguintes. Com esses assentamentos, o cultivo do café foi intensificado e propiciou, também, o surgimento de uma policultura que alcançou maior expressão a partir da década de 1920¹³.

No Brasil, a última década da Primeira República foi marcada por momentos de muito questionamento à ordem estabelecida. O *status quo* foi questionado pelas camadas médias da população, tenentes do exército, profissionais liberais, que mostraram sua insatisfação, rebelando-se, enquanto as classes operárias, articuladas pela criação de sindicatos, realizavam greves e chegaram, inclusive, a fundar um partido político de oposição – o Partido Comunista do Brasil.

¹² MAGALHÃES, M. B. **Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001, p.44.

¹³ BALHANA, A. P. **Un Mazzolino de Fiori**. WESTPHALEN, C. M. (Org) Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003, p.153.

As mesmas questões nacionais reproduziram-se no Paraná, embora num contexto menos agressivo, de contradições menos aparentes. Durante esse período, o Estado, mantido à margem das decisões nacionais, foi governado por Caetano Munhoz da Rocha.

1.2 A ADMINISTRAÇÃO DE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

1.2.1 Caetano, cidadão

Caetano Munhoz da Rocha nasceu no dia 14 de maio de 1879, em Antonina, litoral do Paraná. Formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em 1902, voltando em seguida para seu estado natal, fixando residência em Paranaguá. No decorrer de sua vida, casou-se por três vezes e teve 21 filhos.

Exercendo sua profissão de médico, entre os anos de 1902 e 1905, trabalhou na Santa Casa de Misericórdia e na Inspetoria de Saúde dos Portos de Paranaguá e Antonina. Mas a política teve um apelo mais forte para ele e, em 1904, aos 25 anos, ingressou no Partido Republicano Paranaense no qual acumulou cargos eletivos como Deputado Estadual (de 1904 a 1917), em sucessivas eleições. Foi também prefeito de Paranaguá, entre 1908 e 1912, tendo sido reeleito para o quadriênio seguinte (1912 a 1916). Renunciou à Prefeitura ao transferir-se para Curitiba em 1915, ano em que foi convidado para disputar o cargo de 1.º vice-presidente, ao lado de Affonso Alves de Camargo que concorria às eleições para a presidência do Estado.

Entre os anos de 1916 e 1920, Caetano exerceu o cargo de vice-presidente do Estado, respondeu pela Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, e esteve na Presidência durante o acordo de 1916, quando Affonso

Camargo ocupou-se com a questão do Contestado¹⁴, região situada na fronteira oeste entre Paraná e Santa Catarina e muito disputada por ambos os estados.

No pleito seguinte, Caetano foi candidato único para as eleições de Presidente do Estado, assumindo em 25 de fevereiro de 1920.¹⁵ Após dois anos de mandato conseguiu, junto ao Congresso Legislativo, alterar temporariamente a Constituição Estadual¹⁶, datada de 7 de abril de 1892, o que lhe permitiu candidatar-se à reeleição. Em chapa única, foi eleito para o quadriênio seguinte, assumindo o governo do Estado em 25 de fevereiro de 1924, e enfrentando diversas oposições, inclusive de Affonso Camargo. Munhoz da Rocha, ao reassumir o governo, manteve à frente da Prefeitura da capital João Moreira Garcez, que deveria, conforme suas palavras, “continuar a dirigir com a sua reconhecida proficiência e capacidade de trabalho, os destinos do Município”.¹⁷

Em 25 de fevereiro de 1928, entregou a presidência a Affonso Alves de Camargo e assumiu sua cadeira no Senado Federal. Em 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, deixou o senado; entre 1935 e 1936 foi eleito Deputado Estadual

¹⁴ A região do Contestado era dominada por latifundiários que exploravam a madeira e o mate e continha uma população de trabalhadores temporários, camponeses miseráveis, que seguiam as orientações do monge José Maria. Em 1900, estes sertanejos passaram a ser expulsos de suas terras com a chegada das empresas construtoras de estrada de ferro a mando do governo federal. Sob tal determinação, houve resistência por parte dos camponeses, que passaram a reagir com táticas de guerrilha lideradas pelo monge. Entre os violentos embates havido está o ocorrido em 1912, na cidade de Irani, onde perderam a vida o monge José Maria (Miguel Lucena) e o coronel João Gualberto. Porém, somente em 1916 houve um acordo entre ambos os estados, tendo o Paraná perdido aproximadamente 28.000 Km² na partilha. In: CARDOSO, J.; WESTHALEN, C. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain Editora. 2. ed. 1986, p.62.

¹⁵ Seus principais auxiliares foram Dr. Marins Camargo (Secretário Geral), Dr. João Moreira Garcez (prefeito da capital), Dr. Luiz Maranhão (chefe de polícia), Dr. Raul Munhoz (responsável pela força militar), Dr. Victor Ferreira do Amaral (Diretor de Higiene), Dr. Dantas Ribeiro (Procurador Geral da Justiça), Dr. Lysimaco Ferreira da Costa (Diretor de Instrução Pública).

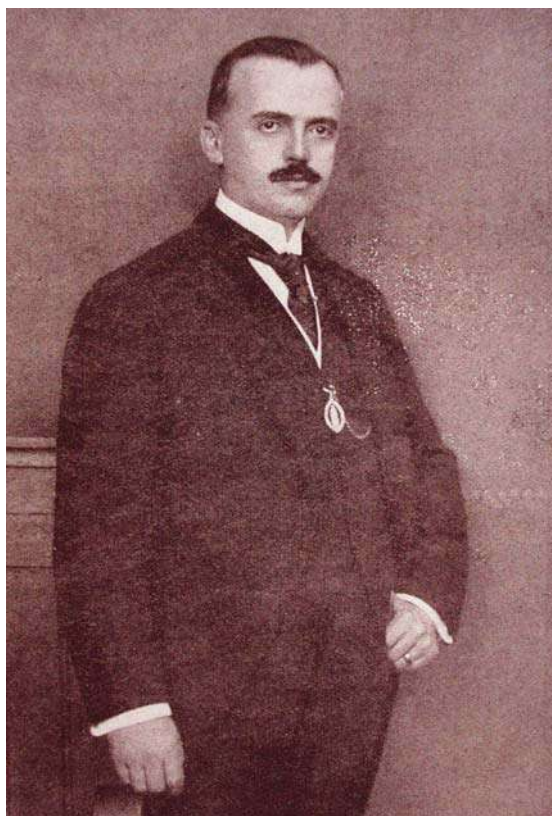
¹⁶ PARANÁ. Decreto-Lei n.º 2.179, de 10 de março de 1923. Art. 1.º O Presidente do Estado poderá ser reeleito uma vez, ficando derrogada a disposição do art. 120, paragrapho 1.º, da Constituição do Estado, na parte referente ao Presidente. **Estado do Paraná. Leis de 1923**. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923, p.18.

¹⁷ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 17.ª Legislatura. Curitiba, 1.º de fevereiro de 1924. Typ. d'A República, 1924, p.88.

pela oitava vez; e, em 1939, durante a gestão do interventor Manoel Ribas, foi convidado a presidir o Conselho Administrativo do Estado, órgão de consulta da Interventoria Federal no Paraná.

Faleceu em Curitiba em 23 de abril de 1944 aos 65 anos de idade.

CAETANO MUNHOZ DA ROCHA



FONTE: Revista Círculo de Estudos Bandeirantes.
Curitiba, out./1944.
ACERVO: da Família.

1.2.2 Caetano, Presidente do Estado

Tendo sido vice-presidente e, ao mesmo tempo, Secretário da Fazenda, Colonização e Obras Públicas do governo de Affonso Camargo, o representante do Partido Republicano Paranaense, Caetano Munhoz da Rocha esteve à época em acordo com as diretrizes tomadas por aquele administrador. E para efetivação das propostas lançadas naquele governo foram necessários auxílios monetários, concedidos pela União, que possibilitariam despertar a agricultura no Estado; já para a melhoria nos serviços de água e esgotos oferecidos na capital, houve emissão de

bônus estaduais, e muito se gastou na publicação de atos oficiais, retratos e elogios em jornais locais e na capital federal. Contudo, até o final dessa administração, para os agricultores não chegaram nem trigo, nem instrumentos agrícolas, o sistema de saneamento na capital continuava a atentar contra a saúde da população e os muitos elogios veiculados na imprensa renderam uma folha de pagamento contendo inúmeros funcionários apadrinhados.

Nesse quadro, parecia bastante oportuno desenhar uma situação de ruptura com a administração anterior. Assim, a partir do momento em que assumiu a presidência do Estado, os primeiros atos de Munhoz da Rocha consistiram em propostas totalmente divergentes das adotadas no período anterior. Expectativas e comentários nesse sentido circulavam pela imprensa local, que constantemente comparava as duas gestões:

Não obstante, á meia-voz se propalam noticias animadoras que talvez se não realizem: o novo governo pretende lançar entre nós um regimen diverso do que acabámos de passar, delle constando uma fiscalisação directa por parte do poder executivo a todos os departamentos administrativos, afim de que conchavos se não realizem, de tudo tendo conhecimento.¹⁸

O novo presidente procurou marcar essa diferença desde seu discurso de posse, como divulgado pela imprensa:

O novo presidente, numa eloquente oração, (...) disse que iria governar com despreocupação de espirito partidario, sem contudo perdoar aos que se oppuzeram á sua candidatura, aos opposicionistas e dissidentes. Terminou o seu discurso invocando a Deus pela prosperidade do Estado, tendo antes proclamado que o seu governo seria principalmente economico-financeiro, um governo das economias, a maxima possivel.¹⁹

As declarações de que não perdoaria os opositores e dissidentes ao seu governo e de que buscaria a prosperidade do Estado pelo viés da economia, apontavam também para o caráter centralizador dessa administração. Tanto é assim que alocou os órgãos responsáveis pelos pagamentos devidos ao Estado no Palácio

¹⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1920. p.3.

¹⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1920. p.3.

do Governo para, dessa forma, deter o controle total dos valores de receita e despesa efetuados em cada exercício financeiro e justificou:

No intuito de acompanhar mais directamente a administração publica, em todos os seus departamentos, fiz reunir em uma só as Secretarias de Estado, mediante a criação da Secretaria Geral, avocando para o Presidente muitas atribuições antes conferidas aos seus auxiliares e que praticamente lhe deviam corresponder, providencia que, pelo menos no momento, era aconselhavel.

Attendendo a conveniencia dos trabalhos administrativos e a facilidade das partes, construíram-se na séde de algumas comarcas, edificios proprios para a installação de todas as repartições estadoaes do logar.²⁰

Suas atitudes centralizadoras ultrapassaram, porém, os departamentos públicos e atingiram a Constituição do Estado que, modificada, passou a corresponder a um seu objetivo político: a possibilidade de recondução ao cargo. Desde o início de sua gestão, Caetano pretendeu estendê-la trabalhando junto ao Congresso Legislativo Estadual para que fosse aprovada sua reeleição (Lei n.º 2.179, de 10 mar./1923), alegando sobretudo “que o período administrativo é demasiado restricto para a integral realização de um plano de governo”²¹. Tal atitude, além dos desentendimentos com o antigo governador Affonso Camargo, contou com a manifestação contrária da opinião pública, como revelada inúmeras vezes pela imprensa:

Quer isto dizer que o nosso Estado acha-se na imminencia de ser teatro de uma encenação (sic) política e constitucional totalmente inedita para a sua existencia, armada na sombra, pela comparsaria dos que representam a grande força da política situacionista paranaense, e que pretende, para satisfação de ambições pessoas e de interesses de partido, revolucionar até a Constituição do Estado.

É a confirmação da derrocada dos princípios republicanos, fementidos pelos inimigos da República.²²

²⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 19.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1928. Typ. d'A República, 1928, p.271-272.

²¹ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 17.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1924. Typ. d'A República, 1924, p.71.

²² GAZETA DO POVO. Curitiba, 23 de março de 1922. p.5. Fementido (adj.): que mentiu à fé jurada; perjuro. (N.A).

Superando as oposições e declarações, Munhoz da Rocha seguiu governando com o objetivo de aumentar as rubricas de exportação com o deslocamento da produção excedente, pelas ferrovias e rodovias, que atingiriam os portos paranaenses, principalmente o de Paranaguá. Procurou libertar o Estado da emissão de apólices e bônus para normalizar a situação financeira, pois “(...) um Estado, como o Paraná, (...) não poderá facilmente dispôr dos recursos necessários e suficientes à criação e manutenção de todos os serviços publicos, attendendo ao mesmo tempo um serviço vultuoso de divida passiva.”²³. E buscou alternativas para diversificar as exportações do Estado, bem como soluções que evitassem a diminuição das rubricas sobre o comércio da erva-mate e madeira, produtos que durante muito tempo responderam pelo crescimento econômico do Paraná.

Em termos administrativos, o governo de Caetano caracterizou-se pela tentativa de organização da máquina estadual, dispensando funcionários que, em virtude da forma de governo clientelista praticada até então, havia resultado em um excesso de contingente, intensamente combatido pelos jornais locais:

Uma das maiores esperanças do povo no novo governo é a tão falada derrubada geral. Espera-se que o dr. Munhoz da Rocha, cujos intuitos patrioticos proclamam, inaugure na orientação administrativa do Estado o regimen posto em pratica na administração do paiz pelo sr. Epitacio Pessoa: o regimen das capacidades.

Sendo assim soarà felizmente a hora extrema para estes manipanços que se aboletaram na administração publica sem que para isto tivessem outros titulos que os recommendassem senão os <pistolões> dos padrinhos e os artigos laudatorios estampados diariamente no órgão official do partido e nos jornais alugados.²⁴

Tratou igualmente de organizar várias instâncias do governo partindo, de um lado, para uma setorização de alguns órgãos públicos, instalando-os em construções apropriadas às suas funções, caso do Almojarifado Geral e do

²³ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 17.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1924. Typ. d'A República, 1924, p.26.

²⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 26 de fevereiro de 1920. p.1.

Departamento de Estatística, e, por outro lado, fundindo as secretarias que se achavam afetas aos negócios das finanças, pois, como ele mesmo declarou “a acção do meu Governo se exercerá principalmente em torno do problema economico-financeiro.”²⁵ Com efeito, chegou mesmo a propor a criação de um imposto único, talvez para facilitar ao contribuinte o pagamento e ao Estado a contabilização na arrecadação. Sua proposta, no entanto não logrou êxito.

Seu governo investiu na construção de novas vias de transporte, além da conservação das já existentes. As estradas de rodagem construídas priorizaram duas regiões: a estrada de Guarapuava, macadamizada com os recursos arrecadados junto aos capitalistas dos municípios beneficiados, e conduzida até um trecho de estrada de ferro mais próximo; e as rodovias no Norte do Estado, que sendo a região do café, contribuiriam para encaminhar este produto até o litoral paranaense.

Com essas medidas, é possível notar uma urgência em organizar a máquina administrativa, bem como dinamizar a economia agilizando as trocas comerciais como formas de contribuir para o aumento na receita do Estado. Haja vista que as freqüentes reclamações das serralherias, divulgadas inúmeras vezes pelos jornais, mencionavam que grandes quantidades de seus produtos permaneciam na margem das ferrovias em consequência da falta de transportes e, ao relento, apodreciam antes de alcançarem os pontos para sua comercialização.

Para tanto, este governo lutava contra os inconvenientes que dificultavam aproximar os produtos oferecidos pelo Estado ao mercado consumidor. As negociações para as melhorias no porto de Paranaguá atravessaram os oito anos do governo do Dr. Caetano. Vários foram os fatores que prolongaram a espera quanto ao devido aparelhamento deste porto: o empréstimo necessário, restringindo as “concessões apenas à execução das obras” e, principalmente, a recusa do governo em aceitar as “propostas que envolvem o direito de exploração do serviço”²⁶, que

²⁵ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, Curityba, 1.º de fevereiro de 1921. Typ. d'A República, 1921. p.6.

²⁶ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 1.ª sessão da 18.ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1926. Curityba: Typ. d'A República, 1926. p.127.

muito embaraçavam os interesses nacionais, tal como se fazia na administração do porto de Santos, assim denunciada pela imprensa curitibana:

(...) explorado pela Companhia de Docas, estrangeira, que entrava formidavelmente o desenvolvimento commercial do visinho Estado, impondo taxas arbitrariamente elevadas por seus serviços, de fôrma a prejudicar sensivelmente o commercio e as Industrias paulistas.”²⁷

O governo de Caetano Munhoz da Rocha continuou sendo sustentado pela produção e exportação da erva-mate, base da economia paranaense desde o século XIX²⁸. Porém, o crescente mercado argentino apareceu como principal concorrente nas praças do Uruguai e do Chile. Para encontrar novos consumidores, passou a sugerir que agências de propaganda fossem instaladas em outros estados nacionais (Bahia, Pernambuco e Pará) com vista em intensificar a venda deste produto e com isso atingir mercados internacionais como Estados Unidos e Europa. Dr. Caetano acreditava que, para ampliar as exportações e conquistar o mercado estrangeiro, era fundamental que a erva-mate fosse antes de tudo amplamente divulgada dentro das fronteiras nacionais “(...) pois, ao contrario, como se poderá com vantagens, apresentar no mercado estrangeiro um producto de consumo tão restricto no paiz de origem?”²⁹

Para diversificar a economia paranaense dominada por produtos de manejo extrativista (erva-mate e madeira), Munhoz da Rocha fomentou o desenvolvimento agrícola com o financiamento de estabelecimentos de ensino e estações de cultivo experimentais que, subvencionados pela União, preparassem “pelo conhecimento dos processos e methods modernos, ao aproveitamento conveniente das nossas terras, de modo a fazel-a produzir, pelo maximo e pelo melhor, (...) o trabalho inteligente e bem dirigido.”³⁰

²⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 19 de março de 1920. p.1.

²⁸ Segundo Magnus Pereira: “Num prazo de aproximadamente 70 anos, a burguesia industrial paranaense, herdeira dos *putting-outers* do início do século XIX, conseguiu revolucionar a produção da erva-mate e, com ela, toda a sociedade paranaense.” *In*: PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p.56.

²⁹ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 1.ª Sessão da 16.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1922. p.44.

³⁰ *Ibid.* Curityba, 1.º de fevereiro de 1921. p.48.

As cidades de Ponta Grossa e Araucária foram escolhidas para a implantação desses “laboratórios” que pesquisavam formas de plantio que capacitassem qualitativamente a produção agrícola com o fim de concorrer satisfatoriamente para a economia do Estado e substituir, mediante conselhos e instrução aos agricultores, modos e processos primitivos que desde os tempos coloniais ainda estavam em prática. Investiu-se no conhecimento técnico sugerido pela ciência como crença no progresso o que, para a Primeira República, era visto como moderno, o caminhar rumo à modernidade³¹, abandonando um passado colonial.

A produção agrícola de maior expressão no Paraná ocorreu nas regiões sudoeste e oeste do Paraná, que se desenvolveu em função de uma corrente povoadora vinda do sul do país, descendentes de alemães e italianos, que ocuparam a terra empurrando os cablocos que exploravam a erva-mate e a madeira para as regiões de floresta.³² E essa ocupação do território, que por sua vez organizava a agricultura no Estado, ocorria como descrito pela imprensa local:

Sem manter o Estado um serviço de imigração oficial, tem-se procurado favorecer a localização de colonos, facilitando a aquisição de terras devolutas às empresas colonizadoras. Continua o Estado a receber os colonos que espontaneamente para aqui se dirigem em demanda de um meio favorável, em que possam exercer com profícuos resultados a sua actividade. O Paraná é, sem duvida um dos Estados da Republica mais preferidos pela imigração espontanea que se hade ir realizando natural e progressivamente, sem os inconvenientes da colonização em grandes massas e onerosa para o Thesouro.(...).³³

No norte do Paraná a ocupação foi resultado, em parte, das sucessivas ações governamentais na intenção de colonizar aquela região, e, em parte, pela

³¹ Moderno: tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico, e Modernidade: novo conceito que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes. In: HERSCHMANN, M. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.202.

³² BALHANA, A. **Un Mazzolino de Fiori**. WESTPHALEN, C. (org). Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. p.153.

³³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 27 de fevereiro de 1924. p.8.

entrada de agricultores paulistas, mineiros e nordestinos que se fixaram na região. Ainda ao final do período eletivo do Dr. Caetano, em 1927, foi realizada uma concessão nessa região em favor da empresa Paraná Plantation Limited, com sede em Londres, a qual promovia a venda de terras por baixo preço a colonos de várias procedências. A experiência na colonização foi bem-sucedida e resultou na difusão do cultivo do café, chamando a atenção de outros estados.

No ano de 1927, o governo federal conveniado com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e, com interesse na defesa do café, convidou o Paraná a participar do “plano de valorização” deste produto, exportando sua produção, mediante respectivas cotas, pelo porto de Santos. O governo do Paraná, além de não concordar com essa política nacional, argumentou que a produção não alcançava as cotas exigidas ao Estado e, para assegurar ao produtor a venda da safra, isentou de imposto quem exportasse pelo porto de Paranaguá.³⁴

Assim como o cultivo do café, o governo contava com a pecuária para alcançar resultados a longo prazo, pois contava com “a fertilidade das nossas terras e as condições favoráveis dos nossos campos”³⁵, para que também, a criação do gado bovino e suíno participassem do engrandecimento econômico do Paraná.

Quanto à madeira, outro produto significativo para a economia paranaense, sua exploração provocou a devastação nas áreas de floresta; principalmente a intensa utilização da lenha como combustível para as locomotivas promoveu a diminuição das matas nativas. Progressivamente, maiores pilhas de madeira beiravam as ferrovias, enquanto menores quantidades de espécimes vegetais

³⁴ Essa atitude liberou os produtores das exigências de cotas quanto à produção e promoveu maior autonomia ao Estado frente às políticas agrícolas que estava tentando implantar. Embora a União financiasse projetos voltados para a agricultura no Paraná, a determinação na aplicação destes recursos ficava a cargo do governo local que, centralizador, determinava o destino dos recursos para cá enviados. CABAS, A.; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.46.

³⁵ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 18.^a Legislatura. Curitiba, 1.^o de fevereiro de 1926. p.44.

restavam em pé na paisagem. A devastação tornou-se visível e arrastava na esteira da deterioração as fontes hídricas que abasteciam as cidades.³⁶

Diante desse problema, vários estados reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro para organizar e regulamentar o serviço florestal da União. O encontro resultou em uma legislação específica³⁷ e, como solução para evitar a escassez e racionalizar os custos, os primeiros reflorestamentos vieram para suprir a matéria-prima que impulsionava as empresas ferroviárias³⁸. No Paraná, Munhoz da Rocha legislou proibindo o corte da madeira que não estivesse em condições para exportação e obrigou o replantio de espécies apropriadas a cada região pela Lei Estadual n.º 1.986, de 5 de abril de 1920.

Mas, para a conscientização dessa nova forma de utilizar os recursos naturais disponíveis seria necessária a normalização dos costumes que, amenizados no antigo regime, com o advento da República passaram a ser intoleráveis. As ações de administradores e reformuladores urbanos voltavam-se para a conservação de rios e florestas como parte dos saberes ditados pela ciência que, no início do século XX, tentavam solucionar os problemas trazidos pelas doenças infecto-contagiosas que atingiam as cidades.

O Estado Republicano veio propor transformações sociais e políticas para a construção de uma sociedade moderna. Evidenciou-se uma onda de reformas urbanas e institucionais que visavam à modernização das cidades brasileiras que, saindo do sistema escravista, ingressavam no mercado capitalista. No conjunto dos procedimentos para “reformatar” e “civilizar” essas cidades, a partir de referenciais europeus, o novo regime privilegiou a solução das questões sanitárias.³⁹

³⁶ TRINDADE, E. (Coord. Téc.) **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997. p.29.

³⁷ Decreto Federal n.º 4.421, de 28 de dezembro de 1921.

³⁸ TRINDADE, E. (Coord. Téc.) **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997. p.29.

³⁹ HERSCHMANN, M. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.202.

Portanto, paralelamente ao desenvolvimento de novas atividades econômicas acrescentou-se às metas desse governo uma nova ordem social, voltando suas atenções para a organização das cidades. Dessa forma, o relacionamento do Estado com a sociedade fez-se, nesse momento, pela combinação de saberes e estratégias de poder que atingiriam a população com a magnitude do que se domina uma microfísica e, assim, dariam conta de controlar comportamentos e vigiar práticas e antigos costumes, disciplinando a população para a saúde e o trabalho.⁴⁰

Da articulação entre saberes e modos de poder, a que Foucault chamou de “governamentalidade”, resultariam os dispositivos de segurança que possibilitariam controlar a sociedade e seus comportamentos mediante a escola, a fábrica, o hospital, a prisão. Em tais instituições disciplinadoras estariam diluídos os discursos proferidos pelos saberes e que o poder materializaria de maneira a fixar os indivíduos nesses sistemas normalizadores e não os excluindo para além das fronteiras da cidade, à mercê de sua própria sorte.⁴¹

O modelo Republicano adotado no Brasil possibilitava ao Estado intervir sobre as reformas que pretendia fazer seja na sociedade, seja nas cidades. Desse modo, Dr. Caetano implantou uma técnica de saneamento com o fito de evitar os surtos epidêmicos no controle das moléstias infecto-contagiosas, comprometendo a economia, e implementou uma política social que providenciou o reaparelhamento da repartição de higiene quanto aos serviços de desinfecção, vacinação preventiva (varíola e tifo), e instituiu as visitadoras domiciliares para que assiduamente procurassem as residências ocupadas por doentes, fiscalizando e ensinando regras de profilaxia. Munhoz da Rocha justificava que:

⁴⁰ RIBEIRO, R. J. (org) **Recordar Foucault**. Os textos do colóquio Foucault. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p.196-208.

⁴¹ FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.277-293.

A hygiene moderna, permitindo o isolamento domiciliar, em casos de molestias contagiosas, simplificou de muito o custoso aparelhamento das antigas instalações. Neste particular a ação do poder publico assume antes o carater de assistencia aos doentes pobres e aos que, por circunstancias especiaes, não podem ser isolados em domicilio.⁴²

As políticas sociais desenvolvidas pelo governo do Dr. Caetano vão enfatizar práticas assistencialistas que se solidarizavam com a população carente evitando sua marginalização. Ao longo de suas duas administrações foi possível a edificação de instituições como o leprosário de São Roque (em Piraquara) e o sanatório de São Sebastião (na Lapa), que integravam em seus espaços a formalização dos discursos proferidos no campo da saúde, ao possibilitar o tratamento dos males nos doentes, e no campo social mantinha a família dos enfermos em instalações adjacentes.

Concebidos dentro de preceitos ditados pela técnica científica, para uma sociedade que se queria moderna, essas arquiteturas asseguraram aos seus ocupantes o espetáculo do olhar vigilante, em substituição ao espetáculo do abandono assistido pela multidão nas ruas. Ao contrário de excluir, as práticas discursivas adotadas pela política social desse governo tornaram-se visíveis nessas arquiteturas.⁴³

Outras arquiteturas erigidas em razão da nova ordem social foram as construções de grupos escolares, que totalizaram cinquenta por todo Estado. A questão educacional foi incentivada, também, no ensino particular e sobretudo religioso, visto que era bastante forte a ligação do chefe do Estado com a Igreja.

Aliás, aspecto também polêmico desse governo esteve ligado a assuntos de ordem religiosa, o que lhe gerou problemas de cunho político. Por ter dado apoio à vinda de mais duas dioceses para o Paraná (Ponta Grossa e Jacarezinho), o governador enfrentou a oposição de grupos que, formados por minorias religiosas que se sentiram prejudicadas ante a subvenção estatal, intelectuais paranaenses,

⁴² PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 17.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1925. p.90.

⁴³ RIBEIRO, op., cit. p. 201.

que pregavam a separação entre a Igreja e o Estado, e a imprensa, que questionava a iniciativa do governo:

Contra a expectativa de todos, ou da grande maioria ao menos, contra todos os argumentos opostos e isentos de parcialidade religiosa, atendendo unicamente ao seu pensamento pessoal, o sr. presidente do Estado sancionou hontem o arbitrario projecto n.º 4. Mais uma vez assistimos a violação da letra constitucional e mais uma vez ainda presenciamos a inconveniencia do regimem presidencial, que colloca o arbitrio do detentor do governo acima da vontade manifesta do seu povo, acima das [pró]pria consciencia republicana leis escriptas, acima da pro[prio] regimem.

O projeto hontem convertido em lei estabelece que o governo fica autorizado a auxiliar com a quantia que julgar conveniente a formação do patrimonio das duas dioceses que se vão crear, uma com sede em Ponta Grossa e outra em uma das cidades do Norte do Estado, podendo para isso abrir os creditos necessarios.⁴⁴

Os defensores do regime republicano combatiam o atraso cultural pelo cultivo da ciência como forma de alcançar o progresso, da filosofia racionalista sintonizada com a modernidade, do trabalho para a autonomia do homem, sem a tutela da religião. No Paraná, alguns republicanos eram marcadamente anticlericais ferrenhos, opositores às doutrinas da Igreja Católica Romana, que não aceitava o mundo moderno em suas filosofias⁴⁵, e por isso sofreram represálias em consequência de suas opiniões diante da aprovação do projeto n.º 4⁴⁶. Dentre eles, destaca-se o professor de História Universal, Dario Velloso, líder do Movimento Simbolista⁴⁷, que influenciou a literatura paranaense e divulgou idéias republicanas,

⁴⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de março de 1925. p.8.

⁴⁵ MARCHETTE, T. Corvos nos galhos das acácias; anticlericalismo em Curitiba (1896-1909). Curitiba: UFPR. Dissertação de mestrado. In: PEREIRA, L. **Paranismo: o Paraná inventado.** Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p.27.

⁴⁶ O Sr. Luis Vasconcellos, representante das minorias religiosas, foi demitido do 2.º Tabelião e o Sr. Flavio Luz, representante dos maçons do Paraná, foi suspenso por sessenta dias do Cartório de Registro de Títulos e Documentos por determinação do Juiz de Direito Dr. Aristoxenes Bittencourt. O Sr. Dario Velloso, representando os pitagóricos, foi suspenso de suas atividades no Gymnasio Paranaense, pelo prazo de sessenta dias, por determinação do Secretario Geral do Estado (Portaria n.º 374), em razão de questionarem em telegrama enviado ao presidente da República sobre a constitucionalidade da aprovação do projeto n.º 4. GAZETA DO POVO. Curitiba, 11 de março de 1925.

⁴⁷ O movimento simbolista de Curitiba foi o mais importante do Brasil, tendo sido introduzido na cidade em 1892 por João Itiberê da Cunha que fizera seus estudos em Bruxelas, onde fora colega de Materlinck e Vernerren. Expande-se a partir de 1895 com a revista O Cenáculo que será veículo de suas concepções e onde defenderá basicamente a interpretação simbólica do mundo, que lhe é característica. O movimento perdura com muita força em Curitiba até às vésperas da Semana da Arte Moderna em 1922. BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C.; Historia do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. p.251-252. In: TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias.** Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Farol do Saber. 1996. p.109

positivistas⁴⁸ e anticlericalistas em periódicos especializados (*Electra*, *Cenáculo*) em torno dos quais reuniam-se intelectuais que se interessaram, inclusive, na busca de uma identidade regional para o Estado do Paraná, dando origem ao Movimento Paranista, liderado por Romário Martins.⁴⁹

De parte as questões religiosas, além de disseminar a construção de escolas em todo estado, esse governo criou caixas escolares para financiar os estudos das crianças pobres e instituiu a assistência médica e farmacêutica aos alunos da rede pública de ensino (Lei n.º 2.065, 31 mar./21). Para Munhoz da Rocha, este seria o papel da educação: “sempre alimentei de ser essa a trajetória segura e capaz de melhor conduzir o povo paranaense às suas elevadas e mais nobres aspirações de grandeza e progresso no concerto da vida nacional (...).”⁵⁰

A perspectiva cultural escolar voltou-se para catalisar a mudança que se queria na realidade brasileira e, sobretudo, instruir esta sociedade moldando um povo saudável e produtivo. O projeto político com respeito à escola responsabilizou os professores para canalizar essas transformações que se queria no elemento nacional, e pelos movimentos de reforma educacional ocorridos na instrução pública nos diferentes estados da união, promoveu-se a discussão para o estabelecimento de um novo paradigma.⁵¹

Com a finalidade de qualificar a formação dos professores, Munhoz da Rocha fundou três escolas normais no Estado (Ponta Grossa, Paranaguá e Capital), organizou de maneira mais efetiva o ensino no Paraná – cujos métodos até então

⁴⁸ Doutrina de Augusto Comte aponta para a possibilidade da regeneração final da humanidade, segundo um processo de evolução rigoroso e determinado, sob a forma ideal de república laica e centralizada, dirigida por um executivo forte e intervencionista. CRUZ COSTA, J. **Augusto Comte e as origens do Positivismo**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1995. p.106, 132-134. In: TRINDADE, E. *op. cit.* p. 106.

⁴⁹ PEREIRA, L. F. *op. cit.* p.28.

⁵⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.ª Sessão da 18.ª Legislatura. Curitiba, 1.º de fevereiro de 1927. p.195.

⁵¹ NUNES, C. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.180-181.

empregados levavam dois anos e meio ou mais para que as crianças soubessem ler e escrever, ainda, que deficientemente – com a contratação de um técnico em educação vindo São Paulo, César Pietro Martinez.

Desde o primeiro momento, porém, esse “forasteiro” não foi bem recebido, pois agia sem ao menos consultar os professores. As críticas às suas orientações chegaram à imprensa.

Chegando, sem ao menos perguntar as necessidades da instrução, sem lhe ver o estado, sem lhe conhecer a força, iniciou uma serie de conferencias arrojadas ao magisterio publico, de propaganda do teorico methodo paulista de ensino todo ele fogo de vistas, desse celebre methodo que poz em bancarrota a instrução paulista.⁵²

Empenhado em acelerar o processo de alfabetização no Estado, Pietro Martinez exerceu sua função com bastante competência, embora sofresse a oposição dos educadores locais. Mesmo sob pressões internas, foi somente em março de 1925 que o engenheiro Lysimaco Ferreira da Costa veio a ocupar o cargo do Sr. Pietro, Inspetor Geral de Ensino, e esse ato presidencial foi lembrado pela imprensa como “a desnecessidade de importarmos quaesquer individuos para nos darem lições, constituindo um fundamento para a regra do aproveitamento de nossos valores regionais.”⁵³

A valorização da gente, dos costumes e tudo que fosse paranaense passou a ser tônica nessa época em virtude de encontrarem-se aqui assentadas várias colônias estrangeiras. Houve, inclusive, o problema da recusa aos professores por parte dos imigrantes, que insistiam em manter seu idioma de origem. Por essa razão, Caetano fechou “diversas escolas particulares dirigidas por estrangeiros que ministravam a colonos um ensino insufficiente”⁵⁴ de português, história e geografia pátrias.

⁵² GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928. p.1.

⁵³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 9 de março de 1925. p.1.

⁵⁴ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 1.ª Sessão da 18.ª Legislatura. Curityba, 1.º de fevereiro de 1926. p.158.

Outro fato que evidenciou as ações na área da educação no Paraná aconteceu em dezembro de 1927, quando Curitiba foi escolhida como sede para o 1.º Congresso Nacional de Educação. Promovido pela Associação Brasileira de Educação e patrocinado por Munhoz da Rocha, esse evento repercutiu nacionalmente o comprometimento da escola com as questões relativas à educação higiênica, entendida como forma de civilizar a nação; a importância em habilitar pelo saber técnico e moral para a vida; em nacionalizar um país de imigrantes. A participação da escola na elaboração de diretrizes que sedimentariam os pressupostos republicanos era cada vez mais patente.

Entretanto, durante o Congresso uma tese apresentada para votação pelo Dr. Lysimaco Ferreira da Costa propunha o ensino da moral pelo viés religioso nas escolas primárias. Aprovada, a manchete publicada pela imprensa destacava que o “Paraná é capaz de aprovar todas as theses religiosas”⁵⁵. Assim, o ensino da religião passou da esfera estadual para a esfera nacional. Mais uma vez mostrava-se esse governo centralizador ao proceder a votação em escrutínio aberto e voto nominal, mais uma vez fez valer objetivos seus transferidos à maioria.

Às vezes o viés nacionalista desse governo surpreendia com fatos inusitados. Durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em sessão solene no Teatro Guaíra, Caetano Munhoz da Rocha extinguiu os símbolos do Estado do Paraná e declarou que a partir de então seriam adotados somente os símbolos nacionais.

Diluir o hino e a bandeira do Estado para adotar os nacionais não pareceu atitude afinada com a idéia de construção da imagem do Paraná. É que naquele momento, intelectuais ligados ao Movimento Paranista buscavam forjar uma identidade ao Estado do Paraná, enaltecendo personalidades de sua história e criando referenciais simbólicos que unificassem as muitas etnias que aqui conviviam. Muitos estados da Federação congratularam-se com esta atitude, outros não se

⁵⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de dezembro de 1927.

pronunciaram. Em contrapartida, e ainda como parte das comemorações do centenário, muitos bustos de personalidades paranaenses foram inaugurados, e o Presidente do Estado plantou na Praça Santos Andrade o pinheiro do centenário.

Ao longo dos anos de governo, Munhoz da Rocha suscitou críticas e elogios de seus concidadãos; ao encerrá-lo, alguns dos comentários assumiam esse tom:

Entre a critica mordaz a esses actos maus, é justo que se não esqueçam tambem as palavras altamente expressivas de Belisario Penna, cuja sinceridade foi uma catadupa de elogios a um governo, que, não medindo sacrificios, construiu obras tão grandiosas de assistencia social.

(...) E essas obras não ficam no Leprosario de S. Roque, no Sanatorio da Lapa, na Assistencia á Velhice, no Abrigo de Menores.

Ellas vão alem, no erguimento de Grupos Escolares e de Escolas Normaes dotando o Estado de riquesas moraes que nos elevam aos olhos das demais unidades da Federação.⁵⁶

Em fevereiro de 1928, tendo havido eleições que trouxeram Affonso Alves de Camargo de volta ao cargo máximo do Estado, Caetano Munhoz da Rocha deixou o governo. Encerrava-se, assim, uma gestão cujas ações revelaram estratégias para: reconduzir a economia do Estado, defender sua autonomia perante os demais estados da Federação; educar sua gente sob a luz de novos modelos proposto pela República e disciplinar sua população mediante ações calcadas no conceito de higienização e saúde e uma política social assistencialista.

1.3 CURITIBA, CAPITAL

Ao ser elevada à categoria de capital da Província do Paraná (1853), Curitiba não passava de “um modesto lugar central” que o olhar forasteiro assim descreveu: “Aí se vêem ruas não calçadas, casas de madeira e toda espécie de desmazelos, cantos sujos e praças desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso.”⁵⁷ E os

⁵⁶ *Idem*. Curitiba, 3 de março de 1923. p.3.

⁵⁷ AVÉ-LALLEMENT, R. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 273. In: BAHLS, A **O verde na metrópole**: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação de mestrado. UFPR, 1998. p.82.

registros populacionais davam conta que os habitantes desse lugarejo, incluindo os arredores, chegavam a 5.819 pessoas⁵⁸.

Transformar essa vila em capital exigiria empreendimentos de todas as ordens. Porém, ao final do século XIX, o relatório de governo do Dr. José Pereira Santos Andrade ainda lamentava a falta de inúmeros serviços básicos: “quasi todas as ruas não têm calçamento (...), a lama e ao pó associam-se os detritos de toda espécie (...), a cidade não tem esgotos (...).”⁵⁹

De qualquer forma, seus sucessivos administradores almejavam para Curitiba o atributo de capital progressista. Para isso, houve a efetiva participação dos imigrantes, que introduziram novas técnicas de trabalho, imprimindo um cenário de desenho diferenciado à cidade por meio de novas técnicas construtivas, estabeleceram novos hábitos alimentares e mesmo de lazer e divertimento à população.

Nas primeiras décadas do século XX, no ritmo da transformação, muitas ruas de lama e pó foram calçadas ou revestidas com macadame. As praças receberam melhoramentos em seus passeios, com a instalação de bueiros que recolhiam as águas das chuvas. A Rua XV de Novembro, principal artéria da cidade, foi nivelada com calçadas em mosaico e começou a concentrar um comércio elegante, onde requintados sobrados alternavam-se com cafés e salas de espetáculo, diversificando os pontos para encontro nas tardes de domingo ou feriado.⁶⁰

Em seu livro *A Terra do Futuro*, o visitante Nestor Víctor registrou, em 1912, suas impressões sobre o que ele denominaria “A Nova Curitiba”:

⁵⁸ MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995. p.229.

⁵⁹ PARANÁ. Governador do Estado Dr. José Pereira Santos Andrade (1892-1896: Santos Andrade). Relatório apresentado ao governador do Estado Dr. José Pereira Santos Andrade, pelo bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1.º de setembro de 1896. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1896. p.33.

⁶⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Vicente Machado (1901-1904). Relatório de Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização para o Presidente do Estado do Paraná Dr. Vicente Machado da Silva Lima. 31 de dezembro de 1904. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1904. p.17.

Uma das coisas que mais concorrem para dar hoje a Curitiba um aspecto de cidade já considerável, de um meio social já desenvolvido, são os múltiplos e muito freqüentes cafés, alguns deles grandes e bem instalados, que se encontram na rua Quinze – rua do Ouvidor de Curitiba. Reta e plana, muito mais larga do que a famosa artéria carioca, clara e alegre sob aquele alto céu e naquele ameno clima, essa bem fadada antiga rua das Flores será hoje, talvez, não se falando de São Paulo, a via urbana mais bela de todo o Sul do país. (...) Ainda assim, nas tardes dos domingos e outros dias festivos, já representava bonito espetáculo aquele a que se podia assistir quando lá estive, agora, com a afluência de famílias e povo para o centro elegante da *urbs* paranaense.⁶¹

Para suplantar a imagem de lugarejo acanhado, o cronista compara a rua central da cidade com a então fervilhante artéria da Capital do País, mostrando que Curitiba já tinha absorvido hábitos de grandes centros; aponta ainda aspectos que a favoreceriam: o traçado, a topografia, o clima. Nestor Víctor não informa, porém, que modificações similares no ambiente urbano não se restringiam a Curitiba.

Ocorre que com o advento da República os governantes passaram a incrementar as cidades-capitais, tendo como pano de fundo a teoria higienista e o urbanismo sanitarista, que demoliram os casebres e cortiços, expulsaram as classes desfavorecidas do cenário urbano para que amplas avenidas organizassem um sistema viário facilitando os deslocamentos por entre edificações modernas, dignas de tais centros.

Com efeito, no início de 1913, a administração de Cândido de Abreu providenciou o calçamento de ruas e passeios, a retificação e a canalização dos rios que atravessavam a cidade, e transformou algumas interseções de ruas em largos. Os monumentos passaram a fazer parte das praças e o Passeio Público foi remodelado para constituir-se no primeiro parque urbano⁶². O Mercado Municipal foi deslocado e em seu lugar ergueu-se o elegante edifício do Paço Municipal.

⁶¹ VÍCTOR, N. **A Terra do Futuro**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1996. p.121-122.

⁶² O Passeio Público foi construído na década de 1880 durante a administração de Alfredo Taunay. Projetado pelo arquiteto Joseph Antoine Bouvard, esta obra drenou os charcos decorrentes das enchentes no rio Belém com canais entrecortado por pontos de recreio. Segundo Segal, estas melhorias foram parcialmente custeada pelos barões do mate que escolheram aquele local para fixar residência e, passou a ser muito freqüentado durante os fins de semana como local de lazer. Porém, como parque público era público somente no nome, já que o acesso a ele era restringido através de pagamento para entrada ou a exigência no uso de sapatos aos seus freqüentadores. APUD: Oliveira In: SEGAL, R. **A Capital Belle Époque**. A reestruturação do quadro urbano de Curitiba, durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 2001. p.56.

Todos esses melhoramentos visavam não apenas sanear a cidade, mas também promover uma “seleção” na própria sociabilidade da população curitibana, pois as medidas iam desde cobrar ingresso para a visita a esse parque até “varrer” para longe o movimento e a sujeira do mercado.

O bonde elétrico, recém-instalado, conduzia passageiros e aproximava os arrabaldes da cidade, aos poucos, com novas construções que preenchiam os vazios ao longo de suas linhas. Por toda a cidade, surgiam novas edificações, muitas delas planejadas por profissionais recém-chegados da Europa. Os imigrantes construtores, em sua maioria alemães ou italianos, contribuíram com suas técnicas e materiais para uma “europeização dos modelos arquitetônicos”⁶³ aplicados às edificações que se erguiam na cidade. Aos arquitetos que por aqui trabalhavam, palacetes europeus foram encomendados pelos “barões do mate” para serem construídos no bairro do Alto da Glória. E no centro da cidade para os sobrados, que serviam ao comércio no rés-do-chão e residência no primeiro pavimento, fazia-se uma arquitetura européia de estilo eclético assimilado pelas camadas urbanas.

Na visão de Sêga, “Curitiba, com essa administração de Cândido de Abreu, passava a se constituir uma outra cidade” e onde inaugurou-se o conceito de modernidade com a “prática da transfiguração urbana, deixando para trás o passado, desprezando suas evidências materiais, em prol das promessas e dos interesses ao capital em adequar geograficamente a cidade.”⁶⁴

Apesar da evidente transformação e da existência de vias iluminadas e bem cuidadas, onde trafegavam bondes elétricos e circulavam automóveis, muitas eram as ruas que ainda levantavam pó, faziam lama, careciam de canalização para água e esgoto e casas que abrigavam a criação de animais ou depositavam seus restos deixados ao relento.

Aliás, essa situação foi constantemente trazida a público; têm-se como exemplo as Posturas da Câmara Municipal que, desde 1895, alertavam para as condições higiênicas e os serviços oferecidos na Capital. O bacharel Antonio

⁶³ BAHLS, *op. cit.* p.84.

⁶⁴ SÊGA, *op. cit.* p.44 e 68.

Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, no ano de 1896, em seu relatório ao Governador do Estado, enumerava os problemas relativos aos odores fétidos que pairavam sobre a cidade, indicando ser a falta de fechamento hermético das fossas sépticas, ou provenientes dos resíduos depositados em terrenos próximos à cidade pela a empresa sanitária; à falta de um sistema de esgotos adequado apontava à má qualidade da água: “é um facto hoje provado que os germens das moléstias infecciosas são sobretudo transportados pelas aguas, o que exige o maximo escrupulo no uso desse liquido tão necessario.”⁶⁵

Porém, somente em 13 de abril de 1903, o Governo daria início a algumas melhorias começando com a contratação dos engenheiros civis Alvaro de Menezes e Octaviano de Oliveira para a construção de um sistema de esgoto e de uma rede para abastecimento d'água na Capital. Em 1908, esses serviços foram abandonados por parte dos contratantes, e até o ano de 1920 nenhum melhoramento pôde ser executado nesses empreendimentos, segundo o Governo, em função da deficiente situação financeira do Estado.

Entre os anos de 1915 e 1920, a situação financeira do Paraná a princípio deficiente mergulhou numa crise profunda. Deflagrada a Primeira Guerra Mundial, o mate, principal produto de exportação paranaense esbarrou na falta de encomendas do mercado estrangeiro. A avalanche de falências dos muitos engenhos não dinamizou a pecuária que permanecia estagnada, restando à indústria madeireira a hegemonia na atividade produtiva. No ano de 1917, a população, desempregada ou sobrevivendo com reduzidos salários, reivindicava numa greve geral as reduções nos preços dos aluguéis e dos alimentos de primeira necessidade. Em 1918, a

⁶⁵ PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Santos Andrade (1896-1901). Relatório de Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrucção Publica para o Presidente do Estado do Paraná Dr. José Pereira Santos Andrade – 1.º de setembro de 1897. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1897. p.7.

“Gripe Espanhola” atingiu Curitiba; contabilizou 384 óbitos⁶⁶ e contaminou quase metade da população.⁶⁷

Em 1919, pressionado, o Estado só pôde manter um serviço sanitário após auxílio federal que, reformado e devidamente aparelhado⁶⁸, preveniria a reincidência de possíveis epidemias na capital. Além do serviço profilático, os serviços urbanos ditados pela Câmara Municipal, avolumaram-se com respeito aos “hábitos de higiene, gestual e formas de tratamento” e mencionavam que a intervenção estatal “só chegaria aos resultados políticos e econômicos desejados através da garantia pela difusão de hábitos”⁶⁹ com o objetivo de disciplinar uma população que se adensava em cortiços e gerava freqüentes desordens dispersadas pela ação de agentes policiais.

Entretanto, no jornal muitas eram as outras queixas publicadas requeridas aos poderes municipais. A população reclamava das águas represadas nas ruas, do mato que tomava conta das calçadas ou dos restos de alimentos esquecidos em um dos cantos da Praça do Mercado (Praça 19 de Dezembro). No ano de 1920, o matadouro municipal recebeu a visita do prefeito e do médico da municipalidade após denúncia em jornal que dizia: “Tudo alli é antiquado, rotineiro, mal feito e sujo.”⁷⁰ Inúmeros eram os protestos aos freqüentes atos de vandalismo em virtude da deficiência no policiamento do centro ou arrabaldes, de dia ou de noite.

⁶⁶ Em 1918, entre os meses de outubro e dezembro, a gripe espanhola determinou o fechamento dos cinemas, casas de diversão, suspensão dos cultos religiosos, censura a jornais, interrupção no tráfego dos bondes. Este surto epidêmico registrou 1.466 mortos, segundo dados dos jornais locais. In: CABAS, A.; MACHADO, D.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.33.

⁶⁷ *Idem*, p. 35.

⁶⁸ PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Affonso Camargo (1916-1920). Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado do Paraná Dr. Affonso Alves de Camargo – 1.º de fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica p.22.

⁶⁹ PEREIRA, M.; SANTOS, A. **300 Anos Câmara Municipal de Curitiba**. 1693-1993. Edição histórica. Curitiba, 1993. p.3.

⁷⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 de agosto de 1920. p.5.

Assim, as transformações ocorridas durante a administração de Cândido de Abreu e que pretendiam apresentar uma urbe com “feição européia”⁷¹, seja no preenchimento de seus espaços internos, onde as edificações erigidas condensavam a concepção cultural do imigrante, seja na sociabilidade de sua população, que crescia e modificava seus hábitos de lazer, seja nos serviços atinentes a sua higienização e urbanização, esbarravam todas na necessidade de “novas estratégias de luta pelo poder (...) decorrentes do processo de *segmentação* dos interesses dos diferentes grupos”⁷² que então se confrontavam no cenário urbano.

Entre os anos de 1916 a 1920, sendo Affonso Alves de Camargo presidente do Estado e Caetano Munhoz da Rocha seu vice, este ocupou, também, a Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Como secretário, Munhoz da Rocha nomeou para Diretor da Repartição de Obras Públicas, o engenheiro civil João Moreira Garcez. Em 1919, durante as corridas para campanha à eleição Munhoz da Rocha deixou a secretaria aos cuidados de Moreira Garcez e, ao assumir a Presidência do Estado, nomeou esse engenheiro para prefeito da capital.

Como políticos, Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, e João Moreira Garcez, prefeito municipal, compartilhavam ideais de progresso e almejavam sintonizar Curitiba com o “mundo civilizado”. Como especialistas, produziram uma cultura da reforma, que compreendia a remodelação não só no plano urbano e sanitário, mas também nos campos social e educacional.

As vozes da modernidade brasileira ultrapassaram a retórica bacharelesca e sustentaram-se no discurso dos cientista/especialistas formados em suas Escolas Politécnicas. Essas instituições, baseadas numa teoria positivista de Augusto Comte, apoiavam-se antes na ordem e exaltavam o progresso com seus discursos afinando-se com os interesses da camada dominante, legitimando a intervenção autoritária do Estado junto à sociedade.⁷³

⁷¹ TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1996 p. 20.

⁷² HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. (org) O imaginário moderno no Brasil. In: **A invenção do Brasil Moderno**. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. p.10.

⁷³ *Idem, op.cit.*, p.25.

Se para alcançar a modernidade e deixar-se alcançar por ela eram necessários os saberes técnicos apregoados pela Medicina, Engenharia e Pedagogia, o Paraná já contava com um médico como Presidente e um engenheiro na Prefeitura de sua capital.

1.3.1 A capital, vitrina das ações estaduais

Almejando sintonizar Curitiba com o “mundo civilizado”, Munhoz da Rocha buscou uma política que organizasse de forma mais efetiva a cidade e para isso contou com a nomeação de seu prefeito, João Moreira Garcez, companheiro de outros momentos políticos. Embora nomeado, os jornais locais aprovaram a iniciativa:

A escolha, porém, do sr. dr. J. Moreira Garcez, para a Prefeitura parece acertada.

O nosso município necessita de um governo que realmente trabalhe, que trate com dedicação de seus interesses e se não resuma á cobrança de impostos que se não applicam convenientemente.⁷⁴

A expectativa que se criou quanto ao novo administrador não se fazia sobre valores de impostos, mas no trato com os interesses que, segundo continuava a imprensa, procurassem “dar ao povo o conforto e o asseio que há muito não tem”.⁷⁵

Essa parceria entre Governo e Prefeitura possibilitou a implantação de vários programas que beneficiaram a saúde e a comodidade da população do principal município do Estado. Como primeira medida estava a instalação adequada de uma rede de esgotos, bem como a remodelação e ampliação do sistema de captação e distribuição de água que abastecia a cidade, pois:

Dada a importancia de um serviço que interessa tão de perto a vida de Curityba, não éra possível adoptar (sic) uma providencia de caracter transitorio, que resolvesse apenas a situação actual, mas um serviço completo que attendesse ás necessidades futuras de

⁷⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1920. p.3

⁷⁵ *Idem.*

uma Capital, que se desenvolve e cresce consideravelmente. Assim, dever-se-ia preferir um projecto geral que permitisse a execução por partes, á medida das exigencias do serviço publico.⁷⁶

Para execução desse empreendimento o governo convidou o engenheiro sanitarista Francisco Rodrigues Saturnino de Brito⁷⁷, que emitiu parecer sobre a situação e passou a projetar os melhoramentos necessários ao saneamento oferecido na Capital, mediante contrato⁷⁸.

Para ampliação da captação d'água, Brito foi favorável em continuar utilizando os mananciais da Serra do Mar⁷⁹, o que já tivera início na administração passada⁸⁰. E em relação aos esgotos, o serviço foi restringido, visto que muitas ruas se achavam em projeto, mas que por ocasião de sua construção, seriam dotados desse melhoramento.

Tal característica acompanhou os projetos executados por esse sanitarista. Saturnino de Brito incorporava à noção de plano a previsão do crescimento da cidade. Entretanto, seus programas de planejamento sanitário deveriam estar

⁷⁶ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 19.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1928. p.292.

⁷⁷ Saturnino de Brito formou-se pela Escola Politécnica de Engenharia. Foi um personagem cuja ação arcaria, em todo país, a presença de um pensamento urbanístico filiado à corrente culturalista inglesa e adepto da técnica francesa utilizada para remodelação de Paris. Brito criou uma escola de seguidores e desenvolveu inúmeros projetos em todo Brasil. TRINDADE, E. M. de C. Modelos e Empréstimos: o higienismo no Brasil (final do século XIX e início do XX). Políticas urbanas e apropriação de modelos. In: **Reunião anual da sociedade brasileira de pesquisa histórica**. 19, 1999, Curitiba. Anais. Curitiba: SBPH, 2000. p. 235.

⁷⁸ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 16.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1922. p.68.

⁷⁹ Tratou-se da construção da represa nos rios Ipyranga e Ipiranguinha e da elevação mecânica das águas dos rios Cayguava e Carvalho, através da instalação de uma bomba Sulzer para aduzir mais quatro milhões de litros por dia, completando sua capacidade em 10 milhões de litros por dia no abastecimento da cidade.

⁸⁰ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 15.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1921. p.72.

garantidos por uma legislação específica centralizada nos interesses públicos em oposição à imprevisão, ao acaso dos interesses particulares.

A concepção de plano preconizada por Brito propunha um traçado moderno que sobreposto à paisagem colonial apresentada pelas cidades brasileiras permitiria uma expansão racional em seus espaços. Seu urbanismo sanitaria foi incorporado às muitas reformas executadas em várias cidades brasileiras, que durante a Primeira República, possibilitou aos Estados centralizadores promoverem um movimento centrífugo do espaço urbano.⁸¹

A cidade se expandia passando a abrigar mais pessoas. As mudanças havidas no Código de Posturas de 1919 sinalizavam uma outra perspectiva sobre os ilegalismos que passaram a incidir cada vez mais sobre a propriedade e já não tanto mais sobre as pessoas. Porém, os muitos terrenos baldios localizados em áreas centrais assim permaneciam sem que a legislação efetivasse seu uso. Enquanto isso lotes mais afastados eram divididos para corrigir a falta de habitação que afetava sobremaneira a população da Capital, “especialmente aquelle que, como o funcionario publico, dispõe de renda limitada.”⁸² As ações estaduais possibilitaram a aprovação da lei que criou uma Caixa de Construção⁸³, para facilitar aos seus funcionários a “compra de predios nesta Capital ou em outros pontos do Estado”⁸⁴, ou a construção de uma casa na Vila dos Funcionários, com planta confeccionada pela Diretoria de Obras e Viação e executada mediante concorrência pública.

⁸¹ ANDRADE, C. R. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: RIBEIRO, L.;PECHMAN, R. (org) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1996. p.302.

⁸² PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 16ª Legislatura. Curityba, 1º de Fevereiro de 1923. p.53.

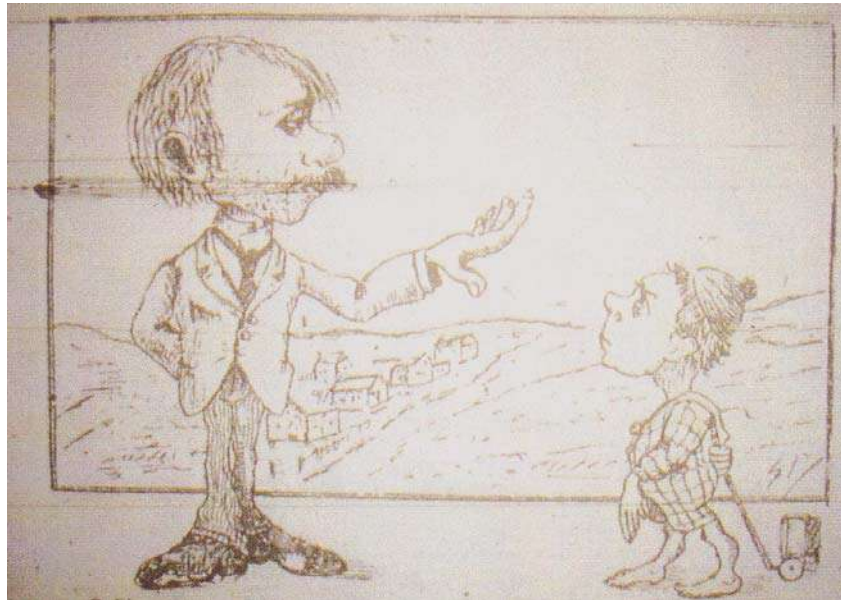
⁸³ Lei Estadual n.º 2176, de 26 de Fevereiro de 1923.

⁸⁴ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 17ª Legislatura. Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado. Curityba, 1º de Fevereiro de 1924. p.45.

PROJECTO FUTURISTA...

O Governo do Estado effectuou a compra de terrenos na colonia Argelina, afim de construir casas para o funccionalismo estadual.

(Dos Jornaes)



O Pinante: Pae, como havemos de ir ao cinema na cidade, morando nestas alturas?

O Amanuense: Não te afflijas, meu filho, o Governo fornecer-nos-á também os competentes automóveis...⁸⁵

Os valores de terrenos mais afastados eram compatíveis com o erário público⁸⁶, e as políticas sociais do Governo não propunham automóveis como fins assistenciais, mas assegurou a isenção de impostos estaduais⁸⁷ às companhias particulares ou empresas construtoras que se estabelecessem no Estado.

Todavia, os sucessivos aumentos nos impostos foram repassados aos valores das casas de aluguel pelos seus proprietários. Este fato foi assim explicado pela imprensa local:

⁸⁵ O DIA. Curitiba, 9 de outubro de 1923. p.1.

⁸⁶ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 16.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1923. p.53.

⁸⁷ PARANÁ. Lei Estadual n.º 2.221, de 9 de abril de 1923. Isentou de imposto pelo prazo de cinco anos as companhias construtoras de casas a prestação que se estabelecerem no Estado dentro de dois anos a contar da data desta lei.

Os proprietários de casas, de aluguel quasi todas, com o augmento extraordinario dos tributos a que estão sujeitos, vão pouco a pouco elevando o preço dos alugueis de suas propriedades, no intuito de equilibrar a sua receita e despeza. Como essa é grande por culpa dos imposto, e augmentada pelos gastos necessarios a que está obrigado todo o proprietario, a receita, para o equilibrio, busca firmar-se no augmento do aluguel.

Nas condições actuaes, os proprietarios de casas, na certeza de um defficiet (sic) quando estas alugadas e ainda na incerteza do pagamento do inquilino, preferemna'as (sic) ter desalugadas, como já muitos estão fazendo (...).⁸⁸

Somado a isso, a população curitibana viu-se ameaçada pela “alta exagerada do preço”⁸⁹ nos gêneros de primeira necessidade. Em decorrência da grande procura pelos comerciantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, que se viram prejudicados na reposição de seus estoques em consequência do levante ocorrido em julho de 1924⁹⁰, os comerciantes da capital preferiam exportar seus produtos com destino àqueles centros. A medida posta em prática, mediante decreto⁹¹, foi um controle na verificação sobre as notas fiscais nos alimentos que somente poderiam ser exportados se garantidas as quantidades suficientes para fornecimento ao comércio da capital.

Além de tudo, transitar pelas ruas e lojas de Curitiba exigia um certo cuidado. Por entre a população sadia circulavam livremente males endêmicos e epidêmicos que grassavam pela cidade, denunciados pela imprensa local que:

⁸⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de fevereiro de 1920. p.1.

⁸⁹ PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao installar-se a 2.^a Sessão da 17.^a Legislatura. Curityba, 1.^o de fevereiro de 1925. p.41.

⁹⁰ No dia 5 de julho de 1924, um batalhão de infantaria da guarnição federal marchou para dentro da cidade de São Paulo e conclamou as tropas locais a unirem-se à revolução. Era a revanche da frustrada revolta militar ocorrida no Rio de Janeiro dois anos antes. As condições dos rebeldes era a renúncia do presidente Artur Bernardes e um governo provisório, convocação de uma assembléia e uma nova Constituição para o Brasil. Enquanto prosseguia o impasse na cidade, fazendeiros e comerciantes, no interior do Estado, organizavam batalhões voluntários, que punham à disposição do presidente estadual. Em 27 de julho os revoltosos concordaram em sair de São Paulo em direção ao Paraná. Neste estado uniram-se aos rebeldes vindos do Rio Grande do Sul que em abril de 1925 marcharam por todo o país empreendendo uma campanha antigoverno. Iniciou-se a Coluna Prestes. In: MACAULAY, N. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Difel. 2. ed. 1977. p.15-40.

⁹¹ PARANÁ. Decreto Estadual n.º 1.202, de 7 de novembro de 1924. Restringe a exportação de gêneros de primeira necessidade. Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal, ao installar-se a 2.^a Sessão Ordinaria da 9.^a Legislatura. Curityba, 15 de abril de 1925. p.9.

(...) os leprosos recolhidos ao Lazareto de S. Roque gozava da mais ampla liberdade, sahindo e entrando naquelle asylo sem o menor constrangimento. O nosso informante affirmava que diariamente, pela tarde, os leprosos passeavam pelas ruas da cidade, frequentavam os cinemas etc.(...)

Pois seria possivel que a Hygiene do Estado trouxesse leprosos de todo o interior para largal-os nas ruas de Curityba, em contacto directo com a população? Nunca acreditamos na efficacia do nosso rudimentar serviço de hygiene publica, mas que o relaxamento chegasse assim a ssumir (sic) fôros de attentado criminoso á saude de uma população, repugnava-nos acreditar.⁹²

Da mesma forma, a presença de muitos mendigos e crianças abandonadas incomodava o dia-a-dia da população ativa da capital, de acordo com a imprensa:

Á rua Quinze, ruas adjacentes, à Cathedral, no Bom Jesus, sentados em bancos ou caixões, acocorados ao chão, pernas cruzadas, chapéu ou lenço aos joelhos, e dentro uma carteira verde da polícia-mendigos e mendigos, ao som do mesmo doloroso estribilho: Uma esmola, pelo amor de Deus!, vegetam tristemente, dolorosamente, sempre na mesma posição, sempre todos os dias, interminavelmente.

(...) Todas as edades, desde a criancinha ao ancião quasi sem forças, todas as cores, todas as raças, ambos os sexos, numa multidão antagonissima cujo único ponto de contacto é a miseria de cada um, eis a miseravel turba a penetrar pelas lojas, armazens, negocios, cafés, jornaes, a cata de vintens, uns supplicando baixinho, a medo, gritando outros, agressivos, todos pedindo.

E isso é sempre, todos os dias, aos sabbados (sic) mormente, em nossa capital.

Não seria tempo dos poderes do Estado livrarem Coritiba da mendicancia? De extinguil-a, antes que esse mal se radique? De cerceal-o, livrando a cidade do contagio em beneficio dos proprios necessitados?⁹³

Contra isso, volta-se uma sociedade que, republicana, acreditava no progresso pelo cultivo ao trabalho livre e assalariado e não aceitava a mendicância. Curitiba, então, recebeu as políticas sociais e as ações assistencialistas do Estado. Erigiu-se o Asilo São Vicente de Paulo⁹⁴, uma arquitetura destinada a vigiar pelo olhar constante e a disciplinar pelos discursos e práticas essa população de “suplicantes”. Anexo ao asilo as instalações comportavam um Lar de Meninas com uma Escola de Reforma. Obras planejadas que, favorecendo a assistência,

⁹² GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de março de 1923. p.3.

⁹³ *Idem*. Curitiba, 12 de março de 1920. p.1

⁹⁴ O Asilo São Vicente de Paulo, asilo de mendicância, inaugurado em setembro de 1926, anexava uma escola para meninas órfãs ou abandonadas e foi entregue aos cuidados da ordem religiosa das irmãs Passionistas. In: GODINO CABAS, A.; MACHADO, D.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.66 e 98.

imporiam uma finalidade prática: ordem administrativa. A ordem para o trabalho. O trabalhar para progredir. Eis a modernidade.

A fundação de um Juizado de Menores e outras instalações na capital com o objetivo de resguardar e recolher os desvalidos de fortuna (Patronato Agrícola, Asilo São Luís, Orfanato Cajurú) foram estratégias que possibilitaram garantir maior autonomia a essas classes diante da condição de pauperização (material e espiritual) a que estavam submetidas. Aos freqüentadores desses equipamentos coletivos (asilos, patronatos, escolas de reforma) estavam dados os meios que, mediante conselhos e normas, favoreceriam a produção de sua própria economia, convertendo-se em cidadãos.⁹⁵ Os cidadãos construirão um mundo melhor. Eis o sonho da modernidade.

Se não se queria perambulando mendigos, vadios, alcoolizados⁹⁶ teriam que ser recolhidos. Entretanto, carente encontrava-se, também, a polícia em homens e equipamentos. Sobrecarregada, destinou-se a ela um serviço vigilante de capturas a pessoas intoxicadas pelo álcool ou substâncias tóxicas, e um serviço punitivo de combate ao jogo⁹⁷, prostituição e crime, que destinava cada caso ao seu devido estabelecimento assistencial ou corretivo⁹⁸. As possíveis experiências oferecidas pela modernidade.

⁹⁵ DONZELOT, J. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2. ed., 1986. p.49-89.

⁹⁶ O alcoolismo foi combatido pelo Governo Caetano Munhoz da Rocha. Anualmente aumentava-se os impostos sobre "Líquidos Espirituosos". PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.^a Sessão da 18.^a Legislatura. Curitiba, 1.^o de fevereiro de 1927. p.177.

⁹⁷ O combate ao jogo levou o Poder Judiciário do Estado a negar ao Supremo Tribunal de Justiça um pedido de *habeas corpus* para o funcionamento de casas de jogos nesta Capital. Este ato refletiu em outras instâncias da vida nacional e motivou o Congresso legislativo Federal a revogar as leis que regulamentavam o jogo em todo o país. PARANÁ. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.^a Sessão da 16.^a Legislatura. Mensagem ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado. Curitiba, 1.^o de fevereiro de 1922. p.78.

⁹⁸ O Governo remodelou a Penitenciária do Estado com a construção da ala direita e, para melhorar suas condições de higiene, modificou seus sistemas de abastecimento de água e esgoto.

Sucedem as ações estaduais a subvencionar na capital o exercício da modernidade a que pretendia atingir. Com que grau de racionalidade técnica e vontade política é o que será acompanhado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

MOREIRA GARCEZ, ADMINISTRADOR

2.1 O ENGENHEIRO MOREIRA GARCEZ

João Moreira Garcez, segundo filho de Theóphilo Moreira Garcez, comerciante, e Philomena Viana Garcez, nasceu em Curitiba a 17 de março de 1885. Estava com apenas cinco anos de idade, quando aos 39 anos, veio a falecer seu pai. João recebeu estudos particulares em casa e encerrou o curso fundamental no Ginásio Paranaense, em 1902.

Em 1903, Dona Philomena mandou “Joanito” para a Escola Politécnica de São Paulo. Ficou hospedado na casa de um primo, Theóphilo Garcez Duarte, engenheiro militar, que muito o orientou em assuntos pessoais e questões profissionais. Nesse período trocou intensa correspondência com a mãe, que lhe aconselhava domínio sobre seu temperamento explosivo e pedia para que economizasse ao máximo o dinheiro por ela remetido⁹⁹. Então, nas horas vagas, aumentava seus rendimentos ensinando trigonometria aos colegas da Escola.

Em janeiro de 1908, foi nomeado para o posto de tenente da 3ª Cia do 432º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca do Espírito Santo do Pinhal, São Paulo. No mês de junho de 1908, pediu transferência para Curitiba, onde se casou com Leonor, filha de Joaquim Ignácio Silveira da Motta, o Desembargador Motta, com quem teve três filhos. No encerrar desse ano e o tempo no exército, João voltou a São Paulo para terminar seus estudos na Politécnica. Formou-se ao final de 1909, mas recebeu seu diploma de engenheiro civil somente em 1912.

⁹⁹ CRUZ, A. **João Moreira Garcez**. Um homem que se superou no seu tempo. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1991. p.30.

Ao concluir seus estudos foi convidado por Antonio Francisco de Paula Souza, diretor e fundador da Escola Politécnica de São Paulo, para trabalhar na Estrada de Ferro Mogyana, em Campinas, sob a orientação do engenheiro José Pereira Rebouças. Ao longo de dois anos, residiu nessa cidade e a experiência com o trabalho possibilitou a João elaborar, em concorrência com os estados de São Paulo e Santa Catarina, o menor traçado ferroviário que ligaria Foz do Iguaçu ao Atlântico¹⁰⁰, possibilitando a integração entre vários municípios paranaenses que muito se beneficiariam em trocas comerciais. Entretanto, cada estado participante da confecção do traçado desviou essa ferrovia para o seu interior, o que gerou discordâncias políticas e a indefinição quanto ao projeto para a construção da respectiva estrada de ferro.

Em 1912, Moreira Garcez se fixou definitivamente em Curitiba e participou da organização e fundação da Universidade do Paraná onde veio a ser convidado para lecionar no curso de Engenharia Civil. Entre os anos de 1920 e 1928, solicitou seu afastamento para responder pelo cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. Em seu primeiro ano na Prefeitura assistiu ao reconhecimento do curso de Engenharia Civil pelo Conselho Superior de Ensino, tendo recebido calorosa homenagem de professores e estudantes que o reconheciam como maior propugnador deste feito¹⁰¹. Ao final de sua gestão frente à Prefeitura retornou à universidade lecionando até sua aposentadoria compulsória, em 1955,

¹⁰⁰ Esse traçado esteve em projeto desde os tempos pré-coloniais com o fito de estabelecer um conveniente trajeto por terra em cautela a interesses políticos e comerciais. Em 1921, o deputado paulista Cincinato Braga obteve aprovação no Congresso Nacional que autorizou o governo federal a escolher o melhor traçado, aliando melhores condições de valor e construção, para ligação do Paraguai ao Atlântico por meio de uma estrada de ferro. Três foram as propostas apresentadas: A proposta paulista teria 1.824 Km e ligaria Assunção ao porto de Santos; a proposta catarinense teria 1.566 Km e ligaria Assunção a São Francisco do Sul; e a paranaense teria 1.298 Km e ligaria Assunção à Paranaguá. Porém, somente em 1987, o projeto para construção teve novo impulso quando foi fundada a empresa Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (Ferroeste), responsável também pela operação comercial dessa ferrovia. In: CRUZ, A. *op. cit.*, p.90-94.

¹⁰¹ Segundo Wachowicz, dentre um conjunto de outros paranaenses, João Moreira Garcez revelou-se devotado na concessão de uma visita do Conselho Superior para inspeção nos cursos de Direito e Engenharia na Universidade do Paraná que resultou na equiparação com suas congêneres oficiais. WACHOWICZ, R. Universidade do Mate. Curitiba: Edição UFPR, 1983. p. 284. In: CRUZ, A *op. cit.*, p. 53.

sendo que, em 1950, ocupou o cargo de Diretor da Escola de Engenharia e onde deixou, por doação, sua biblioteca particular que, segundo depoimento de um seu parente e ex-aluno, tratava-se de uma “excelente biblioteca” contendo “documentos preciosos (...) magnificamente organizados”¹⁰².

Entre os anos de 1912 e 1916, além de professor, trabalhou na Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas como diretor de Obras Públicas e Viação durante o Governo de Carlos Cavalcanti. No exercício dessa função remodelou a estrada da Graciosa para que fosse possível o trânsito de veículos automotores (até então era feito por carroças), tomou parte na Comissão Geográfica¹⁰³ para confecção de mapa delimitando as fronteiras do Paraná com os estados vizinhos de São Paulo e Santa Catarina e participou da escolha para a localização e decisão do traçado urbano para a cidade de União da Vitória¹⁰⁴. Em seus relatórios reclamava, ainda, insistentemente, de uma solução mais adequada para o sistema de abastecimento de água e uma forma de resolver, definitivamente, o problema na rede de esgotos, ambos oferecidos à capital do Estado.

¹⁰² Depoimento de Eduardo Duarte publicado pelo jornal por ocasião da passagem do centenário de nascimento de João Moreira Garcez. In: **Gazeta do Povo**. Engenheiro João Moreira Garcez ao ensejo do seu centenário. Curitiba, 18 de abril de 1985. Acervo Casa da Memória.

¹⁰³ Para organização da Carta Geográfica do Estado foi criada uma Comissão Geográfica em 21 de dezembro de 1917, pelo decreto n.º 783, para a fixação dos limites com o Estado de Santa Catarina. Esse trabalho foi dirigido pelo General Dr. Antonio de Albuquerque e Souza, sob a direção técnica dos engenheiros civis João Moreira Garcez e Francisco Gutierrez Beltrão, e encerrado em 1921 (decreto n.º 5). Com relação ao Estado de São Paulo foi decretado, em 22 de fevereiro de 1919, os Srs. João Moreira Garcez e Ermelino de Leão para efetuar os trabalhos de delimitação entre as respectivas fronteiras. Porém, em função das divergências em encontrar uma única linha limítrofe foi assinado um acordo arbitral, em 14 de dezembro de 1919, entre ambos os estados elegendo o Sr. Epitácio Pessoa, presidente da República, como árbitro único. In: PARANÁ. Presidente do Estado Affonso Alves de Camargo (1916-1920: Affonso Camargo) Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Presidente do Estado Dr. Affonso Alves de Camargo, ao ser installada a 1.ª Sessão da 15.ª Legislatura em 1.º de fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. d'A República, 1920. p.10-15.

¹⁰⁴ Ao final da polêmica nos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina foi estabelecida uma nova localização para o município de União da Vitória para integrar o conjunto dos municípios paranaenses. Coube a Moreira Garcez fixar o local, bem como estabelecer diretrizes para o seu crescimento. In: PARANÁ. Presidente do Estado do Paraná Dr. Affonso Alves de Camargo (1916-1920: Affonso Camargo). Relatório de João Moreira Garcez, Diretor de Obras públicas e Viação do Estado para o Secretário de Estado da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: Typ. d'A República, 1917. p.83.

Continuou nessa diretoria até que, em 1919, passou a Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, em substituição a Caetano Munhoz da Rocha, que havia se afastado para concorrer ao cargo de Presidente do Estado para o quadriênio 1920-1924. De 1920 a 1928, período correspondente a duas gestões administrativas, esteve à frente da Prefeitura da capital, a convite de Caetano Munhoz da Rocha.

A partir de 1923, concomitante às funções de Prefeito, Moreira Garcez ocupou o cargo de Diretor da Região Sul da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, quando do encerramento de sua administração na Prefeitura de Curitiba em 1928, foi eleito Deputado Federal pelo Paraná, tendo sido cassado em 1930, ano em que a República passou a ser presidida por Getúlio Vargas.

Com o novo regime presidencial administrações interventoras foram instaladas nos estados que por sua vez organizaram Comissões de Sindicância para apurar os contra-revolucionários ou os opositores ao governo federal. Ao retornar da capital federal, Moreira Garcez foi chamado pela Junta de Sanções do Estado do Paraná, instalada em Curitiba, para pagar os débitos devidos ao município quando de suas viagens como prefeito pela capital, denúncia esta apresentada pelo então prefeito Joaquim Pereira de Macedo.

Essa, talvez, tenha sido a oportunidade que Joaquim Pereira de Macedo encontrou para um ajuste de contas com João Moreira Garcez. Em razão de seu gênio impulsivo este referia-se àquele como alguém que “nunca teve a precisa idoneidade moral para praticar administração proibida em proveito da Coletividade”¹⁰⁵.

Em consequência de suas falas, ao tentar compor sua defesa, Moreira Garcez reuniu os documentos em seu poder e requereu outros à Prefeitura e à Secretaria da Fazenda. Os documentos solicitados aos órgãos públicos foram-lhe negados e a Junta o julgou culpado, manifestando-se pela cassação dos seus direitos políticos e indenização aos cofres públicos. Suas sucessivas remessas de

¹⁰⁵ GARCEZ, J. **A Justiça Revolucionária no Paraná**. Clamorosa iniquidade. Memorial e recurso. Curytyba: Oficinas Graphics, 1933. p.1.

documentos à imprensa sobre o caso agitou a opinião pública que assistia a tudo pelas manchetes de jornais.

Sucessivas, também, foram as renúncias de pessoas envolvidas no caso. Primeiro do desembargador Alcebíades Faria, que não encontrava contra-prova nos documentos apresentados por Garcez, em seguida, do Interventor Mario Tourinho, que não suportou as pressões políticas de um episódio que havia tomado proporções federais – envolveu, inclusive, a opinião do ministro da justiça Oswaldo Aranha, assediado pela imprensa na capital federal.¹⁰⁶

Um novo interventor foi destinado à capital e seu novo Prefeito, Jorge Lothário Meissner possibilitou o acesso aos documentos oficiais complementares ao processo de Moreira Garcez. De posse desses papéis, um novo recurso foi compilado e enviado ao Rio de Janeiro. Todas as provas apresentadas foram legalmente reconhecidas e aprovadas pelo chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, que lamentou os abusos cometidos pelas comissões de sindicância estaduais.¹⁰⁷

A estratégia de tornar público o processo administrativo contra sua pessoa Garcez, assim, possibilitou a todos que o julgassem pelos fatos. Absolvido, Moreira Garcez voltou à vida pública somente em 1938, quando o interventor que acompanhou seu caso, Manoel Ribas, convidou-o para exercer o cargo de Prefeito Municipal pela terceira vez. Decepcionado, porém, com os novos rumos políticos, João Moreira Garcez renunciou à Prefeitura, em 1940, e afastou-se definitivamente da política.

Além de engenheiro, construtor, político, Moreira Garcez foi presidente de instituições como a Cruz Vermelha Brasileira no Paraná, em 1923; do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em gestões consecutivas desde 1925 até 1951, e tomou parte na fundação, em 15 de agosto de 1926, do Instituto de Engenharia do Paraná, tendo sido eleito seu 1.º presidente.

Em 18 de março de 1957, com a saúde bastante debilitada em função da diabetes, Moreira Garcez veio a falecer aos 72 anos.

¹⁰⁶ CRUZ, A. *op. cit.*, p.271-292.

¹⁰⁷ *Idem.*, *op. cit.*, p. 297-298.

JOÃO MOREIRA GARCEZ



FONTE: Revista Panorama, n.º 348.
Curitiba, maio/jun. 1985, p.41.
ACERVO: Fundação Santos Lima.

2.2 O PREFEITO MOREIRA GARCEZ

2.2.1 O Jogo Político

Nomeado¹⁰⁸ em 25 de fevereiro de 1920, João Moreira Garcez, aos 35 anos, tornava-se prefeito por indicação do Presidente eleito do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha. A escolha do ex-Secretário da Fazenda e Obras Públicas do governo que se encerrava provocou dúvidas na opinião pública, conforme

¹⁰⁸ PARANÁ. Decreto n.º 323, de 25 de fevereiro de 1920. Fica o Poder Executivo autorizado a nomear o Engenheiro Civil João Moreira Garcez para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba para o quadriênio 1920-1924. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 15.ª sessão ordinária da 7.ª Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.1.

declarações da imprensa local que, às vezes, afirmava ter sido “a administração do sr. dr. Garcez (...), uma accusação flagrante, ao conjunto da administração, que por quatro annos nos vem infelicitando”¹⁰⁹ e, às vezes, denunciava que as práticas

(...) do sr. Garcez eram artificios por meio dos quaes pretendia enganar o publico, para que se levasse a effeito o emprestimo pretendido pelo sr. Munhoz, como condição essencial do seu governo. Faltanos (sic), porem, a prova desta sua intenção, que, aliás, sendo esta, seria uma calinada evidente; pois vinha pôr em evidencia que, [tendo sido] sendo secretario, o sr. Munhoz fez má gestão, e que daria a esperar outra peor, sendo presidente.¹¹⁰

Sobre as gestões que se iniciavam, estadual e municipal, eram apontadas inúmeras dúvidas quanto às responsabilidades sobre o destino da Capital, pois, de acordo com a imprensa, incertos permaneciam os que desejavam dar um fim à “penúria em que se debate o nosso torrão amado, onde chegámos a ter bonus a 50 mezes e onde as garantias da civilização moderna são um mytho”¹¹¹, heranças deixadas pela gestão que passou.

A posição política adotada pelo “moço prefeito”¹¹² acompanhou as orientações do Governador do Estado, quanto ao combate aos jogos de azar, à organização de setores administrativos e ao equilíbrio da situação econômica e financeira da Capital. Moreira Garcez, também, tornou públicos todos os negócios do Município por meio de suas mensagens e ao longo de sua gestão, a exemplo do sr. Munhoz, ampliou o quadro de pessoal e seus respectivos vencimentos porque reconhecia “como principal elemento de exito para as administrações realizadoras, (...) remunerar bem o funcionário para conseguir maior rendimento de trabalho.”¹¹³

¹⁰⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de janeiro de 1920. p.1.

¹¹⁰ *Idem.*, Curitiba, 22 de janeiro de 1920. p.1. Calinada: ação ou dito de calino, tolice, asneira. (NA).

¹¹¹ *Idem.* Curitiba, 3 de janeiro de 1920. p.3.

¹¹² Assim o jornal Gazeta do Povo, em muitos artigos publicados, referia-se ao prefeito João Moreira Garcez.

¹¹³ PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao installar-se a 12.^a Sessão ordinária da 10.^a legislatura, 15 de abril de 1927. p.208.

Colimavam esforços para gerenciar os setores administrativo e financeiro, tanto no Estado quanto na Prefeitura.

Político filiado ao Partido Republicano Paranaense, Moreira Garcez manteve-se firme em seus propósitos administrativos e em suas relações com a Câmara Municipal visando garantir que projetos relacionados à saúde da população e à estética da cidade fossem aprovados – intenção maior deste engenheiro-prefeito mencionada reiteradas vezes em suas mensagens dirigidas aos edis municipais.

No entanto, algumas polêmicas vieram à tona no início do ano de 1920. A primeira foi o veto que Moreira Garcez impôs à Câmara Municipal sobre a redução na taxa de calçamento¹¹⁴, contrariando, inclusive, disposições contratuais estabelecidas entre o Governo do Estado e a Municipalidade. Vencido, não tendo sido mantido pela Câmara seu veto, passou todos os anos de sua administração como prefeito discursando aos colegas camaristas que tal decisão “resultou um considerável decrescimo na renda do Município.”¹¹⁵

Outra polêmica se deu em consequência das sucessivas viagens que fez como representante do Estado em eventos oficiais. A ausência do prefeito por oitenta dias deixou a Câmara à vontade para dar prosseguimento à aprovação de projetos. Se para demonstrar o quanto a Câmara trabalhou, ou se para agradar ao prefeito quando voltasse, o fato foi que este “veio, viu e ...vetou...”¹¹⁶ Contrariado se sentia o prefeito, decepcionados viram-se os camaristas. No entanto, ao se dirigir a

¹¹⁴ A modificação da taxa de calçamento foi promulgada pela Câmara Municipal sob n.º 582, de 27 de dezembro de 1920, e infringe o disposto no artigo 11 do contrato lavrado com o Governo do Estado a 19 de abril de 1913, referente ao empréstimo feito a esta Municipalidade. Artigo 11 - No caso da Câmara adoptar qualquer modificação legislativa que possa produzir a diminuição das rendas destinadas especialmente a garantir a execução do presente empréstimo, obriga-se a substituir essas fontes de rendas por outras equivalentes dando disso previo aviso e submettendo a aprovação do Governo a substituição proposta. In: PARANÁ Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao ser installada a sessão extraordinária, convocada nos termos do decreto n.º 3, 25 de fevereiro de 1921. Curitiba: Typ. d'A República, 1921. p.2 e 5.

¹¹⁵ PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao installar-se a 12.ª Sessão ordinária da 10.ª legislatura, 1.º de abril de 1920. p.33.

¹¹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 19 de agosto de 1920. p.3.

eles mediante mensagem, as palavras do prefeito apontavam como patrióticas as orientações seguidas pelos edis na participação da administração e lembravam que a execução de resoluções para a capital rumo a um futuro próspero competia, também, ao prefeito.¹¹⁷

Prosseguia o prefeito em suas sugestões à Câmara Municipal e, assim, obteve a aprovação na alteração do regimento interno da Prefeitura, o que tornou possível dinamizar os serviços administrativos e criar cargos de auxiliares¹¹⁸; cargos que seriam ocupados pelos universitários formados em primeiro lugar nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia Civil.

Tal fato rendeu ao prefeito uma relação muito próxima com a comunidade acadêmica, sendo, freqüentemente, convidado a paraninfo pelos formandos da Faculdade de Engenharia que, segundo a imprensa, prestavam “dessa maneira uma homenagem ao illustre engenheiro, amigo dos estudantes e sincero propugnador do ensino superior do Paraná.”¹¹⁹

Por outro lado, suas insistentes voltas sobre a aprovação pela Câmara da redução da taxa de calçamento chamou a atenção dos edis quanto à aprovação de futuros projetos. Isto porque um fator que veio de encontro a uma maior autonomia administrativa a essa Prefeitura foi o projeto de lei, em trâmite no Congresso Legislativo, que permitiria a nomeação de prefeitos e camaristas municipais pelo Governo Estadual. Tendo sido aprovada, a referida lei facultou o “alijamento* do prefeito ou camarista eleito, que não consulte os interesses do governo; a collocação de um ‘nomeado’, com todos os característicos dessa condição(...)”¹²⁰.

¹¹⁷ PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao instalar-se a 1.^a Sessão ordinária da 8.^a legislatura, 1.^o de dezembro de 1920. p.1.

¹¹⁸ Cargos de auxiliares na Diretoria de Higiene, Procuradoria Fiscal e Diretoria de Obras Públicas, ocupados pelos recém-formados médico, advogado e engenheiro, respectivamente, que obtivessem melhores notas em seus cursos. PARANÁ. Presidente do Estado (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao instalar-se a 6.^a sessão ordinária da 8.^a Legislatura, em 15 de outubro de 1922. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1922. p.12.

¹¹⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 20 de agosto de 1923.

¹²⁰ *Idem*. Curitiba, 27 de março de 1925. p.5. Alijar: desembaraçar-se de, desobrigar-se. (N A).

Sentia-se, portanto, Moreira Garcez amparado pelas disposições legais, solicitando aos edis a “esclarecida atenção para o critério com que venho applicando a renda municipal (...) para beneficiar a collectividade”¹²¹; da mesma forma, suas aspirações eram compartilhadas pelo Presidente do Estado quanto aos destinos traçados para a Capital. Estavam em cena conflitos decorrentes da segmentação de interesses entre diferentes grupos sociais (Câmara, Prefeitura e Governo), e as suas relações com vistas numa finalidade seriam intermediadas pelo exercício do poder¹²².

Entretanto, ante a aprovação de projetos e o cumprimento das deliberações que transitavam pela Câmara Municipal, era necessário vencer as resistências mentais e materiais que possibilitariam a concretização dos empreendimentos previstos para o Município, tal como o afirmado pela imprensa ao discutir o projeto do Sr. Wenceslau Glaser para a instalação de feiras livre em Curitiba:

(...) isto porque, conhecendo das mil e uma circumstancias de todas as naturezas que difficultam a realidade de uma verdadeira e exacta feira livre, não sabemos ainda da maneira porque vae o governo municipal e estadual encarar o projecto.

O que é certo é isto: sem a mão forte e decidida de um organisador energico, a feira livre estará consagrada a um fracasso, infelizmente.

Os recursos de que dispõem os encarecedores da vida, de um lado; e a relação directa (...) da duvidosa boa vontade e da incerta compreensão (sic) do colono são dois factores que só poderão ser vencidos por um combate tenás (sic), practico e energico, o que não está previsto na indicação Glasser.

E, terminando estes commentarios, repetimos que da boa vontade do sr. Munhoz da Rocha e do sr. Moreira Garcez fica dependendo a praticabilidade da feira livre, que grandes beneficios prestará ao povo...¹²³

Dois meses mais tarde, o mesmo jornal comenta que para a criação das feiras livres em Curitiba “nada ainda se fez, quer para executar o plano da lei

¹²¹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curityba pelo Engenheiro Civil, João Moreira Garcez, Prefeito Municipal, ao instalar-se a 11.ª Sessão ordinária da 9.ª Legislatura, 15 de abril 1926. p.3-4.

¹²² HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. **A invenção do Brasil moderno**. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.10.

¹²³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 6 de maio de 1924. p.3.

municipal, quer para oriental-a (sic) com a maior amplitude. Foi tudo fogo de palha”¹²⁴. Ao que parece a falta de interesse dos poderes, estadual e municipal, ficou demonstrada no exercício do silêncio sobre tal projeto.

Por outro lado, os interesses desses poderes ficaram sobremodo visíveis quando o projeto do camarista Percy Withers, apresentado em 1921, propôs a isenção “de todos os impostos municipaes, pelo prazo de 5 annos, as construções que forem feitas dentro de 2 annos”¹²⁵. Isto gerou uma espécie de reação em cadeia que a princípio motivou o Governo do Estado, em 1923, a isentar de impostos as empresas construtoras¹²⁶. Em seguida, gerou a Lei Municipal¹²⁷ que dilatou o prazo de isenção de impostos para dez anos a estas companhias e terminou com um convite do prefeito aos empresários curitibanos, assim divulgado pela imprensa:

Convocada pelo illustre prefeito, dr. Moreira Garcez, realizou-se hontem no gabinete da Prefeitura, a grande reunião de proprietários, capitalistas, engenheiros, architectos, constructores, gerentes de banco e representantes da imprensa, convidados, por um gesto realmente democratico do sr. prefeito para estudarem o problema angustioso da crise de habitações e de construções e alvitrar ideas capazes de minorar o terrivel mal que vem de alguns annos affligindo a população da capital.¹²⁸

Estavam convidados cidadãos interessados no assunto e, sobretudo, empresários que, beneficiados pela redução de impostos, poderiam incrementar a

¹²⁴ *Idem*, Curitiba, 4 de julho de 1924.

¹²⁵ *Ibem*, Curitiba, 3 de dezembro de 1921.

¹²⁶ PARANÁ. Decreto-lei n.º 2.221, de 9 de abril de 1923. Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de impostos estadoaes pelo prazo de cinco annos, as companhias, particulares ou empresas constructoras de casas a prestações que se estabelecerem no Estado, dentro do prazo de 2 annos, contados da data desta lei. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 8.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 15 de outubro de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p.53.

¹²⁷ PARANÁ. Lei Municipal n.º 616, de 5 de maio de 1923. Ficam isentas dos impostos municipaes pelo prazo de dez annos, a contar desta data, as Companhias que se organizarem para a construção de casas em prestações para a construção de casas a prestações e que tenham, pelo menos 1.000:000\$000 de capital. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 8.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 15 de outubro de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p.54.

¹²⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 1.º de março de 1923. Alvitrar: propor, sugerir, lembrar. (N.A).

construção de casas, mediante pagamentos em prestações, oferecidas aos habitantes da capital. Implícitas a essa iniciativa estavam as mudanças que se queria para modernização da sociedade.¹²⁹

Em projetos atinentes às finanças municipais e à estética da cidade Moreira Garcez relacionou-se com os edis mediante “uma perseverança de pastor methodista, a bater por uns bons annos na mesma tecla”¹³⁰. Além das insistentes voltas ao assunto sobre a aprovação havida na redução das taxas de calçamento que muito o contrariou, não lograram êxito suas insistentes lembranças para que leis fossem aprovadas onerando os impostos sobre os terrenos baldios localizados no quadro urbano¹³¹.

Outros benefícios requeridos, dessa vez pela população, chegavam pela imprensa e chamavam a atenção dos camaristas que deveriam atentar para “fazer com que os pães crescessem, (...) promover o barateamento dos generos de primeira necessidade. Assim é que deviam agir, e assim não agiram.”¹³²

Ao elevado preço do pão a população reagia com sucessivos protestos e às várias multas aplicadas aos padeiros eram reclamadas à Prefeitura como sendo em consequência do preço da farinha. O prefeito trocou correspondências com o Conde Matarazzo¹³³ com quem negociou valores e possibilitou o aumento nos estoques de farinha da Prefeitura.

¹²⁹ TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.26-27.

¹³⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de abril de 1924. p.3.

¹³¹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 17.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.38 - 39.

¹³² GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de janeiro de 1920.

¹³³ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 90.^a Legislatura em 15 de outubro de 1924. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1924. p.7-14.

E, para estabilizar o preço desse produto, convocou reunião em seu gabinete com os proprietários de padarias em Curitiba. Ficando estabelecido que a proporção peso do pão *versus* preço da farinha resultaria em um tamanho menor do produto, porém, inalterado permaneceria o seu valor final.¹³⁴

Movendo-se “para acudir os seus munícipes ameaçados de roer ossos em vez de deglutir carne”¹³⁵, Moreira Garcez dirigiu-se, por telegrama, a alguns pecuaristas, adquirindo gado de fazendas próximas à cidade que supririam o Matadouro Municipal e, quando preparava açougues de emergência, foi “procurado por diversos marchantes e açougueiros que [me] declararam não mais pretenderem elevar o preço da carne.”¹³⁶

Todavia, ainda outros produtos careciam de uma inspeção rigorosa sobre seus preços. Aí estavam a banha, o feijão, a batata, gêneros preferidos pelos comerciantes para exportação, gerando falta à praça da capital. Recorreu-se, então, ao Estado¹³⁷, que passou a controlar o embarque destes produtos e fiscalizar o estoque que deveria ser suficiente para atender primeiramente ao comércio de Curitiba.

Em contrapartida, essa administração apoiou os empresários quanto ao “Memorial em que os comerciantes de Curitiba” solicitavam o estabelecimento de

¹³⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 9.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 15 de abril de 1924. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1924. p.51.

¹³⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba, 12 de agosto de 1925.

¹³⁶ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.11.

¹³⁷ PARANÁ. Decreto n.º 1.202, de 7 de novembro 1924. Restringe a exportação de gêneros de primeira necessidade, permitindo o embarque para fora do Município mediante visto na guia de despacho e demonstrar quantidade suficiente para atender ao abastecimento local. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha. (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.9.

um horário para atendimento das casas comerciais¹³⁸. Moreira Garcez aprovou o pedido dos comerciante, pois entendia estar “o tempo de trabalho de accordo com as condições do organismo que está sendo observado em todos os recantos do mundo civilizado(...)”¹³⁹.

A essa articulação nas relações com os empresários estava agregada uma transformação na organização de um novo entendimento dos munícipes sobre a colaboração no processo para instalar definitivamente modelos administrativos mais modernos em Curitiba. Estabelecido o jogo das relações políticas, a ação da Prefeitura voltou-se para coordenar os problemas urbanos tendo, para isso, constituído como seus aliados permanentes os agentes do Departamento de Fiscalização Municipal e o cumprimento às exigências contidas no Código de Posturas¹⁴⁰.

Em sua forma de governar, Moreira Garcez procurava estabelecer uma mediação para solucionar os problemas que lhe eram trazidos pela população. E os financiamentos aplicados na reforma urbana, contabilizado em suas sucessivas mensagens, eram garantidos por ações concretas. Em razão de ter sido herdeiro de uma administração em que “não se respeitam os fins das verbas”¹⁴¹, esta foi a forma encontrada para reestabelecer um novo pacto social.

A cada ano, findo o respectivo exercício, essa administração relatava seu saldo positivo e os melhoramentos realizados. Em razão disto, a notícia sobre sua permanência na Prefeitura para os quatro anos seguintes (1924-1928) foi assim recebida:

¹³⁸ O memorial fixava o horário de atendimento das lojas comerciais entre 8 e 18 horas no inverno e, 8 e 19, no verão. In: GAZETA DO POVO. Curitiba, 11 de fevereiro de 1928. p.1.

¹³⁹ *Idem*. Curitiba, 26 de janeiro de 1928.

¹⁴⁰ PECHMAN, R. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. p.335.

¹⁴¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de janeiro de 1920.

Com isso se rejubila a população da capital, que assim vê assignado para Curityba mais um quatriennio de prosperidade, de largas realizações, de imperio exacto da lei.

(...) Todos conhecem de quanto é capaz a energia administrativa do moço prefeito e, porisso não há por duvidas em que elle cumpra exactamente aquillo que promette.¹⁴²

A essa certeza de mais benefícios virem a ser realizados na Capital foram afastadas as especulações sobre o dr. Moreira Garcez deixar a Prefeitura ou porque se candidataria a Deputado Estadual ou porque fora convidado a exercer o cargo de diretor da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande. A imprensa lamentava “que a obra do dr. Moreira Garcez no remodelamento da cidade viesse a ser prejudicada ou mesmo annullada com uma má substituição do nosso prefeito”¹⁴³. Moreira Garcez não se candidatou a Deputado Estadual, mas aceitou o cargo de diretor da Companhia Estrada de Ferro, desde que, pudesse “quando julgar opportuno, renunciar o meu cargo na sua Directoria”.¹⁴⁴

Ao final de oito anos, as declarações sobre sua atuação registradas nos jornais da capital referiam-se “a fecunda e brilhante administração do S. Exa. o Sr. Prefeito Moreira Garcez”¹⁴⁵, “teve o applauso constante dos curitybanos”¹⁴⁶, lembrado como “paranaense de valor, que muito trabalhou pelo progresso do Paraná”¹⁴⁷.

2.2.2 Arrecadar para Aplicar

Como ficou demonstrado até aqui, a gestão de Moreira Garcez foi conduzida habilmente no sentido não só da sua manutenção, no caso político, como também em orientar os negócios na Prefeitura no exercício da governamentalidade¹⁴⁸. Isso significa

¹⁴² *Idem*. Curitiba, 23 de outubro de 1923.

¹⁴³ *Idem*. Curitiba, 7 de agosto de 1923.

¹⁴⁴ *Idem*. Curitiba, 14 de agosto de 1923.

¹⁴⁵ A República, 7 de setembro de 1926. In: CRUZ, A. *op. cit.* p.208

¹⁴⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928.

¹⁴⁷ O Dia, 29 de novembro de 1933. In: CRUZ, A. *op. cit.* p.298.

¹⁴⁸ Para exercer a governamentalidade Moreira Garcez articulou interesses e necessidades da população utilizando-se da legislação ou conferindo acordos nas relações que atendessem satisfatoriamente à sociedade na sua própria subsistência. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., v. 7, 1979. p.283.

que Moreira Garcez manteve sua autoridade e serviu-se dela para conduzir as economias do Município de forma a revertê-las a um fim conveniente mediante o controle dos serviços oferecidos à população. Dessa forma, pareceu mais importante para ele sanear o quanto possível a situação econômica do Município para que assim pudesse atingir seus objetivos políticos de uma maneira não só efetiva mas, segundo ele mesmo, “com o maior devotamento”¹⁴⁹.

Em 1920, Moreira Garcez, deu início à sua gestão, tomando consciência de que a quantia que tinha em caixa era módica, a dívida passiva bastante elevada e, em contrapartida, a receita ainda imprecisa em sua forma de arrecadação. Diante disso, sua estratégia foi de conduzir os primeiros meses de mandato com vistas no equilíbrio da situação financeira do Município. Foi de tal forma bem-sucedido que, ao final desse mesmo ano, alcançou o dobro da receita orçamentária prevista, o que não passou despercebido pela imprensa:

(...) tal milagre se verificou na sua administração sem aumento de onus à população, já grandemente suffocada com os impostos. Bastou que s.s., com energia e criterio, obrigasse os devedores da Camara a entrar para os seus cofres com o total de seus debitos. A correria, como se sabe, foi geral. Todos os municipes se puzeram em dia com o fisco municipal. As rendas augmentaram e os compromissos da Prefeitura, mesmos os atrasados, foram postos em dia.¹⁵⁰

Satisfeito com o sucesso contabilizado a seu favor, o novo prefeito tratou de declarar que “a melhor vontade com que os municipes (...) se dignaram em attender ao meu apelo, quando (...) fiz publicar editaes convidando os contribuintes em atrazo a saldarem seus respectivos debitos”¹⁵¹, fora extremamente útil à

¹⁴⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinária da 8.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.61.

¹⁵⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de janeiro de 1921.

¹⁵¹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.ª sessão ordinaria da 9.ª Legislatura em 1.º de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.10.

organização da administração pública. Tentava assim conquistar a simpatia da população ao mesmo tempo em que minimizava diante dela o rigor nas cobranças das cargas tributárias.

A “melhor vontade” dos contribuintes a que ele se referia na mensagem dirigida à Câmara implicava um sistemático pagamento de impostos e uma fiel observância da lei aplicada igualmente a todos os contribuintes. Ainda na mesma mensagem, o prefeito explicava este procedimento na medida em deixava de ser o pagamento das tributações “baseado na grande experiência” que os funcionários da Prefeitura “já tinham deste serviço”¹⁵²; o que significava uma intervenção autoritária da Prefeitura na forma de trabalho, tornando-o mais regrado e organizado.

Enfrentando as críticas sobre a maneira estabelecida para arrecadação das rendas, Garcez adotou a restituição de tributação em função de direitos adquiridos pelos contribuintes, mas, por outro lado, deixou a cargo do Superior Tribunal Federal o estabelecimento a quem de direito estaria a arrecadação. Porém, nunca esqueceu a redução das tributações que fora aprovada pelos vereadores, porque havia causado a diminuição na receita do Município¹⁵³. A parte essas disputas, argumentava o prefeito que foram essas medidas em conjunto com “á perfeita regularidade com que são effectuados os pagamentos e a orientação que vem sendo rigorosamente observada pela administração dos Negocios do Municipio (...) é que estabiliza o credito do Thesouro”¹⁵⁴.

Com essa política econômica que se prolongou por todo o seu mandato, Moreira Garcez, durante os primeiros quinze meses da sua administração, declarou

¹⁵² *Idem*, p. 31.

¹⁵³ Vigoravam no Município o Imposto Sobre Frentes Não Edificadas, Muros, Casas Sem Platibanda que cobrados de proprietários isentos, gerou a Portaria n. 51 que restituiu esse imposto às construções iniciadas até 31 de dezembro de 1923. O imposto de Porta Aberta cobrado aos escritórios de médicos, advogados e engenheiros foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, em 1924, de direito ao Município em arrecadar. Os impostos reduzidos mediante votação da Câmara Municipal, que não manteve o veto do prefeito, foram Taxa de Calçamento (diminuiu 30%), Marcação de Veículos (reduzido em 25%), Aferição de Pesos e Medidas, bem como passou a ser suprimido o imposto sobre Entrada de Porcos. Contribuíram para o aumento da receita as rubricas: Dívida Ativa, Comércio e Oficinas, Eventuais, Laudêmios e Emolumentos, Venda de Terrenos, e outras em menor freqüência como Matrícula de Chauffeurs, Renda do Matadouro, Imposto sobre casas de bebidas.

¹⁵⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de novembro de 1926. p.5.

que havia regularizado os compromissos financeiros municipais, passando então a dedicar sua atenção para “vêr muito em breve a nossa Capital provida dos melhores serviços que mais de perto influem na saude e commodidade dos municipes.”¹⁵⁵

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

Rubricas orçamentarias	Receita orçada	Receita arrecadada	Diferença para mais	Diferença para menos
1° Commercio e Officinas do Quadro	166:000\$000	224:386\$484	58:388\$484	
2° Commercio e Officinas do Rocio	25:000\$000	35:940\$797	10:940\$797	
3° Transferencia de terrenos e emolumentos	25:748\$000	27:584\$820	1:836\$820	
4° Impostos sobre fabrica de bebidas não arrecadado		\$		
5° Imposto supplementar sobre casas de bebidas	10:000\$000	10:680\$000	680\$000	
6° Rendas dos Mercados	5:000\$000	7:343\$800	2:343\$800	
7° Adicional de 5 " " sobre os §§ 1°, 2° e 3°	10:337\$400	14:396\$765	4:059\$365	
8° Renda do Matadouro	100:000\$000	117:471\$500	17:471\$500	
9° Aferição de pesos e medidas	11:500\$000	13:103\$000	2:103\$000	
10° Renda do Cemiterio Municipal	11:500\$000	12:818\$000	1:318\$000	
11° Foros do quadro urbano	11:200\$000	22:235\$956	11:035\$956	
12° Foros do rocio	10:000\$000	25:899\$037	15:899\$037	
13° Terrenos não edificados e muros	6:000\$000	66\$900		5:933\$100
14° Impostos sobre calçamentos	60:000\$000	66:276\$027	6:276\$027	
15° Matricula e marcação de vehiculos	25:000\$000	33:265\$845	8:265\$845	
16° Emolumentos não incluídos no § 3°	1:000\$000	2:203\$000	1:203\$000	
17° Cobrança da divida activa	83:032\$200	438:488\$700	355:456\$500	
18° Matricula de chauffeurs e carroceiros	200\$000	1:770\$000	1:570\$000	
19° Matricula de cães	200\$000	540\$000	340\$000	
20° Approvação de plantas pela Directoria Geral	25:000\$000	24:396\$284		603\$716
21° Multas	1:000\$000	24:798\$730	23:798\$730	
22° Imposto de viação em terrenos do rocio	5:896\$000	785\$090		5:110\$910
23° Taxa de Limpeza Particular	27:000\$000	29:690\$000	2:690\$000	
24° Renda Eventual	8:000\$000	51:383\$556	43:383\$556	
25° Empreza de bonds. não arrecadado		\$		
26° Licença a vendedores ambulantes	9:400\$000	17:207\$453	7:807\$453	
27° Imposto de publicidade	2:000\$000	1:557\$600		442\$400
28° Renda de impostos do deposito de inflammaveis	10:000\$000	14:490\$065	4:490\$065	
29° Matricula de vaccas de leite	2:500\$000	3:420\$000	920\$000	
	652:013\$600	1.222:201\$409	582:277\$935	12:090\$126

FONTE: PARANÁ. Presidente do Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez Prefeito Municipal ao instalar-se a 1.ª sessão ordinária da 8.ª Legislatura, em 1.º de dezembro de 1920. p.67.

ACERVO: Círculo de Estudos Bandeirantes.

¹⁵⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.ª sessão ordinaria da 9.ª Legislatura em 1.º de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.8.

Outra medida econômica levada a efeito referiu-se à fiscalização nos preços dos gêneros de primeira necessidade. Durante o ano de 1924, as especulações ocorridas no mercado de alimentos favoreceram a uma supervalorização nos preços. O motivo alegado pelos comerciantes para essa atitude estava relacionado à falta de transportes decorrentes do movimento revolucionário¹⁵⁶ havido em São Paulo, naquele ano. Sob tal alegação, o prefeito e diretor da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande posicionou-se diante do caso como registrado pela imprensa:

(...) o sr. dr. J. Moreira Garcez reuniu hoje, às 13 e meia horas, os directores dos jornais curitybanos afim de expor-lhes as providencias que havia dado, quer como prefeito da capital, quer como director da S. Paulo Rio Grande, para evitar a falta de generos de 1ª necessidade quer em Curityba quer no interior do Estado.

Pelos documentos, telegrammas e estatísticas que foram examinadas pelos jornais ficou demonstrado que a estrada de ferro já conduziu para os seus destinos todas as cargas existentes nos portos, sendo inveridicas quaesquer desculpas com a falta de transporte.¹⁵⁷

Devidamente documentada, essa atitude do diretor da estrada de ferro, que diplomaticamente evidenciou os responsáveis, alertou os jornais locais sobre as arbitrariedades cometidas quanto aos aumentos verificado nos preços de tais produtos.

Considerando sempre o comércio, uma das principais fontes de renda do Município, a Prefeitura passou a regularizar seu funcionamento desde 1920, tornando imperativo o uso do alvará de licença e proibindo os estabelecimentos que possuíam permissão para venda de determinados produtos a negociar com mercadorias diversas. Para os comerciantes que fechavam suas lojas em horário

¹⁵⁶ A revolta havida em São Paulo em 1924 teve como objetivo continuar o movimento sufocado em 1922 (Rio de Janeiro). Chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes, a luta era para pôr fim à oligarquia dos Partidos Republicanos Paulista e Mineira que impediam a manifestação livre na escolha do Chefe da Nação. Após um mês de confronto com as tropas legalistas, os revolucionários fugiram de São Paulo e espalharam-se pelo Paraná, desde a fronteira ao norte com São Paulo, até Foz do Iguaçu, ao sul, e muito a leste da cidade de Catanduvas. Os distúrbios provocados por alguns revoltosos iam desde cortes nos fios telegráficos, arrancar trilhos das ferrovias roubos e saques por onde passavam. In: CASTRO, T. **História da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982. p.303-304.

¹⁵⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 21 de julho de 1924. Segunda Edição.

que melhor lhe aprouvessem, a legislação passou a reger o horário, disciplinando antigos hábitos mediante o cumprimento imposto pela norma.¹⁵⁸

Nesse mesmo ano, a Prefeitura passou à fiscalização permanente do comércio de frutas, de vendedores ambulantes, na inspeção constantes das matrículas do gado leiteiro, que alimentava as crianças, inclusive, regulando a limpeza e conservação das casas destinadas ao aluguel. Assim, pretendia combater a insalubridade mediante a disciplinarização de hábitos de higiene no controle da qualidade do que se oferecia à população.

E para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos a quem não era da cidade, sucessivos projetos foram colocados em prática, tais como o estabelecimento da profissão de carregador¹⁵⁹ de bagagens na estação ferroviária, a promoção de concurso entre hotéis¹⁶⁰; e, em conjunto com a sociedade dos condutores de veículos, passou a vigorar uma tabela oficial de preços para custo não só de condução, mas também de locação de automóveis.

As medidas postas em práticas pela Prefeitura no atendimento aos serviços oferecidos à população demonstravam, implicitamente, os mecanismos que visavam manter a ordem e a regra na coletividade com o objetivo de afastar

¹⁵⁸ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinária da 7.^a Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.24 e 25.

¹⁵⁹ Quanto ao serviço de veículos, “As medidas postas em prática pela Prefeitura e que estão sendo observadas de accordo com os regulamentos vigentes, satisfazem plenamente ás exigencias da cidade e acautelam a seguraça publica” p. 45.Com relação ao serviço de carregadores: Em entendimento com os responsáveis pela estação ferroviária de Curitiba, Moreira Garcez solicitou que apenas os carregadores matriculados na Prefeitura (Art. 302, do Código de Posturas) aqueles, portanto, devidamente uniformizados e numerados, tivessem acesso à plataforma de embarque e desembarque desta estação. p.47 In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 7.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p.45 e 47.

¹⁶⁰ Embora existissem hotéis em condições de concorrer, apenas o do sr. Francisco Johnscher se apresentou em seis anos consecutivos, desde 1921, tendo recebido como prêmio a isenção de impostos municipais, de acordo com a Lei n.º 599, de 07 de dezembro de 1921. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11.^a sessão ordinária da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1926. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1926. p.117.

elementos perniciosos às mudanças que estavam sendo processadas na capital paranaense e, assim, transformar a população, reorganizando seu corpo social em função do trabalho como uma forma positiva para dinamizar a economia.¹⁶¹

Outros foram os benefícios requeridos pela população que contaram com o atendimento da administração municipal verificados pelos anúncios na imprensa:

(...) os jornaes officiaes contaram que vae ser feito o serviço de aprisionamento de cães vadios, poupando á população as immoralidades das matilhas de cães vadios que punham em perigo a canella dos transeuntes.

Já que sua vontade de acertar é manifesta, queremos chamar a sua atenção para o cuidado que devem merecer as ruas do centro, uma vez que por enquanto não se pode esperar que todas as ruas sejam tratadas como devem.

Passado hontem pela rua Marechal Deodoro no trecho compreendido entre as ruas 1^o de Março e Barão do Rio Branco, vimos poças de agua estagnada.

Sobre afeiarem aquella rua, aquellas aguas estagnadas constituem um perigo para a saude publica, devendo assim serem escoadas.

Ahi fica a observação ao sr. dr. Moreira Garcez.¹⁶²

Entretanto, tendo atingido a estabilidade econômica do Município foi possível ao prefeito aumentar a dotação orçamentária das respectivas rubricas que poderiam atender a reclamações como esse. A limpeza da cidade e os serviços de remoção do lixo passaram a ser realizados com uma frequência maior e com uma eficiência que atendia melhor aos preceitos ditados pela técnica sanitária.¹⁶³

Paralelamente a essas, outras dotações orçamentárias também foram aumentadas para que pudessem ser atendidos os melhoramentos quanto à Conservação de Calçamentos, Obras Públicas, Praças e Jardins, serviços esses que

¹⁶¹ DONZELOT, JACQUES. **A Polícia das Famílias**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 2. ed., Rio de Janeiro, 1986. p.49-89.

¹⁶² GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de março de 1920.

¹⁶³ O lixo foi utilizado como adubo no Instituto Agrônômico do Bacachery e outra possibilidade era ser depositado “em grandes fossos, abertos em pontos retirados da cidade, sendo em seguida coberto de com uma espessa camada de terra, de 40 a 50 centímetros de altura para conveniente redução. Moreira Garcez menciona que esta técnica está sendo empregada em cidades nacionais e estrangeiras e com resultados satisfatórios atestado por higienistas como Spataro Brouardel, H. Pottevin e M. Risler, de modo que quer adotar para Curitiba. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Câmara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser instalada a 1.ª sessão ordinária da 7.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1920. p.24.

tratando da estética da cidade viriam a ser feitos “gradativamente, á medida do possível e na proporção dos recursos disponíveis”.¹⁶⁴

A população, porém, mostrava-se bastante impaciente, como levam a concluir as notícias publicadas ao longo dos anos na imprensa requisitando soluções nos serviços atinentes à estética da cidade. Impaciente e confusa, pois percebe-se que o uso da palavra “estética” compreendia um universo que abarcava desde bodegas freqüentadas por “desclassificados”, que contribuíam para “transtornar horrivelmente a feição esthetica da cidade”¹⁶⁵, até poças d’água a “afeiarem”¹⁶⁶ ruas e praças cujas gramas eram “transformadas em campo de peralthices”¹⁶⁷.

No entanto, ao investir progressivamente no crescimento econômico verificado nas receitas do Município em sucessivas transformações na *urbs* e melhorada a “tal” estética da cidade, a imprensa comentava “a gestão do sr. Moreira Garcez na Prefeitura Municipal tem sido das mais efficientes em matéria de melhoramento e aperfeiçoamento da nossa capital. O actual governador, dentro dos recursos orçamentarios normaes, tem levado a effeito uma obra de incontestável valia”.¹⁶⁸ Ao reformar o espaço da cidade este prefeito acreditava, contrapondo-se aos pessimistas, que chegaram a insinuar a “decadência da nossa Capital”¹⁶⁹, que fatores relacionados à posição geográfica, clima e fertilidade do solo de Curitiba favoreceriam o estabelecimento de indústrias fabris em seu interior, o que engrandeceria sua

¹⁶⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1921. p.17.

¹⁶⁵ GAZETA DO POVO. Curitiba, 9 de março de 1920.

¹⁶⁶ *Idem.*, 10 de março de 1920.

¹⁶⁷ *Idem.*, 26 de março de 1921.

¹⁶⁸ O DIÁRIO DA TARDE, 3 de agosto de 1923.

¹⁶⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinaria da 9.ª Legislatura em 15 de outubro de 1924. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1924. p.15.

economia, tornando possível, inclusive, transformá-la em centro industrial. Desta forma, seria possível deslocar a base da economia paranaense das atividades extrativistas para um sistema capitalista de produção regido pela industrialização.

Higiene, estética e indústria, símbolos da modernidade, caminhos que conduziriam ao rol dos grandes centros internacionais. No entanto, ainda que Curitiba fosse impulsionada pela agricultura extrativista e suas atividades correlatas, atrair indústrias para a cidade exigiria uma nova ordem urbana, movida pelas velocidades de deslocamento e processos de produção, acarretando novos padrões de comportamento à população, nos quais os avanços da técnica sobreporiam o ritmo desacelerado das atividades manufatureiras.¹⁷⁰

Além desses condicionantes, os administradores estavam cientes de que Curitiba não alcançaria, ainda, um progresso econômico baseado na indústria pelo fato de não produzir energia, nem em quantidade suficiente, nem a preço convidativo. Além disso, nas palavras da imprensa “Curitiba (...), cidade nova como é, onde quasi tudo foi até hoje mal feito ou feito às pressas,”¹⁷¹ o que reforçava o atraso material e a falta de progresso na capital.

A exploração da força motriz e energia elétrica na cidade estava a cargo da “The South Brazilian Railways Company Limited”¹⁷², e os serviços oferecidos ficavam à mercê de instrumentos que poderiam, a qualquer hora do dia, paralisar fábricas, comércio, lazer, que assim permaneceriam por uns minutos ou algumas horas.

¹⁷⁰ HERSCHMANN, M. & PEREIRA, C. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M & PEREIRA, C. *op. cit.* p. 34

¹⁷¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 de novembro de 1920.

¹⁷² Empresa de capital inglês, firmou contrato com a Prefeitura de Curitiba em 23 de dezembro de 1907, para atendimento quanto ao serviço de bondes para transporte urbano. A mesma empresa encarregava-se de prestar serviço de iluminação pública, porém ao Estado ficaram subordinados os encargos em contrato lavrado entre este e a Prefeitura de acordo com a Lei nº127, de 22 de março e Lei n.º 128, de 11 de abril, ambas de 1904. A mesma empresa também explorava a força motriz, mas de acordo com o Código de Posturas em seu Art 295 este serviço era de livre concorrência. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida à Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 15.ª sessão ordinaria da 7.ª Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 32 a 35.

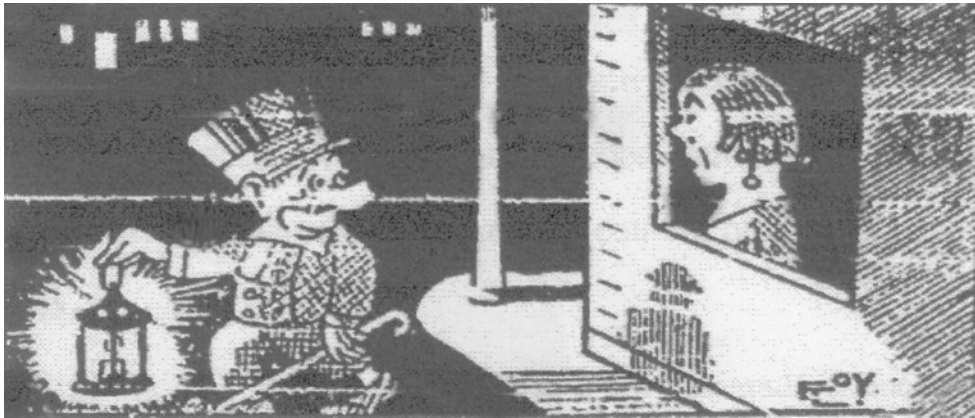
Quanto ao serviço de iluminação, que desde 1904 estava sob responsabilidade do Governo do Estado¹⁷³, a Prefeitura, ao longo de oito anos, aplicou multas, tratou de melhoramentos nos serviços com a diretoria da empresa, mas o resultado das negociações trouxe para a capital um velho costume dos tempos coloniais quando, à noite, arcaicos lampiões a querosene ou lamparinas de azeite enfeitavam o interior das casas e pelas ruas escuras pessoas surpresas e apreensivas esbarravam na escuridão que pesava sobre a cidade. Patente retorno a costumes rurais que, por certo, os cidadãos não queriam mais viver.

Em relação ao serviço de força motriz, a Prefeitura atravessou duas gestões sem esquecer a forma como essa concessionária gerava energia. E descrevia, por fim, que as usinas compostas de motores e equipamentos acionados pelo calor utilizavam “caldeiras [que] consomem cerca de 6.000 metros cúbicos de lenha por mez!!! Adicione-se a esse vultuoso (sic) consumo o necessário para as demais industrias(...) e bem se avaliará a consideravel devastação que soffrem as nosas (sic) mattas!!!”¹⁷⁴, concluía mensagem de 1926.

¹⁷³ “(...) o governo do Estado tomaria sobre si o encargo das obras para o abastecimento d’água e rede de exgottos e acceitaria, a titulo de amortização do capital e juros a despender com as mesmas, a cobrança e gozo do imposto predial, taxado pela referida Camara, deduzida a importancia relativa ás despesas com o serviço de iluminação publica, cuja administração passaria para o Estado, ficando este com superintendencia sobre a execução do contracto então existente e podendo revel-o ou encampal-o”. In: PARANÁ. Presidente do Estado (1904-1908: Dr. Vicente Machado). Relatório apresentado ao Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d’Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, em 31 de Dezembro de 1904. p. 5.

¹⁷⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11ª sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 15 de abril de 1926. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1926. p. 162.

PREVENÇÕES



- O Tancredo, onde vae você de lanterna?
- –Vou dar um passeio pelo centro da cidade...¹⁷⁵

Preocupado com a falta de conservacionismo¹⁷⁶, visto que utilizavam as matas como técnica empregada para o fornecimento de força motriz, já nos primeiros anos de sua administração Moreira Garcez trabalhou junto à Câmara Municipal para aquisição pela Prefeitura dos serviços afetos a essa concessionária. Isto, porém, causou protestos da imprensa local:

Será isso melhorar?

Não pode ser; a South, actualmente, ainda está sujeita a contractos e clausulas de que não pode fugir, e que asseguram à cidade a execução dos serviços promettidos; (...)

E quando esses serviços ficarem a cargo da Prefeitura, o que será então? A Prefeitura, todo o mundo sabe, é dona do seu nariz; não presta contas a ninguem; (...) possui administrações successivas e assim criterios variaveis; (...) tem apenas obrigações moraes.¹⁷⁷

¹⁷⁵ O DIA. Curitiba, 16 de janeiro de 1920. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

¹⁷⁶ “Em linhas gerais, o conservacionismo propunha o desenvolvimento e uso controlado dos recursos naturais em toda sua abrangência, procurando alcançar o maior número de pessoas possível, por um longo período de tempo. (...) Cientistas filiados à Sociedade Americana para o Avanço da Ciência passaram, em seguida, a influenciar setores da administração pública norte-americana com vistas ao estabelecimento de políticas que possibilitassem, além do gerenciamento de capas aquíferas, a exploração racional das florestas, da caça e da pesca e a criação de um programa nacional de irrigação. Uma das conseqüências foi a criação de reservas florestais de domínio público federal, na década de 1890 – nelas, somente a União poderia permitir o corte seletivo de árvores para comercialização.”. In: TRINDADE, E. **Cidade, Homem e Natureza: Uma história das políticas ambientais de Curitiba**: Unilivre, 1997. p.28.

¹⁷⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 16 de abril de 1921.

Fracassadas as negociações, continuava a cidade sob as oscilações de ter e não ter luz, minuto a minuto, hora em hora; até que, em 1927, foi possível ao Município adquirir as quedas d'água do rio Capivary, com o objetivo de iniciar a construção de uma usina hidroelétrica.¹⁷⁸

Entretanto, o edital de concorrência para a construção dessa usina resultou improdutivo. O prefeito voltou-se então para os munícipes, “que mais de perto influe (sic) no progresso de Curitiba”¹⁷⁹, que compraram a idéia de constituir uma sociedade em que a população poderia “intervir diretamente nos destinos da companhia”¹⁸⁰, e assim fosse evitada a responsabilidade exclusiva da Prefeitura sobre tal empresa, como sugerido pelo jornal.

Nascia a Companhia Curitybana de Electricidade, e para incentivar a instalação de empresas que necessitassem da energia fornecida pela usina hidroelétrica foi aprovada a lei que as isentava de impostos pelo prazo de dois anos.¹⁸¹ A insistência e a perseverança do prefeito foram os meios pelos quais se tornou possível “governar as coisas” com o objetivo de proporcionar autonomia econômica aos munícipes gerando emprego e, ao Município, receita.

Foi de igual proporção a luta que ao longo dos anos travou-se para a remodelação nos serviços telefônicos. Sendo serviços oferecidos de maneira ineficiente, causavam reclamações, geravam multas e não beneficiavam ninguém. O descumprimento ao contrato pela concessionária que explorava o serviço levou a Prefeitura a adotar um maior rigor quanto à fiscalização, utilizando uma estratégia assim descrita pela imprensa:

¹⁷⁸ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 12.ª sessão ordinaria da 11.ª Legislatura em 15 de abril de 1927. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1927. p. 145.

¹⁷⁹ *Idem.*, p.149.

¹⁸⁰ *Ibdem.*, p.166.

¹⁸¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 5 de novembro de 1926.

O seguinte edital, publicado agora, oferece ensejo a que se aprecie até onde chegou a energia do governador da cidade.

Assignado pelo sr. Goulin, engenheiro-director, diz – “aos interessados que tiverem reclamações a fazer sobre o serviço telephónico desta capital, deverão dirigir as mesmas por escripto a esta Directoria, que agirá com a maxima severidade, no sentido de compellir a Companhia concessionaria a manter em bom estado as suas linhas e aparelhos de comunicação a attender á commodidade dos seus assignantes.”

Como se vê, a Prefeitura está interessada em fazer com que a população que usa de telephones tenha a garantia de um serviço melhor do que o actual, que convenhamos, não honra lá muito os nossos fóros de cidade adiantada.¹⁸²

Somente em julho de 1924, foi possível à Prefeitura lavrar um termo de compromisso que permitiu a administração dessa companhia. No ano seguinte, comprou-a e, após concorrência pública, passou-a por arrendamento à A.E.G. Companhia Sul Americana de Electricidade, de forma a evitar que “critérios variáveis”, sugeridos pela imprensa, especulassem os serviços que deveriam atender à população.

Em 1927, essa empresa aparecia nos jornais oferecendo à população “Serviço rapido. Ligação immediata. Clareza de voz nas conversas urbanas e interurbanas. Aparelhos modernos. Funcionamento com bateria central. Coaudição de terceiros excluida. Serviço continuo dia e noite.”¹⁸³

As concessões a empresas privadas para exploração de serviços públicos (eletricidade, transporte urbano, telefones) resultavam em operações deficientes que visavam mais aos fins lucrativos do que às necessidades públicas e qualidade no atendimento. Tanto em Curitiba como em Porto Alegre, por exemplo, a concessão desses serviços a monopólios de capital privado passou a ser encampada pela municipalidade, acompanhando o que era seguido nas cidades européias.¹⁸⁴

¹⁸² GAZETA DO POVO. Curitiba, 26 dezembro de 1921.

¹⁸³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de Março de 1927. p. 5.

¹⁸⁴ PESAVENTO, S. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 386

Embora a municipalização desses serviços fosse vista como uma operação vencedora que emprestaria a idéia de bem público às reformas urbanas em curso, as imposições técnicas e financeiras ganhavam outros significados. O ideal de “fóros de cidade adiantada”, mencionado pelo jornal, e o prenúncio “de uma nova era de prosperidade”¹⁸⁵, nas palavras de Moreira Garcez, revelam o empenho em alcançar a modernidade, em acompanhar o processo científico internacional. Curitiba prosseguia entre o sonho da cidade ideal e a concretude da cidade possível.

2.2.3 Remodelação da Cidade

A cidade carecia ainda de muitas soluções quanto ao seu aspecto urbano. Desde os anos em que Moreira Garcez atuou frente à Diretoria de Obras Públicas, a higiene era mencionada como um problema que necessitava de maior atenção dos poderes públicos. Ao assumir a Prefeitura, em 1920, o aumento progressivo no número de habitantes¹⁸⁶ comprometia a salubridade urbana. Urgentes se faziam as medidas a serem postas em prática para atenuar a contaminação do meio, pois, segundo a imprensa,

O estado de Curitiba é verdadeiramente lastimável. Para quem percorra a cidade em qualquer direcção, vae-se lhe desdobrando aos olhos surprezos uma successão incrível de scenarios arruinados, de quadros lastimaveis, a proporção que a vista pousa nas ruas por que se caminha. (...)

Sae-se de uma rua pessimamente calçada, em que o passeio é formado de pedras desconstradas, pontudas, redondas, largas ou pequeninas, como si jogadas a esmo, para se entrar em outra sem calçamento, desnivelada, em que o passeio, como um esboço, é marcado por uma linha de meio-fio. (...)

Quando chove, então, o quadro ganha, com a lama, com o barro, com as poças dagua e os lamaçoes (sic), uma tinta tragicamente negra.

¹⁸⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1920. p. 72.

¹⁸⁶ Em 1900, Curitiba contava com uma população de 50.124 habitantes e em 1920 este número chega a 80.000. In: CABAS, A; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILLIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. História, políticas públicas e educação. Curitiba: Criar Edições, 2004. p.31.

Sem exaggeros, convençamo-nos, Curitiba é uma cidade pessimamente dirigida, sem serviços que elogiem a sua direcção e os seus dirigentes. Tudo anda ao Deus dará, as voltas com o descaso, sepultado no esquecimento. (...)

Em várias ruas da cidade, em consequencia dessa desorganização, o capim cresce e avulta, verdejando as calçadas e o leito da rua. O mato sobe junto aos muros e ás paredes, desdobrando-se em touças graúdas.

E isso no centro da cidade, nas ruas centraes.¹⁸⁷

Para modificar essa “sucessão incrível de scenarios arruinados”, Moreira Garcez constituiu um departamento de agentes severos quanto à fiscalização da *urbs* e fiéis no cumprimento das normas contidas no Código de Posturas, bem como determinou o reparo nos equipamentos utilizados pela diretoria de obras públicas e ampliou o quadro de pessoal encarregado da limpeza e da conservação de ruas.

Com essa operação tentava-se articular na cidade uma transformação dos velhos hábitos priorizando princípios higienistas que regeriam o comportamento social. Isto porque a capital passou a refletir a saúde do Estado que, por sua vez, se inscrevia nas relações do país com o estrangeiro. Na República Velha, a capital federal foi a primeira cidade que iniciou o processo de remodelação em sua estrutura colonial instigado pelo saber dos médicos que combateram a contaminação instalada no meio urbano.¹⁸⁸

Para remover as causas comprometedoras da higiene em Curitiba, as idéias divulgadas pelos higienistas¹⁸⁹ foram colocadas em prática de modo a orientar a conduta dos indivíduos e passou a haver vigilância permanente sobre os hábitos da população como condição fundamental de “que a boa hygiene prolonga a

¹⁸⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 13 de fevereiro de 1920.

¹⁸⁸ PECHMAN, R. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). *op. cit.* p. 332.

¹⁸⁹ Moreira Garcez cita os higienista Beckmann e Baldwin Lathan. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 7.^a Legislatura em 15 de abril de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 5.

existencia” e “preservar a saude é defender a vida, que é tudo o que possuímos de mais valioso”.¹⁹⁰

Por esse motivo, fiscalizavam-se gêneros alimentícios como o leite, as frutas, a carne, mas também, prédios de uso público como hotéis, cafés, casas de diversão, residências coletivas e para aluguel, todos sempre vistoriados.

E isso parecia bastante necessário, tendo, inclusive, em vista as condições higiênicas do matadouro veiculadas pela imprensa:

(...) o que vae pelo matadouro, causa nojo e revolta. Ja mais (sic) se viu peor immundice. Sem commodidade, antiquado, sem hygiene, rodeado pelos urubús, o Matadouro é um fóco de pestilencia, um monturo cujo cheiro não se supporta. Os canos de exgotto do sangue e das lavagens, desaguam no campo, pouco adiante do edificio, emporcalhando a redondeza.¹⁹¹

Então, acompanhado dos diretores de higiene e de obras públicas, Moreira Garcez visitou o local e iniciou a reforma, aparelhando-o para que assim pudesse durar mais dez anos sem a necessária construção de outro. Isto porque, “assim como o Matadouro, muita cousa mais precisa ser reformada quanto antes”¹⁹², sugeria o mesmo jornal.

Outro atentado aos preceitos higiênicos era o Mercado Municipal situado na Praça 19 de Dezembro, que estava, inclusive, na iminência de ruir e sobre o qual declarava Moreira Garcez: “não era meu desejo executar qualquer reparo que prolongasse a existência desse monstrego (...), sou forçado a fazer o necessario escoramento.”¹⁹³ Somado a isso, a imprensa alertava que “em todos os compartimentos do eternamente *provisorio* mercado é visível a falta de asseio”¹⁹⁴.

¹⁹⁰ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 1.º de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.5.

¹⁹¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de Agosto de 1920.

¹⁹² *Idem*, Curitiba, 30 de Agosto de 1920.

¹⁹³ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.ª sessão ordinaria da 8.ª Legislatura em 15 de outubro de 1922. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1922. p.49-50.

¹⁹⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 13 de março de 1923.

Para que a cidade e a população incorporassem hábitos higiênicos, era necessário materializar a norma como condição para preservar a saúde, o que seria possível mediante a ordenação dos espaços que, preenchidos com novas construções, enquadrariam a cidade em uma moldura.¹⁹⁵ Viu-se, porém, o prefeito escorando um “monstrengo” para evitar acidentes à população. A esta concepção contrária aos seus preceitos estéticos, estava prevista para a paisagem urbana uma edificação nova que emprestasse à capital uma imagem civilizada. Sem desistir de suas intenções, o antigo mercado foi derrubado somente no final de 1926 e o novo recebeu tal tratamento em sua construção, que, segundo a imprensa, mostrou-se “melhor que de Amsterdam”.

A novidade, porém, gerou protestos, pois sendo Curitiba “cidade-aldeia onde as verduras e frutas chegavam nas casas pelas mãos dos colonos nunca sentiu falta de mercados grandes ou pequenos.”¹⁹⁶ Ao que parece, a nova construção esbarrou na resistência às imagens materializadas na cidade.

Contudo, os elementos naturais também depunham contra a salubridade da cidade. Tendo Curitiba topografia irregular e entrecortada por rios, era freqüentemente inundada durante as chuvas. O jornal descrevia que nas tempestades

(...) a água, além da que corria independentemente em todas as ruas, unindo-se á que o rio Ivo extravasava, formou desde a rua Carlos de Carvalho verdadeiras cachoeiras, que alagava quintaes, ruas e casas, acompanhando a trajetória do rio e despenhando-se (sic) pelas zonas mais baixas.¹⁹⁷

E a estagnação das águas no argiloso solo permitia, ainda, sua contaminação em razão do grande número de fossas fixas permeáveis existentes na área urbana. Era necessário evitar tudo o que favorecesse as enchentes. A Prefeitura começou por retirar as barragens existentes nos rios que cruzavam a

¹⁹⁵ PECHMAN, R. *op. cit.* p. 333.

¹⁹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 15 de dezembro de 1926. p. 3.

¹⁹⁷ *Idem.* Curitiba, 13 de Janeiro de 1922.

urbs, mesmo que elas estivessem localizadas em terrenos de particulares¹⁹⁸, e providenciou para que a limpeza de rios, valetas e a desobstrução de bueiros e bocas-de-lobo passassem a ser práticas constantes durante essa administração.

Mas tanto o excesso como a falta de água causavam danos. Doenças que necessitam de banho diário, como a varicela e o alastrim, grassavam pela cidade. A suspensão no serviço de irrigação ou lavagem completa dos esgotos trouxe como conseqüência os miasmas exalados pela rede (que necessitava ser esquentada com água viva de cal) e a lembrança macabra de uma outra epidemia de tifo.¹⁹⁹

Mas das torneiras jorravam apenas ‘minhocas’. As taxas quanto ao fornecimento de água eram cobradas em dia, enquanto as notícias para a solução desse problema só falavam em futuro. Publicava-se, também, o auxílio do corpo de bombeiros para abastecer as partes altas da cidade²⁰⁰, sem que fossem avisado o horário de distribuição²⁰¹. As notas oficiais diziam que “o governo tem se preocupado com o serviço de abastecimento (d’água) na Capital, procurando remover os inconvenientes da falta d’água nas épocas de estiagem mediante nova captação na serra (...).”²⁰² Essa questão em Curitiba foi um problema que acompanhou a história da cidade desde seus tempos de comarca e somente tomaria um novo curso com a implantação do projeto de Saturnino de Brito.

¹⁹⁸ A Prefeitura retira as represas das propriedades do Sr. Francisco Fido Fontana, Augusto Hauer e na antiga casa de banhos da Avenida João Gualberto, situadas na região norte da cidade. In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1ª sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d’A Republica, 1920. p.39.

¹⁹⁹ A febre tifóide em Curitiba no ano de 1915 causou 45 óbitos, em 1916, este número foi para 27 e em 1917 saltou para 121. In: CRUZ, A. *op. cit.* p.109-110.

²⁰⁰ Avenida Batel e ruas transversais, Avenidas Ivahy (Getúlio Vargas), Iguassú, Sete de Setembro e transversais, e entre o Alto da Glória e Juvevê.

²⁰¹ O jornal Gazeta do Povo, de 29 de agosto de 1921, assim se refere à hora em que a Repartição de Água e Esgotos forneceria ou cortaria a água à população.

²⁰² GAZETA DO POVO. Curitiba, 17 de julho de 1924.

Entretanto, enquanto esse melhoramento não chegava, a fiscalização pretendia coibir o hábito que a população tinha de jogar água, desta vez servida, pelas sarjetas. Para isto, editais foram publicados convocando os proprietários de prédios a fazerem as convenientes instalações sanitárias nas casas que ainda não as possuísem. Mas, poucos corresponderam ao edital e muitos esperavam as obras que o Governo Estadual estava executando quanto a esses serviços.²⁰³ Se alguns esperavam, a imprensa alertava que “a higiene municipal não dorme”, intimava e multava o proprietário da casa “a instalar agua e exgotto na mesma, no prazo de 30 dias”.²⁰⁴

Os mecanismos utilizados para incutir novos hábitos higiênicos combatiam as resistências da população mediante perseverante fiscalização municipal. A garantia de uma nova atitude diante de velhos hábitos se fazia mediante a vigilância constante e o cumprimento à lei praticado pelos agentes municipais. Dessa forma, reorganizava-se disciplinarmente o viver na cidade.²⁰⁵

De cenário arruinado, onde torneiras cuspiam minhocas e perambulava a ameaça de doenças, Curitiba não oferecia atrativos para novas construções. Embora desde 1921, as leis, Municipal e Estadual, isentassem de impostos as empresas construtoras, se comparados os números de edificações construídas nos anos de 1902 e 1922, verificava-se que naquele ano o número correspondente era 77 e neste, 76²⁰⁶. Havia, então, uma séria crise de habitação gerada pelo aumento da

²⁰³ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 25.

²⁰⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 6 de março de 1924.

²⁰⁵ DONZELOT, J. *op. cit.* p. 49-89.

²⁰⁶ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 15 de abril de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p. 84.

população²⁰⁷ e dos valores cobrados nos aluguéis das casas oferecidas para moradias. A imprensa acolheu denúncias como esta:

Tenho, sr. redator, acompanhado com grande atenção e interesse o assumpto que diz respeito a crise de casas e consequente desrespeito dos senhorios á Lei do Inquilinato.

Esta Lei, creada com o fim exclusivo de amparar os inquilinos da ganancia e abuso dos senhorios, pode-se dizer, sem receio de contestação, que ella aqui no Paraná não está sendo cumprida tal qual como está redigida! (...) sendo de admirar ainda a coragem dos senhorios em invocar a Lei em seus interesses proprios, (...) nas suas petições dirigidas ao juiz competente, sem declarar, como se torna imprescindivel, o motivo porque precisa da casa.

(...) porque já redigem as suas petições com o intencional desejo de poder explorar os inquilinos, aumengtando os alugueis de suas casas de maneira espantosa, quando notadamente as casa de alugueis em Curityba, quasi em sua totalidade, não offerecem, absolutamente, o melhor conforto possivel.²⁰⁸

Higiene e estética orientaram as ações conduzidas por Moreira Garcez, que, desde 1921, inseriu em Curitiba tentativas para livrá-la do seu aspecto de vila onde ruas lamacentas, mal pavimentadas ou sem pavimento, misturavam-se a terrenos baldios que, sem muros e sem passeios, alojavam animais. Cães, gatos, cabras, cavalos, mortos ameaçavam as pessoas, e os animais vivos vagavam em bandos por entre casas que mais pareciam “verdadeiros monstrenços que attentam de modo flagrante contra a estética da cidade”²⁰⁹, violando a imagem da capital que se queria civilizada.

Todavia, para Moreira Garcez, a falta de construções para moradias estava no fato de os rendimentos mais lucrativos encontrarem-se no mercado de títulos mais do que nos investimentos em construção. Lastimava, ainda, que os proprietários de terrenos baldios, mesmo possuindo recursos, não participassem em

²⁰⁷ Conferir nota n. 186.

²⁰⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 28 de novembro de 1924.

²⁰⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1^o de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.18

“beneficiar a esthetica da cidade”²¹⁰ concorrendo para aumentar o número na edificação de casas em Curitiba.

Porém, a lei não alcançava impor construções nos terrenos baldios espalhados pelo centro, o que causava um aspecto desagradável à cidade. Para as insistentes demandas do prefeito a uma legislação que obrigasse a ocupação desses terrenos, alegava-se, além dos objetivos estéticos, o atendimento ao serviço de pavimentação de ruas, que ficaria comprometido em razão da falta de limites entre esses lotes e as avenidas.

Tecer amplas avenidas que unificariam edificações verticais entremeadas de espaços arejados configurariam à *urbs* uma imagem de cidade civilizada divulgada pelos modelos urbanos importados e amplamente difundidos em território nacional. A composição de grandes traçados implicava um controle sobre os aspectos funcionais do sistema de circulação, e a produção de edificações no preenchimento da malha viária se encarregaria do aspecto para seu embelezamento. As primeiras intervenções ocorridas nas cidades brasileiras começaram pelas obras de saneamento que passaram em seguida a cumprir com a necessidade de escoamento da produção para atingir os mercados externos²¹¹, caso das cidades do Rio de Janeiro e de Santos, onde estavam localizados os principais portos nacionais.

A Prefeitura de Curitiba, sem aguardar por melhores disposições legislativas ou atrativos capitalistas, deu início aos serviços de pavimentação pelas ruas que já possuíam calçamento, embora tais ruas tenham exigido trabalho como se nunca tivessem sido calçadas, tal “o estado de abandono em que se achavam”. Igual trabalho exigiu a resistência imposta pelos moradores locais que desacreditavam no tipo de revestimento utilizado. Em 1921, algumas vias tiveram de

²¹⁰ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.49.

²¹¹ LEME, M. A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). *op. cit.* p.248-250.

ser revestidas a título de experiência, somente depois, passaram a ser aceitas.²¹² Uma vez que os modelos externos, importados eram recebidos com certa resistência, por vezes a intervenção municipal era feita de forma autoritária para persuadir a população a aceitar as novidades.

A relação entre a população e os poderes públicos estava, pois, estabelecida de forma autoritária, característica desse período. Refletiam-se no interior da capital paranaense as mesmas dificuldades enfrentadas por outras capitais. As primeiras décadas do século XX registraram uma massa de imigrantes que, excessiva, inchou as cidades; relações comerciais abaladas por conflitos mundiais que ocasionaram a carestia de vida, o desemprego e a falta de habitação, e que, por sua vez, culminaram em greves duramente reprimidas em confrontos armados.²¹³

Era necessário impor uma nova ordem. Politicamente, enquanto a administração de Munhoz da Rocha voltava suas atenções, também, para projetos na área social, a Prefeitura de Moreira Garcez efetivou um projeto encarregado de materializar o novo pacto social que, articulado entre ambas as administrações, cumpriria em estabelecer uma nova consciência coletiva sobre o bem público produzido pela reforma urbana. Ele deixava de ser uma prática higienista para se tornar uma estratégia com vista em moralizar o meio físico como saída para amenizar o descontentamento popular.²¹⁴

E Moreira Garcez procurou imprimir outra dinâmica administrativa nesse processo. É que os programas de reforma urbana levados a efeito em Curitiba durante a administração de Cândido de Abreu, entre os anos de 1913 e 1916, necessitaram de empréstimo para sua realização e o então prefeito “não mediu esforços para afastar do

²¹² PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p. 40

²¹³ LEME, M. *op. cit.* p. 252.

²¹⁴ PECHMAN, R. *op. cit.* p. 335.

centro da cidade a ‘ralé pestilenta e miserável’²¹⁵. Também a administração seguinte (1916-1920) enfrentou uma violenta crise econômica e social que gerou, inclusive, conflitos populares na capital²¹⁶. Já a administração de 1920 realizou um ajuste de contas para adequar a modernidade que se queria ao quadro institucional existente. Com isso, não foi necessário empréstimo para as obras projetadas por essa gestão e nem houve deliberada expulsão dos pobres do quadro urbano²¹⁷.

Ao lado disso, Moreira Garcez procurou negociar suas políticas administrativas, em diferentes instâncias seja contornando contrariedades em empreendimentos, seja estabelecendo acordo direto com o Governador, seja convocando a população para participação na organização de serviços considerados de utilidade pública quanto às questões higiênicas e à reforma urbana.

Dos critérios adotados pela Prefeitura quanto à pavimentação, ficou estabelecido que ela cobririam até a metade do custo do serviço e o restante ficaria a cargo dos moradores da rua²¹⁸, o que restringiu as vias alcançadas por este benefício, vindo a público reclamações como esta:

²¹⁵ SÊGA, R. **A Capital Belle Époque**. A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu. 1913-1916. Curitiba: Aos Quatro ventos. 2001. p.42-43.

²¹⁶ “Com efeito, por volta de 1915, a participação do mate na pauta de exportações sofreu uma queda brusca e vertiginosa. (...) Foi uma longa e violenta crise, que se estendeu de 1915 a 1920, provocando desemprego e queda salarial.” Somado a isto “em 1917 (...) a Sociedade Protetora dos Boleiros que deflagrou a greve geral (...)” e “em 1918 (...) o surto, particularmente violento de gripe espanhola, alastrou-se do porto de Paranaguá a Curitiba e tomou conta da cidade.” In: CABAS, A; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. *Paraná: o século, o asilo*. História, políticas públicas e educação. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33, 38 e 39.

²¹⁷ “Quero apenas lembrar que todos os calçamentos que tenho executado e que continuarei a fazer, são custeados tão somente por conta do Município, e com os recursos ordinarios accumulados methodicamente (...). Não contrahi emprestimo (...) e muito menos pretendo acarretar dividas para o Município.” In: PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920 – 1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p.17.

²¹⁸ A Lei n.º 455, de 1916, estabelece para a Prefeitura o compromisso de contribuir no máximo com a metade do custo do serviço para calçamento de rua. Benefício este aprovado na administração de João Antonio Xavier. PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 35.

Curitiba, ninguém o ignora, foi edificada sobre terreno alagadiço e por isso com qualquer tempestade fica com as suas ruas alagadas.

No centro esse fenómeno não perturba a vida dos seus habitantes, que tem a calçada á porta, mas nas ruas menos centrais, n'algumas mesmo pouco afastadas do centro mas desprovidas de calçamentos, tal facto acarreta não pequenos embaraços aos que se vêm forçados a residir em taes zonas.²¹⁹

As ruas excluídas de calçamento não se restringiram àquelas um pouco afastadas do centro, mas também àquelas que não se localizavam no trajeto seguido pelo plano de expansão executado por essa administração. Os serviços de remacadamização começaram por algumas ruas próximas ao núcleo central, expandiram-se às avenidas que conduziriam ao extremo norte da cidade (Assunguy, Cândido de Abreu e João Gualberto), atingiram as que ligariam as partes leste e oeste (Iguaçu, 7 de Setembro, Silva Jardim, Visconde de Guarapuava) pavimentando ruas transversais a essas, sendo que uma delas prolongada conectaria com o lado sul da capital (24 de Maio).

²¹⁹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 17 de novembro de 1925.

MAPA DE PAVIMENTAÇÃO

Todas essas vias visavam melhorar a circulação por entre os estabelecimentos comerciais que se localizavam próximos à estação ferroviária, ao centro histórico (praça Tiradentes e Rua XV de Novembro), às entradas ou saídas da cidade (Assungui, João Gualberto) ou conectando bairros como o Portão (Avenida Iguaçu) e Água Verde (24 de Maio)²²⁰, os arrabaldes mais prósperos da capital.

Deu-se início, portanto, à instalação de um modelo urbano para Curitiba com a abertura de avenidas cujos traçados redimensionariam a escala e a velocidade na cidade. As distâncias passaram a ser encurtadas com o uso cada vez mais freqüente do automóvel que, por sua vez, passou a exigir um complexo conjunto de vias conformando uma rede viária que extrapolaria para regiões mais afastadas do seu centro.

Nota-se um redirecionamento da proposta na remodelação da área urbana que, utilizando-se de modelos europeus (higienistas), desenvolveu-se sob a influência das idéias americanas. Essas idéias apropriaram-se do uso do automóvel e por sua vez ampliaram o sistema viário. Entre os anos de 1924 e 1926, uma série de planos para a cidade de São Paulo foi elaborada também com base no uso do automóvel. O engenheiro politécnico Francisco Prestes Maia, em parceria com João Florence de Uihôa Cintra, publicou o Plano de Avenidas que só foi possível ser implantado a partir de 1938, quando Maia assumiu a Prefeitura da capital paulista.²²¹

Motivado pelas comemorações do Centenário da Independência, o Governo do Estado passou à Prefeitura a incumbência de levar a efeito os melhoramentos na avenida 7 de Setembro. O convite para 'apreciar' a obra vinha pelo jornal:

²²⁰ BALHANA, A. Urbanização de Curitiba: o esboçar da rede de indústrias. In: WESTPHALEN, C. (Org). Un Mazzolino de Fiori. Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superir, 2003. p.478.

²²¹ LEME, M. *op. cit.* p. 255.

O leitor, por exemplo dê um pulo até a rua 7 de Setembro, a apreciar a transformação dessa rua na Avenida da Independência. Vale o passeio. O borborinho dos trabalhos que ali se estão fazendo; o aspecto novo que aquela via está tomando; o espectáculo que a Avenida já apresenta, com a sua extensão, com as reformas nas casas, das quaes grande numero está recebendo platibandas, são um testemunho, isolado é verdade, do que vae ser o centenario em Curitiba.²²²

O urbanismo ensaiado em Curitiba chegava, assim, ladeado por uma remodelação com base nos princípios de melhoramento e embelezamento.²²³

A chuva acompanhou esses serviços até a sua inauguração. Além disso, havia a falta de operários para cumprimento dos muitos serviços a serem entregues até a data da festa; foram necessárias horas de trabalho, que a imprensa registrava “hontem, domingo, os operarios trabalharam até á tarde” e acompanhando estava o “dr. Moreira Garcez, (...) inspeccionando os trabalhos.”²²⁴ Concluído esse serviço, oferecer-se-ia mais uma opção aos veículos que desejassem chegar ao “bairro chic” do Batel ou ao “pitoresco arrabalde do Portão.”²²⁵

Outro melhoramento que se tornou imprescindível foi o da avenida Iguçu, que oferecia permanente trânsito aos veículos com destino ao arrabalde do Portão. Em 1924, a imprensa elogiava “a rua Iguassú” em face do material que a revestia, apresentando-se “magnificamente macadamizada”²²⁶ em sua extensão compreendida desde a rua Ratcliff (Desembargador Westphalen) até a Buenos Aires, embora sua conclusão tenha sido igualmente muito prejudicada pela falta de mão-de-obra e as constantes chuvas, que requisitaram, algumas vezes, a ajuda do corpo de bombeiros.

²²² GAZETA DO POVO. Curitiba, 26 de agosto de 1922.

²²³ PECHMAN, R. *op. cit.* p. 333.

²²⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 4 de setembro de 1922.

²²⁵ *Idem.* Curitiba, 3 de setembro de 1923.

²²⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 27 de março de 1924.

PAVIMENTAÇÃO AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA ESQUINA COM A AVENIDA BRIGADEIRO FRANCO



ACERVO: Fundação Santos Lima.

Concomitante a essas obras, ocorria a pavimentação das avenidas Visconde de Guarapuava e Silva Jardim,²²⁷ formando um conjunto que facilitaria as ligações nas direções leste-oeste da cidade. E para não expor esse conjunto às sujeiras arrastadas pelos veículos que cruzavam por entre estas avenidas, foram calçadas, também, as ruas transversais²²⁸, privilegiando o prolongamento da rua 24 de Maio, principal via de escoamento para a região sul da capital. Verifica-se que o projeto de pavimentação de ruas encetado por essa administração conectou pelo sistema viário o centro a regiões que conformariam o crescimento e a expansão do quadro urbano de Curitiba.

²²⁷ Somadas, essas três avenidas formavam um conjunto que tinha como característica comum a largura de 30 metros entre seus passeios, contendo canteiro central que limitava em 5 metros cada rua lateral, sendo que canteiros e passeios continham árvores.

²²⁸ Com isso deu-se o calçamento das ruas Desembargador Westphalen, Alferes Poli, 24 de Maio, Nunes Machado, Lamenha Lins, Brigadeiro Franco e Desembargador Motta que iam do centro em direção ao lado sul da cidade.

Esses serviços de pavimentação, acompanhados de terraplenagens, instalações para escoamento pluvial, poços de visita, sarjetas e calçadas muitas vezes foram iniciados, paralisados e reiniciados. Outras vezes eram refeitos para conservação dos calçamentos que foram abertos pelo serviço de instalação de água e esgotos. A população acompanhava o desenrolar dos acontecimentos, às vezes reclamando dos buracos, lama e máquinas, às vezes solicitando que os serviços chegassem até sua porta.

De qualquer forma, as obras de calçamento atingiram a cota de aproximadamente 9 m²/habitante, sendo maior que a de Paris (3 m²/hab) e Buenos Aires (7 m²/ hab),²²⁹ e era reconhecido que ao “dr. Moreira Garcez muito [se] deve a esthetica da nossa capital, (...) obra que vae levando por diante com os applausos de toda a população.”²³⁰ Fazer a cidade real a partir da cidade ideal comporta uma dimensão utópica que possibilitou comparar a capital paranaense a Paris, Buenos Aires, entre outras cidades brasileiras.

Para implantação desse plano viário, muitas ruas requisitavam retificação ou desobstrução, originando ações de desapropriações²³¹. Algumas dessas ações foram resolvidas de forma amigável, outras circularam até as instâncias do Supremo Tribunal, todas favoreceram o Município como uma contribuição para que a capital conquistasse “o lugar de destaque a que tem direito entre as capitaes brasileiras.”²³²

²²⁹ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p.99-100.

²³⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 2 de janeiro de 1926.

²³¹ De forma amigável foram resolvidas as desapropriações para o prolongamento das ruas Visconde Nacar, Martim Afonso e Padre Anchieta, bem assim para o alargamento da rua 24 de Maio, entre 7 de Setembro e Silva Jardim. Nas instâncias do Supremo Tribunal perdeu a South o direito de instalar um pátio de manobras ao lado da Estação Ferroviária impedindo a Prefeitura de estender as avenidas Silva Jardim e Ivahy na direção leste da cidade.

²³² PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1926. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1926. p.4.

Porém, a obra que privilegiou as atenções de todos foi a remodelação e a pavimentação da Rua XV de Novembro. Sede das casas comerciais mais requintadas e lugar preferido para estabelecimento de agências bancárias, a Rua XV era passagem obrigatória das manifestações populares e políticas da cidade. Compunham ainda seu cenário edificações que serviam de hotéis, escritórios, consultórios, cinemas, cafés, confeitarias, proporcionando-lhe um perfil característico de rua de grandes centros urbanos. A valorização desse espaço aumentou a circulação de pessoas e veículos que aí transitavam ocasionando alguns problemas.²³³

UMA NECESSIDADE



Tancredo – O alargamento da rua 15, de facto, é uma necessidade para facilitar o transito...²³⁴

²³³ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *A Rua XV e o comércio no início do século*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 113. Julho de 1996.

²³⁴ O DIA. Curitiba, 3 de janeiro de 1925.p.1. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

As constantes reclamações sobre a sua pavimentação eram justificadas em virtude de o revestimento ter sido feito 28 anos atrás. Por essa razão, ficou estabelecido um acordo entre Prefeitura, proprietários de prédios e comerciantes dessa rua que, em face do valor exigido pelo serviço e a área atingida pelo material²³⁵, encontraram uma solução para modificar seu calçamento. Pois, os elementos variados e passeios deteriorados, dessa rua, segundo o prefeito, “não mais se harmonizam com a esthetica da principal arteria da nossa Capital.”²³⁶

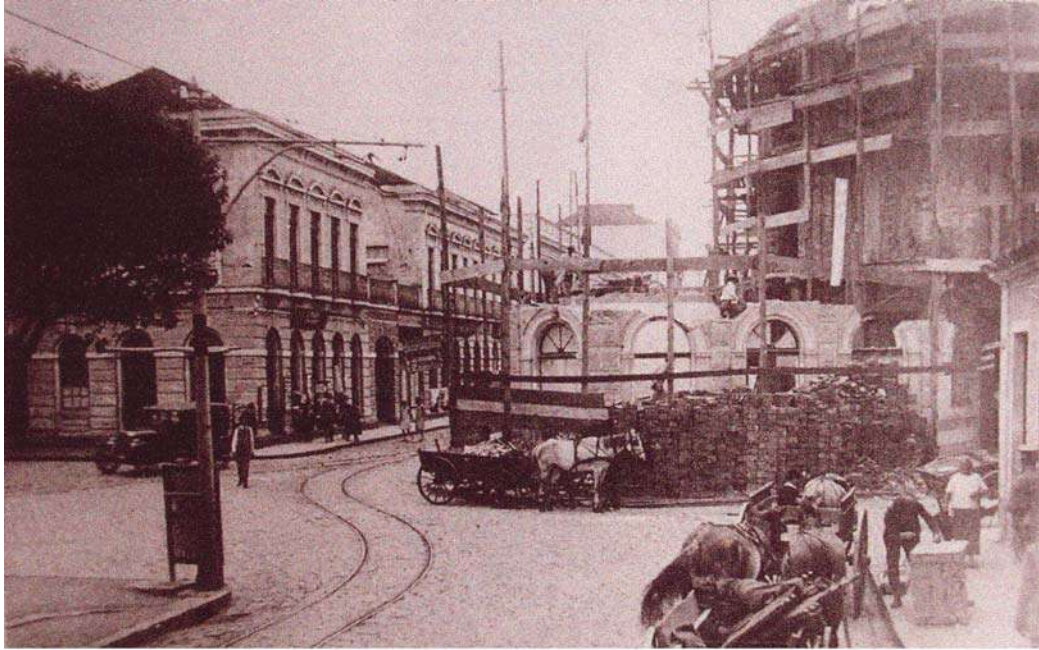
Todavia, outras questões impediram que os trabalhos tivessem início. Além da falta de mão-de-obra, a Prefeitura mencionava a necessidade do alargamento e alinhamento da rua no trecho compreendido entre a alameda Dr. Muricy e Avenida Luiz Xavier. Moreira Garcez argumentava que o fato de o referido trecho possuir poucas edificações facilitaria os custos das indenizações, “pois de futuro será muito mais onerosa para o Município qualquer desapropriação que deva ser feita no trecho considerado”.²³⁷ Como o público interessado não ficou convencido, a Prefeitura expediu um decreto que, em abril de 1924, desapropriou os imóveis do lado par dessa rua, alegando-a de utilidade pública, e dispôs-se a negociar de forma amigável ou judicialmente com os proprietários. Diante dessas novidades, a imprensa tornou público que

²³⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1ª sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 1º de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 37.

²³⁶ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 11ª sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 1º de abril de 1921. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1921. p. 47.

²³⁷ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 7ª sessão ordinaria da 8ª Legislatura em 15 de abril de 1923. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1923. p. 98.

TRECHO ONDE A RUA XV DE NOVEMBRO SERIA ALARGADA



ACERVO: Fundação Santos Lima.

No palacio da Prefeitura reuniram-se hontem, a convite do dr. J. Moreira Garcez e com assistencia dos directores dos diarios curitybanos, os proprietarios de predios e terrenos da quadra da rua Quinze, comprehendida entre a alameda Dr. Muricy e a Avenida Luiz Xavier, para ser combinada uma formula de resolver amigavelmente a desapropriação da faixa necessaria para o alargamento daquela rua naquelle ponto.

O dr. Garcez, primeiramente explicou a todos os presentes, com “croquis” e mappas nas mãos, a necessidade real e palpavel, em bneficio (sic) das linhas geraes da esthetica a que a nossa arteria principal deve obedecer, em defesa da segurança do transito publico, cada dia mais ameaçado com o congestionamento daquelle trecho, de dar-se começo aos serviços technicos do alargamento tão debatido da Rua XV de Novembro.”²³⁸

A realidade enfrentada com objetividade técnica e uma rede de artifícios para dotar as convenções sociais de um poder simbólico, aqui representado por “croquis e mappas”, serviram para articular o que existia a uma fórmula imaginada.

²³⁸ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de dezembro de 1924.

Ao explicar o projeto, o prefeito acessou esta fórmula propondo um sentido para justificar as obras no local referido.²³⁹

As ações de desapropriação para esse local ocorreram em etapas, assim transcritas na imprensa local

(...) Desde as 13 horas de hontem, até alta noite, uma chusma de trabalhadores municipaes deitou abaixo o predio da esquina da rua Quinze com a dr. Muricy, de propriedade do sr. major Euclides Bandeira.

Este proprietario, a exemplo do sr. Muller, proprietario do sobrado da esquina da rua Quinze com a Avenida Luiz Xavier, num gesto louvavel entrou em accordo amigavel com a Prefeitura, para cessão a esta nos seus terrenos da faixa necessária ao alargamento este já então indispensavel. Agora só resta á Prefeitura realizar a desapropriação dos terrenos do sr. Pretextato Taborda, que por ser amigo do governador e figura proeminente do situacionismo, não quiz acordos com a Prefeitura. O dr. Garcez, porem, já baixou o decreto n. 15, de desapropriação dos terrenos não edificadoss e pertencentes ao sr. Taborda (...).²⁴⁰

Não obstante os óbices com que teve de lutar, a Prefeitura prosseguiu com as obras de alargamento no referido trecho e passou a justificar a substituição do material escolhido para a pavimentação da rua, a princípio o paralelepípedo e então o asfalto. Isso provocou um certo desconforto entre os envolvidos diretamente no patrocínio da melhor “esthetica da principal artéria da nossa capital”, pois teriam aumentadas suas cotas de participação para a realização das obras. Para demover tal dificuldade, a Câmara Municipal autorizou a Prefeitura a contrair empréstimo, que utilizou como limite para captação de crédito o total pago nessa administração com as dívidas contraídas nas administrações anteriores. Para não aceitar contribuição de particulares, Moreira Garcez informava pela imprensa

(...) que ate hoje foram lançadas em circulação apenas 492 apolices, o que realmente representa, (...) menos da metade da quantia despendida pela actual administração em pagamentos de despesas feitas anteriormente a Fevereiro de 1920.

²³⁹ PESAVENTO, S. **Entre práticas e representações:** a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. *op. cit.* p. 378.

²⁴⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de dezembro de 1925.

Eis porque não vejo motivos para os injustificáveis receios dos pessimistas que julgam não estar a Prefeitura em condições financeiras que permitam a realização dos melhoramentos que estão sendo executados na Rua XV de Novembro (...).²⁴¹

O critério no recolhimento dos impostos e a fiel observância quanto à quitação das dívidas contraídas pelo Município, registradas nas sucessivas mensagens à Câmara, ou na imprensa, reverteram-se em argumentos que, politicamente, foram utilizados para obtenção das tão desejadas mudanças urbanas. Tecnicamente, o engenheiro-prefeito concordou em deslocar as canalizações de água e esgotos, instaladas pelo Governo do Estado no referido trecho, para os passeios e em retirar a linha de bondes da Rua XV para que, dessa forma, fossem evitados futuros cortes no revestimento enegrecido, solidamente feito de asfalto.

Foi na capital da República, sede da propagação para as demais cidades dos discursos da modernidade, que se buscou a Companhia Auxiliar de Viação e Obras para a conclusão da pavimentação da Rua XV de Novembro. A inauguração estava prevista para o dia 19 de dezembro de 1926 e o comentário que se estendeu foi o retorno em cena de um certo costume em Curitiba:

Á hora da pollidez do sól, um viveiro de meninas, Mae Murrays e Norma Scherers curitybanas a ostentarem o esplendor de sua graça e formosura na “sala de visitas” de soalho pintado de negro, de nossa linda capital.

O asfalto creou entre nós um delicioso mundano: o footing.

Todos footingueam, velhos, moços e creanças.

Um gostoso “vae e vem” de frivolidades...²⁴²

Como presente de aniversário, a cidade “assistiu a inauguração oficial de um dos seus melhoramentos mais grandiosos”²⁴³, era a concretização da modernidade em substituição à cidade-aldeia do passado.

²⁴¹ *Idem*. Curitiba, 8 de novembro de 1926. p.5

²⁴² *Idem*. Curitiba, 18 de dezembro de 1926. p5.

²⁴³ *Idem*. Curitiba, 20 de dezembro de 1926.

A imagem da principal rua do centro havia mudado, mas antigos hábitos não foram alterados. Em sua nova concepção, a Rua XV de Novembro não alcançou as dimensões da Avenida Central, da capital federal, nem rivalizou com as proporções da Avenida de Mayo, situada na distante Buenos Aires, no entanto, a nova XV de Novembro representava a cidade burguesa do Paraná onde os freqüentadores exibiam novas modas e novos hábitos que movimentavam o centro da capital.

RUA XV DE NOVEMBRO ASFALTADA E RETIFICADA



GUINKY, O. *A imagem da evolução de Curitiba*. 2001. p.102.
ACERVO: Fundação Santos Lima.

A rua para o vai-e-vem do “footing” e as praças²⁴⁴ para encontrar, ouvir música ou sentar e apreciar. As mais centrais, com suas árvores²⁴⁵ para higienizar e embelezar antigos espaços vazios, estavam envolvidas pelo rígido traçado das ruas

²⁴⁴ Entre 1908 e 1911, havia em Curitiba 12 praças: Paço Municipal (Generoso Marques), Largo do Cemitério, praça Zacarias, praça 19 de Dezembro, praça Osorio, praça Euphrasio Correa, praça Municipal (Tiradentes), praça do Rosário, praça Carlos Gomes, praça Santos Andrade, praça da República, praça 21 de Abril, praça João Cândido (Alto São Francisco). Annaes da Camara Municipal de Curitiba, 1908-1911. p.52-53. In: TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Farol do Saber, 1996. p. 203.

²⁴⁵ A Prefeitura mantinha um sistema de reposição de árvores e flores para as ruas e as praças de Curitiba. Forneciam mudas o Horto Municipal e o viveiro anexo ao Passeio Público.

e contornadas pelos edifícios nobres da cidade. Com a intensidade nas pavimentações das ruas, novas praças se conformaram no ritmo das remodelações. Ao prolongar a cidade para o norte, entrada e saída da cidade, os melhoramentos oferecidos pela Prefeitura pavimentaram também a Praça 19 de Dezembro.²⁴⁶ Foi adotado o mesmo procedimento com as praças da República (Ruy Barbosa) e a Oswaldo Cruz, que receberam nivelamentos e pavimentos na medida em que se revestiram as ruas que conectariam os extremos leste-oeste da capital.

De extensos descampados que serviram de pastagem para animais e local onde a garotada se reunia para a prática desportiva (futebol ou luta), as praças passaram por reformas que visavam sediar festividades,²⁴⁷ conter esculturas,²⁴⁸ ou, ainda, instaladas a pedido de seus moradores,²⁴⁹ e converteram-se em espaços ampliados no reticulado urbano onde se exercitavam as sociabilidades nesses “tempos modernos”. Passaram a integrar o cotidiano da população que se reunia ao redor dos coretos onde as bandas militares ofereciam música em finais de tarde ou onde “nas noites quentes de verão a população curitybana procura (...) passar algumas horas ao ar livre.”²⁵⁰ Aos novos hábitos regrados pela salubridade são enfatizados espaços públicos específicos que promovem a mobilidade da população de modo civilizado por entre cenários organizados e disciplinados.

No curso das interações sociais, a cidade moderna convergiu essas sociabilidades a locais específicos por meio dos quais influenciou nas identidades pessoais e coletivas que passaram a ser claramente determinadas. Estátuas e

²⁴⁶ Tangenciava as ruas Cândido de Abreu e João Gualberto.

²⁴⁷ Praça Santos Andrade quando dos festejos do Centenário da Independência

²⁴⁸ Praça Tiradentes, para sediar a estátua do mártir da Independência, presente da colônia italiana a Curitiba; Praça Eufrásio Correa, sede da estátua O Semeador do Futuro, presente da colônia polonesa; Praça Carlos Gomes para sede do busto do maestro de mesmo nome.

²⁴⁹ Como foi o caso do bairro do Batel, onde seus moradores “querem dever, também, à administração do dr. Moreira Garcez – um embelezamento imprescindível a esse bairro chic. In: GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de Setembro de 1923. p. 3.

²⁵⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 6 de março de 1926. p. 5.

monumentos passaram a compor as praças na promoção da cultura de massa tentando agir sobre o indivíduo para que se percebesse como membro de um grupo, de uma classe, etnia que o inclui e dá sentido.²⁵¹

No entanto, as constantes depredações ocorridas nesses logradouros públicos, que destruíam árvores ou monumentos, exigiram intensa fiscalização e conservação; a Prefeitura passou a promover, desde o início de sua gestão, uma forma para disciplinar e conter os vandalismo, e para isso contou com a própria²⁵² população.

Equipamentos, árvores, praças, ruas, veículos e pedestres, tornavam imprescindíveis maior fiscalização para impor maior responsabilidade e oferecer segurança a quem se deslocasse e usufrísse os espaços da capital. Estas eram as exigências da vida moderna, que passavam a ser remetidas aos que na cidade desempenhavam suas atividades e, portanto, viviam novos papéis. Como a polícia apresentasse um reduzido número em seu contingente, o cidadão foi requisitado a “cuidar” do espaço urbano. A cidade requeria uma população ordeira.²⁵³

Em 1925, a cidade alcançou uma área pavimentada de 500.557,88 m² com 2.626 veículos matriculados transitando pelas ruas.²⁵⁴ Mais automóveis circulavam por entre carroças, aranhas e phaetons. Embora grandes velocidades e outras infrações fossem “punidas de acordo com as prescrições do Código de

²⁵¹ PEREIRA, L. **Paranismo**: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I república. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 58.

²⁵² PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 1.^a sessão ordinaria da 8.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 41.

²⁵³ SCHORSKE, C. **Pensando com a História**. Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 56.

²⁵⁴ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 15 de abril de 1925. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1925. p. 99 e 119, respectivamente. Em comparação com os mesmos dados de sua mensagem de 1.^o de Dezembro de 1920, o número de veículos matriculados era de 2.175 e a área pavimentada chegava a 391.934 m².

Posturas,²⁵⁵ em vigência desde 1919, a imprensa relatava que “a insistência dos encontros se sucedem. É auto versus auto, auto versus bond, bond versus carroça, (...). E os srs. inspectores de vehiculo, onde?”²⁵⁶

O aumento do número de automóveis por entre as ruas alterou o ritmo da cidade, o que demandou leis específicas quanto ao trânsito e maior ordenamento quanto ao estacionamento. Para a Rua XV de Novembro chegou a ser expedido um decreto limitando velocidade (15 Km/h), distância mínima entre carros estacionados (1,00m) e seu fechamento aos veículos nos domingos, feriados e outros dias designados pela Prefeitura (entre 16 e 21 horas).²⁵⁷ Nota-se uma opção de pensar a cidade voltada ao ritmo do pedestre e para um local onde o material empregado utilizou da técnica para privilegiar a máquina.

Mas, se em alguns locais para lazer impedia-se o carro na rua, em outro, agia-se exatamente ao contrário. Entre as muitas reformas feitas no Passeio Público durante esta administração, a de 1924 construiu avenidas contornando o tanque localizado no interior do parque para permitir o trânsito de automóveis neste logradouro. Para as horas de trabalho ou para as de lazer, a cidade estava seduzida pelo uso do automóvel.

Entretanto, automóveis, caminhões, carroças e tudo o mais que tivesse rodas corria o risco de ficar parado quando faltava luz, o que não era raro. Os bondes paravam onde quer que estivessem. Então instalava-se o caos.

O serviço de bondes estava sob concessão da empresa The South Brazilian Railways Company Limited; empresa essa que a Prefeitura queria adquirir em função dos péssimos serviços de energia elétrica oferecidos. A South era a causa das falhas no domínio da urbanização que se queria ter para o cumprimento e a regularização nos serviços urbanos, de transporte e energia motriz, para oferecer

²⁵⁵ PARANÁ. Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem dirigida á Camara Municipal de Curitiba pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez, prefeito municipal ao ser installada a 2.^a sessão ordinaria da 9.^a Legislatura em 1.^o de dezembro de 1920. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1920. p. 45.

²⁵⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 18 de agosto de 1925.

²⁵⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 16 dezembro de 1926. p. 5.

como atrativo a investimentos de capitais industriais. No entanto, a Prefeitura enfrentou oito anos sem que fosse possível outra empresa servir ao transporte urbano e não conseguiu fornecer energia hidro-elétrica para futuros empreendimentos voltados à indústria. Entre a cidade do desejo e a cidade que se tem ainda, a cidade que é possível. O pólo industrial não foi instalado em Curitiba.

Por outro lado, os melhoramentos realizados por meio dos calçamentos promoveram uma espécie de corrida ao ouro na Prefeitura para aprovação dos loteamentos que empresários estavam realizando em glebas situadas próximas às avenidas pavimentadas.

Depois da pavimentação, sucedeu-se a valorização. Neste contexto, um novo impulso veio transformar a morfologia da cidade e, desta vez, motivado pelo capital privado. Para além da construção de uma nova imagem urbana, essa transformação suscitou uma nova produção no ambiente construído e uma nova experiência no trato com o urbano.²⁵⁸

Anúncios publicados nos jornais tentavam seduzir os interessados em adquirir terreno nesses loteamentos mediante a compra de lotes menores, provocando a atenção de uma população que lutava contra os aluguéis. A Companhia Territorial Cajuru e a Empresa Territorial Ltda²⁵⁹, dirigidas por comerciantes curitibanos, anunciavam que

Doze milhões de metros quadrados, ora adquiridos no Cajuru estão, praticamente, dentro da cidade como já o está o aristocrático bairro do Batel. A criação, pois, de uma empresa imobiliária, para vender em lotes taes terrenos, e effectuar as construcções vae ser uma obra de vasto alcance social, presenteando Curityba com todo um bairro novo, em excellente posição topographica. Terrenos suavemente ondulados, não darão a apparencia chata de Buenos Aires, nem a montanhosa do Rio, mas os desnivelamentos macios proprios aos parques e residencias nobres, e as curvas amorosas que esprestem (sic) á terra graças femininas.²⁶⁰

²⁵⁸ MELO, M. A. O Estado, o boom do século e a crise da habitação. In: FERNANDES, A & GOMES, M A (Org). **Cidade & história**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992. p. 150.

²⁵⁹ Essas empresas eram dirigidas pelos comerciantes Fidelis Reginatto, Francisco de Souza Netto, Hildebrando de Araujo.

²⁶⁰ GAZETA DO POVO. Curitiba, 24 de agosto de 1927.

A comparação entre Curitiba e outras capitais evidencia que novas exigências no morar foram assimiladas pela população, que poderia habitar um local melhor do que ofereceriam as grandes e modernas cidades, nacionais ou estrangeiras. E para quem nunca esteve nas capitais federal ou argentina, bastou chamar a atenção para o bairro do Batel para revelar o que seriam qualidade, conforto e bem-estar na forma de morar, tal como acontece no referido bairro entendido e aceito pela população como “chic” e elegante.

Sobre esse tipo de oferta, Moreira Garcez opinava com certa restrição e reconhecia nos custos para o Município as dificuldades em levar até esses locais serviços atinentes à pavimentação, iluminação e saneamento. Contrapunha-se à idéia de estender a rua pavimentada infinitamente para aproximar lotes situados nos extremos da cidade onde extensas glebas divididas em terrenos menores assentariam habitações. E sobre isso argumentava:

Nos modernos traçados de cidades os architectos urbanistas procedem com intelligencia projectando as ruas em harmonia com a topographia local, pois a nobre finalidade do engenheiro ao applicar a sciencia á materia, cuimina (sic) sempre que os accidentes da natureza podem se tornar uteis em proveito da collectividade.²⁶¹

Como engenheiro, sua idéia quanto ao plano de expansão para a construção da cidade conciliava princípios técnicos e exigências estéticas impregnadas de finalidades funcionais. A expansão urbana imprevisível e o predomínio de interesses particulares possibilitaram o surgimento de cidades insalubres e desordenadas²⁶², e isso já era bastante conhecido por aqui, pois muitos esforços foram envidados com o objetivo de ordenar a capital paranaense. Portanto, fazia-se necessário conter os interesses imobiliários que poderiam se utilizar da obra de pavimentação concluída por essa administração pelo viés da especulação. Na tentativa de evitar essas distorções, o prefeito dirigiu-se aos colegas camaristas alertando que

²⁶¹ GAZETA DO POVO. Curitiba, 31 de outubro de 1927.

²⁶² ANDRADE, C. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: RIBEIRO, L & PECHMAN, R.(Org). *op. cit.* p.294-295.

A nossa Curitiba moderna necessita de leis também modernas, feitas naturalmente por espíritos modernos; que acompanhem a evolução e que estejam em harmonia com a época; que se enquadrem na actualidade, fazendo mesmo conveniente previsão do futuro. Legislar para o passado é utopia.

Curitiba é uma cidade joven (sic); conseqüentemente a sua mentalidade não pode ser antiquada.²⁶³

Se a modernidade tinha se concretizado na cidade é porque já tinha convencido o imaginário de seus habitantes. Curitiba ocupava-se com o que tinha de moderno. E para orientar as futuras instalações, legislações foram alteradas e procuravam responsabilizar a Prefeitura quanto aos usos possíveis do meio urbano, e os munícipes quanto as limitações em suas ambições para com a cidade.

Essas novas legislações passaram a especificar desde como fazer o loteamento²⁶⁴, a numeração²⁶⁵ nas edificações e trataram de definir os setores de atuação da inspetoria de fiscalização, que passou a atender aos seguintes setores: alimentação; domiciliar e profilaxia; do trabalho e educação sanitária, pois estava entendido que a higiene pública demonstrava a “evolução civilizadora dos povos cultos”²⁶⁶.

Esse desejo de transformar Curitiba em uma cidade civilizada onde vive um povo culto exigiu que os poderes públicos, municipal e estadual, durante oito anos voltassem suas atuações no sentido de estabilizar a situação financeira, propagar novos hábitos higiênicos e remodelar a paisagem urbana da principal cidade do estado.

Encarregado de efetivar essa transformação na capital, João Moreira Garcez abriu caminho para a implantação do progresso vinculado ao bem comum, procurando articular a reforma na cidade com o sentimento de identificação de sua população com o espaço que se construía.

²⁶³ GAZETA DO POVO. Curitiba, 3 de novembro de 1926.

²⁶⁴ Que passaram a necessitar de aceitação prévia da Prefeitura e exigir do empresário obediência a regras de topografia.

²⁶⁵ Que receberam uma forma científica de numeração que não abandonaria o local mesmo que no local tivessem passado várias edificações.

²⁶⁶ *Idem*. Curitiba, 4 de janeiro de 1928.

JOÃO MOREIRA GARCEZ E CAETANO MUNHOZ DA ROCHA



FONTE: Revista Panorama, n.º 348. Curitiba, maio/jun. 1985. p.41.
ACERVO: Fundação Santos Lima.

CAPÍTULO 3

ARQUITETURA E JOÃO MOREIRA GARCEZ

Durante a década de 1930, a linguagem *Art Déco*, com suas formas mais geométricas e simplificadas, e apresentando custos mais racionais em seu processo construtivo, foi adotada mundialmente, inclusive em edifícios públicos. No Brasil, suas qualidades otimizaram a encampação pelo governo federal que passou a utilizá-la nas construções oficiais. Constam desses edifícios, em Curitiba, a agência dos Correios e Telégrafos (ao lado da Universidade do Paraná) e algumas edificações.

Além das obras públicas, a linguagem *Art Déco* fez parte da construção, ainda que temporária, dos pavilhões para exposições e feiras internacionais organizadas pelas várias esferas do governo (nacional, estadual e municipal). Em 1934, a capital federal montou a VII Feira Internacional de Amostras; no ano seguinte, foi a vez da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, na cidade de Porto Alegre; Curitiba sediou feiras organizadas para comemoração, em 1942, aos dez anos da administração do interventor Manoel Ribas e, em 1943, em homenagem ao seu 250.º aniversário.

Em Curitiba, segundo Sutil,

A estética *déco* disseminou-se também por teatros, cinemas, indústrias e pavilhões de exposição. O Cine Luz, que funcionou por mais de duas décadas na esquina da Alameda Dr. Muricy com Marechal Deodoro, foi o melhor desses exemplos em Curitiba. Sua volumetria, cuja curvatura na esquina se destacava verticalmente em contraposição ao resto do edifício, era dividida em 3 partes bem definidas: base, corpo e coroamento, dando ao cinema uma característica peculiar aos edifícios do período: a de aparentarem ser maiores do que realmente eram.²⁶⁷

Também se tornaram comuns residências de características mais simples ou localizadas em bairros afastados dos centros urbanos configurarem as linhas de linguagem *Art Déco*. Seus frisos e coroamentos compostos de figuras geométricas simples puderam ser facilmente transferidos pelos mestres-de-obra nas moradias de porta-janela.

²⁶⁷ SUTIL, M. *op. cit.*, p.146.

Já na década de 1920, porém, Moreira Garcez lançou mão de elementos dessa linguagem arquitetônica em seus projetos de edificação. Tal evidência suscitou algumas questões acerca do papel de Moreira Garcez na disseminação do *Art Déco* em Curitiba. É sobre essas questões que o presente capítulo pretende refletir, ao trazer quatro obras que exemplificam o emprego da arquitetura *Art Déco*.

3.1 O SURGIMENTO DO ART DÉCO

O colapso econômico entre as guerras mundiais causou profundo efeito na história do século XX. A dívida de guerra da Alemanha e os empréstimos contraídos pela Rússia provocaram uma inflação no mercado monetário, além da alta no nível de desemprego que atingiu patamares elevados na Europa Ocidental, gerando o enfraquecimento da economia mundial. Este quadro veio a agravar-se com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, proporcionando uma avalanche no sistema econômico que encobriu o globo do Oriente ao Ocidente.²⁶⁸

Nesse ambiente de cataclismos, as sensibilidades despertavam uma visão dura e sem alegria nas produções artísticas realizadas pelos novos regimes autoritários que atraíram para a vanguarda suas preferências em edificações anacrônicas com perspectivas gigantescas, uma pintura e escultura de representações edificantes, preferência pela produção de clássicos e uma literatura politicamente aceitável. Mesmo assim, os intelectuais disseminados pelo território europeu organizaram-se para recuperar o que sobrevivera em suas sociedades, ainda que seus valores em parte destruídos tivessem que ser reelaborados.²⁶⁹

Das realizações artísticas nascidas naquele período, esta pesquisa evidenciará o que o Museu de Artes Decorativas de Paris apresentou no ano de

²⁶⁸ HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.91-94.

²⁶⁹ *Idem.*, *op. cit.* p.187-189.

1966, na montagem de uma exposição retrospectiva chamada *Les Années 25*²⁷⁰, sob o título *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*. Esse evento teve como objetivo mostrar as artes européias, cuja repercussão social foi registrada na produção destinada ao grande público no período entreguerras, e, ao que ali ficou exposto, registrou-se como estilo conhecido pelo termo *Art Déco*.

Em termos gerais, o *Art Déco* foi um conjunto de manifestações artísticas, estilisticamente coeso, originado em Paris e que se expandiu pela Europa e pelas Américas, do Norte e do Sul, a partir dos anos 20. Não pode ser definido como movimento, como o foi o Movimento Moderno na arquitetura, pela ausência de uma doutrina teórica unificadora, segundo conceitos e paradigmas bem estabelecidos e consensuais²⁷¹.

No entanto, o *Art Déco* é, muitas vezes, considerado um estilo Industrial, isto é, vinculado à sociedade industrial nascente, implícitas aí todas as suas conseqüências, sobretudo tecnológicas, que instrumentalizaram a transformação dos espaços nessas sociedades e de suas arquiteturas com vistas no atendimento do exigente mercado capitalista de produção. Além disso, ele pode ser definido como estilo moderno *lato sensu*, associando sua imagem a tudo o que, então, poder-se-ia considerar como tal: arranha-céus, automóveis, aviões, cinema, rádio, música popular, moda/vestuário e emancipação da mulher. Propõe-se, portanto, como estilo intrinsecamente cosmopolita, sintonizado com o mundo civilizado.

Uma genealogia precisa da arquitetura *Art Déco* no Brasil deve situá-la no exato ponto de interseção entre o que se convencionou chamar, genericamente, de Ecletismo e Modernismo. “Ecletismo”, na realidade, é termo que tem duas acepções distintas: de um lado, designa o período em que

²⁷⁰ BRESLER, H. **O Art Décoratif Moderno na França**. In: 1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, 1997.p.11.

²⁷¹ CZAJKOWSKI, J. (org) **Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.9.

convivem, simultaneamente ou em sucessão rápida, diversos estilos arquitetônicos correspondentes entre si; de outro, denomina a atitude intelectual que mescla, em uma mesma obra, influências diferenciadas.²⁷²

Se o Ecletismo foi basicamente divergente até sua fragmentação final, o Modernismo, ao contrário, foi convergente, pelo menos até o período de consolidação dos anos 40 e 50. Daí ter se consagrado, não como estilo, mas como um movimento que, embora abrigando manifestações distintas, soube articular suas diferenças em prol de um objetivo comum: a liquidação do Academicismo.²⁷³

²⁷² Idem. p.13

²⁷³ CZAJKOWSKI, J. (org) **Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.13.

O ESTILO



Cartaz do filme mudo de Fritz Lang – 1926.
E uma nova estética.
FONTE: UNES, W. p.30.



Uma loja em Manhattan anunciava
venda de desenhos Art Déco.
FONTE: KINGSLEY, R. p.7.



Dia 23 de outubro de 1929, Curitiba assistia
no Cine-Teatro Palácio o Primeiro cinema falado
"O Cantor de Jazz".
FONTE: SCHWINDEN, A. p.30.



Cartazes com temas alusivos à velocidade
associadas ao carro, avião, barco. s/d.
FONTE: FAGIUOLI, M. P.138.



Primeiro trem moderno da Grã-Bretanha
Poster para o 25.º Aniversário – 1935.
FONTE: KINGSLEY, R. P.8.

O *Art Déco* pode ser compreendido como uma das derradeiras manifestações do Ecletismo, ao mesmo tempo em que se constitui como uma das primeiras expressões que antecederam ao Modernismo, pois a composição *Déco* articula de modo balanceado elementos geometrizados sem cair na abstração e impessoalidade das formas da arquitetura moderna²⁷⁴. Contrariando outros meios culturais, sobremaneira o literário, a arquitetura *Déco* foi concebida em projetos de profissionais que transitavam também entre outros estilos de forma aleatória. Tanto que na mostra da Semana de Arte Moderna a arquitetura, diferentemente da literatura e das artes plásticas, não firmou uma posição de ruptura com produções que lembravam reminiscências das formas deixadas pela cultura colonial.

Ao tratar de identificar uma arquitetura *Art Déco* tem-se em consideração suas características quanto à composição de matriz clássica, ou seja, simétrica, cujo acesso ao interior da edificação está localizado no centro da fachada, ou de forma a valorizar a esquina. A fachada, por sua vez, está dividida, verticalmente, em base, corpo e coroamento escalonado.

A superfície das paredes recebe um tratamento com predominância de cheios sobre vazios, o que denota uma volumetria robusta, às vezes articulando-se com outros volumes, como varandas, por exemplo, de contornos geometrizados e simplificados (zigzague), às vezes compondo uma superfície com sucessivas curvas, aerodinâmicas (*streamline*). Sobre esta superfície contrasta um conjunto de linhas e planos, verticais e horizontais, fortemente definidos que escondem o telhado, extinguindo os beirais. A ornamentação no tratamento das superfície tende à simplificação formal, inclusive, nos elementos decorativos, quase sempre em alto ou baixo-relevo.

Segundo Luís Paulo Conde²⁷⁵, essa contenção na decoração influenciou as obras produzidas no Brasil, que contemplam três linhas de tendência *Art Déco*: a

²⁷⁴ CZAJKOWSKI, J. (org) **Guia de arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.14.

²⁷⁵ Luiz Paulo Fernandez Conde é arquiteto, professor-titular na faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ. Participa ativamente de exposições nacionais e internacionais de arquitetura, expondo projetos de sua autoria. Como Secretário Municipal de Urbanismo na Prefeitura de César Maia, organizou o 1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina realizado na cidade do Rio de Janeiro, abr./1996.

primeira, de superfícies curvas com motivos marinhos e navais, inspirada no expressionismo norte-europeu, também, denominada *streamline*; a segunda, mais seca e geometrizada, cujos motivos decorativos baseiam-se em figuras geométricas (círculos, quadrados, triângulos), muito próxima do racionalismo modernista e, também, conhecida como escalonada ou ziguezague; a terceira, afrancesada, com resquícios acadêmicos e ênfase decorativa, já foi denominada *gréco-déco* com ordens estilizadas, quase que apenas riscadas sobre a fachada.

Quanto aos materiais utilizados, estão na estrutura o concreto armado, no embasamento o revestimento em granito, mármore ou outro material nobre. Para o fechamento das aberturas, nota-se o emprego da janela tipo “Copacabana” (persianas de enrolar/basculante) em madeira ou ferro: mescla de técnicas construtivas industriais/modernas e decorativas artesanais/tradicionais e uma valorização acentuada dos acessos e portarias. Há uma integração entre arquitetura, interiores e design articulando mobiliário, luminárias e serralheria artística. A iluminação é feérica e cenográfica, que destaca os elementos constitutivos da planta como hall, circulação ou galeria e compartimentos de uso intercambiáveis.

Outra orientação sugerida por Conde corresponde, *grosso modo*, à divisão do *Art Déco* em quatro períodos, o primeiro que compreende até 1925, destacando-se as formações e as manifestações embrionárias. De 1925 até 1930, período de lançamento ao público, divulgação e expansão mundial. Entre 1930 e 1940 identificado como os anos de consolidação e apogeu e, para a década seguinte, 1940 a 1950, estão classificadas as manifestações tardias.

TENDÊNCIAS

STREAMLINE



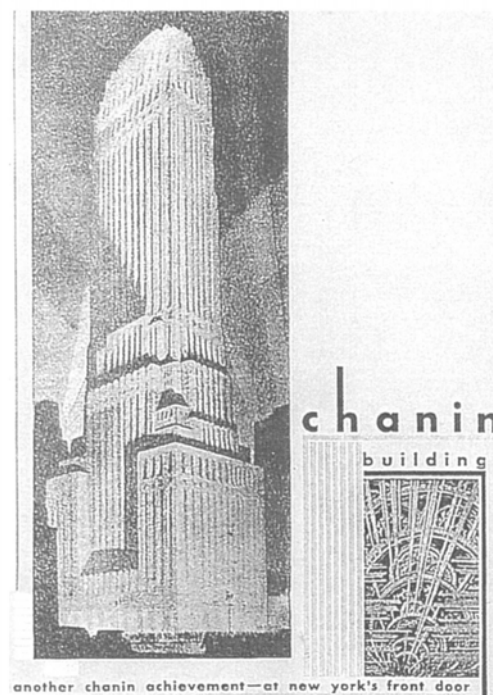
Erich Mendelsohn. Armazéns Schocken.
Stuttgart Alemanha (1926-1928)
FONTE: ZEVI, B. p.91.

GRECO-DÉCO



Ricardo Wriedt Edifício Natal – Cine Pathé
Rio de Janeiro (1927)
FONTE: CZAJKOWSKI, J. p.40.

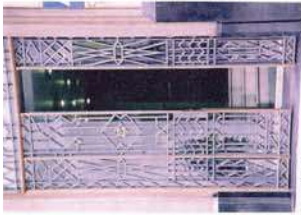
ESCALONADA



Sloan & Robertson (anúncio para Edifício Chanin)
Manhattan – New York (1929)
FONTE: KINGSLEY, R. p.13.



Havana
FONTE: FAGIUOLI, M. p.34.



Curitiba
FOTO: Marcia Luci Krüger



Havana
FOTO: FAGIUOLI, M. p.35.

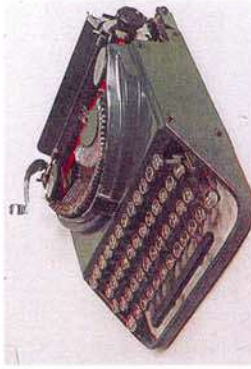


Curitiba
FOTO: Marcia Luci Krüger

Serralheria artística presente em grades para muro, janelas, portas e guarda corpo de escadas.



Rádio em baquelite
Zenith, EUA – 1930.
FONTE: UNES, W. p.39.



Máquina de escrever Olivetti
Aldo Magnelli, 1932.
FONTE: DARTON, M. p.9.



Móvel em noqueira
Serge Chermayeff, s/d
FONTE: KINGSLEY, R. p.36.



Rex Cine-Teatro de Paris, s/d.
FONTE: DARTON, M. p.22-23.



Hall do Edifício London Daily Express
Robert Atkinson, 1931.
FONTE: DARTON, M. p.17.

MATERIAIS, INTERIORES & DESIGN

A existência de uma forte corrente intelectual nacionalista, que desde o final do século XIX propunha uma expressão própria para a cultura brasileira, influenciou a arquitetura *Art Déco* construída no Brasil, que remetia os elementos decorativos a uma linguagem temática nacionalista. Essa busca de uma linguagem própria dividiu-se pelos muitos estados nacionais que durante a Primeira República desenvolveram elementos decorativos regionais próprios. Outra característica desta arquitetura em terras nacionais foram as múltiplas denominações que recebeu ao lembrar desde objetos (caixa d'água, cúbica), nome próprio (gênero Perret²⁷⁶), estado temporal (futurista²⁷⁷, estilo 1925), passando por convicções de cunho político e religioso (comunista, facista, judia) e que, anos mais tarde, precisamente em 1966, convencionou-se chamar *Art Déco*.

Atualmente é difícil reconstituir fielmente as linhas que unem as primeiras obras *Art Déco* realizadas no Brasil às suas precedentes européias, pois as pesquisas neste assunto ainda estão por ser levantadas. É certo que aqui trabalharam muitos arquitetos imigrados, sobretudo após a Primeira Guerra, assim como outros que estudaram no Velho Continente, havendo também algum intercâmbio cultural, embora precário, por meio de revistas que divulgaram as novas idéias artísticas. Além disso, alguns arquitetos foram tomados de surpresa ao serem classificados como representantes do estilo *Art Déco*, pois definido apenas em 1966,

²⁷⁶ Auguste Perret, francês, ingressou na École des Beaux-Arts em 1890, mas abandonou, em 1895, antes de completar os estudos. Trabalhava em negócios de comércio com o pai e executava projetos. No edifício na rua Franklin, Paris, 1903, usou pela primeira vez o concreto armado para edificação de apartamento residencial. Tornou o concreto armado um material esteticamente aceitável como material visível da construção, que passou através dos tempos a ser reconhecido e honrado entre conceitos arquitetônicos e estruturais. Influenciou a geração de arquitetos que se destacariam na Arquitetura Moderna. In: BANHAM, R. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p.66, 67, 69.

²⁷⁷ Arte Futurista, movimento originado na Itália (1909) e liderado por Filippo Tommaso Marinetti que, disposto a “reconstruir o universo”, foi muito além da pintura e da literatura. No ambiente construído, inspirou-se nas grandes cidades italianas (Milão e Turim) que deveriam ser destruídas para então serem recriadas. Antonio de Sant’Elia, arquiteto milanês, em conjunto com outros arquitetos, projetou edificações marcadas por “uma virada estética, partindo de um estilo *Art Nouveau* rumo a uma modernidade aerodinâmica, na qual a linha reta vertical definia a energia e a severidade da “Nova Cidade” que logo se tornou a “Cidade Futurista” ”p. 46. In: HUMPHREYS, R. **Futurismo**. Movimentos da Arte Moderna. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001, 2.ed. p.43 e 46.

reconheciam na linguagem de seus projetos somente o estilo denominado “gênero Perret”, “moderno”²⁷⁸.

ECOS E ESTILOS

GÊNERO PERRET



Auguste Perret
Edifício de apartamentos
Rue Franklin, Paris, 1903.
Uso pioneiro do concreto armado para edificações.
FONTE: BANHAM, R. p.66.

FUTURISTA



Antonio Sant'Elia
Manifesto da arquitetura futurista
Publicado na Lacerba, agosto de 1914.
FONTE: HUMPHREYS, R. p.47.

²⁷⁸ Entre os anos de 1927 e 1943, o arquiteto paulista Elisário Bahiana projetou em estilos variados tanto para São Paulo como para o Rio de Janeiro. No entanto, a predominância da linha em suas concepções obedecia ao estilo *Art Déco*. Porém, em entrevista a Segawa, para a revista Projeto n.º 67 (14, 22 set./1984), Bahiana não reconhecia seu estilo como *Art Déco*, nem com o nome Futurista que, inclusive, era uma palavra de sentido pejorativo nos anos de 1920 e 1930. In: SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.59.

Para Hugo Segawa²⁷⁹, a arquitetura *Art Déco* ficou estabelecida nas construções dos arranha-ceús pela simplificação das estruturas em concreto que despontavam nos horizontes das cidades capitais. Entre os citados em seu livro *Arquiteturas no Brasil*, está o edifício Martinelli em São Paulo, construído entre os anos de 1924 e 1929, com 25 andares, seguido pela construção do edifício A Noite na cidade do Rio de Janeiro, em 1930, com 24 andares. Continuando esta lista despontavam, também, o edifício Oceania e o Elevador Lacerda, com seus 73,50 metros ligando a cidade alta com a cidade baixa, ambos na capital baiana.

Arranhadas as alturas nos céus destas cidades, em 1927 estava contratada com a Companhia Construtora Nacional S/A, sediada na capital federal, a construção do edifício Moreira Garcez em pleno centro de Curitiba. Em que pesem as alturas alcançadas pelos edifícios executados em outras capitais brasileiras, também, aqui a arquitetura *Art Déco* inscreveu seu primeiro edifício que, contando com um prédio de oito andares, recebeu um tratamento conservando particularidades que só este estilo permitiria, já que possibilitou contornos culturais locais onde veio a ser instalado.

Se em nome de uma racionalização rumo à modernidade, uma nova estética é apontada na presença formal que agregou novos materiais a novidades técnica e construtiva traduzidas na arquitetura *Art Déco*, a cidade de Curitiba também apresentou sua experiência. Sob a orientação do engenheiro João Moreira Garcez passaremos a analisar um conjunto de edificações conservadas, até hoje, que representam o pioneirismo de um estilo em terras paranaenses e reconstituem uma época em que se regrou a morfologia da cidade e individualizou o edifício na rede que as novas avenidas teceram para ficar em pé de igualdade com a Europa.

²⁷⁹ SEGAWA, H. *Op. cit.*

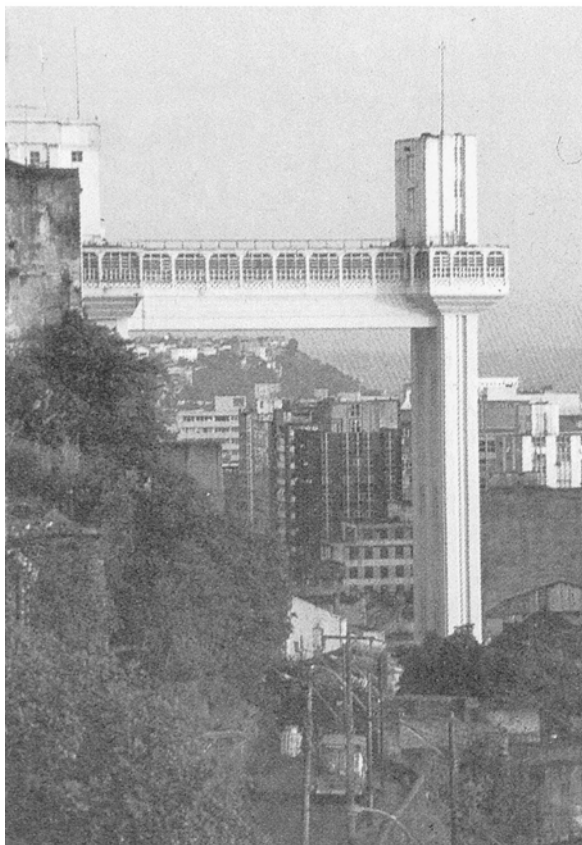
EDIFÍCIOS CAPITAIS I



EDIFÍCIO A NOITE
Joseph Gire & Elisário Bahiana
Rio de Janeiro, 1930.
FONTE: SEGAWA, H. p.65.



EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ
Companhia Construtora Nacional S.A.
Curitiba – Paraná, 1926.
FONTE: CRUZ, A. p.143.

EDIFÍCIOS
CAPITAIS II

ELEVADOR LACERDA
Fleming Thiesen – Prentice & Floderer
Salvador – Bahia, 1929.
FONTE: SEGAWA, H. p.66.



EDIFÍCIO OCEANIA
Freire & Sodré
Salvador – Bahia, 1930-1940.
FONTE: SEGAWA, H. p.65.

3.2 MOREIRA GARCEZ E O *ART DÉCO*

Uma das bases do tripé (médicos, engenheiros e educadores) que sustentava a classe intelectual no Brasil, durante os primeiros anos da República, era composta pelos engenheiros graduados, ou nas Escolas Politécnicas, ou nas universidades estrangeiras. Ao presente estudo interessa a Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1894, que imprimia a seus profissionais responsabilidades as quais, num contexto nacional, contribuiriam com o incremento no sistema ferroviário, na construção de portos e no saneamento das cidades, tarefas que correspondiam às recomendações proferidas por ocasião do 1.º Congresso de Engenharia e Indústria ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1901.²⁸⁰

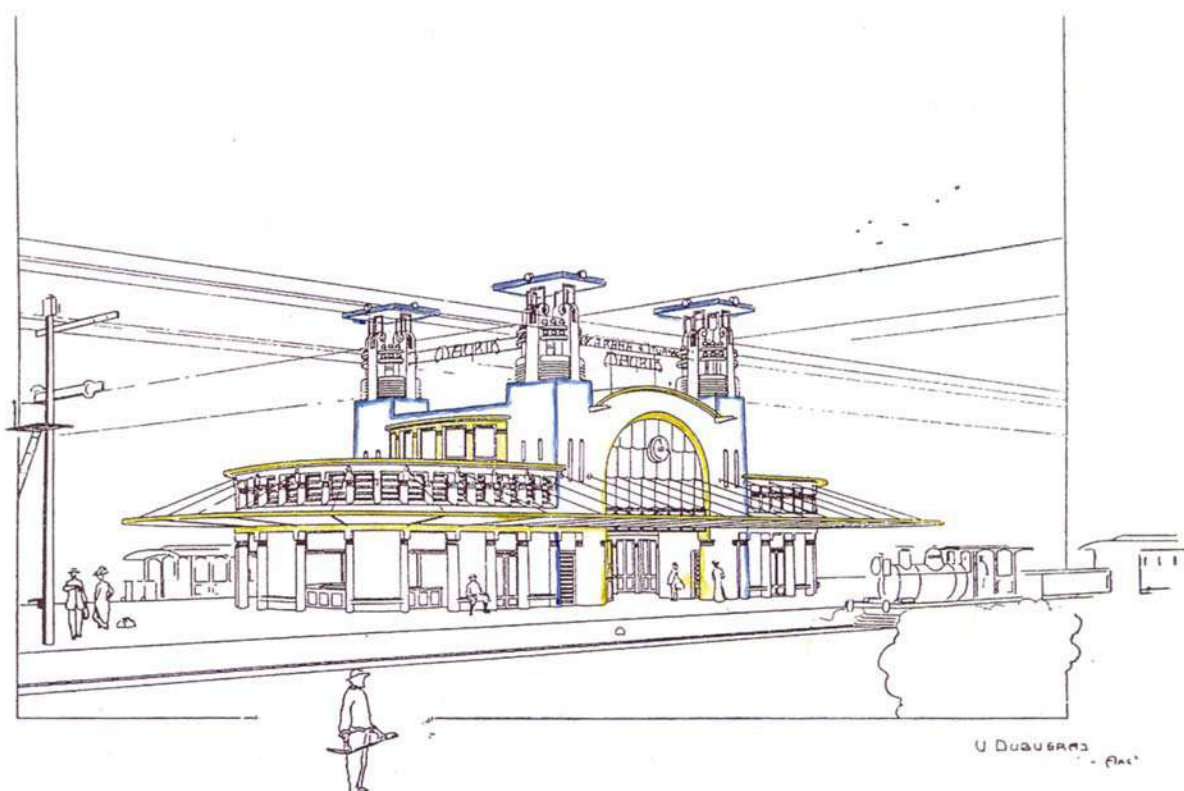
Implícita a essas tarefas estava o urbanismo, que viria a se tornar uma ciência somente ao longo do século XX. Contudo, as diretrizes para o desenvolvimento e a ocupação do solo realizadas em algumas capitais nacionais no alvorecer do século passado apoiavam-se em teorias européias e norte-americanas trazidas por estrangeiros contratados para esse fim. De outra forma, as propostas que se apresentavam internamente limitavam-se a esforços que sobrepunham novos sistemas viários sobre antigas redes de circulação previamente existentes nas crescentes cidades brasileiras.

Durante os primeiros anos do século XX, a Politécnica de São Paulo dedicava-se a experimentar novos materiais pesquisados em seus laboratórios e encarregava-se de publicar manuais sobre resistência dos materiais. A Revista Polythécnica, organizada pelo grêmio estudantil da escola, divulgava estas publicações e a aplicação prática de novos materiais utilizados na construção civil. Assim foi com o projeto de um seu professor, Victor Dubugras, que construiu, em São Paulo, a Estação Mairinque, concluída em 1908, e caracterizada como a primeira representante no Brasil do estilo arquitetônico denominado *Art Déco*²⁸¹.

²⁸⁰ *Idem., op. cit.* p.18.

²⁸¹ *Idem, op. cit.* p. 59.

O PRIMEIRO EDIFÍCIO ART DÉCO NACIONAL



Estação Ferroviária Victor Dubugras Mairinque, São Paulo 1905-1908.
FONTE: SEGAWA, H. p.33.

Amarelo: volumes que contêm formas curvas.
Azul: volumes que contêm arestas.

Nela está a experimentação de material novo, cimento armado, e, portanto, provocador de resistências para sua aplicação quanto aos valores estéticos resultantes. No entanto, as críticas enalteceram “(...) as dificuldades que supera magistralmente o insigne arquiteto, que nos dá com a Estação Mairinque um brilhante exemplo a seguir, no caminho da reabilitação estética do cimento armado, tão cedo e tão injustamente condenado como coisa fundamentalmente desgraciosa e feia (...)”. Ao novo material, um novo estilo de composição na construção. No entanto, foi apenas mais um estilo praticado por Dubugras que seguiu sua carreira projetando edificações em *Art Nouveau*, passando por experiências racionalistas, repetindo até o acadêmico neocolonial.²⁸²

Max Hehls foi outro professor com projetos divulgados nas páginas dessa revista. Entre os anos de 1908 e 1913, construiu novos edifícios religiosos para as cidades de Santos e São Paulo, concebidos internamente com planta em basílica, com coro, sem naves, nem capelas laterais, heranças portuguesa do século XVI. Neste caso a utilização do novo material não privilegiou uma nova concepção para o espaço arquitetônico.²⁸³

Contudo, as matérias veiculadas pela revista possibilitavam a apreciação dos resultados alcançados no emprego construtivo desse material, demonstrados pelos desenhos dos projetos acompanhados de fotos das edificações concluídas. Talvez a intenção da revista estivesse em proporcionar o debate entre alunos e mestres sobre o que estava sendo produzido no campo arquitetural. Provavelmente a influência do diretor da escola, Ramos de Azevedo, tenha contribuído para tal.

Embora tenha iniciado sua carreira profissional como engenheiro na Companhia Estrada de Ferro em Campinas, Ramos de Azevedo era arquiteto formado na Europa. Convidado para ser professor da Politécnica, transferiu-se para São Paulo em 1894, tendo projetado e construído a nova sede da escola em 1897.

²⁸² PUJOL JUNIOR, H. **Revista Polythecnica**. In: *Idem, op. cit.* p. 34-35.

²⁸³ BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1991. p.43.

Foi responsável pela organização do curso de engenheiro-arquiteto na escola e fora dela, pela criação e construção de diversas obras na capital paulista, tendo dirigido “o maior escritório de engenharia e arquitetura de São Paulo.”²⁸⁴

Contemporâneo a esses fatos, João Moreira Garcez estudou na Politécnica de São Paulo entre os anos de 1903 e 1909. Assim, é perfeitamente plausível que tenha sido influenciado pelas tendências esposadas por seus professores. O próprio desenvolvimento de sua carreira profissional voltada para a construção de estradas de ferro e para o saneamento urbano mostra sua ligação com a instituição de origem. E mesmo após ter-se formado e fixado residência em Curitiba, em 1912, ia freqüentemente a São Paulo visitar os amigos do tempo da escola e ver de perto o que se construía na capital paulista.

Além disso, outro fato revelado pelo depoimento de seu filho, João Moreira Garcez Filho²⁸⁵, o edifício Moreira Garcez foi inspirado em uma obra executada em São Paulo e, embora seu pai não possuísse uma empresa dedicada a projetos e edificações, ele inspirou e orientou a elaboração de construções que se reportam de sua autoria e cuja linguagem é um visível aprimoramento de composição que estabelece no *Art Déco* por fim, um estilo definitivo.

Em análise às obras executadas por este engenheiro será necessário extrapolar o tempo estudado por esta pesquisa, compreendido entre os anos de 1920 e 1928, em virtude das mesmas terem ocorrido antes, durante e depois dos anos em que respondeu pela Prefeitura de Curitiba. Em seguida, serão apresentadas as edificações tendo como critério para tanto a ordem estabelecida pelo ano de construção.

²⁸⁴ SEGAWA, H. *op. cit.* p.34.

²⁸⁵ GARCEZ FILHO, J. M. Entrevista concedida à Rosianne Guimarães. Curitiba, 3 de julho de 2005.

3.2.1 A Igreja Imaculado Coração de Maria

No início do século XX, assim como os edifícios, as igrejas construídas no Brasil também passaram a arranhar os céus. Em Curitiba, desde 1910, os missionários da Congregação Claretiana desejavam exigir uma nova paróquia. Para isso, tendo a necessidade de arrecadar fundos para a empreitada, procuraram promover festas beneficentes, e também buscar benfeitores que poderiam contribuir para a construção. Dentre esses benfeitores, estava o então Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Caetano Munhoz da Rocha, que, entre outras iniciativas, designou o Diretor de Obras Públicas do Estado, engenheiro João Moreira Garcez, para projetar a futura sede do Santuário do Imaculado Coração de Maria, no que foi atendido.

O aceite de Garcez talvez possa ser atribuído a um desejo de aproximar-se de Caetano Munhoz da Rocha, por motivos políticos, tendo, então, oferecido seus conhecimentos profissionais para a execução do projeto, já que durante sua formação esteve ligado a professores que construíram obras com programa semelhante.

As fundações do Santuário sobre o terreno conformado pelas ruas Ivahy (Avenida Getúlio Vargas) e Nunes Machado começaram a ser construídas nos primeiros meses de 1918. Inaugurada no dia 3 de dezembro de 1922, a construção não correspondia, entretanto, ao que fora previsto em projeto, tendo em vista a resistência dos padres claretianos, quanto ao emprego do vidro como material que deveria preencher uma extensa área da fachada principal.

Tendo sido o primeiro projeto arquitetônico de Moreira Garcez em Curitiba, e em atendimento ao pedido do amigo e companheiro político, Munhoz da Rocha, a construção obedeceu, no entanto, aos desígnios da Congregação Claretiana intermediados por uma comissão formada para acompanhamento da obra. Essa comissão era composta pelo Desembargador Dr. Philinto Teixeira, o próprio João Moreira Garcez e o advogado Manuel Vieira de Alencar.

A planta de Garcez apresentava uma disposição espacial com nave única, sem capelas laterais, que se encerrava em um altar em forma de ábside, com disposição tradicional do coro e fachada composta por um princípio inovador para a

época que acreditou ser possível preencher extensa área com um material frágil (vidro), tendo em vista que a estrutura se encarregaria de suportar os esforços necessários para a estabilização da obra.

É possível observar no projeto original que as colunas guardam entre si um espaçamento regular evidenciando a verticalidade na edificação. A entrada principal está levemente deslocada do eixo da fachada. Das torres laterais, a que contém o sino destaca-se em razão da sua altura ser duas vezes a da igreja, entretanto, seu volume não desequilibra a composição em razão da transparência oferecida pelos vidros completarem o fechamento, integrando torres e demais partes da fachada, proporcionando leveza ao conjunto. A curva que aparece acima da porta de entrada tem uma função estrutural, unindo as colunas centrais à fachada para fixá-las às das torres laterais. O telhado em águas está oculto por um frontão em curva suave que contém, em seu ponto médio, a estátua de Maria e na torre maior seu encerramento é formado por uma pirâmide alongada de base poligonal.

No entanto, o resultado final fugiu totalmente à proposta inicial, no sentido em que foi abandonada a idéia de utilização do vidro como painel de fechamento, optando-se pela alvenaria. Para a historiadora Tatiana Marchette, as alterações sobre a fachada original foram efetuadas porque “talvez muitos ainda não estivessem preparados para a modernidade arquitetônica apresentada pelos projetos do urbanista e engenheiro Moreira Garcez, que se utilizava de materiais diferenciados, como o vidro, para dar leveza à imponente construção. Tal modernidade foi aplicada, de fato, no edifício que leva ser nome, localizado em uma das ruas principais de Curitiba, a 15 de Novembro.”²⁸⁶

Porém, não foi apenas o vidro como “modernidade arquitetônica” o material empregado no edifício Moreira Garcez, mas sim o concreto armado, que permitiria estabelecer no conjunto dos pilares e colunas as forças necessárias para sustentar teto e altura desejadas à edificação, possibilitando que as paredes fossem meros revestimentos do material que melhor aprovesse. Por tratar-se de uma igreja,

²⁸⁶ MARCHETTE, T. **Missionários Claretianos em Curitiba**. Factum Pesquisa Histórica & Empresarial Ltda. Curitiba, 2003 p.42.

Moreira Garcez aproximou-se das concepções utilizadas pelas catedrais góticas, que se serviram dessa composição estrutural, para converter a arquitetura em espetáculo de altura e jogo de cores em seu interior, permitida pela luminosidade que atravessa imensos vitrais, que revestem as paredes.

As características apontadas pela edificação da igreja Imaculado Coração de Maria remetem a uma construção racionalista que ordena no emprego da forma a seqüência lógica da técnica, ou seja, tendo nas colunas a modulação das dimensões que implicam uma sensação de escala, derivado deste componente estrutural padrão. Este procedimento construtivo também foi empregado por Perret na construção da Notre Dame de Raincy, em 1922²⁸⁷; embora não seja possível estabelecer uma certeza do conhecimento de Moreira Garcez sobre o projeto de Perret, o fato aqui destacado é a simultaneidade no uso de um material e de uma técnica que aplicados em cidades afastadas pela distância compartilhavam os mesmos princípios técnicos para construção.

Banham admite ser a Notre Dame construída em Raincy um monumento confuso e a mesma impressão apresenta a igreja de Moreira Garcez quanto ao definir um estilo para sua arquitetura. Enquanto, com o projeto em Raincy, Perret foi consagrado mestre na utilização do concreto armado o que transformaria os processos construtivos²⁸⁸ nos próximos anos, a Congregação Claretiana teve que se ocupar ao longo das décadas seguintes com seguidas reformas na fachada da sua Igreja para chegar a um resultado próximo ao apresentado por Moreira Garcez em 1917²⁸⁹.

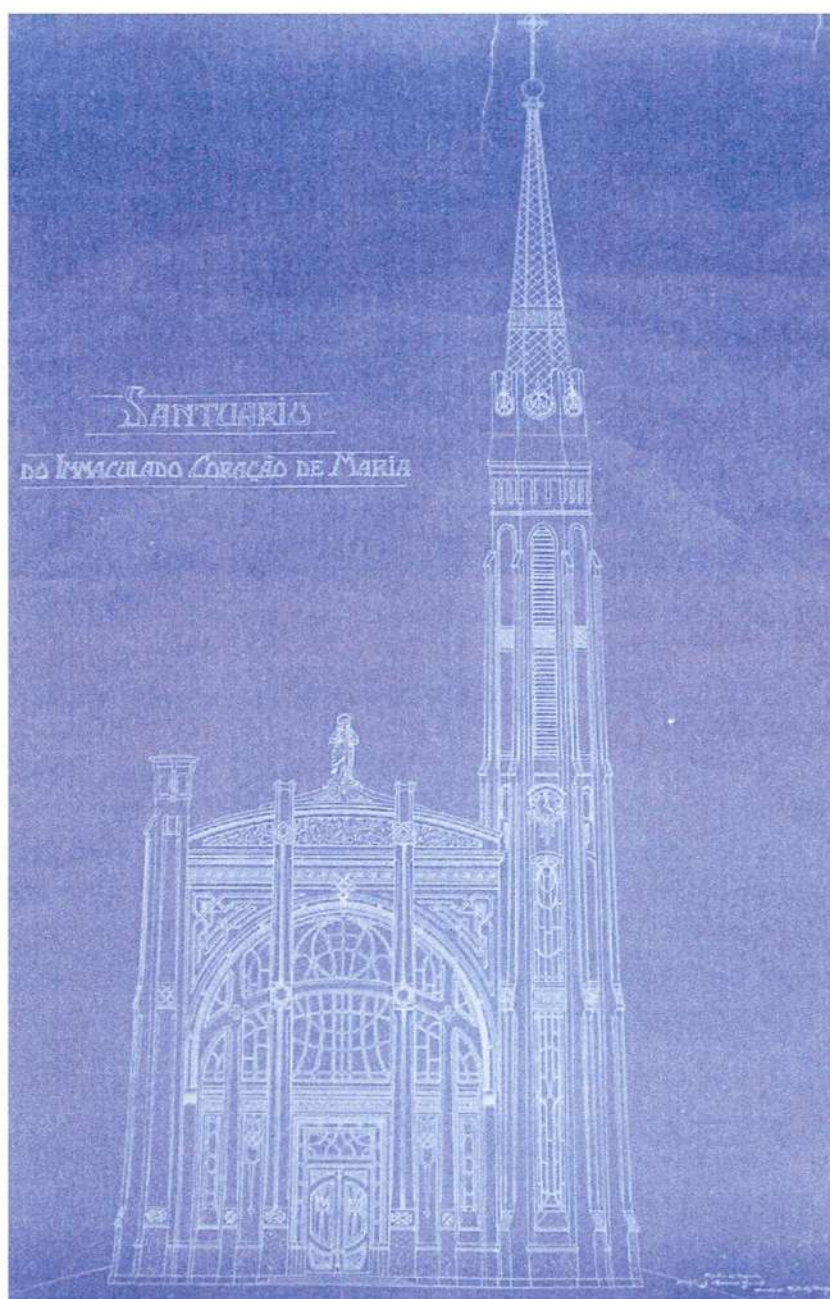
Curitiba e o clero local não estavam preparados para tal concepção arquitetônica em 1922, menos ainda havia alguém capacitado para alterar, com êxito, tal projeto. O resultado apresentado pela obra quando da sua conclusão conferiram total falta de estilo que, pesada em sua robustez (compacidade) e desequilibrada em sua volumetria (tendendo para a torre maior), possivelmente arrancariam de Moreira Garcez palavras que qualificaria como “monstrengo” ao que foi concluído.

²⁸⁷ BANHAM, R. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.40 e 49.

²⁸⁸ *Idem.*, *op. cit.* p.75.

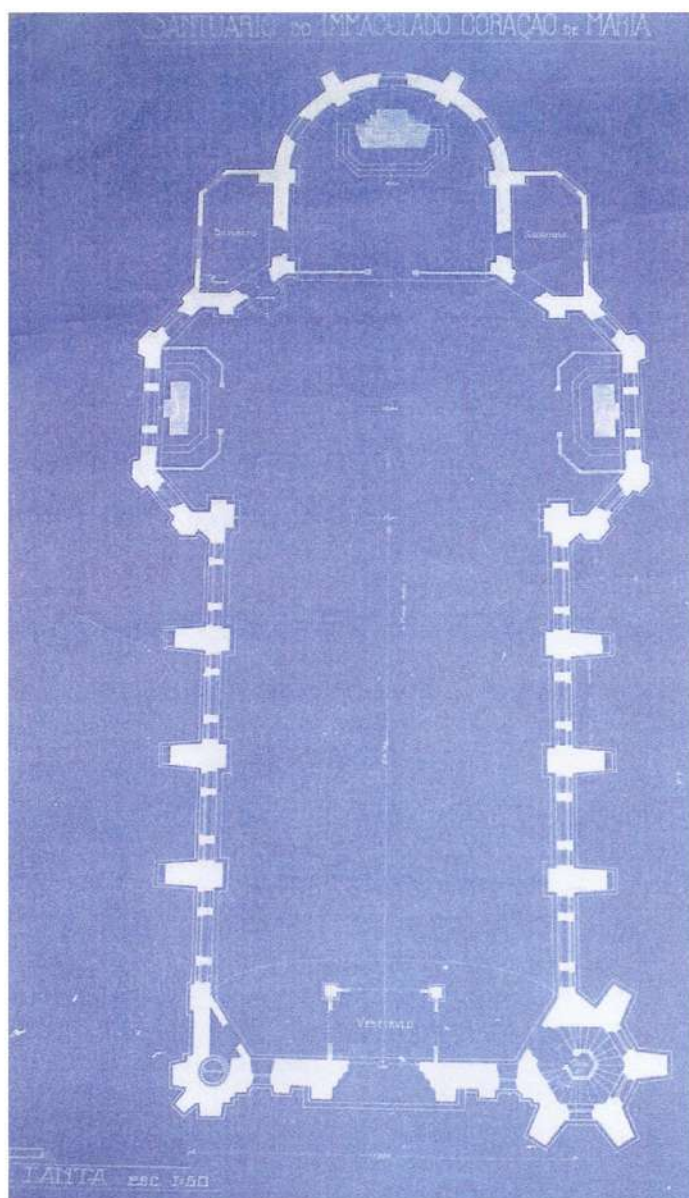
²⁸⁹ MARCHETTE, T. *op. cit.* p.42.

FACHADA PRINCIPAL DO PROJETO



ACERVO: Sala de Memória Congregação dos Missionários Claretianos em Curitiba.

PLANTA

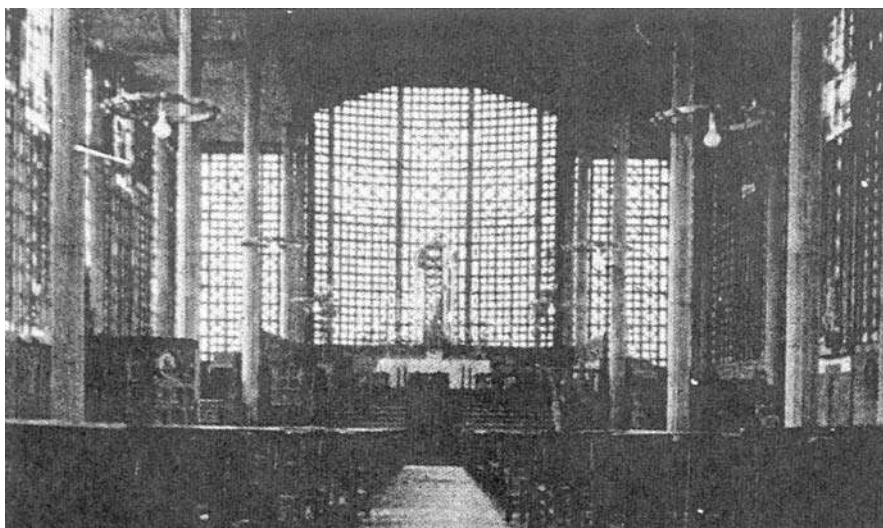


ACERVO: Sala de Memória Congregação dos Missionários Claretianos em Curitiba.

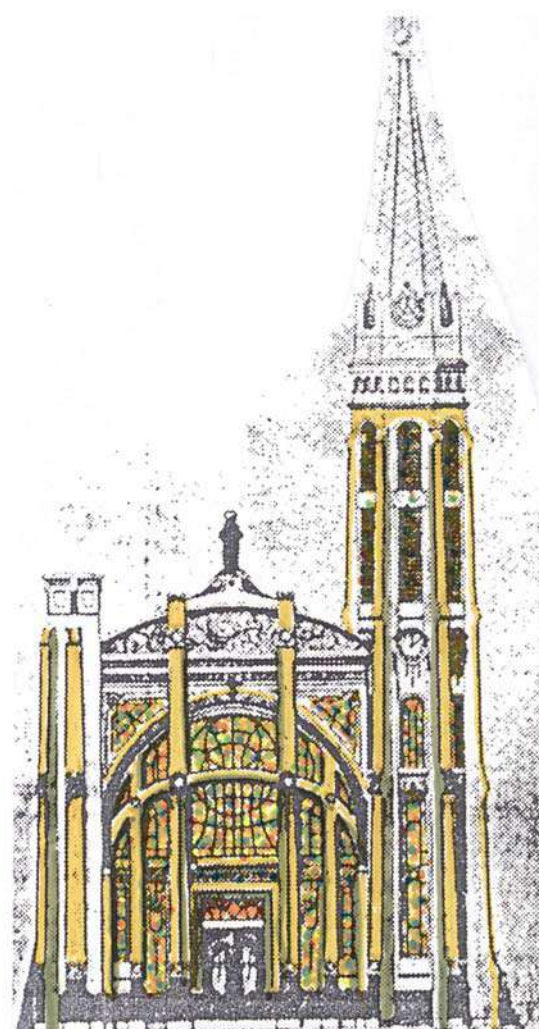
IGREJA CONCLUÍDA



FONTE: CURITIBA, Cidade de Turismo. Publicação comemorativa do 248.º Aniversário de Curitiba, editada pela Prefeitura Municipal 1693-1941. ACERVO: Museu Paranaense.



AUGUSTE PERRET
 NOTRE - DAME, LE RAINCY, 1923.
 Estrutura em concreto armado com fechamento em vidro.
 FONTE: BANHAM, R. p.70.



FACHADA PROJETADA POR MOREIRA GARCEZ.
 Colunas em concreto com fechamento em painel de vidro.
 FONTE: MARCHETTE, T. p.23.

IGREJA ATUALMENTE E SEUS DETALHES



FOTOS: Marcia Luci Krüger.

3.2.2 O Hospital das Crianças da Cruz Vermelha

Outra obra de vulto de autoria de João Moreira Garces²⁹⁰ foi o Hospital de Crianças da Cruz Vermelha, que teve sua pedra fundamental lançada em dezembro de 1922, sendo que, cinco dias antes, a planta encontrava-se aprovada por uma comissão que decidiu expor o projeto do hospital e da creche, desenhado pelo sr. Valentim de Freitas, na Chapelaria Jacob, na Rua XV de Novembro²⁹¹.

Ao tomar posse como presidente da Cruz Vermelha, em março de 1923, o também prefeito contratou, quatro meses mais tarde, a firma Muzillo para a construção do Hospital. A partir de 1929, com as obras quase terminadas, a Cruz Vermelha colocou o hospital à disposição do Governo do Estado, que assumiu o término das obras até sua inauguração em fevereiro de 1930.²⁹²

Um exame a essa obra leva, num primeiro momento, à elevação principal, onde se verifica que um de seus atrativos é o avanço formado pelo corpo central para além do alinhamento total da fachada frontal do edifício, formando uma superfície curva que reserva no eixo a entrada ao hospital. Esta curva também aparece no edifício Moreira Garcez, porém, lá apresenta um contorno mais suave, passando quase despercebida.

Se para identificar uma arquitetura *Art Déco* a superfície das paredes às vezes articula-se com outros volumes, como já mencionado, isto demonstra as primeiras evidências que conduzem ao estilo *Déco* apresentadas por esta edificação. Por outro lado, ainda que de contorno simplificado, as linhas que

²⁹⁰ Segundo as palavras de Luiz Henrique Garcez de Oliveira Mello, "(...) dele é o projeto original da Igreja do Coração de Maria, na Praça Ouvidor Pardinho, não realizada inteiramente conforme sua concepção (...)". In: **Revista Panorama**. Ano 34, n. 348, p.41. Ed. Pan Ltda. maio/jun. 1985. Acervo: Fundação Santos Lima.

²⁹¹ MACEDO, H. **Hospital de Crianças Cesar Pernetta**. Subsídios para a história do Hospital de Crianças 1.^a Parte, período 1919-1956. Curitiba: Imprensa Universitária, 1978. p.9.

²⁹² Em 17 de julho de 1951, o Governo do Estado sancionou a Lei n.º 663 que deu ao Hospital de Crianças da Cruz Vermelha o nome de Cesar Pernetta, pediatra paranaense de renome nacional na cátedra e na literatura médica especializada. In: *Idem, op. cit.* p.32.

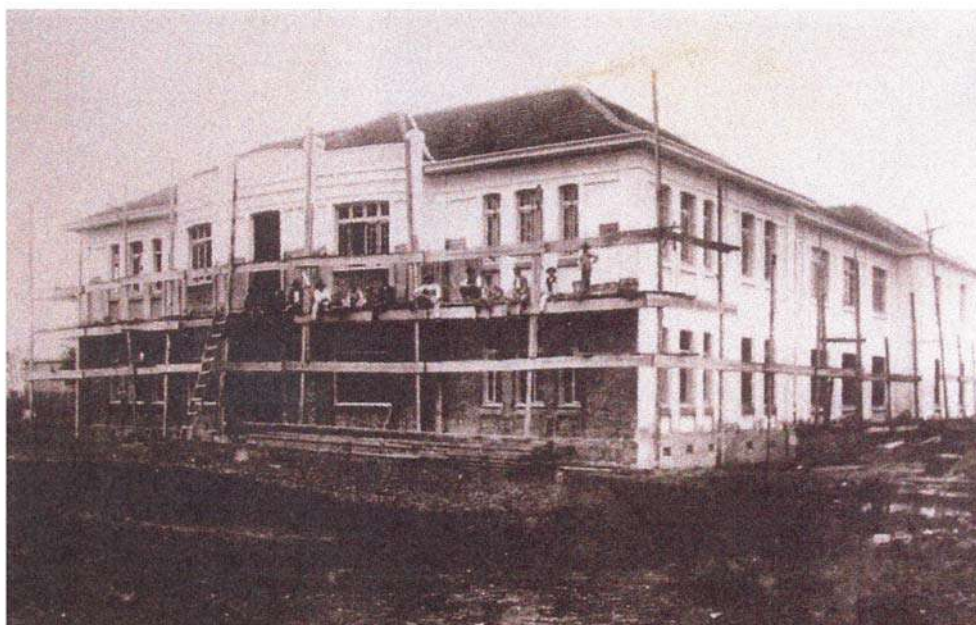
emolduram a porta de entrada do edifício remetem a detalhes curvos utilizados em obras de linguagem *Art Nouveau*, o que explica a posição do *Déco* em ocupar o limiar entre o Ecletismo e ao que antecede o Modernismo.

Para além da porta de entrada está um hall de distribuição com uma circulação horizontal, que acessa ao interior da edificação no pavimento térreo, e, outra, vertical, que conduz ao andar superior por meio de uma escadaria em madeira.

De volta à fachada, a arte decorativa está enfatizada na impressão de formas geométricas emolduradas em placas situadas abaixo das fileiras de janelas tanto no pavimento térreo quanto no primeiro andar, outras formas aparecem talhadas no coroamento e na parte superior das colunas que modulam a fachada em sua parte curva, que, por sua vez, se projeta para além do beiral, ocultando parcialmente o telhado. No entanto, o sentido de verticalidade nesta edificação é estrangulado pelo volume do fechamento superior que se estende até os beirais que encerram as demais paredes da edificação.

Essa obra reuniu questões de higiene com a temática da modernidade, padrões de civilidade desejados pelas sociedades em transformação. Com o fim de abrigar o primeiro edifício para tratamento médico pediátrico do Paraná, o engenheiro optou por uma arquitetura que se apropriou de elementos decorativos e se materializou numa linguagem determinada mediante o desenvolvimento técnico como possibilidade certa e iminente.

CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DAS CRIANÇAS DA CRUZ VERMELHA



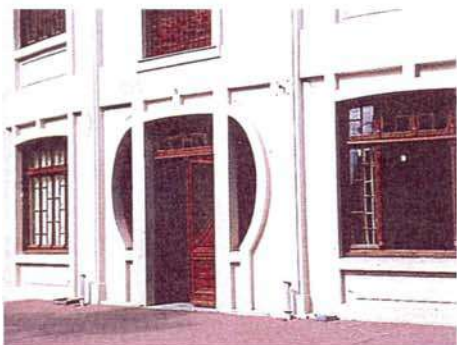
ACERVO: Fundação Santos Lima.

HOSPITAL CONCLUÍDO



ACERVO: IPPUC.

HOSPITAL ATUALMENTE E SEUS DETALHES



Detalhe do contorno da porta lembrança formal de outro estilo aqui bem mais simplificado.
FOTO: Marcia Luci Krüger.



Detalhe da fachada em sua parte superior
Impressões decorativas de um estilo definido
FOTO: Marcia Luci Krüger.



Detalhe da fachada em seu alinhamento.
Articulação entre volumes diferenciados.
FOTO: Marcia Luci Krüger.

Placas decorativas para composição de fachada



FONTE: FAGIUOLI, M. p.46.

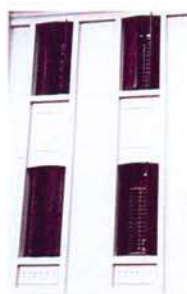


FOTO: Marcia Luci Krüger.



FONTE: FAGIUOLI, M. p.46.

3.2.3 O Edifício Moreira Garcez

Ao longo da década de 1920, Curitiba transformou seu sistema viário mediante pavimentação e retificação de ruas que passaram a receber um fluxo cada vez maior de automóveis²⁹³. As avenidas desenhadas em sistema ortogonal estabeleceram um alinhamento às construções limitando as edificações aos espaços de seus respectivos terrenos. No centro da cidade a Rua XV de Novembro apresentava uma paisagem urbana composta por sobrados que não ultrapassavam quatro andares e edificações cujas fachadas aglutinavam estilos arquitetônicos variados.

O comércio compunha-se de um setor de prestação de serviços que se diversificavam com novos hotéis, alfaiatarias, armarinhos, barbeiros, carpinteiros, padarias, lojas de calçados e roupas. Os primeiros profissionais formados pela Universidade do Paraná aumentavam os endereços dos escritórios e consultórios que se distribuíam pelo centro da cidade.

Os pontos de encontro localizados nos cafés e confeitarias, todos na Rua XV de Novembro, motivavam ao *footing* ou ao encontro de opiniões e debates mediados por poetas, intelectuais, políticos, literatos, jornalistas ou curiosos. Ao registro de cada assunto uma publicação especializada. Eram periódicos dedicados às artes, mais precisamente à estética simbolista, literatura, republicanism, anticlericalismo, conservadorismo católico, kardecismo, maçonaria, livre-pensamento e outros misteriosos cultos que agitavam as mentes curitibanas.

Poderia se dançar na *soirée* oferecida no Elegante, em sarau da Hora Acadêmica ou nos salões da Associação Comercial e Clube Curitibano. A boa música era ouvida nas praças, em Grêmios, centros artísticos, conservatórios e institutos de música, que realizavam concertos, reuniões familiares e serenatas, ou

²⁹³ Em 1920 estavam matriculados na Prefeitura 1.859 veículos. E no primeiro trimestre de 1926 foram matriculados 3.033 veículos. In: PARANÁ. Munhoz da Rocha (1920-1928: Munhoz da Rocha). Mensagem à Câmara Municipal pelo Prefeito Engenheiro Civil Dr. João Moreira Garcez ao instalar-se a 15.^a sessão ordinária da 7.^a legislatura, em 15 de abril de 1920. Curitiba: typ. d'A República, 1920. p.24. In: *Ibden*, 1926. p.121.

ainda, em concertos e óperas trazidos até a capital para apresentação no Teatro Guaíra²⁹⁴. Os cinemas dividiam as atenções entre as telas do Smart, Édén e Mignon.

Nas artes plásticas, Alfredo Andersen durante quase cinqüenta anos desenhou, pintou e ensinou artes formando discípulos como Lange de Morretes. João Zaco Paraná e João Turim esculpiram e povoaram as praças da capital com representantes que construiriam a história para os paranaense. Lange e Joãos criaram o Movimento Paranista em que divulgaram por entre símbolos e elementos que, se queria, identificassem as várias etnias que habitavam um mesmo solo, o do Paraná.

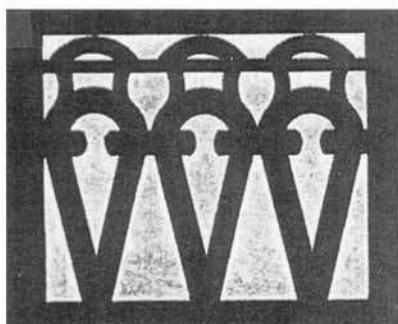
João Turim, para o autor Luís Fernando²⁹⁵, revelou-se o artista que divulgou com maior intensidade os motivos Paranistas utilizando-se do *Art Déco* para compor elementos que ornamentariam as construções. Outras notícias que trataram sobre *Déco*²⁹⁶ na capital paranaense chegaram pela Gazeta do Povo em dezembro de 1924. O correspondente Monet narrou que “no próprio coração de Paris, entre os Campos Elyseos que reúnem as elegancias mundiaes modernas e os Invalidos que evocam as mais nobres recordações do passado, um exercito de operarios trabalha”, últimos preparativos para a Exposição de Artes Decorativas de Paris, com a participação do arquiteto Augusto Perret na elaboração do Pavilhão dos Ofícios. Ao sabor de meras especulações este tema chamou pouca ou nenhuma atenção dos curitibanos, que se viam cercados pelas notícias da revista *Ilustração Paranaense*, que entre os anos de 1927 e 1930, veiculou fotografias de João Baptista Groff que mostravam a utilização do pinheiro, pinha e pinhão, geometrizados e estilizados, e compunham o desenho de grades, calçadas, edifícios e obras de arte, registrando um período em que muito se ocupou em unir culturalmente as gentes do Paraná.

²⁹⁴ Localizado na rua Dr. Muricy, entre as ruas Cândido Lopes e Rua XV de Novembro, este teatro passou por reforma em seu interior executada pelo Diretor de Obras Públicas, Dr. João Moreira Garcez. Em 15 de novembro de 1916 foi inaugurado. Em 1937, foi ordenada sua demolição pelo então presidente da câmara Municipal Aluízio França. In: CRUZ, A *op. cit.* p.80 e 83.

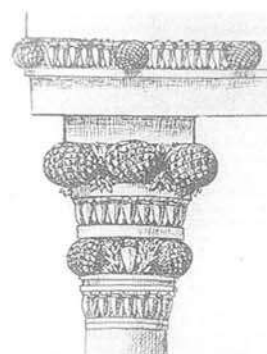
²⁹⁵ PEREIRA, L. F. **Paranismo: o Paraná inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1998. p.147.

²⁹⁶ GAZETA DO POVO. Curitiba, 17 de dezembro de 1924.

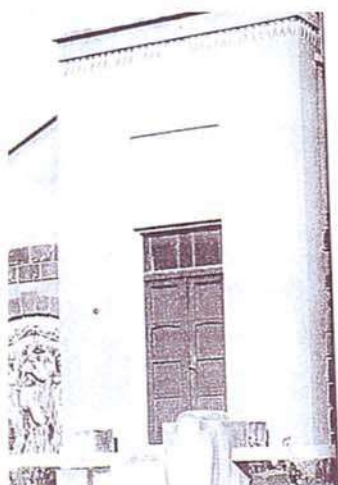
O ART DÉCO EM CURITIBA



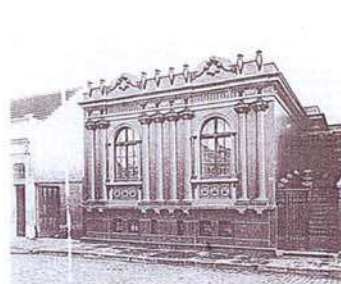
Composição de Lange de Morretes – 1930.
FONTE: GUINSKI, O. p.110.



Ordem Paranaense João Turim – 1928.
FONTE: DUDEQUE, I. p.63.



Detalhe da Fachada João Turim.
FONTE: SUTIL, M. p.109.



Casa de Bernardo Leining.
Desenhada por João Turim.
FONTE: SUTIL, M. p.109.



Capitel com pinhões estilizados.
Concepção João Moreira Garcez.
Edifício Moreira Garcez – 1926.
FOTO: Marcia Luci Krüger



Placas decorativas e enfeites na
Fachada Santos Lima – 1936.
Concepção João Moreira Garcez.
FOTO: Marcia Luci Krüger.

Até o final da década de 1920, Curitiba ainda seria presenteada com mais duas salas para espetáculos e reuniões culturais: o cine-teatro Avenida e o cine-teatro Palácio. Enquanto isso, a notícia que concentrou as atenções da população anunciada pelo jornal referia-se ao progresso de Curitiba nos seguintes termos: “Vamos ter um palacio monumental na antiga avenida Luiz Xarier”.²⁹⁷

Este edifício foi o primeiro arranha-céu construído no Paraná e o terceiro no Brasil. O pedido de licença para a construção do prédio foi registrado na Prefeitura em maio de 1926. Um ano depois, com a contratação da Companhia Construtora Nacional S/A, sediada no Rio de Janeiro, as obras começaram e o projeto podia ser apreciado pelos curitibanos nas páginas da imprensa local sob o título: “O Progresso de Curityba”,

(...) o mouumental (sic) predio, que é propriedade do dr. J. Moreira Garcez, será o maior de Curityba e sua construção, em cimento armado, já está iniciada e contractada com uma empreza do Rio de Janeiro.

Como se vê, nas suas linhas perfeitamente elegantes, o novo predio sobrepujará com vontade os sobrados actualmente em construcção na ex-Avenida e virá dar á nossa rua Quinze um novo aspecto de principal arteria de uma grande e moderna capital.²⁹⁸

Isto porque seriam dois os edifícios que revestiriam a rua Quinze conferindo um aspeto de “grande e moderna capital”. Na esquina oposta ao local escolhido por Moreira Garcez estava sendo construído o Palácio Avenida, de propriedade do comerciante Feres Merhy – aplicando a fortuna que recolheu durante anos de comércio em andanças pelo mundo, Merhy convocou os melhores profissionais da capital para a materialização do seu sonho.²⁹⁹

Cruz³⁰⁰ faz constar em seu livro que os recursos economizados por Moreira Garcez e os empréstimos efetuados junto à Madame Gomm e Julio Guarmater foi que possibilitaram iniciar a construção deste edifício particular, localizado em terreno

²⁹⁷ GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de março de 1927.

²⁹⁸ *Idem*. Curitiba, 10 de agosto de 1927.

²⁹⁹ SCHWINDEN, A. **Palácio Avenida**: a construção de um sonho. Curitiba: Casa de Idéias Editora de vídeo e gráfica Ltda., 1984.

³⁰⁰ CRUZ, A. *op. cit.* p.141.

inicialmente ocupado pela loja do pai, Theóphilo Moreira Garcez, aumentado em área devido às compras efetuadas, por João Moreira Garcez, dos terrenos lindeiros alguns, inclusive, em hasta pública.

Em seu relatório sobre a edificação escrito no ano de 1936, Moreira Garcez descreve a obra da seguinte forma:

(...) na principal artéria da metrópole paranaense está localizado o Edifício Moreira Garcez, cujas fachadas completam a obra de urbanização resultante do asphaltamento (sic) da avenida João Pessoa, praça Ozorio e parte da rua Voluntários da Pátria, que delimitam essa futura propriedade.³⁰¹

Preparado o solo para receber a tão sonhada edificação projetada pelo engenheiro Moreira Garcez, quanto mais alto ficava o edifício maiores apresentavam-se as diversidades que acompanharam sua construção. A imprensa local foi palco da resistência que Dona Guilhermina Hauer impôs às intenções do prefeito em abrir a rua Ermelino de Leão até a avenida João Pessoa. Dona Guilhermina possuía um imóvel no local onde a rua deveria ser prolongada até a avenida João Pessoa e dizia que a obra seria “apenas para melhorar a perspectiva do Edifício Moreira Garcez”. Tantas foram as idas e vindas sobre o assunto nos jornais que o local passou a ser chamado “Beco do Garcez,”³⁰² e só ficou resolvido após decreto que desapropriou a área por utilidade pública em 1926.

Inaugurado o cine-teatro Palácio em 1928, localizado no pavimento térreo do edifício Moreira Garcez, um acidente veio chamar a atenção de todos na cidade. O pontilhão que conduzia à entrada do cine-teatro, instalado atrás do canteiro de obras do edifício, não suportou o peso das pessoas que sobre ele aguardavam a próxima sessão do cinema. Na queda muitas pessoas foram soterradas; várias ficaram feridas e cinco morreram.

Acalmados os ânimos que agitaram a abertura da rua Ermelino de Leão, esse trágico acidente silenciou a festa preparada para a posse do novo governo³⁰³. E, ainda uma pergunta era veiculada ao público pelos jornais:

³⁰¹ *Idem, op.cit.* p.156.

³⁰² *Idem., op. cit.,* p.144-145.

³⁰³ CRUZ, A *op. cit.* p.148. Affonso Alves de Camargo assumiria o governo do Estado do Paraná para o quadriênio 1928-1932, tendo como prefeito da capital Eurides Cunha.

CURITYBA PROGRIDE...



O Fumaça (gritando) – Tótó de onde vêm tanto dinheiro para tudo isso?!...
O Tótó: – Dolorosa interrogação!...³⁰⁴

³⁰⁴ O DIA. Curitiba, 12 de março de 1927, p.1. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O prédio chamado “monumental” previa originalmente cinco andares, ático aproveitável e cúpula ogival com uma antena sobre a cobertura. Mas, em 1928, o engenheiro João Moreira Garcez decidiu alterar o projeto. O motivo alegado na Prefeitura para construção de mais dois andares³⁰⁵ foi de ordem estética, entretanto, comentários apontam que a construção do Palácio Avenida, na esquina oposta, fez com que Moreira Garcez aumentasse seu prédio convertendo-o no mais alto da “moderna capital”. Acompanhavam o *footing* na Rua XV: sonhos, pesadelos e vaidades...

Projetado, inicialmente, para ser um hotel de luxo, o edifício Moreira Garcez acabou transformado em edifício comercial, tendo em vista que a essa época apartamentos para habitação eram vistos como uma forma promíscua de moradia (cortiços)³⁰⁶. Contudo, no edifício da outra esquina era possível morar, trabalhar nas lojas e escritórios e divertir-se no cine-teatro Avenida.

Construído em concreto armado, as toneladas de cimento e ferro utilizados para execução do edifício Moreira Garcez foram importados da Alemanha entre os anos de 1926 a 1929. Dentre os materiais utilizados para as fundações, segundo Eduardo Guimarães³⁰⁷, arquiteto que revitalizou este prédio em 1988, nas partes em que o subsolo é atingido pelas águas do rio Ivo, acham-se troncos de eucalipto tratados por submersão em óleo cru que, desta forma, tiveram sua resistência aumentada.

Enquanto o Palácio Avenida recebia uma armadura metálica em seu esqueleto para duplicar sua solidez³⁰⁸, o relatório sobre o edifício Moreira Garcez

³⁰⁵ O Edifício Moreira Garcez apresenta-se dividido em térreo, sobreloja como 1º pavimento, 2º, 3º, 4º e 5º pavimento, friso horizontal, 6º e 7º pavimento com ático aproveitável, que muitos chamam de 8º andar. (N. A.).

³⁰⁶ SEGAWA, H. Modernidade Pragmática: arquitetura no Brasil dos anos 1920 a 1940. In: **1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, 1997.p.174.

³⁰⁷ O Edifício Moreira Garcez foi adquirido pela empresa Hermes Macedo em 1982, que decidiu pela instalação de uma loja de departamentos: o Magazine Garcez. Durante o ano 1988, Eduardo Pereira Guimarães, arquiteto, diretor técnico do grupo HM, realizou o projeto e coordenou as obras para a reforma no edifício.

³⁰⁸ SCHWINDEN, A. *op. cit.*

afirmava que as “fundações comportavam a carga de mais andares (..) e cada pavimento pode ser dividido em (...) salões de maiores ou menores dimensões”. Neste ponto encontra-se o mistério que durante algum tempo ficou sem resposta entre os profissionais, porque estes não compreendiam como os andares poderiam ter as paredes retiradas sem abalar a estrutura da edificação³⁰⁹.

Isso foi possível pela transferência das cargas às colunas, que ficaram responsáveis pela sustentação dos andares superiores isentando as paredes deste esforço, o que tornou possível retirá-las e aumentar a área livre em cada pavimento. Justifica-se aqui o domínio da técnica empregada na utilização de um material que, em sendo novo, exigia conhecimento específico. Provavelmente Moreira Garcez não quis discutir com mestres-de-obras locais estas técnicas específicas e preferiu contratar uma empresa sediada na capital federal para a qual tais técnicas não eram tão misteriosas (edifício A noite com 24 andares).

Se em 1929, estava inaugurada a mais “moderna casa de espetáculos da América do Sul”³¹⁰, o cine-teatro Avenida, e concluído o cine Palácio Avenida, somente em 1933, os primeiros pavimentos do edifício Moreira Garcez foram concluídos, e levou, ainda, mais três anos para a edificação apresentar-se com 42 metros acima do nível da rua, o que atraía a atenção de curiosos provenientes, inclusive, de estados vizinhos³¹¹.

Entre seus primeiros inquilinos foram registrados o Consulado da Alemanha, a sede provisória do Cassino Estância, escritórios da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, da *Atlantic Refining Company of Brazil*, e espaços reservados à recreação, como o Palácio das Diversões Skating Golf Girls, e o salão que promovia bailes conhecidos como Águas Dançantes animados pelo Bloco Please.³¹²

³⁰⁹ O ESTADO DO PARANÁ. Almanaque. Curitiba, 30 de agosto de 1987. p.18

³¹⁰ SCHWINDEN, A. *op. cit.*

³¹¹ O ESTADO DO PARANÁ. *op. cit.*

³¹² OLIVEIRA, J. **Memória Garcez**. Pesquisa sobre o edifício, texto para publicação e roteiro para vídeo. p. 3.

Quanto ao estilo arquitetônico, o edifício Moreira Garcez foi intitulado por seu construtor como uma obra “moderna”, para o historiador e arquiteto Dudeque, o primeiro arranha-céu de Curitiba apresenta-se “ainda eclético (...) que sobrepunha mais um estilo às volutas dos estilos históricos”³¹³, enquanto o historiador Marcelo Sutil classifica esta obra como um “edifício de linhas tendendo para o *déco* (...)”³¹⁴. Já na opinião do arquiteto Eduardo Guimarães, o edifício Moreira Garcez “foi o primeiro prédio em concreto armado do Paraná e o único que temos em estilo totalmente **art déco**”.³¹⁵

Controvérsias à parte, esta edificação apresenta uma composição de formas geométricas, com predominância da linha reta que enfatiza sua verticalidade arrematada pelo coroamento escalonado, o que sugere que suas características remetem à segunda tendência³¹⁶ enunciada por Conde, entre as três que configuram o estilo *Art Déco* construído no Brasil.

O Edifício Moreira Garcez formado por sua volumetria maciça emoldurada pelo asfalto das ruas Luís Xavier (ex-Avenida João Pessoa), Voluntários da Pátria e Praça Osório é regrado em sua superfície externa pelas linhas das colunas que, dispostas de modo equidistantes, preenchem toda a altura da edificação e encontram-se destacadas, como que a formar degraus, a partir do alinhamento da fachada. Em dois momentos a linha horizontal corta, de uma lateral a outra, a edificação, dividindo-a em base, corpo e coroamento.

³¹³ DUDEQUE, I. & GNOATO, L. A modernidade esquecida: *art-déco* na área central de Curitiba. In: **Revista do curso de Arquitetura & Urbanismo da PUCPR**. Curitiba: PUCPR, n.º 4, p.50, set./2000.

³¹⁴ SUTIL, M. **Beirais e Platibandas**. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em História) – UFPR, 2003. p.148.

³¹⁵ O ESTADO DO PARANÁ. Almanaque. Curitiba, 18 de setembro de 1988. p.5. Grifo do jornal.

³¹⁶ A segunda tendência corresponde a mais seca e geometrizada, cujos motivos decorativos baseiam-se em figuras geométricas (círculos, quadrados, triângulos), muito próxima do racionalismo modernista e, também, conhecida como escalonada ou zig-zague. In: CONDE, L. P. *Art Déco; modernidade antes do Movimento Moderno*. 1.º **Seminário Internacional Art Déco na América Latina**. Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do RIO DE Janeiro / SMU, Solar Grandjean de Montgny. PUC / RJ, 1997. p.71.

Em dois momentos, também, a curva aparece sobre a fachada, seja de modo discreto para quebrar a monotonia no corpo da composição (tanto na avenida Luís Xavier como na rua Voluntários da Pátria) e acentuar, na base, o eixo central da fachada correspondente a cada rua, seja de modo acentuado para contornar a esquina tomada pela edificação. Neste ponto destacam-se portas de acesso e uma marquise projetada pela existência de uma varanda na sobreloja.

No coroamento estão identificados elementos escalonados que escondem atrás deles a linha de cumeeira formada pelo telhado da edificação e apresentam impressões decorativas cujas formas geométricas Dudeque denominou acento circunflexo, que são encontrados na composição de edificações localizadas no Rio de Janeiro e em Miami classificadas como *Art Déco* por Conde e Almada.³¹⁷ Outras impressões enfeitam a fachada embaixo da fileira de janelas situadas acima da segunda linha horizontal que atravessa o edifício. No plano facial, a uniformidade do conjunto é alcançada pela sobriedade da cor refletida pelos matizes das granulhas de granito que revestem o edifício.

Ao elemento decorativo sobreposto à fachada na forma de um triângulo invertido em alto relevo sobrepostos a algumas colunas, e que por esse motivo foi caracterizado por Dudeque como uma nova voluta, é encontrado na composição de edificações localizadas em Havana, capital cubana, e catalogadas como *Déco*³¹⁸.

Outro elemento na decoração da fachada evidenciado no desenho do capitel das colunas que se lançam até a segunda linha horizontal que cruza a superfície da edificação, é a estilização do pinhão, fruto do símbolo que “marcou (...) a busca de afirmação da terra paranaense”³¹⁹, que, durante a década de 1920, movimentou os intelectuais locais preocupados em estabelecer referenciais próprios

³¹⁷ CZAJKOWSKI, J. (org.). Guia da Arquitetura *Art Déco* no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p.12 e 32.

³¹⁸ FAGIUOLI, M. **La Habana Déco**. Itália: Eurolitho, 2003. p.45.

³¹⁹ DUDEQUE, I. **Espirais em madeira**. Uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: APESP, 2001. p.58.

ao Paraná e à sua gente. A esta estilização a melhor performance aderiu sementes nativas representadas em elementos para composição arquitetônica.

A entrada principal ao edifício abre-se para a avenida Luís Xavier e encontra-se no eixo da fachada. Os vidros da porta de entrada estão protegidos por uma composição em serralheria que possibilita a iluminação do hall de entrada onde a distribuição da circulação é determinada pela escada ou dois ascensores, que conduzem ou à sobreloja ou aos demais andares, respectivamente. A serralheria acompanha, também, o guarda corpo da escada interna.

No interior, a parede ao fundo do hall contém fechamento em vitrais que permitem a passagem da iluminação e ventilação que chegam através de um fosso cuja abertura localiza-se no teto. Parte integrante aos elementos da decoração interna, está o latão que reveste detalhes como o corrimão das escadas, os marcadores de andar e os frisos dos espelhos dos ascensores.

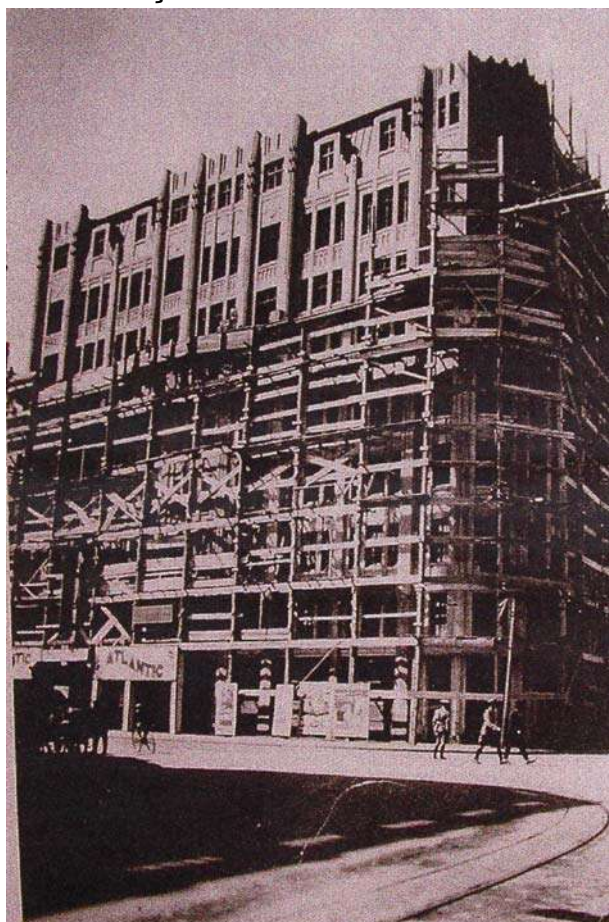
Permanecem até hoje em destaque na arquitetura da cidade os edifícios Palácio Avenida e na esquina oposta o Moreira Garcez. Diversos em suas concepções construtivas, ambos, porém, tornaram-se sonhos concretizados. Se para o edifício Moreira Garcez a origem do financiamento para sua construção era questionada pela imprensa e a técnica construtiva utilizada na edificação um mistério para os profissionais da época, fato é que o *Art Déco* é o resultado da busca de uma linguagem de desenho para um mundo em transformação, mesmo que a princípio não se propusesse a ser universal.

O discurso modernizante tomava conta da produção arquitetônica com formas mais dinâmicas e despojadas, em oposição aos estilos tradicionais impregnados de forte ornamentação, opção por volumes mais puros e uma orientação para a racionalidade e economia que apontava para o emprego de uma técnica avançada para a construção civil – o concreto armado.

A arquitetura *Art Déco* integrou-se em um conjunto de transformações urbanas ocorridas na capital durante a atuação de Moreira Garcez na Prefeitura. A busca por novos horizontes econômicos, aliada a um grande aumento populacional

e conseqüente expansão urbana, anunciava a sua inserção no mercado capitalista de produção. As necessidades de planificação de um novo perímetro, bem como de legislação de controle do uso e ocupação do solo, além da escassez habitacional, denunciavam que a cidade atingira um patamar de problemas comuns a outras capitais brasileiras. Nesse sentido, a capital perdia gradativamente sua característica de camponesa, dando lugar a redefinições na sua paisagem que lidava com questões de âmbito cosmopolitas.

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ



ACERVO: Fundação Santos Lima.

EDIFÍCIO PALÁCIO AVENIDA AO FUNDO EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ

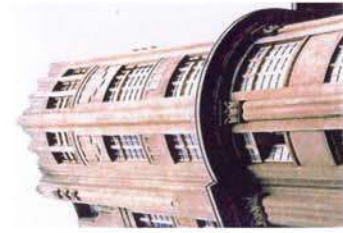


FONTE: SCHWINDEN, A. Palácio Avenida. Curitiba: Casa de Idéias Editora de Vídeo, 1991, p.45.

O EDIFÍCIO E SEUS DETALHES



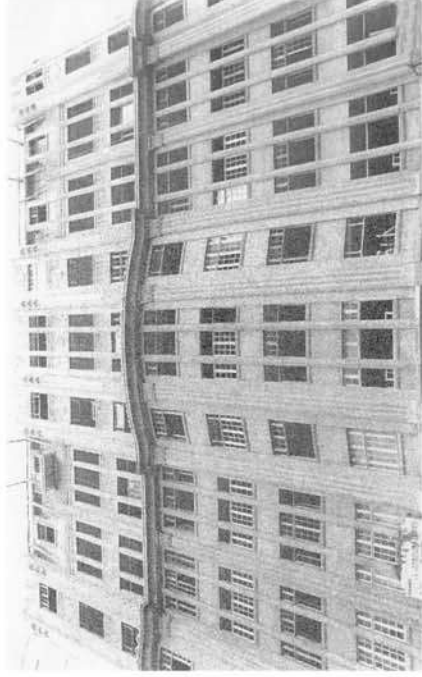
Edifício Moreira Garcez
ACERVO: Faculdade FACINTER (2004)



Detalhe da fachada
que contorna a esquina
FOTO: Marcia Luci Kruger

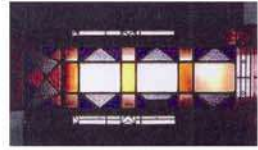


Detalhe da coluna
ACERVO: IPPUC



Detalhe da fachada para a avenida Luís Xavier
Articulação de volumes e elementos de decoração
ACERVO: IPPUC

Composição de vitrais para fechamento de aberturas



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FOTO: Marcia Luci Kruger

Composição de linhas e enfeites para desenho de fachadas



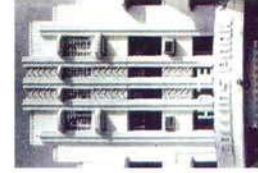
FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FOTO: Marcia Luci Kruger



FONTE: CZAJKOWSKI, p.12. (1939)



FONTE: Grupo Hermes Macedo. (1988)



FONTE: FAGIUOLI, M. p.45. (1934)

3.2.4 A Residência Santos Lima

Nas páginas da revista *Ilustração Paranaense*, o ano de 1928 começava com a divulgação de fotografias de várias residências curitibanas participantes do concurso realizado pela Prefeitura. Nesse concurso, as habitações vencedoras estariam isentas de impostos e tinha como objetivo “ajudarem no engrandecimento da capital do Paraná”. As construções envolvidas na competição apresentavam uma variação em estilos e descreviam concepções que remetiam ao normando, eslavo ou ainda colonial, caracterizando a cultura construtiva da cidade como um assunto que ultrapassou as preferências particulares para aceite estabelecido no domínio público.³²⁰

Para a década seguinte, a administração pública em seu relatório referente aos anos de 1932 e 1939, enunciava que dos muitos melhoramentos havidos na *urbs* o setor de construções apresentou-se promissor, sem, no entanto, ter alcançado os patamares que foram recordes para a história de Curitiba conquistado no ano de 1913. Talvez a guerra que então se iniciava tenha inflacionado valores, porém as “novas construções, por menos que fosse o número, eram bem vindas”.³²¹

Sem novidades quanto aos estilos construtivos, que passaram a ser ditados em função de pagar-se menos impostos e com um mercado que possibilitou a prática construtiva ao longo dos anos seguintes, a análise da edificação que ora se inicia reúne as características que conceituam a arquitetura *Art Déco*, enfatizada por esta pesquisa, projetada por Moreira Garcez.

Esta residência, situada na Alameda Cabral, foi construída pela firma Marcos Baggio no ano de 1936 e abrigou a família do médico Eduardo Santos Lima, amigo e parente de João Moreira Garcez.

³²⁰ DUDEQUE, I. **Espirais de madeira**. Uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001. p.65-66.

³²¹ Entre os anos de 1932 e 1939 foram registradas 3.503 obras no período, com uma média de 438 ao ano sendo que, em 1939, esse número atingira a marca de 499 novas construções. Contudo mais de duas décadas antes o montante de obras chegou ao patamar 528, em 1913, e 481, no ano seguinte. In: SUTIL, M. *Beirais e platibandas*. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20. Tese de doutorado, Curitiba: UFPR, 2003. p.149.

CASAS & ESTILOS



Vila Emilinha
1.º Lugar no Concurso de 1929.
Projeto Valentim Freitas
Revista Ilustração Paranaense
FONTE: DUDEQUE, I. p.67.



2.º Lugar no Concurso de 1929.
Projeto A. Krüger.
Revista Ilustração Paranaense.
FONTE: DUDEQUE, I. p.67.



Residência Frederico Kirchgässner
1.ª Edificação em arquitetura moderna de Curitiba.
FONTE: DUDEQUE, I. p.94.



Residência Frederico Kirchgässner
Esquina entre Jaime Reis e Portugal.
FONTE: DUDEQUE, I. p.94.

Em primeira vista sobre a edificação, sua construção valoriza a esquina de forma oposta aos projetos anteriores do engenheiro, agora ex-prefeito. O detalhe importante é que a curva deixou de abraçar a esquina, recuando do alinhamento predial, e tendo sido substituída por três segmentos de reta. A porta de entrada, protegida por uma marquise, encontra-se localizada no segmento de reta intermediário e acessível por meio de uma escadaria.

As fachadas correspondentes às ruas que contornam a edificação estão coladas ao alinhamento predial. Quanto à superfície externa, há uma divisão horizontal que caracteriza a base, o corpo e o coroamento na edificação, todos diferenciados pelos elementos decorativos que compõem a fachada. Não há beirais, o telhado está escondido pelo coroamento e este, por sua vez, é delimitado por formas escalonadas. Em seu frontão apresentam-se figuras geométricas impressas que estilizam o “pinhão”, uma característica da influência do Movimento Paranista adotada pelo construtor à época. Tanto as colunas desenhadas na fachada como a disposição das janelas contribuem para acentuar a verticalidade na edificação, aspecto peculiar do *Déco* da segunda tendência sugerida por Conde³²².

As colunas encontram-se dispostas de forma equidistante e destacam-se com uma altura suave em relação ao alinhamento da fachada. Entre as linhas de janelas há, na fachada, uma decoração que utiliza elementos geométricos simples como retângulos sobrepostos e, embaixo da linha de janelas do pavimento inferior, há placas que contêm formas em ziguezague. Os vitrais aparecem vedando porta e janelas. A linha reta orienta toda composição e sua volumetria apresenta proporções que fazem jus ao comentário de Sutil quando lembra que “o homem mais bem vestido é o que chama menos a atenção.”³²³

³²² Caracterizada como a mais seca e geometrizada, cujos motivos decorativos baseiam-se em figuras geométricas (círculos, quadrados, triângulos), muito próxima do racionalismo modernista e, também, conhecida como escalonada ou ziguezague. In: CONDE, L. P. *op. cit.* p.71.

³²³ A CASA, Revista de Engenharia, Arquitetura e Arte Decorativa, ano 9, n. 85, jun./1931, p.14. In: SUTIL, M. *Beirais e Platibandas. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20.* Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR. Departamento de História. 2003. p.125.

O hall de entrada distribui a circulação horizontal e, a partir da entrada, o segundo ambiente, possui a escada que conduz ao andar superior. Em seus cômodos nota-se o uso da madeira de forma intensa como para revestimento do piso, a composição da escada e seu corrimão, o acabamento do forro e todas as esquadrias. Os vitrais aparecem fechando as aberturas que mostram a parte interna do terreno e como detalhe na porta principal. As ferragens que acompanham as portas e janelas, preservadas até hoje, são em metal.

Funcionando como sede da Fundação Santos Lima desde 1984, esta residência sofreu poucas interferências, tanto interna como externamente, ao longo dos anos. Mantém-se intacto o vocabulário de uma linguagem arquitetônica lapidado com o passar do tempo pela experiência de seu idealizador no trato com os elementos que caracterizam o estilo *Art Déco*.

Encontra-se aqui, em sua forma mais apurada, a exemplificação de um estilo que renovou o cenário arquitetônico curitibano, até então referenciado ao ecletismo e ao neocolonial, e que ultrapassou os limites desta capital, abrindo “precedente para uma arte baseada em novo geometrismo e novo artificialismo, em que as formas se tornam pura, além de mais arrojadas”.³²⁴

³²⁴ LEMOS, C. Art Déco em Belo Horizonte: o gosto cosmopolita unificando o centro e a periferia. In: **1º Seminário Internacional na América Latina de ArtDéco**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/Solar Grandjean de Montigny, 1997, p.153.

FACHADA DA RESIDÊNCIA SANTOS LIMA



ACERVO: Fundação Santos Lima.

A FUNDAÇÃO E SEUS DETALHES



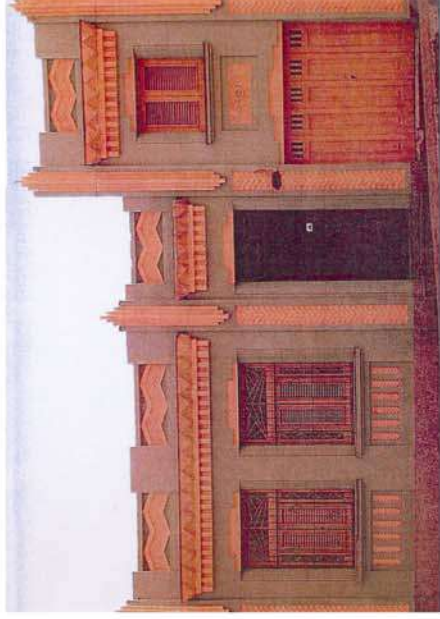
Detalhe placa decorativa
Pinhão estilizado
FOTO: Marcia Luci Kruger



Detalhe placa decorativa
Motivos geométricos
FOTO: Marcia Luci Kruger



FOTO: Marcia Luci Kruger



Residência em Havana
Emilio Azcué (1934-1937)
FONTE: FAGIOLI, M. p.45.



MAPA COM AS EDIFICAÇÕES DE MG

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem do regime imperial para o republicano estabeleceu diferentes programas políticos para a vida nacional, tais como a separação dos interesses da Igreja e os de Estado, a defesa das liberdades e dos direitos do homem, a secularização da vida civil, a efetiva substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre, buscando-se o imigrante, mediante a propaganda nacional, em outras nações.

Ao longo da República Velha as estratégias políticas e sociais desenvolvidas pelos Estados promoveram um rompimento no sistema estabelecido pelas oligarquias regionais e passaram a contar com a participação dos detentores do conhecimento técnico-científico (médicos, engenheiros e educadores) para a construção de uma sociedade do tipo urbano-capitalista. Ao assumirem cargos públicos, esses especialistas projetaram as mudanças que começaram a ser implantadas nas cidades brasileiras, a partir de suas capitais, e conduziram as reformas em seus espaços tendo como modelo os padrões europeus de civilidade.

Em meio a esses acontecimentos, figurava o nascente Paraná, que se encontrava afastado das decisões nacionais, pois contracenava com um sistema econômico calcado principalmente na atividade extrativista, com fronteiras indefinidas e uma população distribuída em apenas um terço do seu território. No entanto, após algumas administrações republicanas, foi possível abrir espaço no Estado para um desenvolvimento pautado na experimentação científica e no progresso conquistado pela técnica.

Entre os anos de 1920 e 1928, o Paraná acompanhou os trilhos de um novo rumo político enquanto seu presidente, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, redirecionava a economia, ampliava a rede viária, estimulava políticas urbanas para incrementar novas relações de trabalho, e nomeava para a Prefeitura da Capital o

engenheiro civil João Moreira Garcez, que por sua vez se encarregou de instalar a reforma urbana na cidade, procurando um entendimento coletivo que aprovasse a nova estética projetada para a cidade que se queria moderna.

Formado em uma das principais instituições do país, João Moreira Garcez atuou como engenheiro de estradas de ferro para empresas estrangeiras, realizou levantamentos topográficos para confecção de mapas, retificou estradas, construiu pontes. Atuou na área do ensino e no serviço público. Indicado para administrar Curitiba pelo colega de partido, Caetano Munhoz da Rocha, foi possível, também, a Garcez difundir um saber técnico especializado materializado na transformação sobre a cidade e configurado pela racionalidade que proclamava uma direção rumo à modernidade.

Republicano tomou para si a tarefa de organizar racionalmente a cidade para a construção de uma sociedade com vistas ao progresso e ao melhoramento urbano nos moldes europeus, mesmo que isso penalizasse parcelas mais carentes da população. Político desejou inserir a Capital nas relações com o comércio internacional adaptando o sistema viário à velocidade das máquinas numa cidade que ainda convivia com as carroças dos imigrantes. Sob a inspiração das idéias republicanas, sistematizou os serviços sanitários e hábitos de higiene, configurando um conjunto de procedimentos capazes de mobilizar e orientar as reflexões de uma época em que se queria implementar um novo ordenamento político-cultural em oposição aos resquícios deixados pelo período colonial.

Embora Moreira Garcez tenha colocado em prática sua racionalidade na gestão pública, para as questões particulares se utilizou de ousadia e sensibilidade. Nesta cidade recortada por ruas alargadas e retificadas, a arquitetura revelou-se seu maior diletantismo. Procurou desenvolver a estética projetada pelo estilo *Art Déco*, presente naquele momento de crise e contenção em diversas cidades, nacionais e estrangeiras. Para as formas, a simplificação seria a melhor expressão; para as alturas, o céu era o limite; para vencer os desafios, o conhecimento aplicado nas possibilidades testadas sobre o material. E na plasticidade da composição, a linguagem *Art Déco*, para alinhar Curitiba a São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Paris.

Sintonizado com os anseios e os avanços que a atividade científica inscreveu a esse tempo, Moreira Garcez exerceu suas habilidades técnicas, políticas e, principalmente, arquitetônicas deixando perceber como uma de suas principais características sua visão cosmopolita, ajustada com a mentalidade daquele início de século.

REFERÊNCIAS

FONTES

DOCUMENTOS OFICIAIS

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS 1895/1919.

PARANÁ. Governador do Estado (1892-1896: Dr. José Pereira Santos Andrade). Relatório apresentado ao governador do Estado Dr. José Pereira Santos Andrade, pelo bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1.º de setembro de 1896. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1896.

PARANÁ. Presidente do Estado (1896-1901 Dr. José Pereira Santos Andrade). Relatório de Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública para o Presidente do Estado do Paraná Dr. José Pereira Santos Andrade, em 1.º de setembro de 1897. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1897.

PARANÁ. Presidente do Estado (1901-1904: Dr. Vicente Machado). Relatório de Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização para o Presidente do Estado do Paraná Dr. Vicente Machado da Silva Lima, em 31 de dezembro de 1904. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1904.

PARANÁ. Presidente do Estado (1904-1908: Dr. Vicente Machado). Relatório apresentado ao Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, em 31 de Dezembro de 1904.

PARANÁ. Presidente do Estado do Paraná (1916-1920: Affonso Camargo). Relatório de João Moreira Garcez, Diretor de Obras públicas e Viação do Estado para o Secretário de Estado da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba: Typ. d'A República, 1917.

PARANÁ. Presidente do Estado (1916-1920: Affonso Camargo) Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Presidente do Estado Dr. Affonso Alves de Camargo, ao ser installada a 1.ª Sessão da 15.ª Legislatura em 1.º de fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. d'A República, 1920.

Mensagens do Presidente do Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha. 1920-1928. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes.

Mensagens do Prefeito Municipal Eng. Civil João Moreira Garcez. 1920 a 1927. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes e Biblioteca da Procuradoria Geral do Município.

FOTOS, CHARGES, MAPAS E PLANTAS

PLANTA DE CURITIBA DE 1927. Reprodução fotográfica. Acervo: Fundação Cultural de Curitiba.

PROJETO IGREJA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Acervo: Sala da Memória Congregação Missionária dos Claretianos.

FOTO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA. Acervo: da Família.

FOTO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA E JOÃO MOREIRA GARCEZ. Acervo: Fundação Santos Lima.

FOTO DE JOÃO MOREIRA GARCEZ. Acervo: Fundação Santos Lima.

CHARGE PREVENÇÕES, UMA NECESSIDADE E CURITYBA PROGRIDE. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

FOTOS DE CURITIBA (Av. Visc. de Guarapuava e Rua XV de Novembro), EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ, PROJETO RESIDÊNCIA SANTOS LIMA. Acervo: Fundação Santos Lima.

FOTOS DO HOSPITAL CÉSAR PERNETTA, FUNDAÇÃO SANTOS LIMA E EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ. Acervo: IPPUC.

FOTOS RECENTES DAS EDIFICAÇÕES Acervo: Marcia Luci Kruger.

FOTO DA CAPA Capitel coluna do Edifício Moreira Garcez. Acervo: Márcia Luci Kruger.

PERIÓDICOS

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Ago/2001 e Jul/1996. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Out/1944. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes.

REVISTA DO CURSO DE ARQUITETURA & URBANISMO DA PUCPR. n. 4, Set. 2000.

JORNAIS

GAZETA DO POVO. 1920-1928. Acervo: Museu Paranaense.

A REPÚBLICA. 1926. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O DIA. 1920, 1925 e 1933. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

O ESTADO DO PARANÁ. Almanaque. Curitiba, 30 de agosto de 1987. Acervo: Rosianne Guimarães.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. **Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito**: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. (Org). p. 294-295.

ART DÉCO NA AMÉRICA LATINA. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1.º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. SMU. 1997.

AVÉ-LALLEMENT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BAHLS, A. V. da S. **O verde e a Metrópole**: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Curitiba: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. 1998.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESPHALEN, C. M. **História do Paraná**. 1.º v. 2. ed. Editora Paraná Cultural Ltda, 1969.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESPHALEN, C. M. **Un Mazzolino de Fiori**. WESTPHALEN, C. M. (org) Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003.

BANHAM, R. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BENÉVOLO, L. **Orígenes del urbanismo moderno**. Tradução de Floreal Mazia. Madrid: Celeste, 1992.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1991.

CABAS, A.; ROCHA, D.; MACHADO, E.; DE BONI, M.; COSTA NETO, P.; BOSCHILIA, R. **Paraná, o século, o asilo**. Curitiba: Criar Edições, 2004.

CARDOSO, J.; WESTHALEN, C. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, Editora. 2ª ed. 1986.

CASTRO, T. **História da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.

CONDE, L. P. Art Déco; modernidade antes do Movimento Moderno. **1.º Seminário Internacional Art Déco na América Latina**. Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do RIO DE Janeiro. SMU, Solar Grandjean de Montgny. PUC/RJ, 1997.

CHOAY, F. El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. In: DETHIER, J.; GUIHEUX, A (Eds). **Visiones urbanas**: Europa 1870-1993. La ciudad del artista. La ciudad del arquitect. Madrid: Electra, CCCB, 1994.

- CRUZ, A. A. *João Moreira Garcez. Um homem que se superou no seu tempo.* Curitiba: Fundação Santos Lima, 1991.
- CZAJKOWSKI, J. (org.). **Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- DARTON, M. **Art Déco illustrated Guide.** Nova Iorque: New Art Edition, 1994.
- DARTON, M. **Art Déco an illustrated guide to the decorative style 1920-1940.** New Jersey: The Wellfleet Press, 1989.
- DETHIER, J., GUIHEUX, A (Eds.). **Visiones urbanas: Europa 1870-1993.** La ciudad del artista. La ciudad del arquitecto. Madrid: Electa, CCCB, 1994.
- DE BONI, M.I.M. **O espetáculo visto do alto.** Vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo.
- DOMINGUES, F. M. **Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- DUDEQUE, I. **Espirais em madeira.** Uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.
- FAGIUOLI, M. **La Habana Déco.** Bolonia: CV Export S.a.s. Dursione Libri di Alberto Camato S.C. 2003.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GARCEZ, J. **A Justiça Revolucionária no Paraná.** Clamorosa iniquidade. Memorial e recurso. Curitiba: Oficinas Gráficas, 1933.
- GUINSKI, O D. **Imagens da Evolução de Curitiba.** Curitiba: SEED, 2003.
- HERSCHMANN, M. M. & PEREIRA, C. A. M. **A Invenção do Brasil Moderno.** Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.
- HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos.** O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUMPHREYS, R. **Futurismo.** Movimentos da Arte Moderna. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.
- KINGSLEY, R. **Art Déco Mobiliário y Metaleria.** Madrid: Edimat libros, 1999.
- LEME, M. A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, LUIZ CESAR DE Q. & PECHMAN, ROBERT. (Org.) **Cidade, povo e nação.** Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996. p.248-250.
- LEMONS, C. Art Déco em Belo Horizonte: o gosto cosmopolita unificando o centro e a periferia. In: **1.º Seminário Internacional na América Latina de ArtDéco.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/Solar Grandjean de Montigny, 1997 p.153.
- LOU, M. A. M.; BENASAYAG, E. M. **Proceso de urbanización en América del Sur.** Modelos de ocupación del espacio. Madrid: Mapfre, 1992.

- MACEDO, H. **Hospital de Crianças Cesar Pernetta**. Subsídios para a história do Hospital de Crianças 1.^a Parte, período 1919-1956. Curitiba: Imprensa Universitária, 1978.
- MAGALHÃES, M. B. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCHETTE, T. D. **Missionários Claretianos em Curitiba 1905-2003**. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2003.
- MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.
- MELO, M. A. O Estado, o boom do século e a crise da habitação. In: FERNANDES, A & GOMES, M A (Org). **Cidade & história**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992. p. 150 – 155.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NUNES, C. A Escola Reinventa a Cidade. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C.A M. **A Invenção do Brasil Moderno**. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p. 202-218.
- OLIVEIRA, J. **Memória Garcez**. Pesquisa sobre o edifício, texto para publicação e roteiro para vídeo.
- PEREIRA, C. A. M. (org.). **A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994. p.180-181.
- PECHMAN, R. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996. p. 335-340.
- PEREIRA, L. F. **Paranismo: o Paraná inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2. ed., 1998.
- PEREIRA, M. & SANTOS, A. **300 Anos Câmara Municipal de Curitiba**. 1693 – 1993. Edição histórica. Curitiba, 1993.
- PEREIRA, M. R. **Semeando Iras Rumo ao Progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- PESAVENTO, S. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L. & PECHMAN, R. (Org) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.386-394.
- PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). EDUFBA: Salvador, 2002.
- RIBEIRO, L. C. DE Q.; PECHMAN, R. (Org.) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.
- RIBEIRO, R. J. (org) **Recordar Foucault**. Os textos do colóquio Foucault. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 196-208.
- SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização Latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982
- SCHORSKE, C. **Pensando com a História**. Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWINDEN, A. **Palácio Avenida: a construção de um sonho**. Curitiba: Casa de Idéias Editora de vídeo e gráfica Ltda., 1984.

SEGA, R. A. **A Capital Belle Époque**. A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SUTIL, M. S. **Beirais e platibandas**. A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado). UFPR: Curitiba, 2003.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L.; PECHMAN, R. (Org). **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 26-27.

TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Coleção Farol do Saber. 1996.

TRINDADE, E. Modelos e Empréstimos: o higienismo no Brasil (final do século XIX e início do XX). Políticas urbanas e apropriações de modelos. In: **Reunião anual da sociedade brasileira de pesquisa histórica**. Curitiba: SBPH, 1999.

TRINDADE, E (coord). **Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba**. Curitiba: Unilivre, 1997.

UNES, W. **Identidade Art Déco de Goiânia**. Goiânia. Ed. da UFG, 2001.

VÍCTOR, N. **A Terra do Futuro**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1996.

WACHOWICZ, R. **Universidade do Mate**. Curitiba: Edição UFPR, 1983.

ZEVI, BRUNO. **Erich Mendelsohn**. Barcelona: Gustavo Gilli editora, 1974.

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

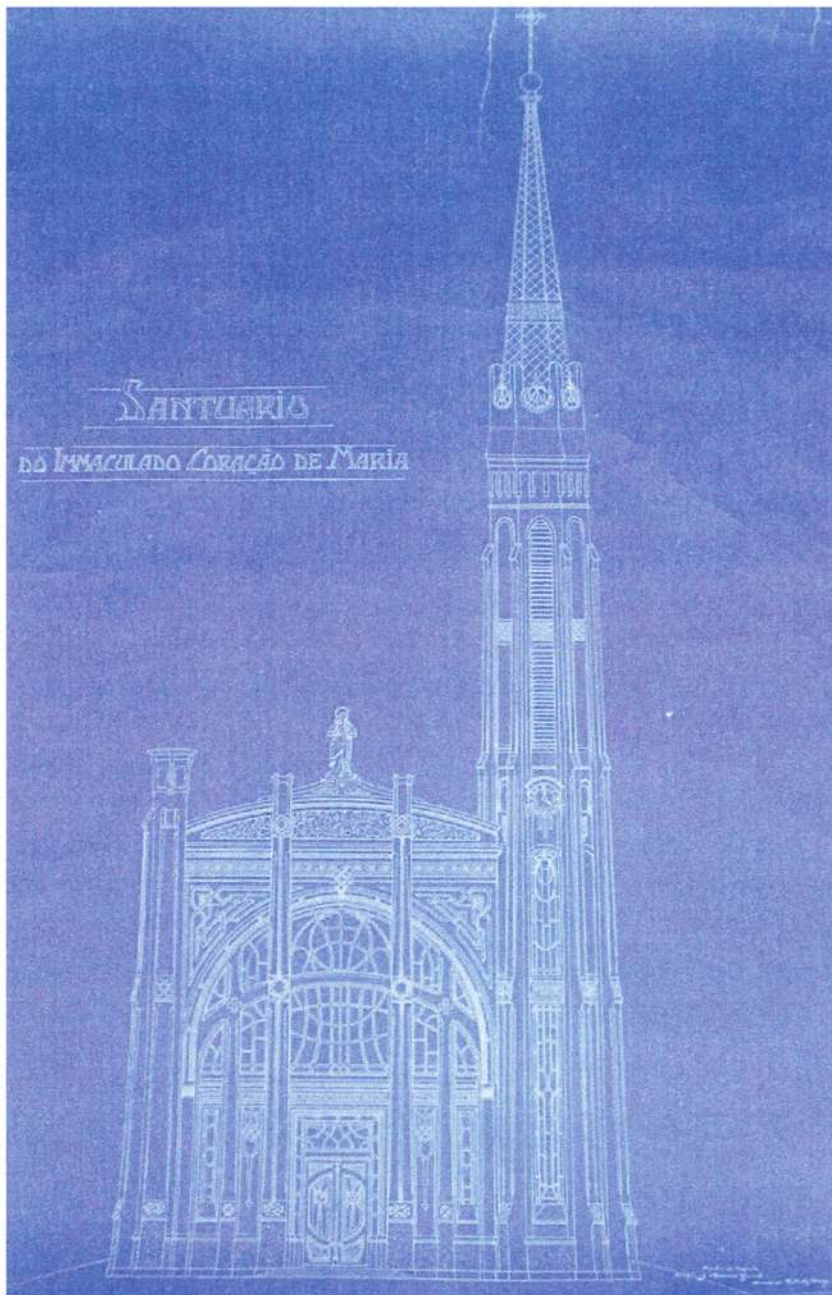
Rubricas orçamentarias	Receita orçada	Receita arrecadada	Diferença para mais	Diferença para menos
1° Comercio e Officinas do Quadro	166:000\$000	224:386\$484	58:388\$484	
2° Comercio e Officinas do Rocio	25:000\$000	35:940\$797	10:940\$797	
3° Transferencia de terrenos e emolumentos	25:748\$000	27:584\$820	1:836\$820	
4° Impostos sobre fabrica de bebidas não arrecadado		\$		
5° Imposto suplementar sobre casas de bebidas	10:000\$000	10:680\$000	680\$000	
6° Rendas dos Mercados	5:000\$000	7:343\$800	2:343\$800	
7° Adicional de 5 % sobre os §§ 1°, 2° e 3°	10:337\$400	14:396\$765	4:059\$365	
8° Renda do Matadouro	100:000\$000	117:471\$500	17:471\$500	
9° Aferição de pesos e medidas	11:500\$000	13:103\$000	2:103\$000	
10° Renda do Cemiterio Municipal	11:500\$000	12:818\$000	1:318\$000	
11° Foros do quadro urbano	11:200\$000	22:235\$956	11:035\$956	
12° Foros do rocio	10:000\$000	25:899\$037	15:899\$037	
13° Terrenos não edificados e muros	6:000\$000	66\$900		5:933\$100
14° Impostos sobre calçamentos	60:000\$000	66:276\$027	6:276\$027	
15° Matricula e marcação de vehiculos	25:000\$000	33:265\$845	8:265\$845	
16° Emolumentos não incluidos no § 3°	1:000\$000	2:203\$000	1:203\$000	
17° Cobrança da divida activa	83:032\$200	438:488\$700	355:456\$500	
18° Matricula de chauffeurs e carroceiros	200\$000	1:770\$000	1:570\$000	
19° Matricula de cães	200\$000	540\$000	340\$000	
20° Approvação de plantas pela Directoria Geral	25:000\$000	24:396\$284		603\$716
21° Multas	1:000\$000	24:798\$730	23:798\$730	
22° Imposto de viação em terrenos do rocio	5:896\$000	785\$090		5:110\$910
23° Taxa de Limpeza Particular	27:000\$000	29:690\$000	2:690\$000	
24° Renda Eventual	8:000\$000	51:383\$556	43:383\$556	
25° Empreza de bonds, não arrecadado		\$		
26° Licença a vendedores ambulantes	9:400\$000	17:207\$453	7:807\$453	
27° Imposto de publicidade	2:000\$000	1:557\$600		442\$400
28° Renda de impostos do deposito de inflammaveis	10:000\$000	14:490\$065	4:490\$065	
29° Matricula de vaccas de leite	2:500\$000	3:420\$000	920\$000	
	----- 652:013\$600	----- 1.222:201\$409	----- 582:277\$935	----- 12:090\$126

FACHADA DA RESIDÊNCIA SANTOS LIMA



ACERVO: Fundação Santos Lima.

FACHADA PRINCIPAL DO PROJETO



A FUNDAÇÃO E SEUS DETALHES



Detalhe placa decorativa
Pinhão estilizado
FOTO: Marcia Luci Kruger



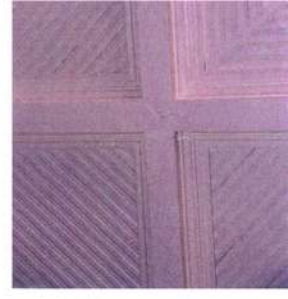
FOTO: Marcia Luci Kruger



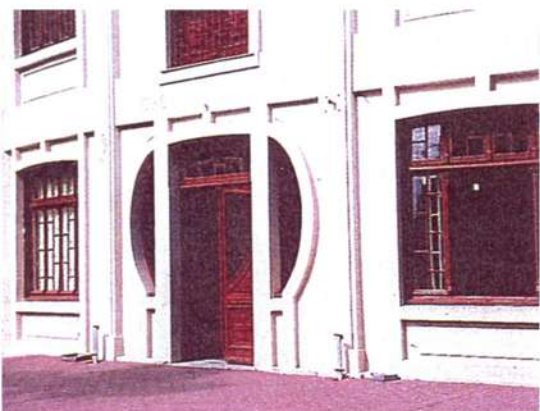
Residência em Havana
Emílio Azcué (1934-1937)
FONTE: FAGUOLI, M. p.45.



Detalhe placa decorativa
Motivos geométricos
FOTO: Marcia Luci Kruger



HOSPITAL ATUALMENTE E SEUS DETALHES



Detalhe do contorno da porta lembrança formal de outro estilo aqui bem mais simplificado.
FOTO: Marcia Luci Krüger.



Detalhe da fachada em seu alinhamento.
Articulação entre volumes diferenciados.
FOTO: Marcia Luci Krüger.



Detalhe da fachada em sua parte superior
Impressões decorativas de um estilo definido
FOTO: Marcia Luci Krüger.

Placas decorativas para composição de fachada



FONTE: FAGIUOLI, M. p.46.

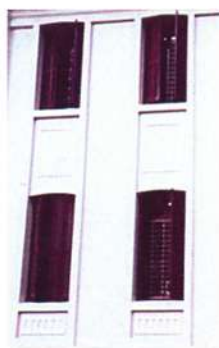


FOTO: Marcia Luci Krüger.



FONTE: FAGIUOLI, M. p.46.

HOSPITAL CÉSAR PERNETTA



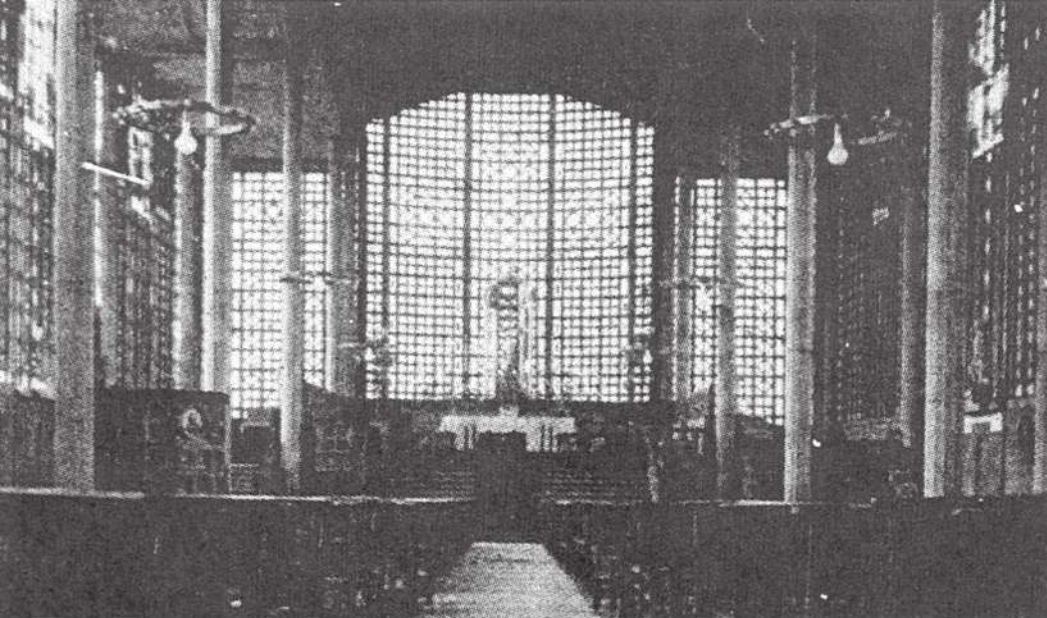
IGREJA ATUALMENTE E SEUS DETALHES



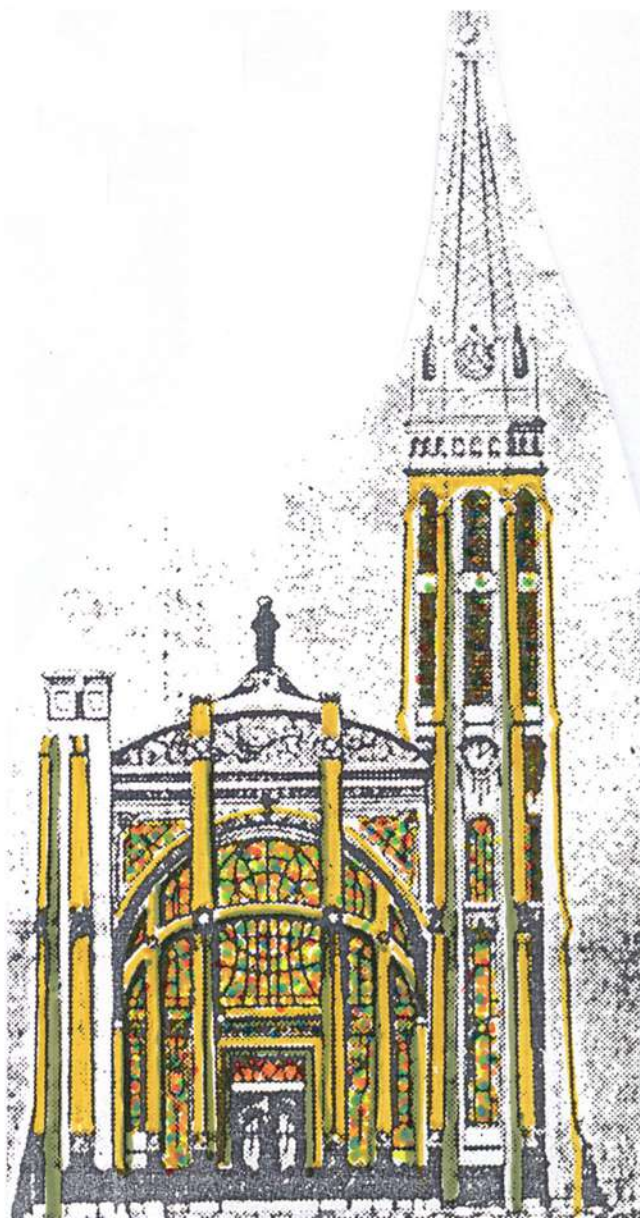
IGREJA CONCLUÍDA



FONTE: CURITIBA, Cidade de Turismo. Publicação comemorativa do 248.º Aniversário de Curitiba, editada pela Prefeitura Municipal 1693-1941. ACERVO: Museu Paranaense.



AUGUSTE PERRET
NOTRE - DAME, LE RAINCY, 1923.
Estrutura em concreto armado com fechamento em vidro.
FONTE: BANHAM, R. p.70.

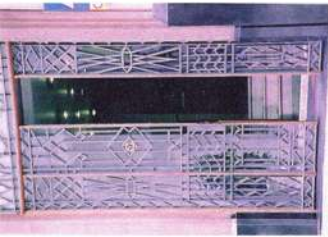


FACHADA PROJETADA POR MOREIRA GARCEZ.
Colunas em concreto com fechamento em painel de vidro.
FONTE: MARCHETTE, T. p.23.



Havana

FONTE: FAGIUOLI, M. p.34.



Curitiba

FOTO: Marcia Luci Krüger



Havana

FOTO: FAGIUOLI, M. p.35.



Curitiba

FOTO: Marcia Luci Krüger

Serralheria artística presente em grades para muro, janelas, portas e guarda corpo de escadas.



Rádio em baquelite

Zenith, EUA – 1930.

FONTE: UNES, W. p.39.



Máquina de escrever Olivetti

Aldo Magnelli, 1932.

FONTE: DARTON, M. p.9.



Móvel em noqueira

Serge Chermayeff, s/d

FONTE: KINGSLEY, R. p.36.



Rex Cine-Teatro de Paris, s/d.

FONTE: DARTON, M. p.22-23.



Hall do Edifício London Daily Express

Robert Atkinson, 1931.

FONTE: DARTON, M. p.17.

MATERIAIS, INTERIORES & DESIGN



FONTE: Revista Panorama, n.º 348. Curitiba, maio/jun. 1985. p.41.
ACERVO: Fundação Santos Lima.



Cartaz do filme mudo de Fritz Lang – 1926.
E uma nova estética.
FONTE: UNES, W. p.30.



Uma loja em Manhattan anunciava
venda de desenhos Art Déco.
FONTE: KINGSLEY, R. p.7.



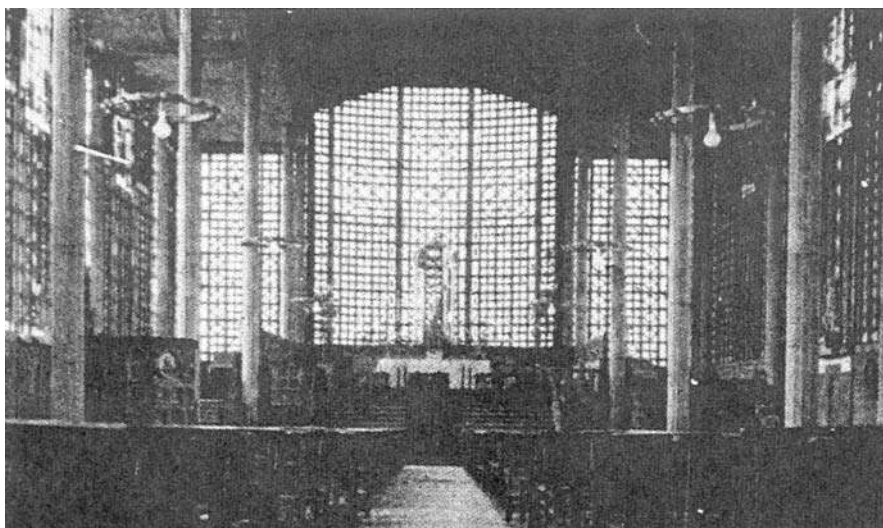
Dia 23 de outubro de 1929, Curitiba assistia
no Cine-Teatro Palácio o Primeiro cinema falado
"O Cantor de Jazz".
FONTE: SCHWINDEN, A. p.30.



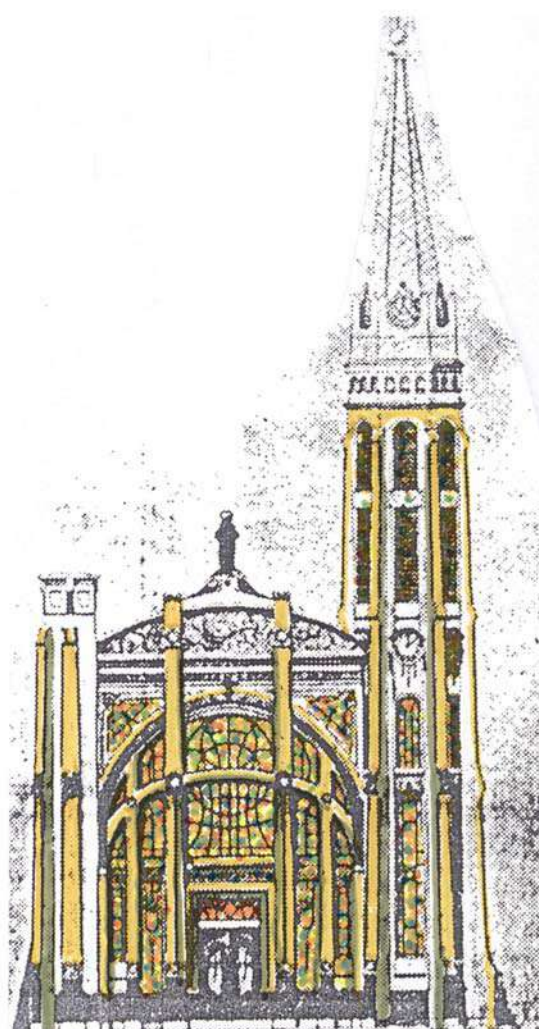
Cartazes com temas alusivos à velocidade
associadas ao carro, avião, barco. s/d.
FONTE: FAGIOLI, M. P.138.



Primeiro trem moderno da Grã-Bretanha
Poster para o 25.º Aniversário – 1935.
FONTE: KINGSLEY, R. P.8.



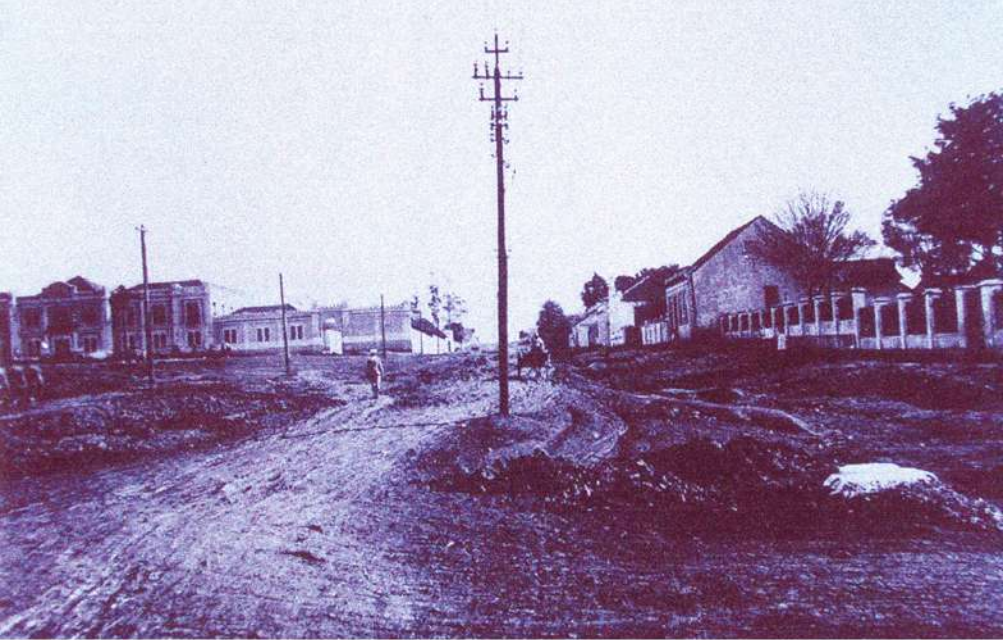
AUGUSTE PERRET
NOTRE - DAME, LE RAINCY, 1923.
Estrutura em concreto armado com fechamento em vidro.
FONTE: BANHAM, R. p.70.



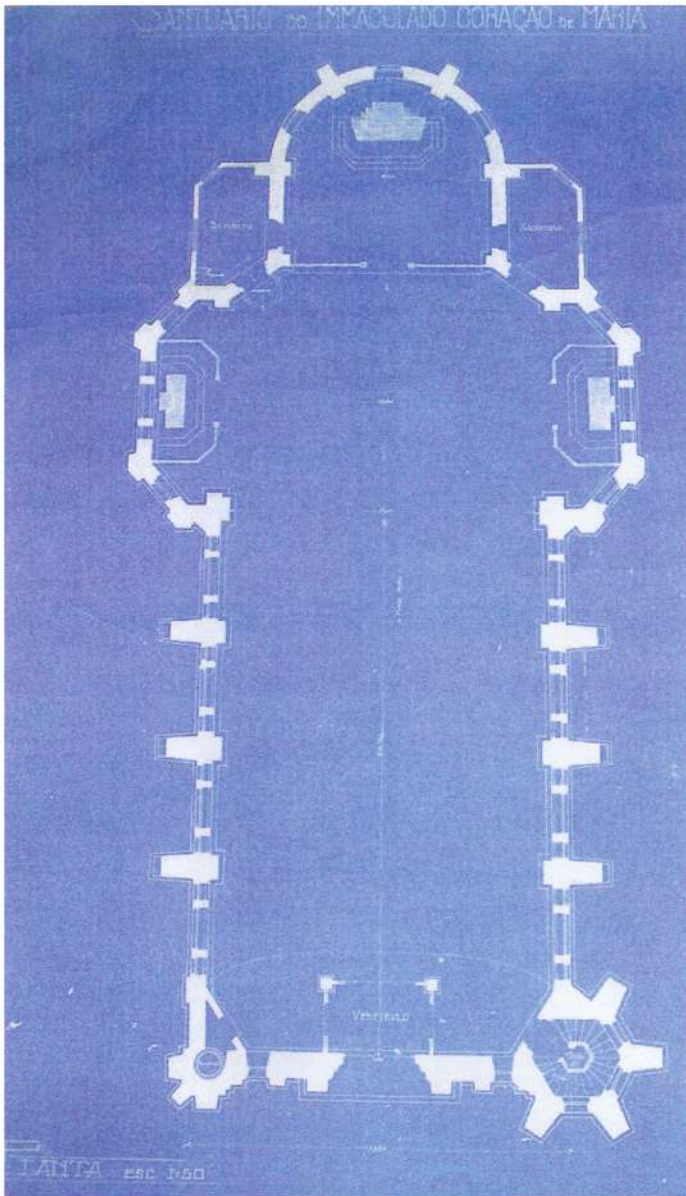
FACHADA PROJETADA POR MOREIRA GARCEZ.
Colunas em concreto com fechamento em painel de vidro.
FONTE: MARCHETTE, T. p.23.

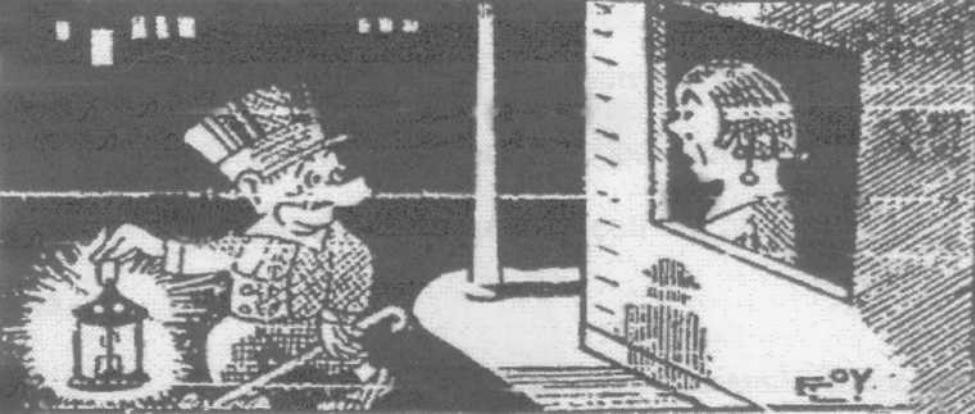
EDIFÍCIO PALÁCIO AVENIDA AO FUNDO EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ

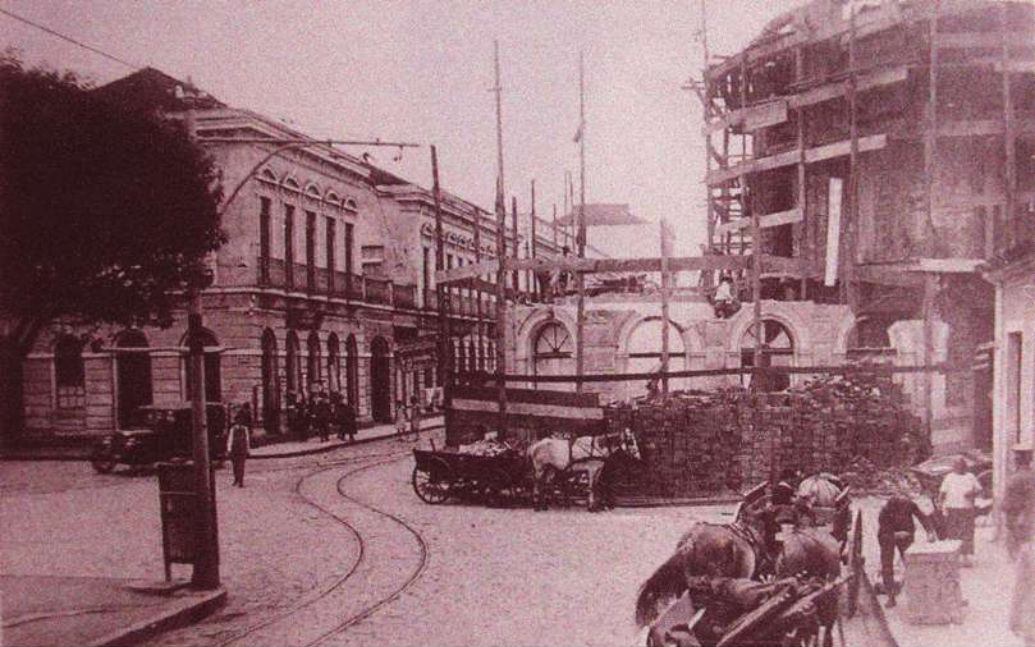




ACERVO: Fundação Santos Lima.



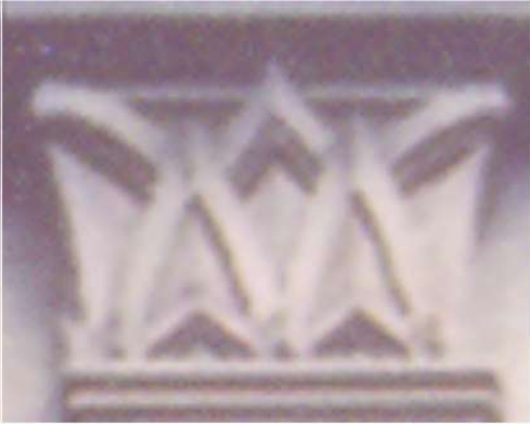
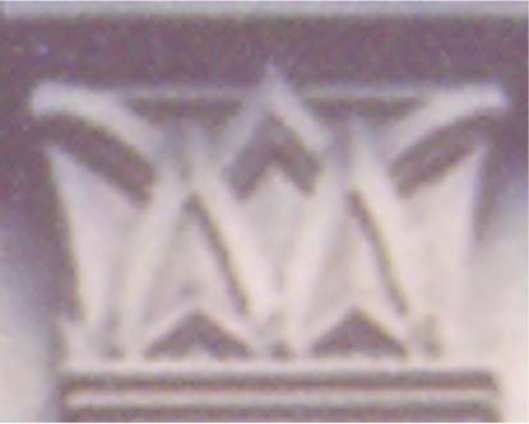




ACERVO: Fundação Santos Lima.



GUINKY, O. **A imagem da evolução de Curitiba.** 2001. p.102.
ACERVO: Fundação Santos Lima.





STREAMLINE



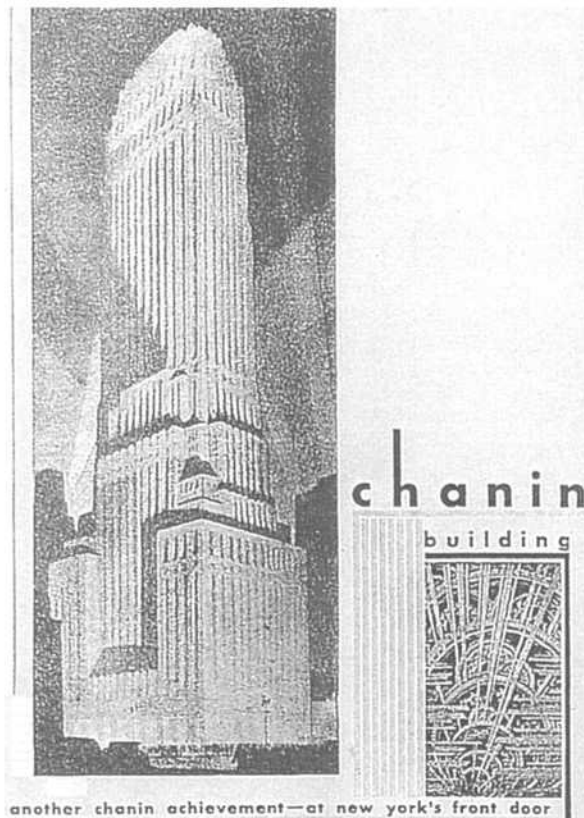
Erich Mendelsohn. Armazéns Schocken.
Stuttgart Alemanha (1926-1928)
FONTE: ZEVI, B. p.91.

GRECO-DÉCO



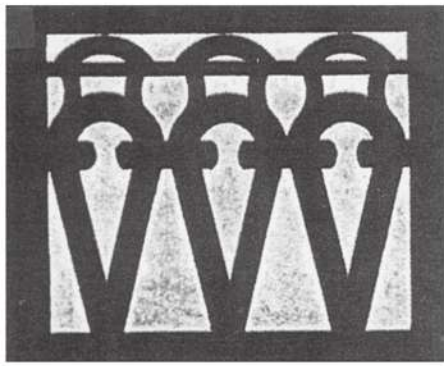
Ricardo Wriedt Edifício Natal – Cine Pathé
Rio de Janeiro (1927)
FONTE: CZAJKOWSKI, J. p.40.

ESCALONADA

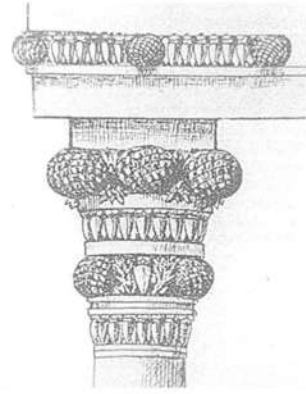


Sloan & Robertson (anúncio para Edifício Chanin)
Manhattan – New York (1929)
FONTE: KINGSLEY, R. p.13.

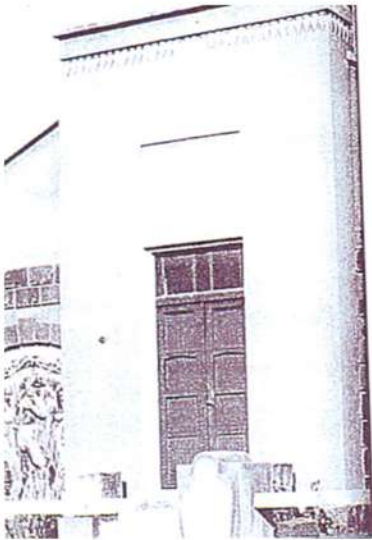
O ART DÉCO EM CURITIBA



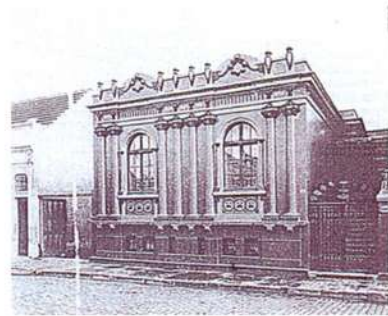
Composição de Lange de Morretes – 1930.
FONTE: GUINSKI, O. p.110.



Ordem Paranaense João Turim – 1928.
FONTE: DUDEQUE, I. p.63.



Detalhe da Fachada João Turim.
FONTE: SUTIL, M. p.109.



Casa de Bernardo Leining.
Desenhada por João Turim.
FONTE: SUTIL, M. p.109.

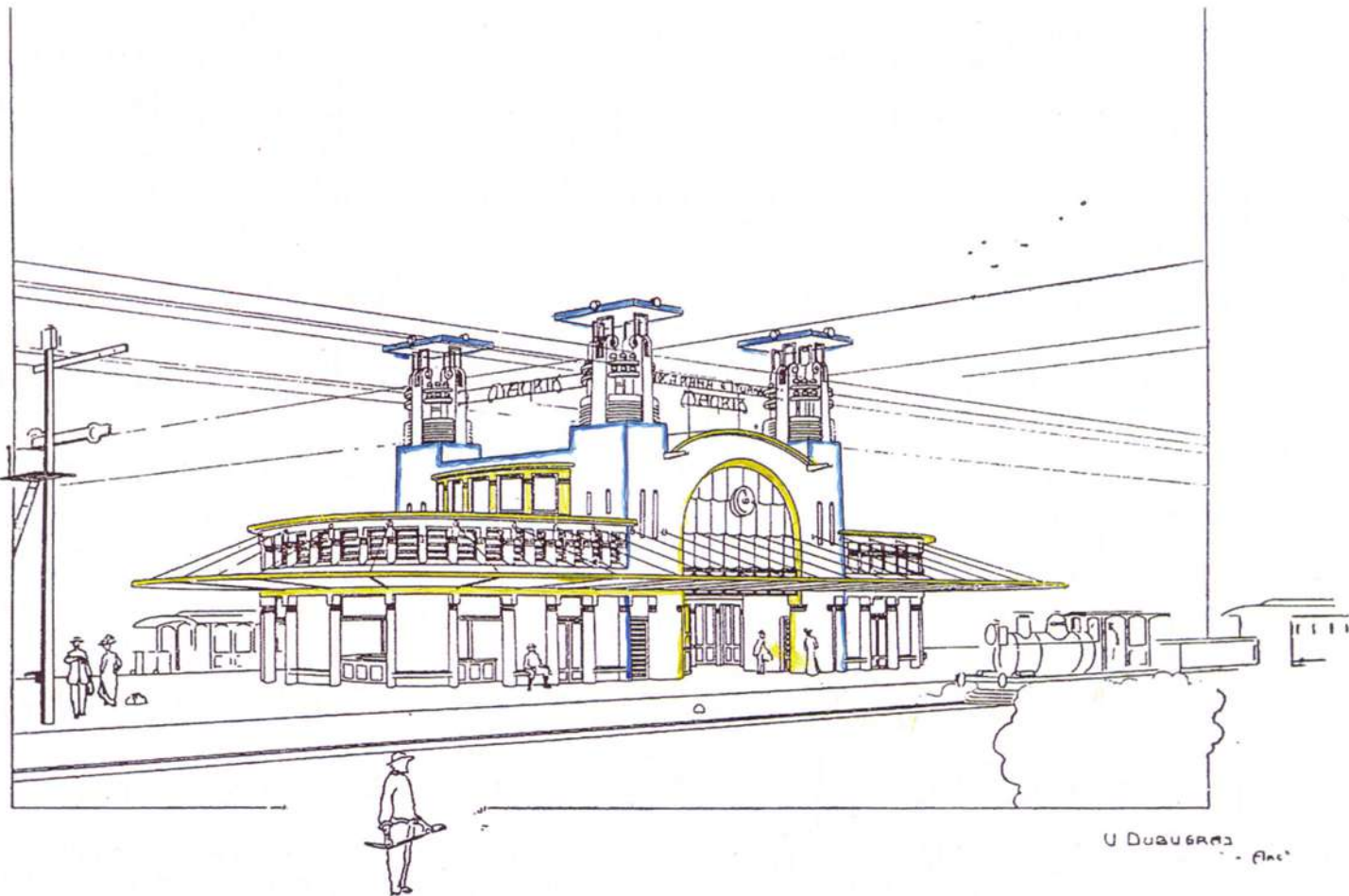


Capitel com pinhões estilizados.
Concepção João Moreira Garcez.
Edifício Moreira Garcez – 1926.
FOTO: Marcia Luci Krüger



Placas decorativas e enfeites na
Fachada Santos Lima – 1936.
Concepção João Moreira Garcez.
FOTO: Marcia Luci Krüger.

O PRIMEIRO EDIFÍCIO ART DÉCO NACIONAL



Estação Ferroviária Victor Dubugras Mairinque, São Paulo 1905-1908.

FONTE: SEGAWA, H. p.33.

Amarelo: volumes que contêm formas curvas.

Azul: volumes que contêm arestas.



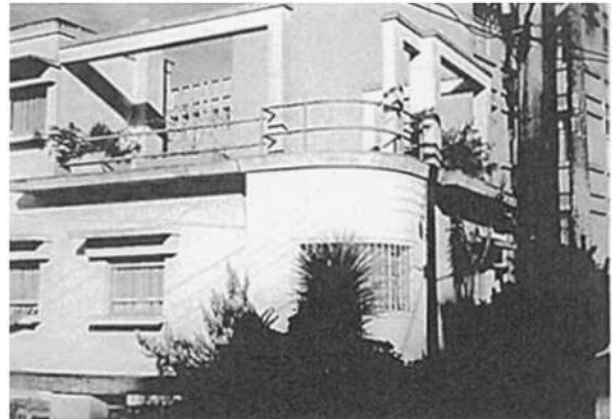
Vila Emilinha
1.º Lugar no Concurso de 1929.
Projeto Valentim Freitas
Revista Ilustração Paranaense
FONTE: DUDEQUE, I. p.67.



2.º Lugar no Concurso de 1929.
Projeto A. Krüger.
Revista Ilustração Paranaense.
FONTE: DUDEQUE, I. p.67.

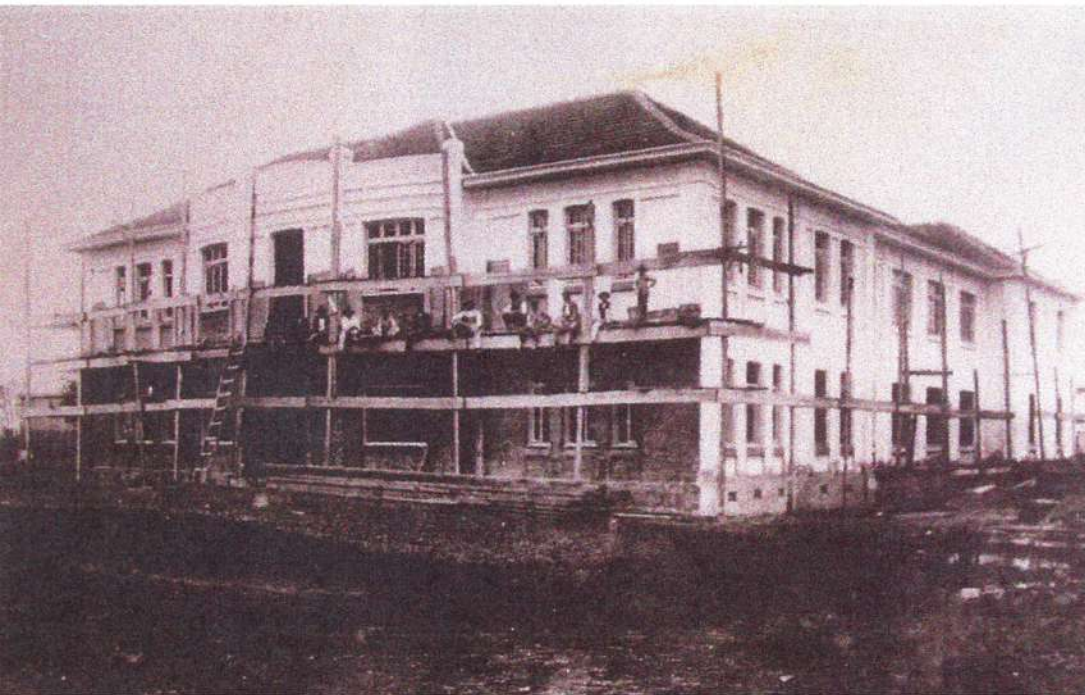


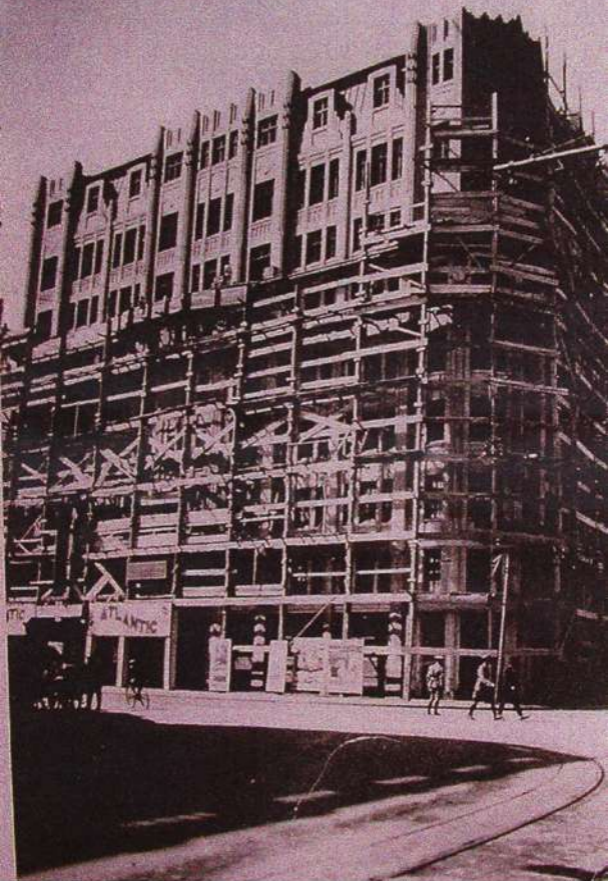
Residência Frederico Kirchgässner
1.ª Edificação em arquitetura moderna de Curitiba.
FONTE: DUDEQUE, I. p.94.



Residência Frederico Kirchgässner
Esquina entre Jaime Reis e Portugal.
FONTE: DUDEQUE, I. p.94.

CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL CÉSAR PERNETTA





ACERVO: Fundação Santos Lima.

CURITYBA
PROGRIDE...







GÊNERO PERET



Auguste Peret
Edifício de apartamentos
Rue Franklin, Paris, 1903.
Uso pioneiro do concreto armado para edificações.
FONTE: BANHAM, R. p.66.

FUTURISTA

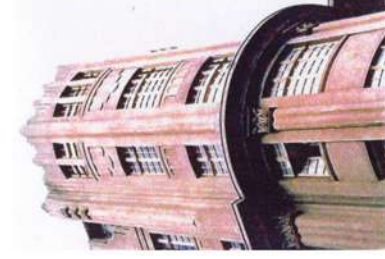


Antonio Sant'Elia
Manifesto da arquitetura futurista
Publicado na Lacerba, agosto de 1914.
FONTE: HUMPHREYS, R. p.47.

O EDIFÍCIO E SEUS DETALHES



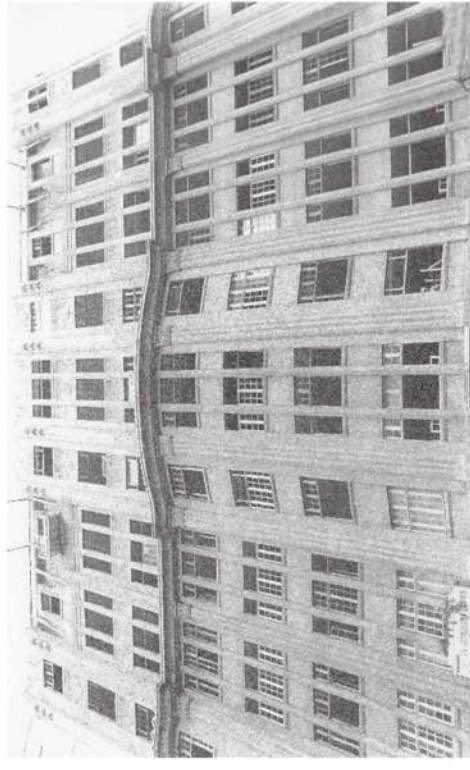
Edifício Moreira Garcez
ACERVO: Faculdade FACINTER (2004)



Detalhe da fachada
que contorna a esquina
FOTO: Marcia Luci Kruger



Detalhe da coluna
ACERVO: IPPUC



Detalhe da fachada para a avenida Luís Xavier
Articulação de volumes e elementos de decoração
ACERVO: IPPUC

Composição de vitrais para fechamento de aberturas



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.

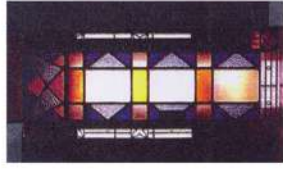


FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FOTO: Marcia Luci Kruger

Composição de linhas e enfeites para desenho de fachadas



FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



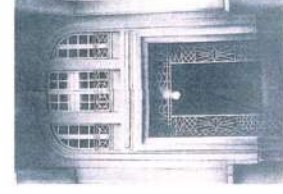
FONTE: FAGIUOLI, M. p.123.



FOTO: Marcia Luci Kruger



FONTE: CZAJKOWSKI, p.12. (1939)

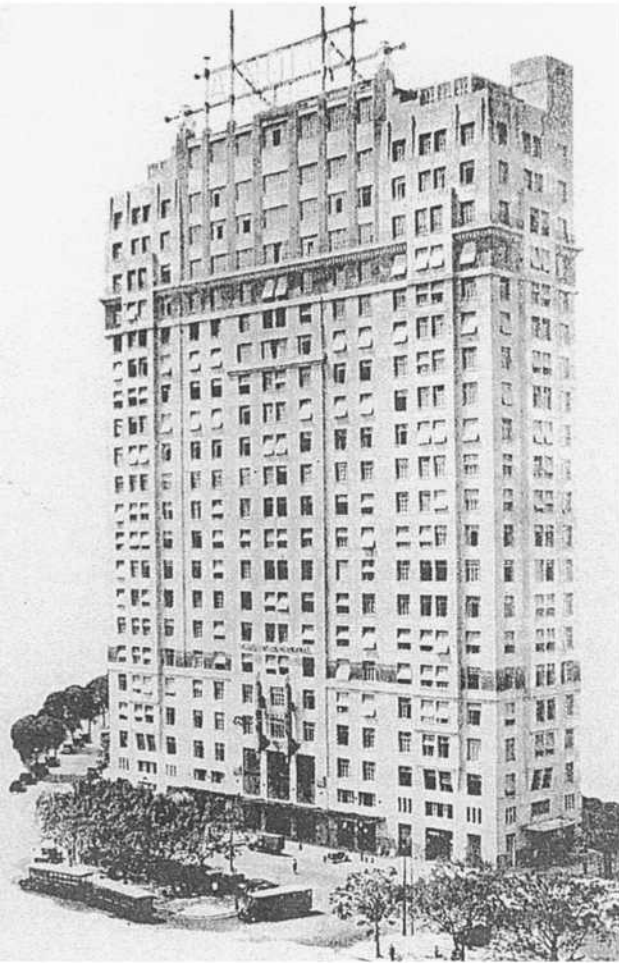


FONTE: Grupo Hermes Macedo. (1988)



FONTE: FAGIUOLI, M. p.45. (1934)

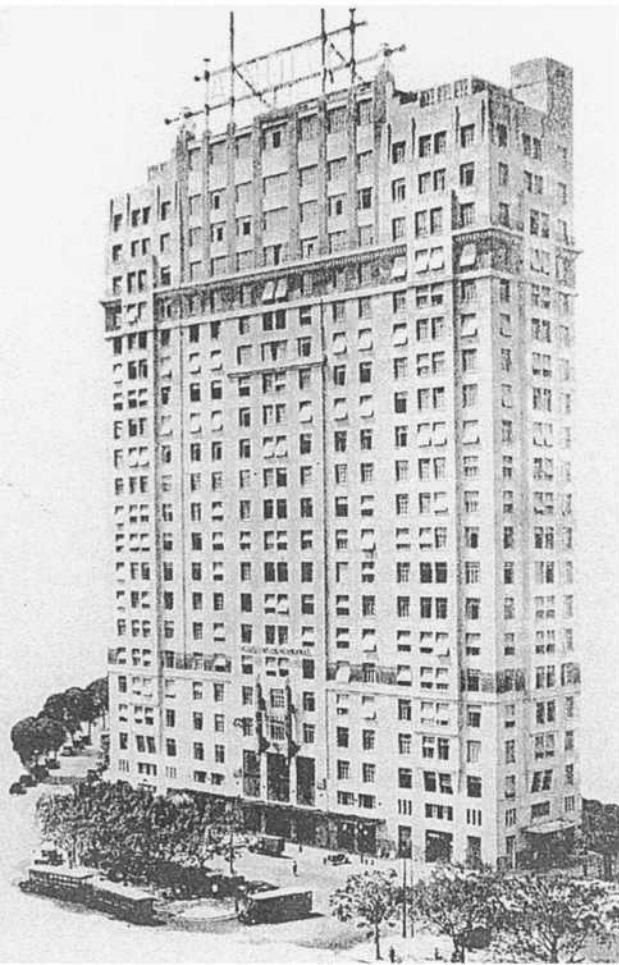
EDIFÍCIOS CAPITAIS



EDIFÍCIO A NOITE
Joseph Gire & Elisário Bahiana
Rio de Janeiro, 1930.
FONTE: SEGAWA, H. p.65.



EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ
Companhia Construtora Nacional S.A.
Curitiba – Paraná, 1926.
FONTE: CRUZ, A. p.143.



EDIFÍCIO A NOITE
Joseph Gire & Elisário Bahiana
Rio de Janeiro, 1930.
FONTE: SEGAWA, H. p.65.



EDIFÍCIO MOREIRA GARCEZ
Companhia Construtora Nacional S.A.
Curitiba – Paraná, 1926.
FONTE: CRUZ, A. p.143.



ELEVADOR LACERDA
Fleming Thiesen – Prentice & Floderer
Salvador – Bahia, 1929.
FONTE: SEGAWA, H. p.66.



EDIFÍCIO OCEANIA
Freire & Sodré
Salvador – Bahia, 1930-1940.
FONTE: SEGAWA, H. p.65.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)